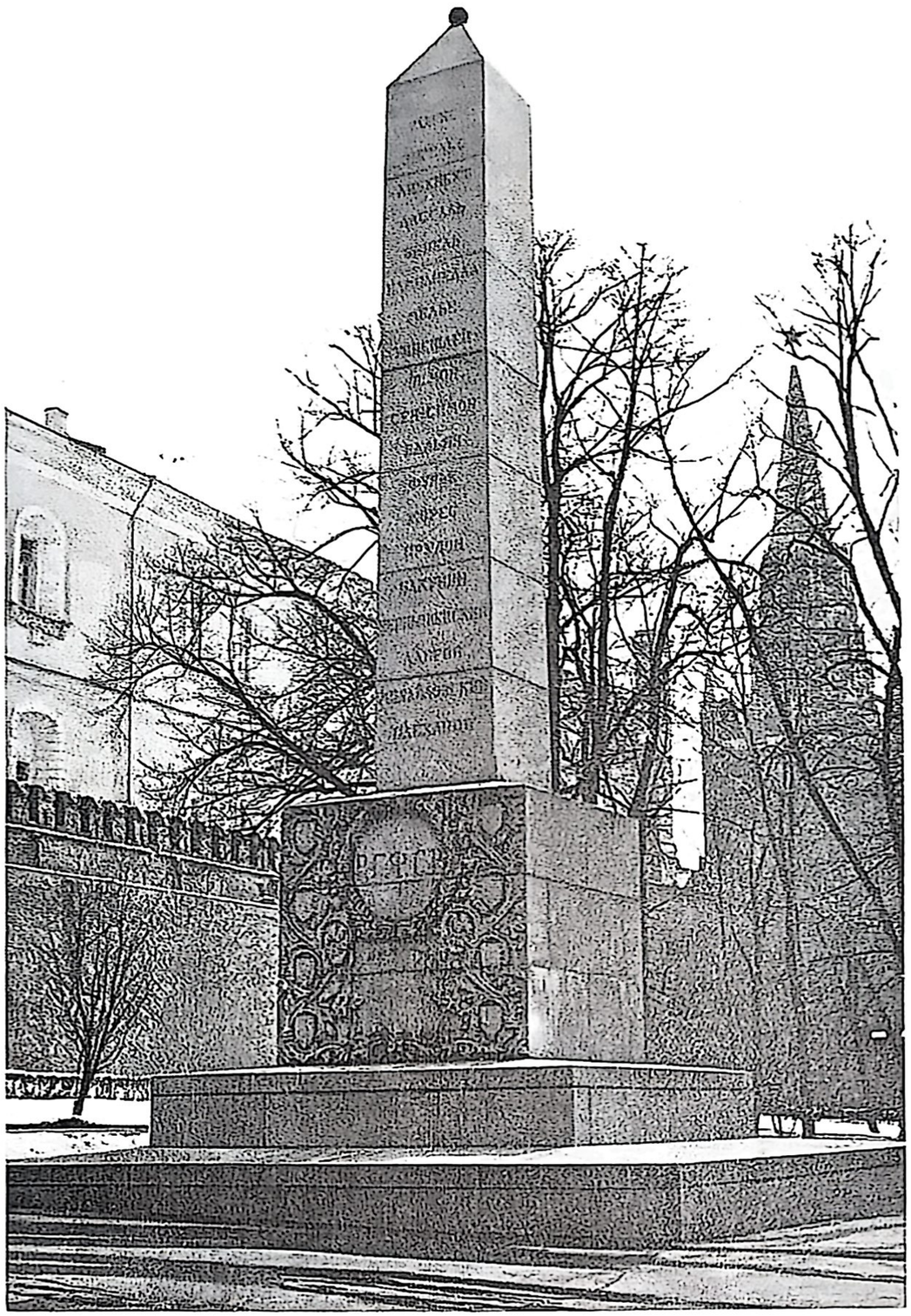
D. Valovoi
G. Lapchiná

NOMES NO OBELISCO

Edições Progresso



D. Valovoi, G. Lapchiná

NOMES NO OBELISCO

Moscovo
Progresso, 1984

Tradução de *G. Mélnikov*

Д. Валовой, Г. Лапшина

ИМЕНА НА ОБЕЛИСКЕ

На португальском языке

© Издательство «Молодая гвардия», 1980
© Tradução resumida
Edições Progresso, 1984

Impresso na URSS

В $\frac{0202000000\text{-}180}{014(01)\text{–}84}$ 168–84

À LAIA DE INTRODUÇÃO

No Jardim Alexándrovski do Kremlin, em Moscovo, ergue-se um obelisco em memória de destacados pensadores, lutadores abnegados pela felicidade dos povos, pela liberdade. É interessante a história deste monumento.

Em Abril de 1918, por iniciativa de V. I. Lénine, fundador do Estado dos Sovietes, foi decidido construir, em Moscovo e noutras cidades da República Soviética, vários monumentos a distinguidos representantes do socialismo e do movimento revolucionário.

V. I. Lénine expôs nitidamente o plano de propaganda mediante a arte monumental na sua entrevista com o Comissário do Povo para a Educação, A. V. Lunatchárski, que nas suas memórias escreveu o seguinte: "Já em 1918, Vladímir Ilitch chamou-me e disse que era necessário fazer avançar a arte enquanto meio de agitação". Acrescentou que o socialista utopista Campanella, na sua obra *A Cidade do Sol*, sonhou com a aplicação mais ampla possível de frescos que deviam suscitar o sentimento do cidadão e educar as gerações vindouras. V. I. Lénine, tendo em conta as dificuldades daquele período, advertiu em segui-

da que seria impossível criar monumentos de materiais sólidos, mas muito caros, como são o granito, o mármore, o ouro, o bronze, contudo aconselhou que as obras monumentais fossem feitas na altura de gesso e betão. O importante era que estas obras fossem acessíveis ao povo, suscitassem sentimentos sagrados e recordassem os acontecimentos heróicos e as personalidades eminentes da cultura e da luta revolucionária.

Um dos primeiros monumentos foi, portanto, o obelisco no Jardim Alexándrovski do Kremlin. Foi inaugurado na véspera do primeiro aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, em 1918.

Aos olhos do público que assistira à cerimónia de inauguração apresentou-se um monumento com foz, martelo e a sigla R. S. F. S. R. no pedestal, com 19 nomes gravados num sóbrio quadrangular. Eis aqui esses nomes: Marx, Engels, Liebknecht, Lassalle, Bebel, Campanella, Mellier, Winstanley, T. More, Saint-Simon, Vaillant, Fourier, Jaurès, Proudhon, Bakúnine, Tchernichéwski, Lavrov, Mikhailóvski, Plekhánov.

Diferentes são os destinos e trajectórias de vida destes homens, as suas concepções teóricas e actividade prática.

É imortal o nome de K. Marx, audaz descobridor de novas verdades científicas e revolucionário que dirigiu durante longos anos a luta do proletariado mundial pela emancipação do jugo de exploração. Ao nome de Marx associa-se a criação duma concepção do mundo, verdadeiramente científica, que proporcionou à classe operária uma

arma invencível de conhecimento e transformação do mundo. A vida e a actividade de K. Marx são um exemplo de serviço abnegado à humanidade, de proeza revolucionária e de inspiração científica.

Friedrich Engels, amigo e companheiro de luta de K. Marx pertence também à plêiade de eminentes cientistas e revolucionários. Foi um homem de conhecimentos enciclopédicos, pensador genial e, juntamente com K. Marx, criador da nova doutrina, o comunismo científico.

Os nomes de K. Marx e F. Engels, fundadores do comunismo científico, líderes do proletariado mundial, figuram, com toda a razão, entre os mais destacados no primeiro monumento que se erguera na Rússia revolucionária, o país onde as suas ideias, planos e sonhos sobre o futuro encontraram a sua materialização.

T. More, Winstanley, Campanella, Mellier, Saint-Simon, Fourier foram os criadores do socialismo utópico. Pode ser que, numa perspectiva actual, a sua doutrina tenha muito de ingénuo, porém, não convém esquecer que foram precisamente eles que proporcionaram à humanidade um panorama impressionante da sociedade justa e muitas das suas ideias foram reelaboradas de modo criador e formuladas cientificamente pelos fundadores do marxismo-leninismo.

W. Liebknecht, Bebel, Jaurès e Vaillant desempenharam um papel destacado no desenvolvimento do movimento operário e socialista; os seus nomes associam-se à luta contra a reacção, a exploração capitalista, o militarismo e as guerras imperialistas.

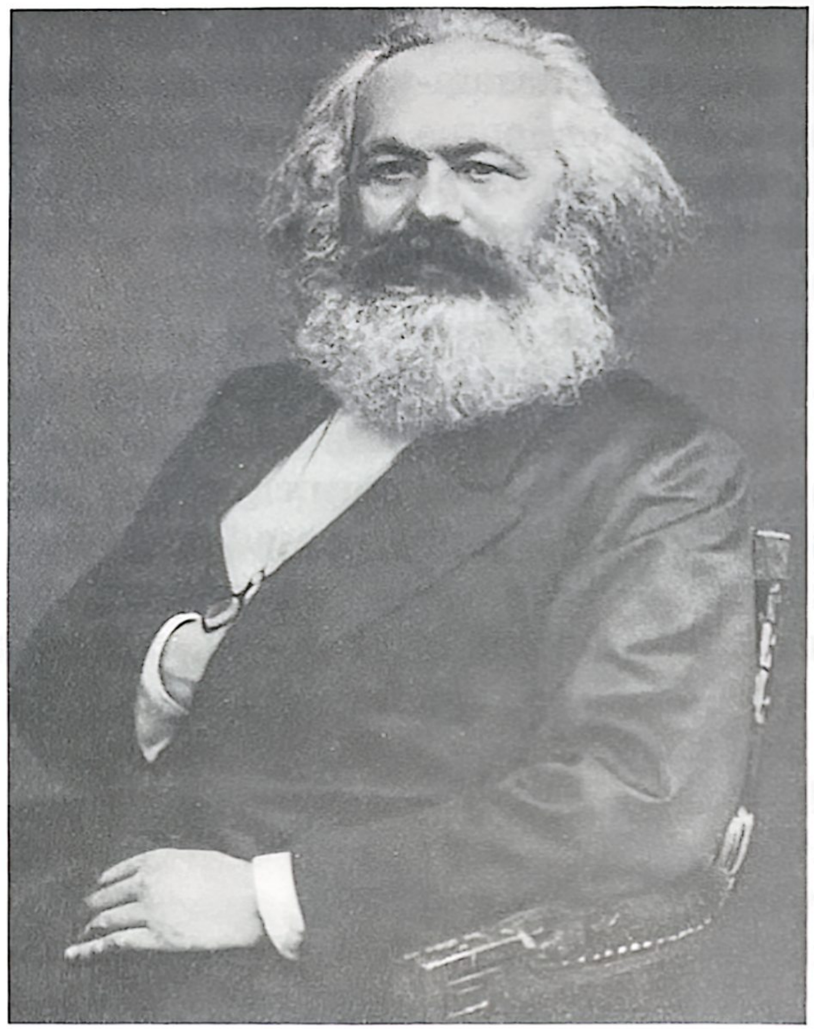
Sem Tchernichéwski, Lavrov, Plekhánov, Bakúnine e Mikhailóvski é impossível conceber o desenvolvimento do movimento revolucionário e democrático russo. A vida e a actividade destas personalidades e a sua procura de caminhos para a libertação do povo ajudam a compreender a ideia leninista de que a Rússia "tinha adoptado o marxismo em sofrimentos".

Os representantes do socialismo pequeno-burguês – Proudhon e Lassalle – desempenharam um papel determinante no movimento operário, suscitando, com as suas obras e discursos ardorosos, o interesse do proletariado francês e alemão pelo socialismo.

A maior parte destes homens, ainda em vida, provocaram o ódio veemente das classes dominantes, sofrendo perseguições e privações. Os homens, cujos nomes estão gravados no primeiro monumento revolucionário da primeira república socialista, tiveram, no conjunto, mais de 300 anos de exílio, desterro, prisão perpétua e cárceres – praticamente metade da sua vida consciente.

O presente livro que oferecemos ao estimado leitor esboça a vida de cada um destes pensadores e lutadores, o seu destino e a sua luta pela libertação do povo do jugo dos "poderosos do mundo". Proporciona também uma breve característica das suas concepções e mostra a influência que tiveram estes revolucionários sobre as futuras gerações de combatentes pela liberdade. É natural que num esboço breve seja difícil apresentar exaustivamente o trabalho científico e prático destes revolucionários. Nem se pretendia esta tarefa. Os autores limitaram-se apenas a apresentar de forma acessível as figuras destacadas do socialismo e da revolução, cujos nomes foram imortalizados no primeiro monumento revolucionário do Estado soviético.

E se, depois de virar a última página, alguém quiser saber mais da vida destes revolucionários e políticos dirija-se à sua herança literária e às suas obras que, de modo mais pormenorizado, abordam a trajectória da vida dos pensadores e lutadores pela liberdade. E assim os autores poderão considerar consumada a tarefa que se propunham.



Karl Marx
1818 - 1883

NÃO POSSO VIVER EM TRANQUILIDADE

Em 1841, numa revista literária berlinense apareceu o poema seguinte:

Não posso viver em tranquilidade,
Se toda a alma está em fogo,
Não posso viver sem combate,
Sem tempestade, em entressonhos
.....
Então, enveredemos pela senda
áspera e longínqua,
Para não vivermos uma vida aborrecida
e vazia.
Para não levarmos a nossa vida deplorável
sob o jugo da preguiça odiosa.
Pois o homem é poderoso
na sua audácia e nas suas aspirações.

O autor destas linhas foi Karl Marx quando jovem. Passarão bastantes anos antes de ele formular a sua teoria científica de renovação social do mundo. Mas naquela altura era um jovem enérgico, cheio de vida, que assombrava todos não só com o seu raciocínio analítico e conhecimentos enciclopédicos como também com a sua energia

incontida e audácia de pensamento. Marx jovem tinha uma atitude aguda face à injustiça, um sentimento vivo de compaixão pelas outras pessoas, mas não por aquelas, cujas residências, no centro de Berlim, eram adornadas com fachadas sumptuosas, antes por aquelas que povoavam os subúrbios da capital do reino prussiano. Este sentimento não era próprio de muitos dos seus companheiros de estudo, pois não era de bom gosto naquele meio pensar a sério nisso e, enfim, para quê? Camponeses arruinados, que é isso? Multidões de gente mal vestida que saía das portas das fábricas? Valia a pena pensar nisso nas salas espaçosas e iluminadas da Universidade, onde os professores falavam da harmonia universal.

Não foi de repente que K. Marx chegou a criar a teoria do comunismo científico que, posteriormente, ostentou o seu nome. Em frente divisava-se uma trajectória de luta difícil, de perdas irrecuperáveis, de noites de vigília e de trabalho titânico.

Karl Marx nasceu a 5 de Maio de 1818 em Treveros, na província renana, uma das regiões mais adiantadas económica e politicamente da Alemanha.

O pai, Heinrich Marx, uma figura dotada de talento e bastante destacada, experimentava uma enorme ternura para com o filho, preocupando-se constantemente pelo seu desenvolvimento espiritual.

Em 1830, Karl inscreveu-se no ginásio de Treveros. Era um bom aluno que sempre conseguia êxitos extraordinários, sobretudo nos domínios que

exigiam espírito de criação e imaginação viva. Marx aprende na perfeição as línguas latina e grega, revelando capacidades inusitadas na interpretação de textos antigos. E, talvez, esta propensão para as línguas antigas tivesse proporcionado a Marx aquele estilo singular, vivo, cheio de ironia, que distingue as suas obras. As capacidades de K. Marx em matemática não foram inferiores às linguísticas. É justamente nessa altura que se vão modelando as concepções democráticas de Marx e revelando o ódio a tudo o que era reaccionário e retrógrado.

Em Outubro de 1835, Marx ingressa na Universidade de Bona e aí enfrenta uma época de estudos duros, de revisão das concepções tradicionais e de procura do verdadeiro trajecto da vida. Um ano depois, Marx inscreve-se na faculdade jurídica da Universidade de Berlim, onde ainda "pairava o espírito vivo" do grande Hegel.

Paralelamente com as aulas de jurisprudência, história, teoria da arte e línguas estrangeiras, Marx afunda-se cada vez mais na filosofia. Estuda obras filosóficas sérias, trabalhos de Hegel e dos seus discípulos. Ao mesmo tempo aproxima-se dos seguidores de Hegel, os hegelianos jovens, cuja audácia na crítica de muitos dogmas religiosos e filosóficos suscita as simpatias do jovem pensador.

A partir dos finais dos anos 30, K. Marx dedica-se inteiramente ao estudo da filosofia. O resultado deste trabalho foi a dissertação "Diferença entre a Filosofia Naturalista de Demócrito e a Filosofia Naturalista de Epicuro", pela qual recebe, em 1841, o diploma de Doutor em Filosofia. Apesar de se manter ainda partidário da doutrina hegeliana,

a dissertação revela já um passo em frente quanto ao desenvolvimento espiritual do autor. Marx proclama o princípio da atitude activa da filosofia em relação à realidade, declarando abertamente as suas concepções ateístas.

Ao mesmo período refere-se o início da actividade política de Marx. Em Outubro de 1842, torna-se um dos colaboradores e redactores da *Gazeta Renana*. Os artigos de Marx imprimem a orientação do jornal e a tendência revolucionária e democrática. Sentem-se aqui o ódio em relação ao regime feudal e monárquico e o apelo às liberdades democráticas e à luta revolucionária. Sem dúvida, estes apelos não podiam deixar o governo prussiano indiferente. Cada número que vinha à luz era sujeito a censura implacável. "É aborrecido permanecer sob o jugo, mesmo em nome da liberdade; é odioso agir com picadas de alfinete em vez de lutar com cacetes"[1], escreveu Marx. No início de 1843, o governo fechou a *Gazeta Renana*. Em Junho do mesmo ano, Marx casou civilmente com Jenny von Westphalen, a companheira da sua vida, amiga e partidária na luta revolucionaria. Inicialmente, os recém-casados instalaram-se em Kreiznach e, mais tarde, fixaram residência em Paris.

Paris acolheu Marx com o sussurro das folhas amareladas e as chuvas de Outono. Foi a primeira visita de Marx a Paris, mas a mais memorável e significativa. Foi justamente nesse período de 1843 a 1844 que se efectuou a sua passagem para as posições revolucionárias e comunistas e travou uma amizade sincera e de longos anos com Friedrich Engels.

Em Fevereiro de 1844, foi publicado o primeiro e último número do *Anuário Franco-Alemão* em que Marx formulara o seu postulado de que a transformação comunista da sociedade é o único caminho real para superar as limitações da revolução burguesa e emancipar o homem do jugo social, nacional e de outra índole. Acentuou o papel do proletariado enquanto força social, capaz de levar a cabo esta transformação, pronunciando-se já a partir de posições proletárias, como ideólogo da classe operária que "... apela para as *massas e o proletariado*"[2].

Em Paris, K. Marx participa activamente na actividade relacionada com a emigração alemã e colabora com o jornal *Vorwärts* (Avante!). Porém, em Janeiro de 1845, as autoridades francesas, para satisfazer o Governo prussiano, expulsaram do país os redactores e colaboradores do jornal; por isso, os Marx viram-se obrigados a mudar para Bruxelas.

Em Bruxelas, os Marx viram-se sem meios de subsistência, pois a única fonte do orçamento familiar – os honorários pagos pelos artigos sobre questões políticas – fechou-se, porque a polícia bruxelense proibira Marx de publicar fosse o que fosse na imprensa. Nesta situação deplorável, foi auxiliado por Friedrich Engles que angariou meios entre os partidários e simpatizantes de Marx na província renana, anexando também uma parte do honorário que lhe correspondia pelo livro *A Situação da Classe Operária na Inglaterra*.

Na capital belga, Marx mergulha inteiramente no trabalho. Juntamente com F. Engels, em cerca de seis meses termina o manuscrito *A Ideologia*

Alemã e escreve outras obras. Toda a experiência precedente da luta de classes e a análise teórica levam Marx e Engels à conclusão de que só um partido revolucionário dos operários pode levantar, organizar e dirigir a classe operária para a destruição do mundo velho. É preciso acrescentar que, naquela altura, na Europa estavam a aproximar-se as revoluções democrático-burguesas, cujo advento já era real. Segundo Marx, a classe operária devia enfrentá-las bem armada e, para isso, o elemento imprescindível era o partido revolucionário. Já no início de 1846, Marx fundou o Comité de Correspondentes Comunistas, responsável por manter relações com comités e grupos na Grã-Bretanha, em França e na Alemanha. Combate os representantes das mais diversas tendências do socialismo pequeno-burguês. Em Junho de 1847, celebra-se, em Londres, o primeiro congresso da Liga dos Comunistas, ao qual assiste F. Engels.

A Liga dos Comunistas, reorganizada por Marx e Engels, lança a base do movimento operário revolucionário.

O segundo congresso da Liga, celebrado em Londres, encarrega Marx e Engels de escrever o seu programa. Em Fevereiro de 1848, vem à luz o *Manifesto do Partido Comunista*, uma das primeiras obras do marxismo amadurecido, o documento que atesta o aparecimento do comunismo científico.

A revolução de 1848–1849 é a primeira prova histórica do marxismo.

A notícia sobre o derrubamento do "rei dos

banqueiros" – Louis-Philippe – provocou o alvoroço entusiasmado dos bruxelenses. Marx e Engels, desterrado da França na véspera dos acontecimentos de Fevereiro, compartilham a alegria geral. Estava a aproximar-se o dia tão longamente ansiado e sonhado, o dia em que nas ruas das cidades alemãs cairão por terra as coroas detestáveis, símbolos do poder real e da nobreza.

Contudo, a reacção não queria render-se sem combate. Perto de Bruxelas foram concentradas as tropas que deviam provocar os operários para acções prematuras. Marx doa, da herança recebida na véspera destes acontecimentos, uns milhares de francos para a aquisição de armas para os operários.

A polícia belga, assustada com a actividade revolucionária de Marx, apressou-se a expulsá-lo do país. Portanto, a 4 de Março, o futuro autor do *Capital* abandona Bruxelas, dirigindo-se a França. Mas todo o seu pensamento continua na pátria, na Alemanha.

Após as arruaças de Março em Berlim, quando a reacção, na pessoa do rei prussiano Guilherme, teve de render homenagem aos lutadores caídos na luta revolucionária, os emigrados alemães em Paris puderam voltar à pátria. Em Abril de 1848, Karl Marx regressa à Alemanha.

Em Colónia, inicia a edição da *Nova Gazeta Renana* que se torna o porta-voz da democracia revolucionária. Marx e Engles definiram claramente o programa deste órgão de imprensa: a abolição dos Estados prussiano e austríaco, baluartes do regime reaccionário, e a criação duma

Alemanha republicana única. A *Nova Gazeta Renana* defende consequentemente a política de aprofundamento da revolução e aprecia de um ponto de vista proletário a evolução da luta política.

Marx é o responsável pela redacção. É ele que determina a estratégia do jornal, distribui tarefas entre os seus colaboradores, realiza uma ampla correspondência, redige textos e governa as finanças. Quando o jornal se viu numa situação material difícil, doou um montante considerável da herança do seu pai. O redactor-chefe, com apenas 30 anos de idade, tinha colaboradores excelentes: Friedrich Engels, autor de artigos profundos no seu conteúdo; Wilhelm Wolff, secretário da redacção e publicista; Georg Weerth, poeta; Heinrich Bürgers, Ferdinand Wolff e outros. Mercê do seu génio, a *Nova Gazeta Renana* adquire novos adeptos e suscita o ódio entre as classes dominantes.

Para além do trabalho na redacção, que exige muito tempo e esforços de Marx, faz parte da direcção da Sociedade Democrática de Colónia e do Comité distrital dos democratas da Renânia. Na Primavera de 1849, empreende tentativas para unir estas associações num partido das massas proletárias, no entanto, a ofensiva reaccionária frustra estes planos. Em Maio de 1849, o governo prussiano suspende o jornal. O último número da *Nova Gazeta Renana* sai impresso a tinta vermelha.

Em Junho do mesmo ano, Marx vai a Paris e, em Agosto, vê-se forçado a fixar residência na Grã-Bretanha. Em Londres prossegue na

elaboração da teoria do comunismo científico. O grande mérito do génio de Marx foi a criação, juntamente com Engles, da concepção científica do mundo que representa um sistema rigoroso de concepções filosóficas, económicas, sociais e políticas. Portanto, o marxismo é o resultado da assimilação crítica e do desenvolvimento de todas as aquisições precedentes do pensamento social.

K. Marx foi o primeiro a estender o materialismo à história da sociedade humana e o método dialéctico à análise das leis de evolução da Natureza, da sociedade e do conhecimento. Isto foi uma verdadeira revolução. As massas trabalhadoras receberam uma poderosa arma teórica na sua luta contra os opressores.

Segundo K. Marx, a condição essencial da transformação do mundo é a emancipação do homem da exploração e a substituição do modo de produção capitalista por outro, mais progressista – comunista. Esta substituição não pode efectuar-se por si própria. Para o efeito, o proletariado, sob a direcção do seu partido, deve entrar em luta de classes intransigente que levará necessariamente à revolução socialista e à instauração da ditadura do proletariado.

Em oposição a todas as teorias e religiões precedentes que proclamavam os seus dogmas como imutáveis e eternas, o comunismo científico é uma doutrina viva e criadora.

A nova doutrina foi indissoluvelmente associada à actividade prática dos homens, à luta revolucionária da classe operária. Nas *Teses sobre Feuerbach* Marx salienta a importância decisiva da

prática tanto para a vida social como para o processo de conhecimento. A última tese exprime o carácter revolucionário da concepção comunista do mundo: "Os filósofos só *interpretavam* de diferentes maneiras o mundo, mas é necessário *transformá-lo*"[3].

É certo que os postulados fundamentais do marxismo não foram formulados de repente. Foram precisos longos anos de trabalho minucioso e escrupuloso.

Uma das obras principais de Marx é *O Capital*. K. Marx iniciou o estudo minucioso da economia política do capitalismo a partir dos meados dos anos quarenta. Considerava com toda a razão que esta esfera de investigação o ajudaria a penetrar nas leis específicas do capitalismo. E este trabalho exigiu dele uma grande tensão de todas as forças.

Em Janeiro de 1859, o esboço económico manuscrito já estava pronto. Encerrava o plano de preparar seis livros: sobre o capital, a propriedade da terra, o trabalho assalariado, o Estado, o comércio externo e o mercado mundial.

Porém, Marx nem um tostão tinha para enviar o manuscrito ao editor. Talvez pareça paradoxal uma situação dessas: um cientista que escolheu como objecto de estudo a economia política do capitalismo, um destacado teórico em matéria de dinheiro, não tinha esse dinheiro. E, como antes, Engels veio outra vez em seu auxílio. O manuscrito foi enviado ao editor e, em pouco tempo, saiu sob o título *Contribuição para a Crítica da Economia Política. Primeira Edição*. É uma das mais importantes obras de Marx. A parte mais notória é

a introdução ao livro que, pela primeira vez, expõe de forma sistematizada as teses fundamentais da nova concepção materialista da história.

No entanto, Marx considerava que essa obra não ia além da primeira abordagem do tema que devia ser desenvolvido em profundidade. Portanto, a continuação desse trabalho foi *O Capital*, um dos seis livros enunciados na *Contribuição para a Crítica da Economia Política.*

Assim que veio à luz a sua primeira investigação sobre economia, Marx empreendeu esse trabalho. Todos os dias passava muitas horas na Biblioteca Britânica a encher os seus cadernos com apontamentos dos livros lidos. Contudo, a maior parte do trabalho teórico foi feita em casa, à escrivaninha do seu gabinete modestamente mobilado. As memórias dos amigos de Marx ajudam-nos a reproduzir o interior dessa sala: uma poltrona grande de madeira, secretárias com manuscritos amontoados, estantes com livros e jornais, o fogão de sala com fotografias de familiares e amigos mais íntimos – Friedrich Engels e Wilhelm Wolff. No meio do gabinete, um tapete gasto por palmilhar, meditabundo, a sala durante noites de vigília. Aliás, um ambiente muito simples e até pobre. Mas era dali que Marx mantinha milhares de ligações com a luta da classe operária e era ali que, de cabeça inclinada sobre as páginas dos livros, ele via, por trás das linhas e dos números, as relações existentes na vida real.

Nos fins de Março de 1867, quase dez anos de trabalho obstinado, o primeiro tomo estava pronto

para o prelo. Nos finais do mesmo ano, *O Capital* veio à luz.

Marx coloca no centro da investigação as relações entre o capital e o trabalho, entre a burguesia e o proletariado. Para ele, o capital não é apenas uma simples soma de dinheiro poupada cuidadosamente por um empresário, mas as relações sociais baseadas na pilhagem descarada e na exploração implacável dos operários assalariados. Para determinar o lugar verdadeiro do capital no sistema das relações sócio-económicas, Marx debruçou-se sobre a essência própria da exploração capitalista. Nem os economistas burgueses, nem os socialistas utopistas puderam chegar à essência do problema. Só o génio de Marx, partindo da análise das propriedades e do carácter contraditório da mercadoria, soube descobrir a lei da apropriação, pelos capitalistas, de uma parte, não remunerada, do trabalho dos operários, a mais-valia. No entanto, Marx não se limitou ao exame dessa lei; além disso, revelou a contradição essencial do regime capitalista e provou a inevitabilidade do seu perecimento e da vitória do novo regime comunista.

Mercê de *O Capital* foi arrasada a fé na firmeza da sociedade capitalista, muito antes de se iniciar o seu desmoronamento. Este livro ajudou o proletariado a compreender claramente os seus objectivos e tornou-se uma arma poderosa de luta pela libertação da exploração. "Desde o momento em que apareceram os capitalistas e os operários, não houve nenhum livro que tivesse tanta importância para os operários, a não ser aquele que

está diante dos nossos olhos"[4], escreveu Engels por motivo da primeira edição de *O Capital.*

Simultaneamente com o trabalho meramente científico, K. Marx continua o seu trabalho de organização do movimento revolucionário. A ele compete um papel de destaque na organização da Associação Internacional dos Trabalhadores, a I Internacional, cujo congresso constituinte se celebrou em 1864. Marx preside ao Conselho Geral, órgão dirigente da organização. No *Manifesto Constituinte da Associação Internacional dos Trabalhadores* e nos *Estatutos Provisórios da Associação* preparados por K. Marx, foram expostos postulados programáticos que definiram a orientação revolucionária da Internacional e desenvolveram o internacionalismo proletário.

A partir do Verão de 1870, Marx centra a sua atenção na situação política que se produziu em França. Os departamentos do Norte do país tornaram-se o cenário da guerra franco-prussiana: a capitulação das tropas de Napoleão III em Sedan, a revolução de Setembro em Paris que varreu o Segundo Império e proclamou a república...

O novo governo, mais receoso do seu próprio povo que de Bismarck e dos intervencionistas prussianos, tentou desarmar a Guarda Nacional. Em 18 de Março de 1871, pela noite, as tropas fiéis ao governo avançaram na direcção de Montmartre com intenção de apoderar-se dos canhões da Guarda Nacional. A tentativa frustrou-se. O povo indignado tomou o poder nas suas mãos. Em 26 de Março, em Paris, foi proclamada a Comuna.

Marx acompanha, com vivo interesse

o desenrolar dos acontecimentos, aguardando ansiosamente qualquer notícia sobre a Comuna. Mas a imprensa burguesa deturpa propositadamente os acontecimentos, caluniando os *communards* e falando das "arbitrariedades e horrores" cometidos por eles. Contudo, em todo este fluxo de mentiras e calúnias Marx soube distinguir os grãos da verdade. E mais tarde conseguiu estabelecer contactos com a secção parisiense da Associação Internacional dos Trabalhadores. Advertiu a Comuna da possibilidade de conluio contra-revolucionário entre Bismarck e Thiers e saudou muitas das iniciativas dos parisienses revolucionários. Marx dirigiu-se aos social-democratas de diferentes países apelando para que desenrolassem um movimento de solidariedade a favor da Comuna. Conclamou os operários ingleses, alemães, austríacos e de outros países a organizarem acções de massas em defesa dos parisienses insurrectos.

Entretanto, as notícias que vinham da capital da França eram cada vez mais lúgubres. Thiers, ao recompor-se do primeiro choque e apoiado por Bismarck, lançou tropas contra a Comuna. Em Maio, os combates já se travavam nas ruas da cidade. As tropas do regime iam-se apoderando de um bairro após outro, fusilando, sem tribunal, os *communards* presos. Marx tinha dó, quando ouvia falar dos actos bárbaros de vingança que cometia a burguesia triunfante. Isso reflectiu-se mesmo na sua saúde – por vários dias ficou de cama.

Em 30 de Maio de 1871, quando os *communards* defendiam as últimas barricadas em Paris, Marx

apresentou aos membros do Conselho Geral um apelo intitulado *A Guerra Civil em França*, no qual proporcionou uma profunda análise científica da Comuna de Paris e advertiu que os erros cometidos por ela não fossem repetidos nas futuras acções revolucionárias dos operários. Marx acentuou que a Comuna foi a primeira experiência da ditadura do proletariado que demonstrou a necessidade de destruição do aparelho de Estado velho em aliança com outras camadas da população trabalhadora.

Nos últimos anos da sua vida, Marx centrou a sua atenção no aperfeiçoamento da teoria revolucionária, na formação dos partidos proletários em países e no fortalecimento das relações internacionais entre estes partidos.

K. Marx revelou um profundo interesse pela realidade russa. As suas ligações com representantes do movimento revolucionário russo fortaleciam-se cada vez mais. Apreciava altamente a literatura democrática russa e considerava que a Rússia podia desempenhar um importante papel no processo revolucionário. Marx já tinha 52 anos, quando começou a estudar a sério a língua russa, considerando imprescindível a leitura das fontes originais sobre as relações de propriedade da terra na Rússia para completar o exame da questão agrária. Depois de ler no original a obra do sociólogo e economista russo V. V. Bervi-Fleróvski, Marx escreveu: "O livro de Fleróvski *A Situação da Classe Operária na Rússia* é uma obra relevante. Estou satisfeito de poder lê-la agora com certa facilidade, mas com dicionário. Relata exaustivamente a situação económica da Rússia. É

um trabalho escrito com esmero. Durante 15 anos, o autor percorreu todo o país – desde as fronteiras do Oeste até à Sibéria Oriental, desde o Mar Branco até ao Cáspio – com o único fim de estudar factos e desmascarar mentiras tradicionais... Depois de estudar a sua obra, chega-se à conclusão que na Rússia é inevitável e iminente uma grandiosa revolução social – sem dúvida, sob formas primitivas que correspondem ao nível actual de desenvolvimento da Moscóvia. São notícias boas. A Rússia e a Inglaterra são os dois grandes pilares do sistema europeu contemporâneo. Todos os demais países têm importância secundária, mesmo a bela França ou a douta Alemanha..."[5]

Das obras de Herzen, Tchernichéwski, Bervi-Fleróvski, Saltikov-Stchedrine, Nekrássov, Dobroliúbov e Púchkine, Marx colhia informação sobre a situação e a luta das massas populares, sobre a história do pensamento social progressista. O tema prevalecente na correspondência de Marx com revolucionários russos eram as questões relativas à revolução russa. Marx examinava cuidadosamente as causas da situação revolucionária resultante da luta contra o regime de servidão da gleba.

Intervindo na Conferência da Internacional celebrada em Londres em 1871, Marx frisou que entre a classe operária russa era forte o espírito de internacionalismo e solidariedade. Nas comemorações do 10° aniversário da Comuna de Paris, Marx e Engels anunciaram profeticamente que o movimento revolucionário ascendente na

Rússia "havia de conduzir necessariamente à instauração da Comuna russa".

Marx teve de suportar todas as dificuldades da vida na emigração: as perseguições por parte de governos burgueses, as privações frequentes do mais necessário. A sua esposa e companheira fiel, Jenny, compartilhou com ele todas as amarguras da sua vida inquieta: as peregrinações, o exílio, a penúria e as perseguições. Dos sete filhos que a família teve sobreviveram apenas as três filhas – Jenny, Laura e Eleonor. A mulher de Marx era a sua ajudante e assessora mais próxima, o seu "génio bom". Viveu até a época, em que o nome de Marx se tornou o símbolo do novo mundo em luta, desde a Rússia até à América.

Houve duas figuras que desempenharam um papel excepcional na vida de Marx – Jenny e Engels.

O que Marx apreciava em Jenny eram a sua graça natural, o seu gosto estético refinado e vastos conhecimentos. Apesar de muitas preocupações familiares, foi ao longo dos anos a sua secretária e reescrevia as suas obras. Mantinha numerosa correspondência com muitos representantes insignes do movimento operário mundial e sentia no coração tudo o que estava ligado a este movimento.

Muitos contemporâneos de Marx reconheciam que ele era genial. Todos os que contactavam com o grande pensador constatavam o génio de Marx, a sua erudição de dimensões colossais e o poder irresistível do seu discernimento e talento. Quando se toma conhecimento das obras marxistas, põe-se em relevo a força, o poder e as dimensões do génio

do seu autor. A grandeza de Marx consiste em dar respostas a todas as questões palpitantes do desenvolvimento histórico. Pertence-lhe o mérito de ter efectuado uma grande revolução nas concepções acerca da natureza e da sociedade.

Muitos contemporâneos de Marx acentuaram o facto de ele ser um homem simples, acessível e comunicativo. Um dia, a sua filha Jenny propôs-lhe responder a algumas perguntas do questionário posteriormente conhecido por "Confissão".

Pergunta: Que virtude aprecia nas pessoas?
Resposta: A simplicidade.

Marx não só apreciava esta qualidade nas outras pessoas, mas ele próprio era um homem simples e modesto. Visitavam a sua casa pessoas diferentes, da Sibéria e da América, das manufacturas de Manchester e dos salões de Paris. E todos podiam contar com bom conselho e apoio. Mas enfurecia-se com quem quer que revelasse tendência para a "idolatria". Uma vez, quando Marx quis visitar a sua filha mais velha, avisou-a por carta de que não ficasse preocupada com respeito ao dia e à hora exacta da sua chegada e não informasse ninguém da sua intenção. Marx explicou essa decisão que não havia nada que o enervasse tanto como a multidão à espera dele na estação do caminho de ferro.

Pergunta: Que virtude aprecia mais no homen?
Resposta: A força.
Pergunta: A sua característica pessoal?
Resposta: Objectivo único.

Pergunta: O seu conceito de felicidade?
Resposta: Luta.

No início dos anos 80, a saúde de Marx agravou-se bastante. Em Dezembro de 1881, morreu a sua esposa e em Janeiro de 1883, a sua filha mais velha, Jenny. Tudo isto arruinou por completo a saúde do grande pensador. Marx sucumbiu em 14 de Março de 1883. O funeral teve lugar em 17 de Março no cemitério de Highgate em Londres. Ali, Engels pronunciou as suas palavras verdadeiramente proféticas: o nome e a obra de Marx sobreviverão séculos!

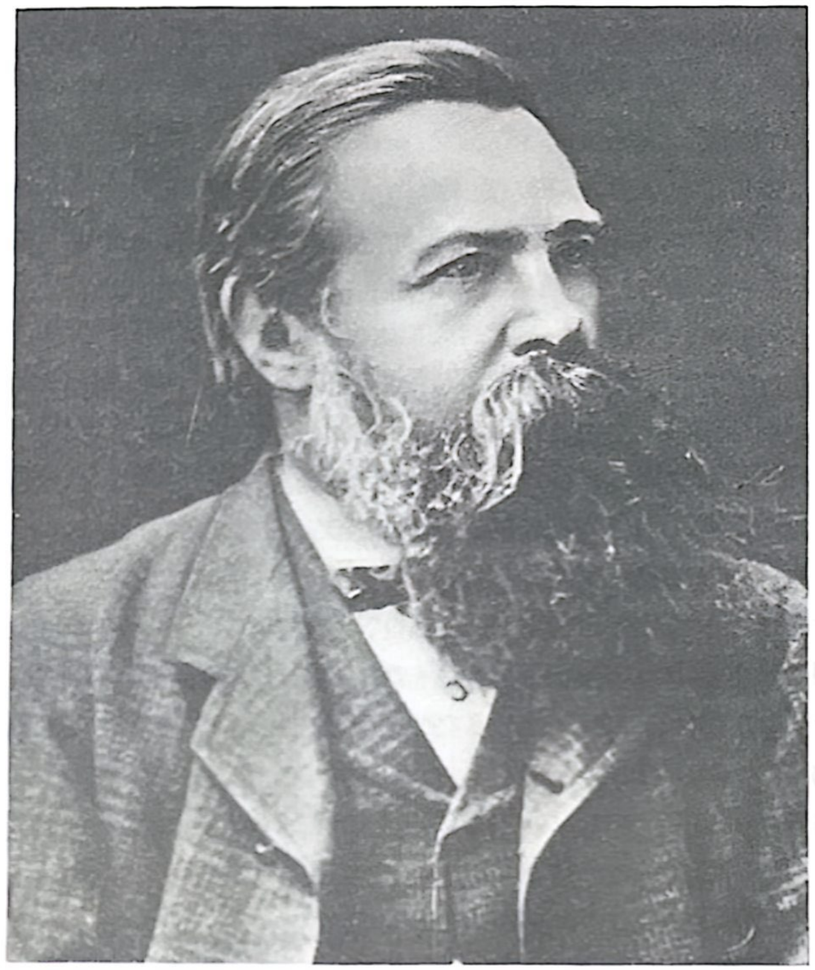
A revolução de Outubro na Rússia em 1917 inaugurou a época de desmoronamento do capitalismo e de passagem para o socialismo e o comunismo. Todos os acontecimentos posteriores na arena internacional – a formação do sistema socialista mundial, a ampliação e o aprofundamento sem precedentes do processo revolucionário, incluindo a amplitude gigantesca do movimento de libertação nacional – estão ligados expressamente às ideias de Marx.

Mesmo os ideólogos burgueses têm de reconhecer a força invencível do marxismo.

O famoso escritor americano Edmund Wilson, no seu livro *A Estação da Finlândia*, diz que a doutrina de Marx representa uma teoria completa e coerente que revelou mais mistérios do passado, esclareceu mais problemas complexos dos tempos presentes e mostrou os caminhos mais práticos para o futuro do que qualquer outra teoria criada antes dele.

De passagem, para muitos escritores e cientistas

burgueses parece mistério porque é que a doutrina marxista se tornou um impulso para milhões de trabalhadores. A resposta é unívoca: Marx apoiou-se no fundamento sólido dos conhecimentos humanos adquiridos sob o capitalismo. Estudou as leis da evolução social e compreendeu que o desenvolvimento do capitalismo conduzia inevitavelmente às transformações sociais e à revolução socialista. Marx reveu, submeteu ao raciocínio crítico e pôs à prova da prática do movimento operário tudo o que criara o pensamento humano e, com base nisso, chegou a conclusões inacessíveis para aqueles que se cingiam a preconceitos burgueses.



Friedrich Engels
1820-1895

UM ENCONTRO QUE DUROU QUARENTA ANOS

Em Agosto de 1844, no seu regresso da Inglaterra à Alemanha, Engles visitou brevemente Paris a fim de conhecer melhor K. Marx. Ambos tinham ouvido falar bastante um do outro e até se entreviam de passagem na redacção da *Gazeta Renana*, mas não chegaram a estabelecer contactos pessoais mais estreitos. E agora em Paris, na rua Vannau, no apartamento modesto do doutor Karl Marx havia conversas sem fim até altas horas. Os dois sentiram logo que compartilhavam as mesmas ideias quanto à causa comum à qual se haviam dedicado inteiramente. Tinham também algo em comum quanto ao espírito e aos interesses. Ambos sentiram aquela indescriptível simpatia recíproca que se transforma com o tempo em amizade. Os dez dias em Paris passaram como um dia só. Ao despedirem-se, não sabiam ainda que este encontro breve duraria quarenta anos. "As lendas da Antiguidade – escreveu V. I. Lénine – contam exemplos comoventes de amizade. O proletariado da Europa pode dizer que a sua ciência foi criada por dois sábios, dois lutadores, cuja amizade ultrapassa tudo o que de mais comovente oferecem as lendas dos antigos"[1].

Friedrich Engels nasceu em 28 de Novembro de 1820 em Barmen (província renana da Prússia) na família de um industrial. Em 1834, entrou para o liceu de Elbervelde. Mas o seu pai decidiu que o filho mais velho devia enveredar pelo mundo dos negócios; portanto, Friedrich Engels teve de abandonar o liceu um ano antes de finalizar o curso e seguir a carreira de comerciante. Porém, nas horas livres, continua com perseverança a sua formação autodidáctica: estuda em profundidade obras filosóficas, históricas e económicas e revela capacidades inauditas na aprendizagem de línguas estrangeiras.

Engels olha com espírito de observação o mundo que o rodeia. Ao ver a penúria extrema dos operários têxteis, ficou comovido e indignado até às profundezas do coração e, como não podia ocultar os seus sentimentos, suscitou a fúria do pai. Em 1839, escreveu as suas *Cartas de Vupertal* nas quais estigmatizou a desumanidade das classes possuidoras: "Entre as classes inferiores domina uma penúria incrível, sobretudo entre os operários das manufacturas... Mas a consciência dos industriais ricos é elástica..."[2]. O sentimento de justiça, tão característico do jovem Engels, atirou-o para o lado dos trabalhadores simples, cujas mãos criam todas as riquezas do mundo. E quanto maior era a sua simpatia para com eles, tanto mais crescia o ódio em relação aos opressores – a burguesia e os senhores feudais.

Prestado o serviço militar, em Novembro de 1842, Engels deslocou-se, por exigência do pai, para Manchester (Inglaterra) a fim de trabalhar no

escritório da fábrica de papel "Ermen & Engels".

Na Inglaterra, Friedrich Engels viu com os seus próprios olhos ao que levava o alto nível de desenvolvimento capitalista: luxo ostentoso e lucros cada vez mais avultados, por um lado, e exploração cada vez mais intensa, por outro. Os contrastes sociais de Manchester perturbavam Engels. Mas, ao mesmo tempo, a estada na Inglaterra possibilitou-lhe fazer outra descoberta: o proletariado não era só uma classe que sofre, mas também uma classe em luta, combatente. Engels acompanha com atenção o desenrolar do movimento cartista e entra em contactos com muitos dos seus dirigentes. Os primeiros artigos que escreveu na Inglaterra e que foram publicados na *Gazeta Renana* evidenciam o processo de formação das convicções socialistas do autor.

Com 25 anos incompletos, Engels escreveu o livro *A Situação da Classe Operária em Inglaterra.* Este trabalho é uma das melhores obras da literatura socialista mundial. V. I. Lénine escreveu a este propósito: "Engels foi o *primeiro* a declarar que o proletariado *não é só* uma classe que sofre, mas que a miserável situação económica em que se encontra empurra-o irresistivelmente para a frente e obriga-o a lutar pela sua emancipação definitiva. E o proletariado em luta *ajudar-se-á a si mesmo.* O movimento político da classe operária levará, inevitavelmente, os operários à consciência de que não há para eles outra saída, senão o socialismo. Por seu lado, o socialismo só será uma força quando se tornar o objectivo da luta *política* da *classe* operária"[3]. Com esta obra, Engels lançou

a base da concepção científica da economia política e aproximou-se muito da compreensão materialista da história.

Depois do encontro e conhecimento pessoal com Marx, Engels regressou à Alemanha, onde participou activamente na organização de comícios de esclarecimento e debates, na criação dos orgãos de imprensa comunistas e nas acções de massas contra a política feudal do governo. É claro que a sua actividade não podia escapar à polícia prussiana. Na Primavera de 1845, fixou residência em Bruxelas e, juntamente com Marx, dedicou-se à elaboração da teoria revolucionária.

No início de 1847, Marx e Engels aderiram à Liga dos Justos. Era uma organização que reunia um grupo de operários, principalmente emigrados residentes em Londres. O programa da Liga, embora com uma palavra de ordem bastante atractiva à primeira vista: "Todos os homens são irmãos", tinha um carácter expressamente utópico e, por conseguinte, não podia satisfazer de modo algum nem Marx nem Engels. Após a sua adesão à Liga dos Justos, esta foi transformada na Liga dos Comunistas. Em Junho de 1847, em Londres, celebrou-se o congresso que constituiu a nova organização. Engels participou nos trabalhos do congresso como delegado dos comunistas parisienses. O Congresso preparou novos estatutos e adoptou o novo nome. A palavra de ordem velha foi substituída por uma palavra de ordem revolucionária, com conteúdo de classe: "Proletários de todos os países, uni-vos!"

Em Outubro de 1847, Engels foi novamente

a Paris a fim de participar nos preparativos para o segundo congresso da Liga dos Comunistas. Ali, escreveu o Projecto de Programa da Liga, conhecido comummente por *Princípios do Comunismo*. Esta obra serviu de base ao *Manifesto do Partido Comunista.*

Em 25 de Fevereiro de 1848, os operários parisienses derrubaram a monarquia de Louis--Philippe e proclamaram a Segunda República. O proletariado francês pôs-se novamente à frente do movimento europeu. O governo republicano da França enviou a Marx um convite de honra para regressar a Paris, que ele aceitou. Em 20 de Março, Engels também partiu de Bruxelas, dirigindo-se a Paris. Em Abril de 1848, Engels, Marx e um grupo dos seus partidários voltaram à pátria para se integrarem activamente no movimento revolucionário. Em Colónia, criaram a *Nova Gazeta Renana*, o porta-voz da democracia revolucionária. Nas páginas do jornal exortavam o povo alemão à luta decisiva contra o regime feudal e o absolutismo e desmascaravam a traição da burguesia, a cobardia e inconsequência dos democratas pequeno-burgueses. Através do jornal, Marx e Engels norteavam a actividade das organizações democráticas e dirigiam a luta das massas populares. Engels publicou aí vários artigos dedicados à insurreição de Junho de 1848 em Paris. Com grande talento e conhecimento profundo do assunto, abordou a guerra de libertação nacional na Itália e na Hungria contra a monarquia austríaca. Nos finais de Setembro, por ordem das autoridades, a edição da *Nova Gazeta Renana* ficou

provisoriamente suspensa e Engels, face à ameaça de ser preso, teve de deslocar-se da Alemanha para à Suíça.

Em Maio de 1849, na província renana e na Alemanha do Sul assistiu-se à luta revolucionária armada. Engels aderiu ao destacamento dos voluntários comandado por A. Willich, membro da Liga dos Comunistas, e passou toda a campanha militar em Pfalz e Baden. Cumpria as tarefas mais difícies e nos dias de combate sempre era visto na primeira linha. Só quando a revolução sofreu uma derrota definitiva, Engels, com os restos do exército revolucionário derrotado, abandonou a Alemanha. Mudou-se para Londres, onde nessa altura morava Marx, e, juntamente com ele, participou na reorganização e consolidação da Liga dos Comunistas, prosseguindo simultaneamente na sua actividade científica.

Em Novembro de 1850, por exigência do pai, Engels mudou-se de Londres para Manchester e voltou a trabalhar no escritório da firma "Ermen & Engels". Por muito que detestasse o seu novo emprego, por muito que sonhasse, nos tempos livres, em prosseguir as investigações científicas, o desejo veemente de apoiar materialmente Marx e a sua família fez com que Engels aceitasse a proposta do pai. Estava sempre disposto a sacrificar-se para poder ajudar o amigo a concluir o seu livro *O Capital.*

A amizade entre Marx e Engels não diminuiu com o tempo. Antes pelo contrário, cada encontro entre eles permitia descobrir novas virtudes recíprocas e proporcionava-lhes novas forças

criadoras. Marx mantinha Engels ao corrente das conclusões feitas durante investigações científicas e pedia-lhe a sua opinião. Por seu lado, Engels, antes de responder às questões que lhe eram colocadas, submetia-as a uma profunda análise teórica.

Durante a colaboração com Marx e depois da sua morte, Engels escreveu várias obras – *Anti-Dühring, A Dialéctica da Natureza, A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* e muitas outras.

A obra científica *Anti-Dühring* é uma das criações mais profundas do marxismo. É um resumo condensado das conclusões teóricas e dos príncípios do marxismo. O livro proporciona a característica do socialismo enquanto novo regime social que desconhece contradições antagónicas de classe e a exploração do homen pelo homem. Expõe de maneira acessível e convincente os postulados fundamentais da filosofia marxista e as bases da economia. O autor do *Anti-Dühring* debruça-se sobre a característica das relações de produção, mostra o seu carácter histórico peremptório e a necessidade objectiva da substituição das relações capitalistas por comunistas.

Nas suas obras, Engels presta muita atenção às questões da organização da produção. Em particular, acentua a importância da ligação da organização consciente da produção social à distribuição planificada. "O desenvolvimento histórico torna tal organização cada vez mais necessária e cada vez mais viável. Com ela começa uma nova época histórica em que os próprios

homens e, com eles, todos os ramos da sua actividade, em particular as ciências naturais, farão tais sucessos que eclipsarão tudo o que fora feito até hoje"[4].

A Dialéctica da Natureza, na qual Engels trabalhou mais de 10 anos, está directamente ligada ao *Anti-Dühring*. Nela o autor generalizou, sob o prisma filosófico, as aquisições mais relevantes então alcançadas no domínio das ciências naturais. O livro contém uma crítica fundamentada do materialismo mecanicista, das teorias idealistas dos cientistas burgueses e do seu método metafísico.

Baseando-se em dados científicos, Engels apresenta o panorama do desenvolvimento dialéctico da natureza desde as formas mais simples, inferiores, então conhecidas do movimento da matéria, até ao aparecimento e à evolução da vida, até ao aparecimento do homem e o desenvolvimento da sociedade. O pensador materialista põe a questão da necessidade de examinar as transformações recíprocas de diversas formas de movimento da matéria umas nas outras, impondo-se assim a tarefa de liquidar o abismo entre algumas ciências naturais. Nesta obra, Engels pressagia algumas descobertas científicas futuras no domínio da física e da química, da biologia e da psicologia.

Nos últimos 12 anos da vida de Engels, Marx já não estava com ele. Mas neste período Engels enriqueceu o marxismo com novas investigações e conclusões, cumprindo ao mesmo tempo, com toda a energia de um verdadeiro líder revolucionário, a tarefa de orientação dos partidos sociais-democratas da Europa e da América.

Muitos representantes do proletariado combatente e da intelectualidade progressista pediam-lhe conselhos e apoio e ele compartilhava generosamente a sua rica experiência e enormes conhecimentos.

Engels fez realmente uma proeza digna de um cientista comunista para preparar o segundo e terceiro tomos de *O Capital*. Quando Marx morreu, os inimigos do marxismo começaram a divulgar rumores de que Marx não havia prosseguido com *O Capital*, parando no primeiro tomo, e que as notícias sobre o segundo tomo em preparação não eram mais que uma "intrujice de Marx" com o fim de se esquivar à polémica científica com os críticos das suas teorias do valor e da mais-valia apresentadas no primeiro tomo.

Após a morte de Marx foi encontrado um rolo com manuscritos do segundo e terceiro livros de *O Capital*. Porém, ninguém sabia se estes já estavam preparados para o prelo. Mesmo Engels não o sabia. Que se faria com o trabalho inconcluso de Marx sobre *O Capital*? Este problema preocupava muitos socialistas que se dirigiam com inquietude e esperança a Engels. Para o efeito, havia de se efectuar um trabalho realmente gigantesco: ler os manuscritos do autor escritos com caligrafia bastante ilegível, decifrar numerosas notas e abreviaturas. O único que podia fazer esse trabalho era Engels.

No início, Engels julgava que poderia preparar o segundo tomo para o prelo em prazos relativamente curtos, mas, em Outubro de 1883,

ficou abatido pela doença que lhe fez perder pelo menos mais de meio ano. A doença fê-lo pensar que, com ele próprio, também podia acontecer qualquer coisa inesperada, no entanto era necessário efectuar rapidamente todo o trabalho relacionado com a preparação do rascunho, isto é, ditar o texto de manuscritos a um escriba. Foi um trabalho enorme que levou muito tempo. As recidivas da doença impediram muitas vezes que Engels trabalhasse sentado à secretária e, então, continuava a ditar estendido no sofá, das 10 horas da manhã até às 5 da tarde, tendo, ainda por cima, de redigir, à noite, o que fora ditado. O segundo tomo de *O Capital* de Marx, redigido por Engels, veio à luz em Julho de 1885.

As dificuldades dos preparativos do terceiro tomo ultrapassaram todas as esperanças prévias de Engels. Esse trabalho levou-lhe cerca de dez anos. Quando Engels trabalhava sobre o terceiro tomo, o princípio fundamental pelo qual se norteava era transmitir os resultados das investigações na linguagem singular de Marx. A intervenção de Engels no texto original limitou-se ao mais necessário. Fez acompanhar esse tomo de *O Capital* de uma introdução desenvolvida na qual esclareceu o estado em que se encontravam os manuscritos e o trabalho que lhe coube. Ainda mais, desmascarou os falsificadores burgueses da concepção materialista da história e da doutrina económica de Marx.

O trabalho sobre o segundo e o terceiro tomos de *O Capital* de Marx é o cume da criação engelsiana, uma proeza em nome da amizade, da

ciência, no interesse do proletariado de todos os países.

A obra de F. Engels *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã* teve grande importância no desenvolvimento do movimento revolucionário internacional. A divulgação da doutrina filosófica burguesa, muito em voga na Europa nos anos 80 do século XIX, o neokantismo, cujo objectivo único era a revisão, do prisma reaccionário, da filosofia clássica alemã, fez necessário o aparecimento deste trabalho. Nele Engels submeteu à análise crítica todas as fontes do comunismo científico e realçou os méritos de Hegel no progresso do pensamento dialéctico e de Feuerbach no desenvolvimento do materialismo. Para mais, Engels mostrou que no processo da elaboração da filosofia marxista tinham sido ultrapassados as visões limitadas da dialéctica de Hegel e do materialismo metafísico de Feuerbach – em suma, foi criado o materialismo dialéctico.

Engels fundamentou a tese de que a questão fulcral da filosofia é a que se refere à correlação entre o ser e a consciência, entre a matéria e o espírito. Projectada no plano do movimento operário, a abordagem materialista deste problema é o critério fundamental na luta teórica entre as duas concepções contrárias que permite travar discussões filosóficas com os ideólogos burgueses.

Na parte final da sua obra Engels debruça-se sobre as leis gerais do progresso social. O autor explica porque é a dialéctica materialista permitiu progredir muito além das descobertas de Feuerbach e revelar a essência da revolução nas concepções

sobre o desenvolvimento da natureza, da sociedade e do conhecimento.

Para o movimento revolucionário mundial, a obra de Engels *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã* é um manual teórico na luta contra a filosofia burguesa, que permite aos socialistas distinguirem, nas suas fileiras, os adeptos da concepção idealista do mundo e lutarem intransigentemente contra eles.

Engels escreveu muitas das suas obras a pedido dos socialistas de diferentes países. Regra geral, estas obras apareciam conforme a agudeza da luta. Por exemplo, para ajudar os socialistas franceses a superarem vacilações oportunistas na questão agrária e esclarecer-lhes o sentido verdadeiro dos postulados marxistas neste domínio, Engels escreveu, em 1894, o artigo *A Questão Camponesa em França e na Alemanha*. Este trabalho marcou mais um passo em frente na elaboração da teoria marxista no domínio da questão agrária. O autor mostrou que o partido proletário só poderia conquistar o poder político com a condição de desenvolver uma ampla propaganda junto dos camponeses e de se tornar uma força piloto nas aldeias. Engels sublinhou que o único caminho para o melhoramento radical na vida dos camponeses era a passagem das pequenas explorações à produção colectiva, comunitária, com a única condição de ser efectuada voluntariamente, com base em exemplos concretos. Advertiu que a política do Estado proletário em relação à grande propriedade fundiária deveria ser diferente, quer dizer que o proletariado vitorioso iria expropriar

esta propriedade igualmente como a dos grandes industriaias. Porém, Engels deu a entender que admitia a hipótese de resgate. "Se a expropriação acontecer com resgate ou sem este, dependerá em grande parte, não de nós próprios, mas das circunstâncias nas quais tomaremos posse do poder, bem como da atitude dos grandes latifundiários. Pela nossa parte, não consideramos de modo algum que o resgate é inadmissível em certas circunstâncias; para esclarecer este ponto, posso invocar a opinião de Marx que dizia a propósito que, para nós, a que importa é resgatarmo-nos do modo mais barato possível deste bando ignominioso"[5].

Engels seguiu com atenção o movimento revolucionário russo, mantendo correspondência com espíritos progressistas da Rússia. Comparando analiticamente o movimento operário na Alemanha, na França, nos Estados Unidos e na Rússia, Engels frisava que a esta última competeria, no futuro, o papel mais importante. Portanto, na Rússia o nome de Engels era associado ao do amigo leal e companheiro de luta de K. Marx. Daí, não ter sido por acaso que o maior número de cartas e condolências por motivo da morte de Marx viesse desse país, nomeadamente: os estudantes da Academia de Pedro em Moscovo pediam, em especial, que na campa do autor de *O Capital* fosse colocada uma coroa de flores com a inscrição seguinte: "Ao defensor dos direitos do trabalho em teoria e ao lutador abnegado pela sua concretização, dos estudantes da Academia de Agricultura de Pedro em Moscovo".

Até aos finais da sua vida, Engels trabalhou muito e intensamente. Dois anos antes da sua morte escreveu a brochura *Será possível o desarmamento da Europa*?, na qual chegou à conclusão de que "o sistema dos exércitos regulares europeus foi levado ao extremo de ameaçar os povos do continente com uma ruína económica inevitável, não podendo aguentar mais o fardo de exorbitantes despesas militares, ou levaria necessariamente a uma guerra total de extermínio, se estes exércitos regulares não fossem oportunamente transformados em milícia do povo armado"[6]. Engels partia de que o desarmamento e, portanto, a garantia da paz eram possíveis. Estas conclusões engelsianas sobre a possibilidade da conservação da paz continuam a ser aproveitadas na actividade dos partidos comunistas. Não foi por acaso que o primeiro decreto do Poder Soviético foi o Decreto da Paz. As primeiras iniciativas do Estado soviético novo no palco internacional tinham como fins o estabelecimento de relações de boa vizinhança e cooperação, de cessação das guerras e da corrida aos armamentos. Com o aparecimento do País dos Sovietes, a luta pela prevenção de novas guerras adquiriu dimensões históricas sem precedentes, uma base material e tornou-se uma realidade política.

Nos últimos anos da sua vida, Engels era o único líder espiritual do movimento operário internacional. Todos os problemas relacionados com a direcção do movimento e que outrora foram divididos com K. Marx, caíram sobre ele. A casa em Londres onde morava Friedrich Engels

tornou-se uma espécie de estado-maior dos revolucionários de todo o mundo. Dali mantinha ligações com socialistas da Inglaterra, da Alemanha, da França, da Rússia, dos Estados Unidos e de outros países. Ali recebia correspondência em línguas diferentes das organizações socialistas e operárias. Ali se elaborava a estratégia da unidade do movimento operário internacional no novo período importante do seu desenvolvimento e encontravam apoio as iniciativas sobre acções revolucionárias da classe operária.

Engels considerava como uma das suas tarefas principais a criação da nova Internacional Socialista. Por altura dos anos 80 do século passado, na maior parte dos países europeus já existiam organizações proletárias e daí surgiu a necessidade imperativa de consolidar a solidariedade entre elas. Nos fins dos anos 80, a social-democracia europeia desenrolou um vasto trabalho preparatório para convocar o congresso constituinte e Engels empenhou-se em que a nova organização internacional fosse fundada sobre uma sólida base marxista. O seu trabalho não foi em vão.

Em 14 de Julho de 1889, em Paris, reuniu-se o primeiro congresso dos marxistas, ao qual assistiram 407 delegados, representantes de 22 nações. Na sala do congresso viam-se as palavras de ordem "Proletários de todos os países, uni-vos!" "Expropriação política e económica da classe dos capitalistas, socialização dos meios de produção!". O congresso formulou reivindicações

programáticas sobre a legislação do trabalho, a realização das manifestações do 1° de Maio pelo dia de 8 horas de trabalho e pela solidariedade proletária internacional. A festa do 1° de Maio de 1890 foi uma demonstração viva do fortalecimento da unidade do movimento operário e das forças crescentes do proletariado. A II Internacional centrou a sua atenção no desenvolvimento dos partidos e organizações marxistas de massas em alguns países. A sua tarefa central foi a preparação da classe operária internacional para a revolução proletária.

Em 1893, apesar da sua idade e má saúde, Engels realizou uma viagem por vários países europeus com o fim de activar a propaganda revolucionária das ideias marxistas. Em 12 de Agosto chegou a Zurique para assistir aos trabalhos do congresso internacional socialista operário. Ali se discutiram a táctica política da social-democracia, as tarefas de luta pelo dia de trabalho de 8 horas, o trabalho nos sindicatos e a questão agrária. A sala recebeu o companheiro fiel de luta de Marx com aplausos clamorosos.

Na sua intervenção, F. Engels submeteu a uma crítica aguda o anarquismo, em torno do qual se travou a discussão durante todo o congresso. Salientou que, com a sua renúncia à estratégia e à táctica do proletariado e a negação do papel dirigente do partido, os anarquistas enganam a classe operária e traem os seus interesses. F. Engels condenou resolutamente os oportunistas que supunham por ingenuidade que se podia chegar ao socialismo só com boletins eleitorais. O orador

exortou a manter e proteger, em todas as circunstâncias, a unidade na luta contra o capitalismo.

No início de Setembro, F. Engels, acompanhado por A. Bebel, dirigiu-se a Viena, via Munique e Salisburgo. E outra vez houve saudações dos social-democratas; revelou-se outra vez a tendência de Engels para evitar elogios eloquentes; outra vez fez lembrar as tarefas dos partidos proletários.

De Viena, Engels seguiu para Londres, via Alemanha. Esta viagem transformou-se numa verdadeira marcha triunfal das ideias do comunismo científico. Nos contactos com os social-democratas austríacos e alemães, Engels viu que a teoria do comunismo científico já se tornara património dos sectores revolucionários da classe operária. E os operários que tiveram a oportunidade de ver e escutar Engels ficavam maravilhados com a paixão revolucionária e a firmeza de princípios do dirigente operário, com o seu humanismo e modéstia.

No entanto, os anos e a vida difícil do revolucionário deixavam-se sentir cada vez mais, ainda que o enfraquecimento físico não pudesse desencorajar Engels. Opunha a este um bom domínio de si próprio e a consciência do dever. E foi por isso que o seu espírito nunca ficou quebrantado. Mas em Março de 1895 sentiu outro ataque da doença e em 5 de Agosto do mesmo ano, às 22 horas e 30 minutos, deixou de bater o coração do insigne cientista revolucionário, um dos fundadores do comunismo científico. O movimento operário internacional perdeu um dos seus maiores lutadores e pensadores. Na cerimónia de enterramento, a 10 de Agosto de 1895, participaram, a pedido insistente do testador, somente os seus amigos mais íntimos, discípulos e companheiros de luta. "Aqui estão presentes poucos – disse Wilhelm Liebknecht –, mas estes poucos representam milhões de pessoas, todo o mundo... e eles prepararão a morte do capitalismo... Engels indicou-nos a todos o caminho e foi o dirigente nesta trajectória, foi o líder e o lutador. Nele fundiram-se num todo a teoria e a prática..."

Wilhelm Liebknecht
1826-1900

NENHUM COMPROMISSO!

Na introdução à tradução russa da brochura de Wilhelm Liebknecht *Nenhum compromisso, nenhum acordo eleitoral!*, V. I. Lénine escreveu: "Liebknecht não nega de modo algum que os acordos com partidos burgueses de oposição são úteis, do ponto de vista de ganhar um aliado (pelo menos um aliado suposto), para combater o inimigo comum. E nisso se revelam a verdadeira inteligência política e o espírito experimentado social-democrata do veterano dos socialistas alemães no sentido de *não se limitar* apenas a estes raciocínios. Ele analisa se esse "aliado" é um inimigo dissimulado que não deve ser admitido nas fileiras. Se este aliado luta efectivamente e como luta contra o inimigo comum. Se o acordo com esse aliado, apesar de ser útil no sentido de aumentar mandatos parlamentares, poderá prejudicar tarefas mais profundas e longínquas dum partido proletário... Liebknecht ensina-nos – continua V. I. Lénine – que o dever de cada social-democrata é saber distinguir nos aliados burgueses os aspectos perigosos e não os esconder"[1].

...Wilhelm Liebknecht nasceu a 29 de Março de 1826 em Giessen na família de um funcionário público. A sua mãe morreu, quando o rapaz tinha

apenas 5 anos e um ano depois a morte ceifou o pai. No liceu revelou bastantes capacidades; lia muito. Ainda cedo tomou conhecimento das obras do socialista Saint-Simon. Tendo 16 anos de idade, inscreveu-se na Universidade de Giessen e depois mudou-se para Berlim onde estudou filosofia, filologia e teologia. Nos anos de estudo universitário participa activamente nos debates dos estudantes em torno da essência do cristianismo, da organização do trabalho e do carácter duma sociedade futura. Findo o estudo em Berlim, no regresso a Giessen visitou a Suíça saxã e a Chéquia, então integradas no império austríaco, mas, suspeito de ter participado na insurreição de Cracóvia, foi expulso do país. Todavia, isto foi o primeiro passo no longo trajecto de exílios e repressões policiais que caíram sobre Liebknecht.

Os meados dos anos 40 foram para Liebknecht um tempo de procuras árduas do caminho de vida. Sonhou algum tempo com a carreira de cientista, mas ao enfrentar a disciplina burocrática, o servilismo e a rotina que reinavam nos centros universitários do país chegou à conclusão de que isso só seria realizável sacrificando os seus próprios princípios.

Ficou interessado pela carreira política. Olha com atenção diversos agrupamentos políticos, toma conhecimento dos seus programas. Cristalinamente puro, cheio de compaixão para com os trabalhadores simples, chega à conclusão de que nem os liberais e muito menos as classes governantes podem trazer a emancipação ao povo. Confessa ser comunista a partir de 1846. E nesta evolução de Liebknecht

para o socialismo cabe um papel relevante ao estudo da literatura e a uma série de obras de Karl Marx e Friedrich Engels.

Em Verão de 1847, Liebknecht encontrou-se na Suíça onde começou a trabalhar como professor na escola particular de Karl Fröbel. Ali tentou as suas forças no domínio do jornalismo. Em Setembro de 1847, Liebknecht tornou-se correspondente do jornal oposicionista *Mannheimer Abendzeitung* (Jornal Vespertino de Mannheim), obtendo imediatamente a reputação de jornalista bastante capaz. Em meio ano publicou cerca de cem materiais sobre diversos temas. O jovem jornalista foi notado e propuseram-lhe o posto de redactor num dos jornais de Zurique.

De repente, rompe com a carreira de redactor: em Fevereiro de 1848, aparece em Paris revolucionário. O ar livre de Paris embriaga não só os próprios parisienses. No meio da emigração política alemã projecta-se a criação de uma legião que deveria levar a revolução à Alemanha. Liebknecht apressou-se a registar-se como voluntário num corpo militar, mas a ideia não resultou. Ainda por formar, o corpo militar foi desfeito. Quanto a Liebknecht, a doença cravou-o à cama e aí teve de aguardar até se recompor e até que viessem as notícias da Alemanha como reacção aos acontecimentos de Fevereiro de 1848. E a Alemanha não teve de esperar muito.

Na Primavera de 1848, no país deflagrou a revolução. Mas, tendo em conta as implicações da doença, Liebknecht não conseguiu incorporar-se imediatamente na luta. Só no Outono, com outros

dois camaradas, tentou penetrar em Baden a fim de aderir à insurreição encabeçada pelo democrata burguês Gustav Struve. Mas a tentativa não resultou: Liebknecht caiu com os seus companheiros nas mãos das tropas governamentais.

Posto em liberdade, Wilhelm Liebknecht dirigiu-se sem demora à capital do principado Karlsruhe, centro dos acontecimentos de Baden. Tornou-se adjunto de Struve, a quem não havia podido aderir há um ano. A insurreição de Baden foi esmagada, facto que lhe valeu outra prisão que durou apenas três dias, tendo sido posto em liberdade pelos próprios soldados da guarda que ele atraíra para o seu lado. A seguir, Liebknecht tomou parte nos últimos combates contra as tropas prussianas e, depois, com os restos do exército republicano, emigrou para o estrangeiro, para a Suíça. Outra vez à Alemanha fechou as suas portas a Liebknecht e desta vez por muito tempo – uns treze anos.

Ao fixar residência em Genebra, Liebknecht aproximou-se dos círculos de emigrantes jovens. No Verão de 1849, teve um encontro com Engels, que residia na altura na Suíça. Este contacto com Engels teve ressonância positiva em toda a actividade futura de Wilhelm Liebknecht. Em Agosto de 1849, aderiu à Sociedade Operária Alemã em Genebra, sendo eleito em breve seu presidente. Para Fevereiro de 1850 foi marcado o congresso da Sociedade, mas as autoridades proibiram a sua realização. Liebknecht e vários delegados foram presos, tendo permanecido durante dois meses incomunicáveis. A seguir foi expulso da Suíça. Não lhe restava nada, senão ir à Inglaterra que, na

altura, era o centro dos emigrantes. Em Londres, conheceu Marx e em breve se tornou íntimo da família de Marx.

A amizade com Marx foi uma grande felicidade para Liebknecht. No turbilhão das paixões políticas que sacudiam os emigrantes residentes em Londres, talvez só Marx e Engels soubessem com acerto o que se havia de fazer para organizar um movimento proletário revolucionário. Marx tornou-se mentor político de Liebknecht. A ele fixou Liebknecht o dever da sua emancipação dos últimos vestígios do socialismo pequeno-burguês e o seu saber pensar no espírito da teoria científica marxista.

Em 1862, regressou à Alemanha onde já se estavam a verificar acontecimentos relevantes. Em Maio de 1863, em Leipzig, F. Lassalle fundou a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (AGTA). No início Liebknecht manteve-se a certa distância dessa organização, mas no Outono de 1863, acabou por aderir à Associação, desenvolvendo uma actividade enérgica no seio dela. Nas suas intervenções recomendava que fossem alargadas e fortalecidas as organizações sindicais e familiarizava os operários com as obras de Marx e Engels. Contactou com Lassalle que o tentou convencer de que Bismarck não era tão reaccionário como o pintavam. Mas essas ideias eram inaceitáveis para Liebknecht. No seu discurso pronunciado a 28 de Fevereiro de 1865 perante tipógrafos, Liebknecht advertiu que nem o partido progressista nem o Estado prussiano eram capazes de satisfazer reivindicações sociais dos operários

e que todos os sofismas sobre o auxílio de Estado não eram mais que mero charlatanismo. Concluiu que só a destruição do Estado burguês se poderia traduzir em trazer ajuda valiosa aos operários.

A actividade de Liebknecht alertou a polícia; no Verão de 1865 foi deportado de Berlim e da Prússia como pessoa "perigosa para a segurança do Estado". Expulso da Prússia, Liebknecht instalou-se em Leipzig (Saxónia). Ali conheceu o jovem torneiro mecânico August Bebel, então presidente duma sociedade operária de educação. Bebel frisou que a amizade com Liebknecht havia acelerado a sua transformação em socialista. "...Bebel – escreveu V. I. Lénine – soube encontrar em Liebknecht o que lhe era imprescindível: a viva ligação com a grande intervenção de Marx em 1848, com um partido, embora reduzido, mas verdadeiramente revolucionário, fundado naquela altura; encontrou um representante vivo das concepções e tradições marxistas"[2].

Wilhelm Liebknecht não se limitou ao trabalho junto dos proletários alemães. Como verdadeiro internacionalista, tomou parte na organização da I Internacional. É verdade que não conseguiu estar presente no Congresso Constituinte em Londres, ainda que tivesse um convite pessoal de K. Marx. Limitou-se, portanto, a apresentar um relatório escrito sobre a situação no seio do movimento operário alemão. Estando em Leipzig, Liebknecht prosseguiu o trabalho de agitação a favor da Internacional. E isso trouxe certos resultados: no início de 1866, 12 membros da Sociedade de

Educação de Leipzig aderiram à Associação Internacional dos Trabalhadores.

Em consequência da guerra austro-prussiana de 1866, foi criada a União da Alemanha do Norte que fixou a hegemonia prussiana em toda a Alemanha. Assim, deu-se por concluída a unificação da Alemanha "de cima". Os acontecimentos na Alemanha tomaram um curso diferente daquele que tinham previsto Liebknecht e Bebel, todavia, mantinham a orientação geral para o derrubamento revolucionário do regime então existente e a unificação democrática do país. Para os revolucionários, que não queriam adaptar a sua política ao interesse do cesarismo prussiano, era este o único delineamento possível.

Nas eleições para o Reichstag, que tiveram lugar em Agosto de 1867, Liebknecht foi eleito deputado da União da Alemanha do Norte e ali colaborou com A. Bebel. Seguindo as indicações de Marx e Engels, ambos aproveitaram oportunamente a tribuna parlamentar para denunciar a política interna e externa reaccionária dos *junkers* prussianos e o militarismo. No período da guerra franco-prussiana de 1870–1871, Liebknecht e Bebel pronunciaram-se contra os planos de rapina dos *junkers* e da burguesia, identificando-se com as posições internacionalistas.

Em 1868, no congresso de Nuremberga, as sociedades operárias dirigidas por Liebknecht e Bebel declararam a sua separação orgânica das tendências democrático-burguesas. A mais importante decisão desse congresso foi a adesão ao programa da Associação Internacional dos

Trabalhadores. Mais tarde, em 1869, no congresso de Eisenach, como resultado da fusão da associação das uniões operárias, constituída em 1868 em Nuremberga, e dos elementos de esquerda da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, de tendência lassalliana, foi fundado o Partido Social-Democrata Operário da Alemanha (eisenachsistas) que se tornou um núcleo revolucionário da organização da classe operária alemã.

O congresso de Eisenach foi um ponto crucial na história do proletariado alemão. O aparecimento do Partido Social-Democrata Operário da Alemanha teve uma enorme ressonância não só no movimento operário alemão, mas também no internacional. E nisso um grande mérito pessoal cabe a Wilhelm Liebknecht.

Em 1869, sob a direcção de Liebknecht e Bebel, saiu o jornal *Volksstaat* (Estado do Povo). Oficialmente, era o órgão do partido social-democrata operário e das uniões profissionais internacionais, mas, além disso, era de facto o porta-voz da Internacional na Alemanha, pois publicou sistematicamente materiais referentes à actividade do Conselho Geral e das secções da Associação Internacional dos Trabalhadores. Em Setembro de 1869, Liebknecht assistiu aos trabalhos do congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores como representante do partido social-democrata operário alemão em Basileia. O congresso discutiu as questões relativas à propriedade da terra, ao direito de herança e ao papel dos sindicatos.

Ao regressar à Alemanha, Liebknecht teve dúvidas com respeito às decisões tomadas em Basileia relativamente à supressão da propriedade privada da terra. Mas foi a própria vida que confirmara que aquelas decisões estavam certas. Em Março, apresentou em várias cidades discursos sobre a questão agrária, defendendo incondicionalmente a resolução de Basileia. Em Junho de 1870, interveio no congresso do partido em Estugarda sobre a posição política dos social-democratas. A discussão desta questão teve imensa importância prática, pois o país vivia a febre das eleições para o Reichstag e, por conseguinte,. era necessário definir a sua atitude face a estas. Deu apoio à participação nas eleições no sentido de utilizá-las com fins de agitação, porém, mostrou-se hostil em relação aos compromissos eleitorais com outros partidos burgueses.

Em 19 de Julho de 1870, a França declarou guerra à Prússia. No mesmo dia reuniu-se uma sessão do Reichstag. Debateu-se a questão de destinar 120 milhões de táleres para fins militares. Houve só dois deputados que, apesar do protesto dos deputados "patrioteiros", votaram contra os créditos ao governo prussiano: é fácil adivinhar que eram Wilhelm Liebknecht e August Bebel. A sua atitude audaz causou uma sensação inaudita por toda a Alemanha. Nos finais de Novembro, o governo exigiu novos créditos. E outra vez Liebknecht e Bebel votaram contra. Sem dúvida, o governo reaccionário de Bismarck não pôde perdoar tal atitude aos deputados de esquerda. Liebknecht e Bebel foram chamados ao

tribunal e acusados de "traição ao Estado" por se terem pronunciado contra a anexação da Alsácia e da Lotaríngia do Leste. Simultaneamente, Liebknecht foi acusado de ter injuriado "Sua Majestade". O processo inaugurou-se a 11 de Março de 1872 na sala do tribunal distrital de Leipzig e durou 14 dias. O interesse em relação ao processo era enorme. Toda a imprensa alemã representada na sala por numerosos correspondentes seguiu com muita atenção o processo judicial.

Todavia, a tentativa de condenar na pessoa dos réus, o socialismo e o movimento operário internacional e de acabar com os dirigentes do partido operário alemão frustrou-se fragorosamente. Bebel e Liebknecht fizeram com que o tribunal se transformasse numa verdadeira tribuna de agitação revolucionária proletária. Ambos souberam utilizar o processo judicial para expor claramente os princípios da concepção do mundo socialista e da política revolucionária. Com oito votos contra quatro, o tribunal reconheceu Liebknecht e Bebel culpados de preparação "de uma traição ao Estado". A sentença dizia: dois anos de prisão num forte.

A atitude firme de Bebel e Liebknecht durante a acção judicial contribuiu para o crescimento da sua popularidade, enquanto lutadores avançados pelo socialismo e pela democracia, muito além da Alemanha. Os familiares e amigos de Liebknecht visitavam-no sistematicamente na prisão e empregavam meios legais e, por vezes, ilegais para informá-lo sobre o desenvolvimento do

movimento operário. Nenhum dos problemas palpitantes do partido escapava à atenção de Liebknecht. Estando no forte, continuava a sua correspondência com Marx e Engels.

Liebknecht ainda se encontrava preso, quando em Janeiro de 1874 se efectuaram novas eleições gerais, em consequência das quais a social-democracia obteve 6 lugares no Reichstag. Liebknecht foi eleito no seu círculo eleitoral de Tolberg-Schneeberg logo na primeira volta. Em 15 de Abril foi posto em liberdade. Pela primeira vez depois de dois anos de interrupção da actividade política assistiu aos trabalhos do congresso do partido que se reuniu em Coburgo em Julho de 1874. Em 27 de Julho, Liebknecht escreveu a Engels, informando-o que o congresso decorrera bem, tivera muita importância para o esclarecimento ideológico dos delegados e infundira-lhes uma imensa energia e um verdadeiro espírito combativo.

Em Maio de 1875, em Gotha, celebrou-se um congresso no qual os lassallianos se unificaram com os eisenachsistas. Assim, foi fundado um partido unificado da classe operária, denominado Partido Socialista Operário e, desde 1890, Partido Social-Democrata Alemão. Graças à unificação, foi superada a cisão no movimento operário da Alemanha. Surgiu um partido capaz de nortear e indicar objectivos de luta contra o regime explorador dos *junkers* e da burguesia e o militarismo prussiano.

Todavia, o programa adoptado no congresso de Gotha era, no conjunto, ecléctico e não

reflectia o nível que alcançara o movimento operário. O compromisso com as concepções lassallianas, pequeno-burguesas e oportunistas quanto ao seu conteúdo, não pôde deixar de trazer implicações negativas para o novo partido. Por isso, Marx e Engels, embora reconhecessem que a unificação era um grande passo em frente, viam claramente os aspectos negativos deste facto e tomavam as medidas necessárias para fortalecer essa união. Por sua vez, Liebknecht e Bebel, aceitando a unificação, tinham em mira arrancar as massas operárias da influência lassalliana, o que conseguiram em medida considerável.

Na sua actividade prática, o Partido Social-Democrata da Alemanha guiava-se pela política revolucionária e contribuía para a divulgação das ideias marxistas no seio das massas trabalhadoras. Este trabalho trouxe resultados positivos. Em 1877, nas eleições para o Reichstag, o partido obteve cerca de meio milhão de votos. Esse facto encheu de pânico o governo dos grandes latifundiários e burgueses. Para impedir a difusão das ideias socialistas no país, o governo adoptou, em 1878, "a lei de excepção" contra os socialistas.

Esta lei representava um conjunto de medidas políticas, administrativas, penitenciárias, jurídicas e de outra índole de cariz policial que tinham em vista a erradicação das ideias do socialismo no movimento operário e mesmo o extermínio do partido social-democrata. Foram dissolvidas ou declaradas fora da lei 332 organizações centrais e locais dos social-democratas. O Governo de

Guilherme I proibiu muitos sindicatos, caixas de auxílio e associações operárias, as reuniões não foram autorizadas, livros e folhetos confiscavam-se. Medidas particularmente duras aplicavam-se nas regiões e cidades nas quais, segundo a definição da polícia, surgia "a ameaça à segurança e ordem sociais", introduzindo ali um "pequeno estado de sítio".

Durante doze anos vigorou na Alemanha a lei contra os socialistas. V. I. Lénine qualificou esses anos como o período heróico do movimento operário alemão. O partido combinou com habilidade a luta legal e ilegal, as acções no parlamento e fora deste, reforçou as suas ligações com as massas através dum amplo trabalho de educação política. Em 1879, o jornal ilegal *Social-Demokrat* veio substituir o porta-voz legal da social-democracia, o jornal *Vorwärts* (Avante!). A sua edição iniciou-se em Zurique, transferindo-se depois para Londres. Muitos operários, desprezando o perigo que corriam, divulgavam esse jornal por toda a Alemanha.

Em Agosto de 1880, na Suíça, perto de Zurique, reuniu-se o primeiro congresso do partido após a entrada em vigor da "lei de excepção". Efectuou-se na clandestinidade. O jornal *Social-Demokrat* publicou um anúncio sobre a sua convocação sem indicar o lugar e os prazos da sua realização, por isso a polícia bismarckiana, despistada, soube tudo isso só quando já tinham sido encerrados os seus trabalhos. Liebknecht informou o congresso sobre a actividade do grupo social-democrata no Reichstag. A fracção

parlamentar do partido ficou reconhecida como a representação suprema da social-democracia e o jornal *Social-Demokrat* como o seu único órgão oficial de imprensa. Findo o congresso, Liebknecht foi a Londres para informar Marx e Engels da situação no partido e na redacção do jornal, cujas publicações foram seriamente analisadas pelos fundadores do comunismo científico. Ao regressar de Londres, em Novembro de 1880, Liebknecht caiu novamente preso por seis meses, desta vez por um dos seus discursos.

Assim que Liebknecht foi posto em liberdade, o governo da Saxónia, pressionado pelas autoridades superiores, introduziu em Leipzig e em todo o distrito "o pequeno estado de sítio", ordenando que os 33 social-democratas, e entre eles Liebknecht, abandonassem a cidade em 24 horas. Liebknecht fixou residência na estação Borsdorf, onde viveu sob vigilância policial até ser revogada a lei contra os socialistas. Apesar de ter sido mais de uma vez condenado a diferentes prazos de prisão por motivos diferentes, Liebknecht não cessou a sua actividade de divulgação das ideias socialistas e de fortalecimento do partido.

Em Outubro de 1881, houve eleições para o Reichstag. Wilhelm Liebknecht figurava simultaneamente nas listas de candidatos em 17 circunscrições eleitorais. Não obstante as perseguições contra a social-democracia, aquelas eleições trouxeram-lhe uma vitória considerável: o partido ganhou mais de 300 mil votos.

A situação material embaraçosa em que se

encontrava o partido, induziu Liebknecht a empreender uma viagem propagandística pela América. Portanto, em Setembro de 1886, foi aos Estados Unidos a fim de angariar meios para a social-democracia alemã. Visitou Nova Iorque, Filadélfia, Boston, Detroit, Chicago, Pittsburg, Washington e outras cidades, fazendo discursos sobre o movimento operário e a teoria socialista. O êxito ultrapassou as esperanças mais optimistas: 16 mil marcos. Mais de metade dos meios para o fundo eleitoral da social-democracia alemã, eis o resultado da viagem de Liebknecht aos Estados Unidos. Além disso, publicou as suas impressões da visita sob o título *Um Olhar para o Novo Mundo*. O livro era muito interessante e continha muitas observações úteis.

Durante todos esses anos, embora enfrentando bastantes dificuldades, Wilhelm Liebknecht não pôs de parte a sua actividade literária e publicística. Além de numerosos artigos para jornais e textos de proclamações, foi autor de várias obras, por exemplo, sobre a *História da Grande Revolução Francesa*. O mais notório foi o seu panfleto por excelência *As Aranhas e as Moscas* traduzido para muitas línguas.

A propaganda activa das ideias socialistas e a denúncia da essência exploradora do regime burguês, somadas a um vasto trabalho de organização dos dirigentes do partido social-democrata, deram resultados sensíveis. O partido, recolhido na clandestinidade e perseguido ferozmente durante doze anos pelo Estado de grandes latifundiários e burgueses, ia

aumentando nas eleições o número dos seus deputados no Parlamento, crescendo ao mesmo tempo a sua popularidade entre as massas operárias.

Nas novas eleições, milhão e meio de pessoas votaram a favor dos social-democratas. Isto fez a burguesia concluir que seria impossível reprimir o movimento operário com métodos draconianos tais como, por exemplo, "a lei de excepção". Em 1890, o Reichstag votou contra o prolongamento da sua acção.

Em Outubro de 1890, pela primeira vez após a revogação da "lei de excepção" contra os socialistas, na cidade de Halle, numa sala solenemente decorada, Liebknecht, como deputado veterano da social-democracia no Reichstag, inaugurou o congresso legal do Partido Socialista Operário. Mais de 400 deputados de todas as partes do país participaram nos trabalhos desse forum. Chegaram também representantes de vários países europeus. O congresso adoptou novos Estatutos do Partido de acordo com as condições que se criaram. Os Estatutos correspondiam, no essencial, aos princípios do centralismo democrático. O órgão oficial de imprensa do Partido tornou-se *Berliner Volksblatt* (Folha Berlinense do Povo), desde 1 de Janeiro de 1891, *Vorwärts. Berliner Volksblatt* (Avante! Folha Berlinense do Povo). O congresso nomeou Liebknecht redactor chefe do jornal, posto que ele ocupou até à sua morte.

Em Agosto de 1891, Liebknecht participou nos trabalhos do congresso da II Internacional em Bruxelas. Ali apresentou o relatório sobre a atitude da classe operária face ao militarismo. Proclamou o internacionalismo proletário como parte inalienável do movimento socialista. Frisou que o inimigo da classe operária não são os operários de outros países, mas a burguesia nacional. O congresso de Bruxelas marcou um êxito relevante dos marxistas na sua luta contra as tendências reformistas e anarquistas.

Em 1895, Liebknecht encontrou-se com V. I. Lénine, que estava de viagem à Suíça, à França e à Alemanha e estabeleceu contactos com o grupo plekhanovista "Emancipação do Trabalho". V. I. Lénine demorou-se em Berlim, onde teve a possibilidade de contactar com Liebknecht.

Em 1896, em Berlim celebraram-se comemorações solenes por motivo do 70° aniversário de Wilhelm Liebknecht. Esta data foi celebrada não só pelos operários alemães, mas por todo o proletariado mundial. A imprensa socialista de muitos países fez-se eco desse acontecimento.

Liebknecht dedicou os últimos anos da sua vida à luta activa contra manifestações do oportunismo no seio da social-democracia. Adoptou uma atitude particularmente crítica em relação às "investigações teóricas" de E. Bernstein. Defendeu arduamente a pureza do marxismo em aliança com os melhores espíritos do movimento revolucionário operário alemão, entre eles August Bebel, Paul Singer, Clara Zetkin, Rosa Luxemburg. Os protocolos do congresso do partido, que decorreu em Estugarda em 1898, fixam os

aplausos clamorosos e a viva aprovação com que foi recebida pelos delegados a parte final do discurso de Liebknecht, em que criticara a palavra de ordem de Bernstein "Para mim, o movimento é tudo; o objectivo final é nada" e constatara que o objectivo do movimento social-democrata era o derrube da sociedade capitalista.

O congresso do partido em Hannover, o último em que participou Wilhelm Liebknecht, aprovou uma resolução que dizia textualmente que todo o desenvolvimento da sociedade burguesa não deu, até agora, motivo algum para o partido renunciar às suas conclusões fundamentais acerca desta ou para alterá-las radicalmente, e que, por isso, o partido permanece firmemente no terreno da luta de classes, considerando que a emancipação da classe operária é exclusivamente a causa dela própria e que a sua missão histórica é a conquista do poder político.

Em Agosto de 1899, Wilhelm Liebknecht dirigiu-se aos militantes do partido social-democrata com o panfleto intitulado *Nenhum compromisso, nenhum acordo eleitoral!*

Esta obra foi uma espécie de testamento político de Liebknecht, na qual advertiu o partido contra o perigo que traria o seu desvio da luta de classes. Exortou ao mesmo tempo a conservar e manter invariavelmente o carácter de classe do partido socialista enquanto partido proletário; a contribuir, mediante a agitação, educação e organização, para a luta vitoriosa de libertação; a lutar constantemente contra o Estado de classes, em cujas mãos se concentrava todo o poder político e económico do capitalismo; a tirar, nesta luta, todos os proveitos possíveis das contradições e conflitos que surgem entre diversos partidos burgueses.

Wilhelm Liebknecht trabalhou muito e abnegadamente mesmo até aos últimos dias da sua vida e participou activamente na vida política. No dia 7 de Agosto de 1900, deixou de bater o coração do veterano da social-democracia alemã.

Lutou incansavelmente contra os inimigos do marxismo até ao seu último suspiro. A sua morte abriu uma brecha sensível nas fileiras dos adeptos da concepção revolucionária do mundo. A atitude revolucionária consequente de Liebknecht para com o regime capitalista, as suas intervenções fervorosas em defesa dos interesses da classe operária e a propaganda activa do marxismo granjearam-lhe o profundo respeito dos proletários de todo o mundo. Estava profundamente confiante na vitória histórica do proletariado e na edificação do novo regime socialista.

Karl Leibknecht, filho de W. Liebknecht, continuou a causa da luta pela vitória do proletariado, à qual o seu pai consagrou a vida tornando-se uma eminente figura do movimento operário alemão e internacional, um dos fundadores do Partido Comunista da Alemanha, o sucessor digno do seu pai.

Ferdinand Lassalle
1825-1864

"O INIMIGO DOS NOSSOS INIMIGOS"

K. Marx caracterizou Ferdinand Lassalle assim: "O inimigo dos nossos inimigos". Lassalle foi uma figura destacada do movimento operário da Alemanha nos meados do século XIX. Pronunciou-se pela criação dum partido operário organicamente independente. E nisso consiste o seu maior mérito perante o movimento operário. Referindo-se a Lassalle e à sua actividade, F. Engels destacou: "Lassalle era um homem de um talento extraordinário e de uma ampla visão; era um homem dotado de energia inesgotável e de flexibilidade quase sem precedentes. Tinha realmente dotes para, em quaisquer circunstâncias, desempenhar um papel político. Mas não era nem o pioneiro do movimento operário alemão, nem um pensador original"[1].

Ferdinand Lassalle nasceu no dia 11 de Abril de 1825 em Breslau. O seu pai era um mercador rico e todos os demais familiares eram comerciantes, banqueiros e homens de negócios. Os pais queriam que o filho enveredasse pela carreira de comerciante. No liceu não mostrou diligência e às vezes recebia notas más. Para

evitar conflitos com o pai, passou a frequentar, por seu desejo, uma escola comercial em Leipzig. O director verificou que o aluno nunca viria a ser um comerciante razoável. E era verdade, pois a natureza de Ferdinand, cheia de temperamento e dotada em abundância, não podia circunscrever-se ao trabalho prosaico num escritório. Devorava os livros dos clássicos alemães, era um admirador apaixonado de Heine e sonhava ser poeta. Entretanto, os estudos iam de mal a pior, entrou em conflito com os professores e, enfim, acabou por decidir abandonar a escola. Regressou a Breslau, preparou-se individualmente para passar os exames de matrícula. Ao consegui-lo, inscreveu-se na universidade local e, dois anos depois, continuou na de Berlim.

A vida universitária turbulenta, agitada, que reagia rapidamente a todos os acontecimentos, envolveu Lassalle. Este procurava estar presente em tudo, saber de tudo, lia muito e, naturalmente, condenava tudo o que era retrógrado e conservador. Em Breslau, numa assembleia de estudantes, pronunciou um discurso fervoroso em defesa de Feuerbach, então alvo de ataques de toda a Alemanha reaccionária. Foi o primeiro discurso de Lassalle que lhe valeu o tribunal universitário.

Concluídos os estudos na universidade, Lassalle dirigiu-se para Paris onde conheceu Heine que até ao fim da vida falava dele com grande admiração e consideração. Heine não era o único admirador de Lassalle. Houve muitos que lhe prediziam o futuro mais brilhante.

Depois da universidade, Lassalle sonhou com a carreira de cientista. Mudou-se para Berlim com a intenção de ocupar um cargo de docente na universidade. Mas de repente, em 1844, mudou de ideia: ofereceu-se-lhe a possibilidade de se tornar famoso, a qual não perdeu. Sem chegar a ser cientista, transformou-se em jurista, intervindo como advogado no processo de divórcio da condessa Hatzfeldt. O assunto, que com o tempo ia adquirindo mais pormenores sentimentais, foi a condessa, atormentada tiranicamente pelo marido, ter decidido divorciar-se dele abertamente. A decisão foi bastante corajosa no sentido de ir contra as tradições da fina flor da sociedade e, por conseguinte, o processo durou nove anos e teve enorme ressonância. Por muito eloquente que fosse o advogado para descrever a rudeza e o despotismo do conde e por muito que enaltecesse a condessa, "singela e indefesa", foi realmente uma tempestade num copo de água. O agitado processo civil não tinha nada a ver com a direcção-mestra de desenvolvimento da Alemanha: os verdadeiros democratas lutavam não pelos interesses financeiros dos *junkers* e da burguesia, mas pela evolução democrática do país, sobretudo pela unificação dos estados alemães separados por via revolucionária, atirando pela borda fora da história numerosos monarcas alemães, com o rei da Prússia à frente.

Mas, em vez de canalizar toda a sua energia no sentido de unir as forças revolucionárias, Lassalle envolveu-se em espectáculos escandalosos no tribunal, afirmando ainda por cima que dava

um contributo, talvez o mais importante, para a causa da democracia. Neste processo reflectiram-se como numa gota de água todos os aspectos da natureza contraditória de Lassalle. Por um lado, vemos um publicista talentoso, enérgico, perseverante, um orador por excelência, mas, por outro, Lassalle é propenso à presunção, sentindo-se sumamente feliz quando as damas exaltadas lhe deitam flores e sopram beijos como ao símbolo da "emancipação das mulheres".

O papel de Lassalle naquele processo provocou a indignação justa não só de K. Marx e F. Engels, mas no meio dos operários de Dusseldorf, onde vivia o jurista. Por acaso, o exibicionismo de Lassalle não foi tão profundo para ficar indiferente à revolução de 1848 que sacudiu toda a Alemanha. Toda a cidade de Dusseldorf se comoveu com os seus entusiásticos apelos à resistência às autoridades e ao não pagamento de impostos. Em Novembro de 1848, as portas da prisão fecharam-se atrás de Lassalle. Foi-lhe apresentada uma acusação monstruosa do ponto de vista dos pequenos burgueses discretos por "incitar os cidadãos à resistência armada ao poder real". Lassalle pronunciou em sua defesa um discurso que até agora impressiona pela sua lógica clara, a eloquência rica e a convicção na justeza da causa. Para K. Marx e F. Engels, foi um acto de violência monárquica e eles pronunciaram-se em defesa do acusado nas páginas do jornal *Nova Gazeta Renana.*

Por altura da revolução, Lassalle apaixonou-se pelas ideias socialistas. Familiariza-se com

a literatura socialista, lê a *Nova Gazeta Renana,* entra em correspondência com K. Marx e F. Engels. Mas nem os contactos com estes revolucionários e pensadores insignes, nem a leitura do *Manifesto do Partido Comunista* fazem com que Lassalle reveja as suas concepções. Não se torna adepto daquela teoria que Marx e Engels elaboraram cientificamente. Lassalle intervém como democrata pequeno-burguês em cujas concepções se incrustam de modo extravagante teorias e conceitos diferentes a começar pelos postulados preconizados no *Manifesto do Partido Comunista* até aos apelos proudhonianos à criação de associações de produção.

No domínio da filosofia, Lassalle era adepto da doutrina idealista de Hegel, interpretando o processo histórico como "o desenvolvimento interno da autoconsciência" e "o autodesenvolvimento do espírito". Segundo ele, este mesmo espírito norteia o "progresso da espécie humana para a liberdade". Esta ideia perpassa na sua obra *Sistema dos Direitos Adquiridos.* No campo da economia, utiliza esta conclusão para derrubar do pedestal o ídolo dos economistas burgueses, a propriedade privada. Mas mesmo aqui, Lassalle não intervém contra a propriedade privada como tal, mas apenas contra a capitalista. Copia Proudhon, afirmando que o socialismo não suprime a propriedade, antes introduz a propriedade individual baseada no trabalho.

A falta de concepções revolucionárias firmes leva-o na prática a aventuras políticas. Assim, em

1862, Lassalle aliciou Garibaldi com um plano grandioso de insurreição armada. De acordo com este, na Primavera o herói nacional da Itália devia desembarcar na Dalmácia, levantar ali uma insurreição e avançar contra Budapeste. Segundo os conspiradores, o aparecimento dos destacamentos de Garibaldi devia provocar uma insurreição em Viena, ao passo que Lassalle levantaria os operários alemães. Não há dúvida de que um projecto desses, nas condições da falta de uma situação revolucionária, não era mais que mera aventura.

No início dos anos 60, quando se registou um ascenso do movimento operário, Lassalle procedeu a uma obra que imortalizou o seu nome: desenrolou o trabalho de agitação a favor da constituição duma organização política do proletariado alemão. A criação duma organização política era uma causa extremamente importante, pois ao fim e ao cabo levaria à emancipação do movimento operário da influência da burguesia. No entanto, Lassalle negava a luta revolucionária da classe operária, sendo adepto dos métodos parlamentares, "pacíficos" e supondo que através do sufrágio universal o proletariado tomaria posse do poder e criaria "um Estado livre do povo". Na sua carta aberta aos operários de Leipzig recomendou que constituíssem uma liga geral operária a fim de desenrolar a agitação pacífica em favor do sufrágio universal.

Na Primavera de 1862, leu em Berlim três conferências: "Sobre a filosofia de Fichte", "Sobre a essência da Constituição" e "Sobre uma ligação

particular do período histórico contemporâneo com a ideia da condição de operário". Esta última foi editada como brochura sob o título de *Programa do Trabalhador*. Este discurso trouxe popularidade ao autor. Pela primeira vez na Alemanha, com todo o seu ambiente liberal inveterado, consuetudinário, de sermões sobre os interesses comuns da burguesia e dos operários, retumbaram as palavras sobre a missão histórica particular da classe operária que havia de intervir independentemente no palco político, na hora certa.

Tanto os discursos como a brochura contêm apelos a acções e intervenções políticas activas dos operários e fundamentam as reivindicações da luta política. O *Programa do Trabalhador* é a melhor obra de agitação escrita por Lassalle. Deu um novo impulso, mas a ideia socialista ficou para trás. Lassalle substituiu o conceito de classe pela "condição social". Em vez de reconhecer a inconciliação dos interesses de classe da burguesia e do proletariado e a inevitabilidade da luta de classes, o autor do *Programa* limitou-se apenas a preconizar o sufrágio universal e directo.

Em Fevereiro de 1863, Lassalle recebeu uma carta do Comité para a convocação do congresso dos operários alemães que dizia que a sua brochura tivera uma enorme ressonância entre os operários. Respondeu com um opúsculo intitulado *Resposta Pública ao Comité Central Constituído para a Convocação do Congresso de toda a Alemanha em Leipzig*. A ideia central foi a organização dos operários num partido político

particular. O autor sugeriu que "a condição social operária se tornasse o patrão", quer dizer, que se constituíssem associações livres de produção auxiliadas pelo Estado e sob o controlo deste. Só desta forma seria possível libertar os operários do jugo da "lei férrea do salário".

De passagem, "a lei férrea do salário" foi da autoria de Lassalle. Baseando-se na teoria reaccionária de Malthus, chegou à conclusão de que o salário nunca poderia subir acima do mínimo indispensável para a subsistência e a reprodução da espécie humana. Um postulado teórico incorrecto conduziu Lassalle às conclusões práticas erradas sobre a inutilidade e falta de perspectiva da luta organizada da classe operária contra a burguesia, pelos seus direitos vitais. K. Marx ergueu-se contra a "descoberta" lassalliana, destacando que esta lei "confunde todas as leis que regulam a evolução geral do salário ou a relação dentro da classe operária, isto é, toda a mão-de-obra e todo o capital social com as leis que regulam a distribuição da população operária entre esferas de produção diversas"[2]. Foi provado que o nível do salário não depende tanto do valor dos produtos alimentícios e da roupa necessários para a subsistência dos operários, quanto do grau de desenvolvimento político e cultural dos operários, da sua consciência revolucionária, do nível de organização e capacidade de oferecer resistência aos capitalistas.

Adoptado o *Programa do Partido Social-Democrata* em 1891 em Erfurt, "a lei férrea do salário" desapareceu dos postulados teóricos do

partido operário alemão e do movimento operário em geral.

As teses lassallianas acerca do Estado não eram menos erróneas. O autor não compreendeu a natureza de classe do Estado burguês, inculcando nos operários a ideia de que o Estado não era mais que uma grande associação das classes mais pobres. Sugeriu que os operários criassem fábricas operárias auxiliadas com créditos de Estado. Segundo Lassalle, as associações operárias iriam assumindo paulatinamente a gestão e o Estado, em virtude do sufrágio eleitoral e da maioria operária no Parlamento, transformar-se-ia, por conseguinte, em "operário".

No seu entender, a conquista do poder político pressupunha a conservação do antigo aparelho de Estado pela simples razão de se transformar em Estado do povo. A receita universal para tudo era o sufrágio universal e directo. Para alcançá-lo era preciso, segundo Lassalle, apelar ao bom senso da opinião pública por via legítima e pacífica.

Considerava que o sufrágio universal não devia apontar contra o monarca, porque este tinha mais em comum com o povo do que com a burguesia.

No início dos anos 60, Lassalle empenhou-se em criar a Liga Operária de toda a Alemanha (LOA). Sem visar o objectivo de constituir um partido revolucionário, Lassalle admitia a ideia de que cada operário que desejasse aderir a esta organização podia inscrever-se nela. Dos que não eram operários exigia-se apenas a sua aceitação

dos princípios e objectivos da organização e, a partir daí, era exclusivamente à direcção que competia a decisão. A união baseava-se nos princípios rigorosos do centralismo. À frente da organização estava a direcção composta de 24 elementos, incluindo o próprio presidente, e nas localidades, os seus mandatários. Em Maio de 1863, Lassalle, como organizador da Liga, foi eleito seu presidente por cinco anos. Formalmente, o poder do presidente era limitado pela direcção, mas, visto que os seus elementos viviam em cidades diferentes e lhes era difícil reunir-se, Lassalle assumiu de facto toda a plenitude do poder. Atribuiu importância extraordinária à disciplina partidária, quer dizer, cada militante devia subordinar-se sem reserva ao presidente. É natural que à medida que se alargava a Liga a contradição entre a ideia de uma associação operária representativa e a organização rigorosamente centralizada se tornasse cada vez mais evidente.

Afinal, a Liga não era grande: três meses depois da sua fundação contava apenas com 900 pessoas. Para ganhar novos militantes, Ferdinand Lassalle empreendeu uma viagem com fins de agitação. Interveio nas assembleias operárias, às quais concorreram milhares de ouvintes. Os inimigos de Lassalle procuravam obstruir esses comícios, assobiando no meio dos seus discursos e mesmo provocando choques violentos. Mas apesar disso, as intervenções de Lassalle em Leipzig, Francfurt e Berlim tiveram êxito inaudito. Isto deu margens para Lassalle afirmar que

durante um ano conseguiria atrair para a Liga todo o proletariado alemão.

O êxito da sua viagem de agitação pode-se explicar em medida considerável pelas qualidades individuais de Lassalle: era um orador por excelência, muito atento ao estado de espírito das massas, que sabia ora provocar a euforia ora as lágrimas do auditório. Mas isto não era o principal. A reacção dos operários aos seus discursos atestava apenas uma tendência enorme dos proletários alemães para a unificação e a luta política pelos seus interesses. Eis aqui onde radicam as causas principais do triunfo que ele teve, apesar do carácter moderado do seu programa.

A interpretação errónea da essência do estado burguês levou-o logicamente a um namoro político com o chefe do governo prussiano, Bismarck. Lassalle julgava que era possível harmonizar o Estado, contra a vontade dos seus dirigentes, com o papel que de facto tinha de desempenhar. Foi justamente nesse ponto que se revelou, independentemente da "boa vontade" subjectiva, a traição objectiva de Ferdinand Lassalle em relação ao movimento revolucionário operário alemão.

Entrou em negociações com Bismarck com a intenção de lhe confirmar que os operários queriam ver na realeza um portador natural da ditadura social, por outras palavras, exortou a que a monarquia "se transformasse de monarquia das condições sociais privilegiadas em social e revolucionária". Lassalle, sabendo das fricções

entre Bismark e a oposição liberal no Reichstag, propôs uma transacção: ofereça-nos o sufrágio universal e a Liga operária alemã virar-se-á contra o inimigo comum, a burguesia.

Bismarck, político hábil e intrigante, que uns anos depois introduzirá a lei draconiana contra os socialistas, considerou na altura conveniente atrair para o seu lado a classe operária com vista a ajustar as contas com a oposição ou, pelo menos, conseguir a sua neutralidade. Por isso, mostrou-se generoso em fazer promessas no sentido de querer alterar a política, introduzir o sufrágio universal e concluir a paz com o povo. Findo o conflito, esqueceu-se logo das promessas feitas a Lassalle.

Em Maio de 1864, fez outra viagem propagandística visitando Leipzig, Solingen, Bremen, Colónia e Wermelkirchen. No dia 22 de Maio, em Ronsdorf celebrou-se o aniversário da fundação da Liga operária de toda a Alemanha. O seu presidente foi recebido com grande entusiasmo. Lassalle fez um discurso brilhante dedicado exclusivamente aos êxitos obtidos. Depois disso, por paradoxal que pareça, foi a Dusseldorf para comparecer no tribunal por um dos seus discursos. A sentença foi um ano de prisão. Após a apelação, este prazo ficou reduzido a seis meses. A penitência abalou o estado de espírito de Lassalle, até que resolveu afastar-se da política e afundar-se na ciência.

No Verão de 1864, foi à Suíça para tratamento. Ali prosseguiu o trabalho da sua obra principal no campo da economia *Senhor Bastiat-Schulze von Delitzsch, Julião económico, ou Capital e Trabalho* (Hermann Schulze, natural de Delitzsch, conhecido

por Schulze-Delitzsch), contra as teorias económicas de Schulze-Delitzsch que divulgava entre os operários as concepções da economia burguesa.

Schulze-Delitzsch, qualificado pela imprensa burguesa como "rei no campo social", exortava os operários e artesãos a serem económicos e poupadores. Afinal, para quê? Para erguer o capital, condição imprescindível para a produção. O crescimento do capital assegura, segundo o autor, uma procura maior da mão-de-obra e um salário melhor. O capital acumulado será indispensável para que os operários organizem as suas próprias indústrias. Esta teoria, resumidamente apresentada aqui, pareceu bastante atractiva para muitos artesãos e pequenos industriais, julgando eles que as associações de crédito e de abastecimento de matéria-prima, baseadas no espírito de "entreajuda", poderiam auxiliá-los na dura concorrência com a grande indústria.

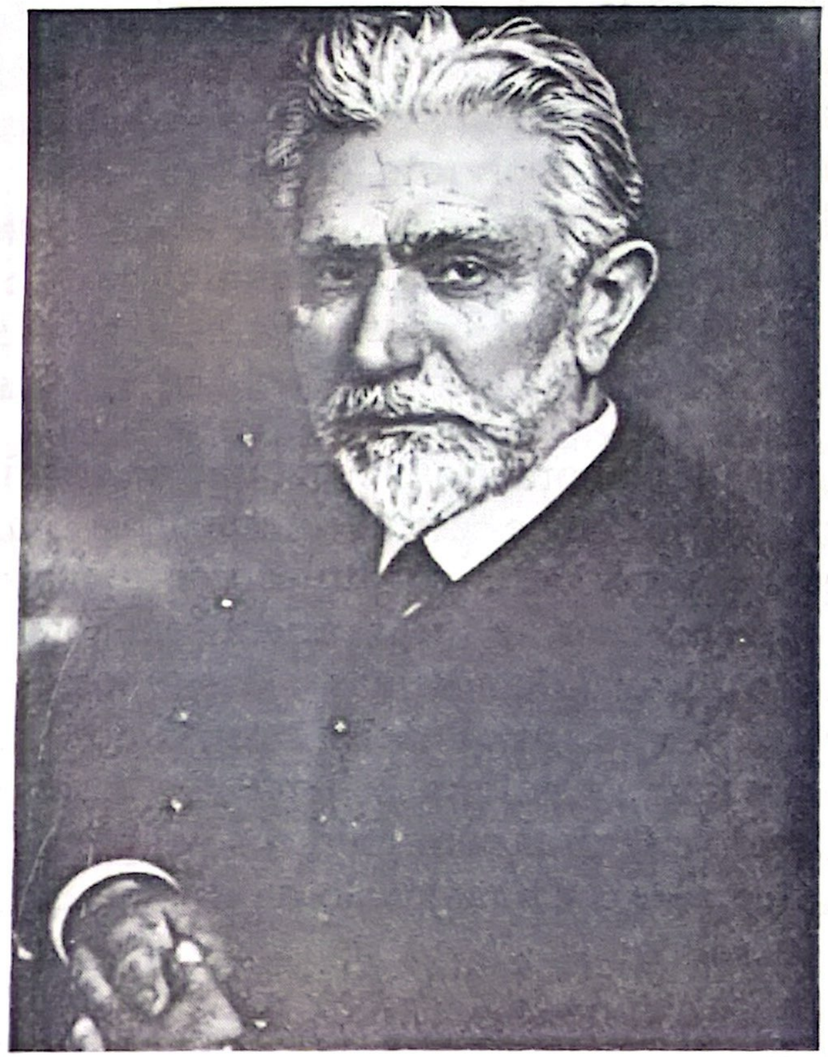
Para Lassalle, que acalentava a ideia do auxílio do Estado e acusava os capitalistas de terem restringido "o capital individual", esta abordagem não era aceitável. Insurgiu-se com todo o fervor crítico que lhe era característico contra Schulze, desmascarando a sua teoria de "entre-ajuda" (naturalmente fazendo publicidade da sua própria teoria de créditos do Estado) e intimidando os artesãos com a próxima perspectiva da ruína económica. Mas esta crítica não foi feita desde as posições marxistas, nem sequer com o método dialéctico de conhecimento. E daí as suas denúncias terem sido superficiais, envoltas apenas em fraseologia excêntrica. Ainda por cima, ambos

os autores – Lassalle e o seu oponente – se apresentaram como adeptos do reformismo burguês, divergindo unicamente em como realizá-lo.

O trabalho sobre o livro *Senhor Bastiat-Schulze von Delitzsch* não restabeleceu o estado de espírito de Lassalle. À medida em que se ia convencendo de não poder conduzir as vastas massas operárias, ficava mais desiludido da política, sentindo-se cada vez mais fatigado e politicamente nulo.

O seu fim foi bastante trágico. Ainda em 1862, conheceu uma tal Helene von Dönniges, filha dum diplomata da Baviera. Quando Lassalle esteve na Suíça, encontraram-se mais uma vez e aquela Helene, bonita e encantadora, venceu-o. Mas já era a noiva do magnate romeno Janko von Rakowitz. O desfecho, como era de advinhar, foi um duelo entre Lassalle e von Rakowitz, do qual o primeiro foi vítima (31 de Agosto de 1864).

A morte de Lassalle assombrou muitos na Alemanha, tanto operários lassallianos como os adversários. F. Engels escreveu a K. Marx a este propósito, em 4 de Setembro de 1864: "Imagina como fiquei abalado com esta notícia. Não importa quem fosse este Lassalle como personalidade, como literato ou como cientista, mas, como político, era uma das figuras mais destacadas da Alemanha. Para nós, era um amigo desleal no presente e, sem dúvida, um inimigo nosso no futuro, no entanto é doloroso ver como a Alemanha mata pessoas célebres de um partido de extrema. Imagino a euforia dos fabricantes e de muitos outros que se dizem "progressistas": pois, na Alemanha, Lassalle era a única pessoa a quem tinham medo"[3].



August Bebel
1840 - 1913

É NO QUE SE DEVE SONHAR!

Em 1901, elaborando o programa de criação do partido, V. I. Lénine escreveu em *Que Fazer?*: "Pelos andaimes desta construção de organização geral ascenderiam e avançariam em breve os Jeliábovs social-democratas dos nossos revolucionários e os Bebels russos dos nossos operários que se poriam à frente de um exército mobilizado e levantariam todo o povo para acabar com a ignomínia e a maldição da Rússia. É no que se deve sonhar!"[1]

Ferdinand August Bebel nasceu em 22 de Fevereiro de 1840 no arrabalde de Colónia, Deutz. As primeiras impressões da infância foram uma habitação escura que servia ao mesmo tempo de quarto de dormir, refeitório, sala de visitas, cozinha. O pai de August Bebel era um suboficial do exército prussiano que recebia um mísero ordenado. A loja pequena que estava a cargo da mãe não era um negócio lucrativo. A penúria e a existência à beira da fome acompanharam durante muitos anos August Bebel.

No Verão de 1844, morreu o pai e a família viu-se numa situação catastrófica. A mãe com três filhos pequenos ficou sem meios de subsistência e viu-se obrigada a abandonar a fortaleza. Quem

salvou a família foi o irmão do pai que casou com a viúva, adoptando os órfãos como filhos. Era um guarda da prisão e da casa de correcção. Ali, August viu com os seus próprios olhos o regime penitenciário, cujas reminiscências o faziam estremecer mesmo no crepúsculo da vida. O único deleite na vida do menino foram as horas muito curtas que passava na escola como "voluntário".

August, o mais velho de todos os filhos, tinha seis anos quando o padrasto morreu. Acabou assim a prosperidade efémera dos Bebels. A mãe, fugindo à miséria, regressou à sua cidade natal, Venzlar, mas o trabalho isuportável arruinou-lhe saúde. Morreu em 1853. A irmã da mãe, uma senhora abastada, proprietária dum moinho, tomou conta dos órfãos. August começou a frenquentar a escola, trabalhando o resto do dia no moinho. Das suas memórias depreende-se que era um dos melhores alunos. O professor prestou atenção especial a ele e a mais dois alunos, dando-lhes aulas de aritmética, geometria e mesmo matemática superior. Ao concluir o curso escolar, na idade de 14 anos, August tornou-se aprendiz na oficina dum torneiro. Trabalhou 14 horas por dia, suportando todas as desgraças e privações que viviam os operários alemães. Para mais, conseguia ainda dar-se à leitura à noite.

Com 18 anos já era o ajudante e a partir daí iniciou-se a vida de adulto. Para ganhar o pão, percorreu o país. Em dois anos e meio andou por toda a Alemanha do Sul e pela Áustria, acabando por fixar, em 1860, residência em Leipzig, onde se tornou ajudante dum torneiro mecânico. A Leipzig,

um dos maiores centros industriais e culturais da Alemanha, estará ligada por longos anos a vida e a actividade de Bebel. Aqui encontra emprego e participa numa das associações adjuntas à sociedade politécnica.

A sociedade era de cariz liberal moderado e, naturalmente, não podia contribuir para a formação da concepção materialista do mundo de Bebel. No entanto, o conhecimento panorâmico da literatura e as línguas inglesa e francesa que ensinavam aos membros da sociedade foram de grande utilidade no sentido de ampliar os horizontes do futuro líder do proletariado alemão.

No mesmo período, Bebel revelou interesse pelo movimento operário e socialista.

Em Março de 1863 foi publicada a *Resposta Pública ao Comité Central Constituído para a Convocação do Congresso de toda a Alemanha em Leipzig* escrita por Lassalle. Com o seu grande talento e esplendor tão característicos, Lassalle exortava os operários alemães a criarem a sua própria organização, a separarem-se politicamente da burguesia e a lutarem pelo sufrágio universal, directo e secreto. No início de 1864, um grupo de operários da Sociedade Operária de Educação de Leipzig aderiu a Lassalle. Entre eles estava August Bebel. Apesar de as concepções de Bebel ainda gravitarem em torno das dos democratas pequeno-burgueses, já naquela altura tinha uma atitude de desconfiança em relação e muitas afirmações lassallianas. Mais tarde, quando se tornou socialista, ergueu-se contra as tentativas de Lassalle e dos seus partidários de sujeitar os

interesses vitais do proletariado aos da burguesia.

Na primeira metade dos anos 60, registaram-se por toda a Alemanha numerosas greves. August Bebel seguiu com muita atenção os acontecimentos, pensando mais frequentemente no que dão aos operários os programas proclamados pelos liberais da Sociedade de Educação ou pelos partidários de Lassalle. O desejo veemente de ajudar os operários pobres, a experiência profunda não colhida dos livros, mas da própria vida, e, enfim, o conhecimento da literatura socialista, incluindo as obras de K. Marx, levaram, no conjunto, a uma viragem radical nas concepções de Bebel. Livra-se dos conceitos liberais burgueses e toma o partido dos socialistas. Nisso cabe um papel positivo a Wilhelm Liebknecht, que Bebel conheceu em 1865. A partir daí começa a sua actividade comum no movimento operário. Liebknecht era mais velho, mais experiente no domínio político e mais ilustrado que Bebel. Tomou parte na revolução de 1848 e viveu longos anos em exílio na Inglaterra.

Em Fevereiro de 1867, August Bebel, então dirigente da associação das ligas operárias da Saxónia, foi eleito, como representante da circunscrição Glauchau-Meerane, deputado do Reichstag constituinte da Alemanha do Norte. Em Abril, deslocou-se a Berlim, a fim de participar nos trabalhos duma sessão que devia discutir o projecto da Constituição da União da Alemanha do Norte. Da tribuna do Reichstag e nas intervenções públicas perante operários, Bebel desmascarou o carácter antipopular do regime político do novo Estado prusso-alemão.

Em Outubro de 1867, Bebel denunciou no Reichstag o projecto-lei sobre o serviço militar, provando a necessidade de reduzir o prazo do serviço. Participou também nos trabalhos duma comissão encarregada de elaborar a nova lei da indústria, defendeu no Reichstag o direito dos tribunais de considerarem a questão da suspensão dos contratos laborais, pronunciou-se contra o trabalho infantil nas fábricas.

A actividade parlamentar e social não dava a Bebel nem um tostão e por isso devia ganhar o pão trabalhando exaustiva e intensamente no torno. A situação material da família agravava-se ainda mais durante as suas viagens de agitação que duravam semanas inteiras. Ficavam-lhe caras as viagens a Berlim e a estada lá durante os trabalhos das sessões do Reichstag. É que as classes dominantes não admitiam propositadamente a adopção da lei sobre a retribuição aos deputados com o intuito de impedir a representação das massas trabalhadoras no parlamento. Por sua vez, os tecelões pobres da Saxónia também não podiam dar apoio material ao seu deputado.

Mas tudo isto não desanimou Bebel e os seus companheiros de luta. Em 1868, mercê da actividade de A. Bebel e W. Liebknecht, o congresso das ligas operárias em Nuremberga, apesar da oposição dos delegados burgueses, adoptou uma resolução sobre a adesão ao Programa da I Internacional. Bebel está cada vez mais convencido da necessidade de criar um partido proletário que possa organizar uma luta de classes consciente em todas as suas formas. Juntamente com Liebknecht, empenha-se

na organização de um movimento sindical independente. A importância histórica dos sindicatos, escreve ele, consiste em que, através destes, os operários vão adquirindo a sua identidade como classe e aprendem a lutar contra o poder do capital.

Dada a fermentação revolucionária e a crise da monarquia em Espanha, Bebel e Liebknecht lançaram, em 1868, o apelo "Ao Povo Espanhol", exortando-o a proclamar uma república social-democrata. Por esta intervenção dos dirigentes socialistas, o governo saxão condenou-os a três semanas de prisão. A partir daí começaram as peregrinações de Bebel pelas prisões da monarquia prusso-alemã.

Bebel efectuou um trabalho enorme a fim de ganhar para o seu lado os operários da Liga Operária Alemã lassalliana. Em 1869, as melhores forças da Liga lassalliana pronunciaram-se, em apoio a Bebel e Liebknecht, pela criação dum partido operário único. Em Agosto do mesmo ano, em Eisenach, no congresso constituinte foi fundado o Partido Social-Democrata Operário. A. Bebel e W. Liebknecht foram encarregados de elaborar o programa e os estatutos do partido adoptados com poucas emendas no congresso. O Programa baseou-se na doutrina de K. Marx e F. Engels: definiu a propriedade privada como alicerce da subjugação do homem, proclamou a necessidade de suprimir a propriedade capitalista e de liquidar todas as formas de domínio de classe. A conquista do poder político pelo proletariado foi proclamada como objectivo do partido.

Em 1870, em Estugarda, reuniu-se o primeiro

congresso do novo partido. Bebel teve de vencer uma oposição forte para que fosse aprovada a resolução do congresso da I Internacional em Basileia (1869) respeitante à atitude dos socialistas face à questão agrária. Por proposta de Bebel, o congresso adoptou uma resolução segundo a qual a terra se transformaria em propriedade social e o Estado se encarregaria de a dar de arrendamento à associações cooperativas agrícolas para que a lavrassem com base nos métodos científicos e distribuíssem todo o produto entre os associados.

No período de 1867 a 1871, no Reichstag da Alemanha do Norte só havia dois socialistas de tendência marxista, Bebel e Liebknecht. Foi o período em que Bebel se formava como parlamentar proletário. Transformou a tribuna do parlamento num meio de propaganda das ideias socialistas. Bebel e Liebknecht denunciaram a política bismarckiana e ergueram a sua voz contra a guerra.

Quando deflagrou a guerra franco-prussiana, Liebknecht teve no início hesitações a respeito do seu carácter, Bebel conseguiu persuadi-lo de que era necessário votar contra os créditos de guerra no Reichstag. Bebel escreveu uma declaração especial a ser anunciada no parlamento à qual Liebknecht aderiu.

Em Novembro de 1870, quando o Reichstag debateu a questão dos novos créditos de guerra, Bebel acusou o governo e as classes dominantes de serem responsáveis "não por uma guerra defensiva, mas de rapina, não uma guerra em prol da independência da Alemanha, mas pela escravização da

nação francesa". Condenou resolutamente a anexação da Alsácia e da Lotaríngia e exigiu que fossem suprimidos os créditos para continuar a guerra.

Da tribuna do Reichstag Bebel declarou que todas as guerras do último decénio sempre foram dirigidas contra os interesses do povo que, ao compreendê-lo, encontraria a única solução do problema, a deposição da monarquia e a proclamação da república. A posição internacionalista da classe operária alemã durante a guerra franco-prussiana é uma das páginas gloriosas na sua história e aqui um grande mérito cabe a Bebel e Liebknecht.

Em Dezembro de 1870, Bebel foi preso e posto numa cela sem direito de comunicação na prisão de Leipzig. Porém, em Março as autoridades se viram obrigadas a pô-lo em liberdade por ter sido eleito para o parlamento de toda a Alemanha, o Reichstag. Desta vez foi o único representante da social-democracia no parlamento, porque os lassallianos e Liebknecht sofreram uma derrota nas eleições. Tanto mais difícil, mas ao mesmo tempo honrosa, se tornava a missão de Bebel. Como único deputado do partido social-democrata no parlamento teve de defender a causa da Comuna de Paris. Não era uma tarefa fácil, pois toda a burguesia alemã se lançou contra os *communards*, caluniando-os.

Em 1872, pela sua actividade revolucionária durante a guerra, Bebel e Liebknecht foram presos e compareceram perante o tribunal em Leipzig. A acusação que lhes fora apresentada referia

a preparação de traição ao Estado. Mas graças às intervenções de Liebknecht e Bebel, o processo favoreceu de facto a divulgação das ideias socialistas e o incremento do prestígio do partido nas massas trabalhadoras. Ambos foram condenados a dois anos de prisão, sofrendo Bebel mais 9 meses por "desrespeitar", num dos seus discursos, a realeza.

Anos depois, Bebel contava com certa dose de ironia que a prisão o havia salvado da morte inevitável, porque lhe dera tempo para restabelecer a sua saúde enfraquecida pela actividade febril de deputado. Quando caía na prisão, costumava responder às lamentações dos seus amigos com a frase seguinte: "É preciso descansar um bocado".

Mas na realidade não era assim como ele dizia: aproveitava os anos de prisão para completar a sua educação. É que o trabalho no partido não lhe dava tempo suficiente para estudos sérios. Encontrando-se preso, podia dedicar-se inteiramente aos livros. Nesta relação seria interessante lembrar a sua carta a Karl Liebknecht, então um principiante na actividade política, que também fora preso, na qual o aconselhava a aproveitar esse tempo para estudos autodidácticos[2].

Na prisão, Bebel estudou o primeiro volume de *O Capital* de K. Marx e muitas outras obras da economia política e história, entre elas *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* e *A Guerra Civil em França* de K. Marx, *A Situação da Classe Operária na Inglaterra* de Engels, *O Manifesto do Partido Comunista* e outros livros dos fundadores do

comunismo científico. Deu-se à leitura de trabalhos no campo da filosofia, economia e ciências naturais. Escreveu um dos seus primeiros livros para operários *A Guerra Camponesa na Alemanha.* Em oposição aos lassallianos, que consideravam as guerras camponesas como reaccionárias, Bebel insurgiu-se contra tal interpretação, fazendo lembrar as tradições revolucionárias do campesinato alemão. Além, Bebel recolhia o material necessário para o livro *A Mulher e o Socialismo* e traduzia as obras dos cientistas franceses sobre o cristianismo.

Na introdução a *A Guerra Camponesa na Alemanha* e ao livro *Charles Fourier. Sua Vida e Doutrina,* Bebel expôs a sua interpretação materialista da história. Apresentou também raciocínios originais com respeito às leis do processo histórico e chegou à conclusão de que as transformações revolucionàrias da sociedade eram inevitáveis.

Em 1879 veio à luz o livro de Bebel *A Mulher no Passado, Presente e Futuro* ou *A Mulher e o Socialismo,* que proporcionou ao seu autor uma fama mundial. Na Alemanha, a edição foi ilegal, mas apesar disso, tendo em conta o facto de vigorar "a lei de excepção contra os socialistas", foram divulgados no país mais de 15 mil exemplares. Durante um longo período *A Mulher e o Socialismo* foi o livro político e teórico mais lido nos círculos sociais democratas alemães e teve numerosas edições em línguas estrangeiras. Ainda hoje continua a ser um manual precioso no campo do socialismo científico.

Este livro atesta que o seu autor assimilou em profundidade o marxismo e soube aplicá-lo de modo criador num domínio novo. Estigmatizou a opressão secular da mulher e, regendo-se pelo método do materialismo histórico, mostrou as origens políticas desta opressão. Baseando-se nas obras de K. Marx e F. Engels e num rico material factual, A. Bebel deitou luz sobre a situação da mulher ao longo da história, relacionando-a com as relações sociais. O livro constituiu um contributo apreciável para a igualdade verdadeira da mulher. Bebel desmascarou impiedosamente a hipocrisia da moral burguesa, demonstrando que a prostituição é produto do capitalismo e que a venda do corpo da mulher só é possível sob o regime burguês baseado na lei de compra e venda. A burguesia acusou Bebel de ser propagandista do "amor livre", libertino, ainda que na realidade ele fosse um homem de alma imaculada que pregava o matrimónio livre no sentido de se basear na atracção e simpatia recíprocas e estar isento de cálculos interesseiros.

No total, Bebel esteve preso cerca de seis anos. E foi precisamente na cadeia que escreveu as suas obras teóricas mais importantes, que atestam que o ex-torneiro não era tanto um homem de acções e de prática quanto um teórico por excelência capaz de colocar e solucionar os problemas mais complexos do movimento revolucionário.

A fundação do Partido Social-Democrata em 1870 não significou de modo algum a liquidação da cisão no seio do movimento operário alemão. Neste aspecto, um obstáculo sensível para a criação de um partido revolucionário eficiente, que de facto unificasse o movimento proletário, eram os postulados oportunistas de Lassalle e dos seus seguidores. Por isso, Bebel atribuiu bastante atenção ao seu desmascaramento.

Quando Bebel se encontrava na cadeia, W. Liebknecht pôs-se de acordo (1875) com os dirigentes do movimento lassalliano, incorrendo assim em erros flagrantes: por exemplo, na elaboração do projecto de programa admitiu que fossem incluídos certos dogmas lassalianos. K. Marx e F. Engels submeteram a uma crítica demolidora este projecto oportunista. Quando o projecto de programa caiu nas mãos de Bebel, não demorou em expressar a sua negativa absoluta e escreveu uma outra variante. Porém, ao sair da prisão cedeu face à pressão de Liebknecht e outros dirigentes do partido por razões tácticas, não protestando contra a sua adopção. Acontece simplesmente que Bebel não estava inteirado da *Crítica ao Programa de Gotha* escrita por Marx, que de caso pensado não lhe fora mencionado, tal como ao resto do partido.

O programa de Gotha contrariava muitas teses fundamentais do comunismo científico e da luta de classes. O partido unificado herdou uma grave carga de erros ideológicos e políticos de Lassalle, no entanto foi um apreciavel passo em frente, marcando o fim da divisão no movimento operário e assegurando a hegemonia do marxismo no partido único.

Em Junho de 1877, Bebel compareceu outra vez no tribunal de Berlim por "invectivas ofensivas contra o chanceler Otto von Bismarck", contidas na brochura *A Actividade Parlamentar do Reichstag*

e dos Landtages Alemães no Período de 1874 a 1876. A sentença do tribunal foi nove meses de prisão reduzidos posteriormente, pelo tribunal de apelações, a seis meses. Desta vez permaneceu na prisão berlinense Plötzensee.

Em Outubro de 1878, o Reichstag aprovou a lei contra os socialistas conhecida por "lei de excepção", que proibia todas as organizações de cariz partidário, os sindicatos de matiz socialista, as edições e publicações socialistas, assim como a liberdade de reuniões, de associações de carácter socialista e a angariação de meios para estes fins.

O partido viu-se numa situação deplorável. Alguns dos seus dirigentes foram tomados de pânico. O Comité Central declarou a autodissolução do partido sem criar organizações ilegais. K. Marx e F. Engels criticaram esta decisão oportunista. Com os seus conselhos ajudaram Bebel e Liebknecht a superar o pânico que reinava no seio do partido e a pôr-se à frente das massas partidárias que, pela sua própria iniciativa, começaram a criar organizações ilegais independentes. Passo a passo, foi criada a rede de organizações clandestinas. Bebel desenrolou uma actividade enérgica a fim de manter e consolidar o partido e alargar o seu trabalho nas condições de perseguições e repressões.

Nos finais de 1880, deslocou-se a Londres, onde pela primeira vez se encontrou com K. Marx e F. Engels. Ficou convencido de que as suas indicações, referentes tanto a questões programáticas e tácticas como aos assuntos correntes da social-democracia alemã, eram

acertadas. Por sua vez, os grandes líderes do proletariado verificaram que Bebel era seu discípulo leal e companheiro de luta. Com a ajuda de Marx e Engels, foi organizada em Zurique a edição do *Social-Demokrat,* porta-voz revolucionário do partido, órgão combativo do partido.

Constantemente perseguido pela polícia, Bebel nunca perdeu o optimismo revolucionário e a fé inabalável na vitória do socialismo. Cabe-lhe o grande mérito de reanimar a actividade legal e ilegal do partido no período em que vigorou a "lei de excepção". Mostrou-se um conspirador hábil, um organizador por excelência e um lutador corajoso. V. I. Lénine escreveu a seu respeito: "Bebel revelou-se um verdadeiro dirigente do partido" [3]. Em 1880, no congresso do partido na Suíça, por proposta de Bebel, foi reformulada uma frase do Programa que dizia que o partido procurava os seus objectivos por meios legais, sendo substituída pela seguinte: o partido procura os seus objectivos por todos os meios disponíveis.

A Bebel compete um papel destacado na elaboração e aplicação da táctica parlamentar da social-democracia revolucionária que consistia em não perder a mínima possibilidade de melhorar a situação da classe operária e, ao mesmo tempo, realizar firme e perseverantemente o objectivo final.

Um grande mérito de A. Bebel foi a social-democracia alemã ter participado, em 1889, na fundação da II Internacional.

As eleições para o Reichstag em 1890 demonstraram de modo elucidativo que a "lei de excepção contra os socialistas" não debilitou, antes

consolidou e ampliou, as fileiras dos socialistas. Ao verificar a incapacidade desta lei de paralisar o movimento operário, em Outubro de 1890 o Reichstag recusou-se a prolongar a sua acção. Depois da sua revogação registou-se um aumento sensível do partido. Aumentou o número dos seus deputados no parlamento. Se em 1890 o partido contava com 35 deputados no Reichstag, em 1898, o seu número totalizou 56 pessoas. Os candidatos da social-democracia obtiveram uma quarta parte de todos os votos.

Em Outubro de 1890, celebrou-se em Halle o primeiro congresso legal do partido após a abolição da lei contra os socialistas. O congresso evidenciou a solidariedade crescente do movimento socialista internacional e operário.

No entanto, o congresso mais importante para o desenvolvimento do Partido Social–Democrata Alemão foi aquele que decorreu em Erfurt em 1891. Nesse congresso os revolucionários marxistas obtiveram uma vitória impressionante sobre os elementos oportunistas que se entrincheiraram no partido. Nas suas resoluções, o congresso de Erfurt exigiu que todos os militantes trabalhassem firme e perseverantemente dentro do espírito do programa do partido e, sem renunciarem à luta pelas reivindicações imediatas, tivessem sempre em vista o objectivo completo e final do partido. Os partidários de Bebel defenderam no congresso a táctica revolucionária da utilização do parlamento no interesse da luta de classe do proletariado.

A. Bebel e a maioria marxista no congresso

desmascararam as tentativas dos reformistas de dissolver o partido proletário no meio pequeno-burguês. Repeliram dignamente os ataques contra a disciplina proletária no partido e contra o princípio de centralismo democrático. O programa adoptado no congresso de Erfurt divide-se em programa máximo e programa mínimo. O primeiro apresenta as concepções da social-democracia alemã sobre a sociedade burguesa e determina o objectivo final, a conquista, pelo proletariado, do domínio político com vista a suprimir o regime capitalista.

Nos finais do século XIX e início do XX, nas condições de ascenso do movimento operário, iniciou-se no partido uma discussão sobre a aplicação da greve política de massa e o papel dos sindicatos, durante a qual se perfilaram três tendências: revisionista ou oportunista da direita; centrista, que encobria o seu oportunismo com fraseologia revolucionária; e da esquerda, cujos representantes se identificaram com as posições da classe operária e intervieram activamente contra o militarismo e a guerra imperialista.

No período culminante da luta da social-democracia alemã contra os revisionistas, em Londres faleceu F. Engels. A morte do grande amigo e mentor político foi um abalo profundo para August Bebel. Engels nomeou-o um dos testamenteiros em relação a sua própria herança literária e à de K. Marx. Logo a seguir à morte de Engels, Bernstein, democrata-social alemão, traiu as tradições combativas do partido e apresentou uma revisão aberta do marxismo, procurando

transformar a organização da classe operária num partido pequeno-burguês de reformas sociais. August Bebel repeliu resolutamente este ataque e, juntamente com outros marxistas, defendeu os fundamentos do socialismo revolucionário.

O revisionismo foi igualmente combatido no congresso do partido que se reuniu em Hannover em Outubro de 1899, para discutir os princípios e a táctica partidários. O relatório de A. Bebel durou seis horas e foi muito profundo quanto ao conteúdo e esplêndido na forma. A maioria absoluta (216 votos contra 31) dos participantes aprovou a resolução de Bebel que proclamava a fidelidade da social-democracia alemã ao programa e à táctica anteriormente adoptados. A posição marxista intransigente de Bebel e dos seus partidários suscitou o apoio activo da classe operária e de outras camadas trabalhadoras. Nas eleições para o Reichstag (16 de Junho de 1903), o Partido Social-Democrata da Alemanha teve um êxito inédito: mais de 3 milhões de pessoas votaram a favor deste, obtendo assim 81 mandatos de deputado.

Os revisionistas não viram neste êxito relevante do partido um resultado da luta de classe do proletariado, mas sim uma "expressão da fusão do capitalismo e do socialismo", reivindicando a revisão substancial da táctica do partido. Por isso, o congresso do partido celebrado em Setembro de 1903 debruçou-se especialmente sobre a questão da táctica partidária. O congresso foi inaugurado por A. Bebel que exortou os delegados a procederem sem receio a uma intervenção cirúrgica radical:

abrir e extirpar os furúnculos do revisionismo. Bebel criticou os revisionistas por se contentarem com concessões insignificantes das classes dominantes, por recearem acções resolutas das massas, por ofuscarem o carácter de classe e a hostilidade do Estado em relação ao povo. Defendeu ao mesmo tempo as concepções marxistas e o carácter verdadeiramente socialista do partido operário. Até ao fim da sua vida, Bebel continuou a ser o inimigo do revisionismo.

No congresso da II Internacional decorrido em Amsterdam em 1904, Bebel denunciou os revisionistas que se pronunciaram pela participação dos socialistas nos governos burgueses. Qualificou-os como traidores dos interesses do proletariado. Contudo, como líder da II Internacional e figura célebre no movimento socialista internacional, Bebel não exigiu a separação dos oportunistas, facto que o impediu de compreender que a agudização da luta de classes sob o imperialismo cria para o proletariado novas condições de luta.

No congresso do partido em Iena, Bebel falou da necessidade de preparar as massas para combates revolucionários decisivos iminentes. Uma resolução do congresso, adoptada por proposta de Bebel, dizia que o congresso era de opinião que o recurso mais amplo à greve política de massa era um dos meios de luta mais eficientes. No entanto, mais tarde, no congresso de Mannheim, Bebel fez concessões consideráveis a favor dos oportunistas e dirigentes sindicais para manter a paz no partido. Foi adoptada uma resolução escrita por Bebel, mas com emendas dos cabeças sindicais que invalidou

de facto a decisão do congresso precedente sobre a greve política de massa.

A revolução de 1905 na Rússia teve enorme influência sobre Bebel. Ele compreendia a importância transcendental da revolução russa no sentido de poder revolucionar as massas na Alemanha e noutros países.

Estava profundamente impressionado pelo trabalho clandestino dos revolucionários russos. Dois anos depois da revolução constatou que a social-democracia russa revelara na revolução tal perseverança, tal disposição ao sacrifício, tal abnegação que com toda a justeza não podiam ser qualificadas de outra maneira senão como assombrosas. O líder da social-democracia alemã apelou para o proletariado mundial a fim de se solidarizar com os revolucionários russos e lhes prestar todo o apoio possível.

No dia 9 de Novembro de 1911, intervindo no Reichstag, Bebel denunciou implacavelmente a política aventureira e de agressão dos imperialistas alemães e as suas consequências desastrosas para o povo. O acorde final na participação de Bebel nos congressos internacionais foi a sua intervenção pronunciada em 1912 em Basileia, onde se reuniu o congresso extraordinário socialista internacional por motivo da guerra balcânica. Naquela altura estava doente e por isso só conseguiu comparecer no encerramento do congresso. Foi recebido com aplausos clamorosos e vivos. Fez um discurso breve, mas expressivo contra a ameaça que trazia a guerra mundial a humanidade.

No dia 22 de Fevereiro de 1910, August Bebel completou 70 anos. Naquele dia, os proletários da Alemanha e os operários socialistas de todo o mundo prestaram-lhe homenagem como homem, cuja vida foi inteiramente dedicada à luta pela libertação social da classe operária. Chegaram felicitações de todas as partes do mundo. Em resposta, escreveu que gostaria de viver até ao dia em que, empunhando uma bandeira vermelha, estaria à frente das massas que vão ao assalto. Em 13 de Agosto de 1913, com 73 anos, quando se preparava para um congresso do partido em Iena, August Bebel faleceu dum ataque cardíaco. Segundo o seu desejo, foi sepultado em Zurique. Em muitas cidades da Alemanha tiveram lugar comícios em homenagem a Bebel. Muitos partidos socialistas da Europa enviaram à direcção do Partido Social-Democrata da Alemanha condolências por motivo da morte de August Bebel.

Naqueles dias, V. I. Lénine escreveu: "Com Bebel foi sepultado não só o líder da social-democracia alemã mais influente entre os operários e mais querido pelas massas: Bebel representou, com a sua evolução e a sua actividade política, um período histórico inteiro da vida tanto da social-democracia alemã como da internacional" [4].

Tommaso Campanella
1568-1639

O SINO QUE PRESSAGIA UMA NOVA ERA

Foi um caso sem precedentes. Na disputa em Cozenz, em vez do sábio mestre Florentino, compareceu um tal jovem Tommaso de San Giorgio. O seu oponente, que ganhou cabelos brancos em discussoẽs desse tipo, estava à beira da desilusão ou mesmo aflito. Mas a confraria dos franciscanos esfregou as mãos de contente: não importam o jogo fino de inteligência e a retórica teológica. O principal era cobrir de opróbrio a Ordem dos dominicanos que ousou pôr em dúvida a sua sabedoria.

Porém, os franciscanos tiveram ali uma fragorosa derrota. O jovem dominicano com 17 anos de idade apresentou argumentos incontestáveis, invocou com facilidade a Escritura Sagrada e, enfim, conseguiu demonstrar contradições nos raciocínios dos seus oponentes.

– Nele reencarnou-se o génio de Telésio! – exclamou alguém que estava presente na palestra.

Bernardino Telésio, eminente cientista e filósofo italiano (1509–1588). Tommaso Campanella tornou-se seu destacado seguidor, declarando: "Sou

um sino que pressagia uma nova aurora!". Em italiano "campanella" significa "sino".

Tommaso Campanella nasceu em 5 de Setembro de 1568, na pequena vila Stepiano, na Calábria, na família de um sapateiro pobre. Foi baptizado com o nome de Giovanni Domenico. Começou os seus estudos quando tinha cinco anos de idade, surpreendendo todos com a sua memória e faculdades extraordinárias. Ainda hoje, entre os conterrâneos, correm rumores acerca de um menino que, não tendo dinheiro para pagar o curso escolar, ficava de ouvido atento à janela aberta da escola e que, ao ver um aluno que não podia responder à pergunta do professor, pedia licença, dizendo: "Posso responder eu?" Aos 14 anos, assombrado com a eloquência do padre dominicano e encantado com as histórias sobre tradições científicas da Ordem de S. Domingos, assim como com os apóstolos da teologia católica – Alberto Magno e Tomás de Aquino – resolveu encessar-se num mosteiro: naqueles tempos, para um pobre, era a única maneira de receber educação. Em homenagem a Tomás de Aquino, o jovem adoptou o nome de Tommaso. Procura avidamente respostas às questões que o inquietam e, a partir daí, começa a pôr em dúvida os dogmas religiosos.

Estando no mosteiro e levando a vida de monge, Tommaso afunda-se inteiramente na teologia e filosofia. Dá-se à leitura dos representantes da filosofia escolástica medieval tais como por exemplo Alberto Magno e Tomás de Aquino; assim como toma conhecimento das versões traduzidas de Aristóteles. O jovem devora livro após outro,

revelando assim uma vontade insaciável de adquirir conhecimentos.

Pouco a pouco, Campanella evolui para a conclusão de que a ciência teológica é erónnea e que entre a vida, a natureza e a escolástica existe um precipício inconciliável. A partir daí, Tommaso começa a pôr em dúvida a certeza dos cânones religiosos e, para mais, a falar disso abertamente, embora num âmbito ainda reduzido. O mentor de Tommaso no convento de Nicastro – Florentino – sabia perfeitamente que a distância entre a heresia e a fogueira do auto-de-fé era bastante curta e por isso fez os possíveis para nortear o seu aluno por um caminho certo, advertindo-o de que se as concepções dele tocassem nos dogmas religiosos, iria acabar mal.

Campanella tinha apenas 18 anos de idade quando entrou em conflito com os mentores da escola clerical provinciana. Contra o jovem cientista insurgiram-se as tradições seculares da Ordem dos dominicanos, o prestígio dos melhores espíritos da teologia e dos concílios ecuménicos e o pensar religioso muito mais forte que as muralhas dos conventos. Os mentores ficaram escandalizados: um tal Campanella a duvidar da certeza dos dogmas inelutáveis de religião cristã e, ainda por cima, a apelar para que as conclusões fossem baseadas no empirismo e nas sensações. O jovem é crivado de acusações de ser auto-suficiente e presunçoso. Procurando a verdade, Campanella empenha-se em encontrar um filósofo que não baseie a sua teoria nas citações retiradas dos espíritos religiosos, mas no estudo da natureza.

Um filósofo desses foi Bernardino Telésio, cujo tratado *De Natura Rerum Juxta Propria Principia* foi, para Tommaso, uma verdadeira confissão. Telésio provou que o conhecimento da Nautreza devia basear-se na experiência resultante do impacto das coisas externas sobre os órgãos de percepção. "O critério da verdade é a experiência", postulava Telésio. As conclusões telesianas vieram apenas confirmar as conjecturas do próprio Campanella. Ficou ainda mais convicto de que o único critério é a natureza e, de forma alguma, os cânones teológicos.

Campanella acolheu as concepções de Telésio, tornando-se seu seguidor. Não é de estranhar que, ao tomar conhecimento do livro de Marta *A Fortaleza de Aristóteles contra os Princípios de Bernardino Telésio*, Campanella tenha ficado terrivelmente indignado, mostrando-se disposto a arrasar o tratado, que, ainda por cima, abundava em erros e contradições. Lançou um livro intitulado *Philosophia Sensibus Demonstrata* (Filosofia Baseada nas Percepções). Marta trabalhou quase sete anos na sua obra contra Telésio; para Campanella, bastaram sete meses para não deixar pedra sobre pedra com respeito ao tratado dogmático aqui referido. Mas, para realizar este projecto, devia viajar a Nápoles. O abade do mosteiro recusou-se definitivamente a que Campanella saísse. Contudo, foi-se embora, dirigindo-se ao Sul da Itália. Obteve a reputação de ter vendido a alma ao Diabo e viajar, portanto, com a única intenção de divulgar a heresia. E a partir daí, a Inquisição foi-lhe no encalço.

Em Nápoles, dirigiu-se à família del Tufo que, segundo amigos, apreciava altamente Telésio. Depois de tomar conhecimento do manuscrito de Campanella *Philosophia Sensibus Demonstrata* os del Tufo afirmaram que fariam os possíveis para a sua publicação.

Ali Campanella leu *Utopia* de Thomas More que o impressionou bastante.

A publicação do livro de Campanella (1591), no qual defendia o cientista Telésio, provocou regozijo entre os admiradores deste último. No entanto, a reacção da Igreja foi diferente. Campanella foi preso e levado ao tribunal da Inquisição da Ordem. Num dos interrogatórios perguntaram-lhe:

– Donde é que tu sabes tudo aquilo que nunca te foi ensinado?

– Queimei mais azeite na lamparina que vós bebestes vinho na vossa vida – retorquiu com orgulho o preso.

Campanella passou um ano nas masmorras húmidas da Inquisição. Só mercê da intervenção de amigos influentes conseguiu evitar uma sentença mais severa. Em Agosto de 1592, propuseram-lhe abandonar Nápoles em sete dias e regressar ao convento da sua terra. Para mais, foi-lhe ordenado de forma categórica que se mantivesse fiel à doutrina de S. Tomás de Aquino e condenasse as concepções de Telésio.

Mas Campanella não obedeceu à sentença do tribunal da Ordem dos dominicanos e, em vez de se refugiar no mosteiro na Calábria, empreendeu uma viagem por Itália. De Nápoles dirigiu-se a Roma e, em Setembro de 1592, já estava a contemplar os

monumentos da "cidade eterna". Depois apareceu em Florença, onde graças às cartas de recomendação teve audiência do grão-duque Ferdinand. Todas as tentativas dos amigos de Campanella para obter, por intermédio do duque, licença para ensinar numa universidade não resultaram. O lugar de professor de filosofia foi concedido a Marta que, como já se sabe foi alvo das críticas de Campanella no seu primeiro livro. O grão-duque preferiu a lealdade de Marta ao génio de Campanella.

Depois de Florença dirigiu-se a Veneza, fazendo escala em Bolonha. Ali visitaram-no monges dominicanos, fazendo referências positivas a respeito do livro e travando conversas sobre temas científicos. Mas estes encontros "amistosos" tiveram um final, digamos, estranho: tinham desaparecido todos os seus manuscritos. Tommaso adivinhou que fora um acto da Inquisição que o seguia em todo o trajecto e lhe enviou agentes. Campanella refugiou-se em Pádua, onde restabeleceu pela memória o conteúdo do manuscrito roubado *Cosmologia.*

No início do ano 1593, Campanella leu o livro de Chiocco *Investigações Filosóficas e Médicas*, em que se faziam críticas a Telésio. Apesar da proibição que lhe fora imposta, Campanella aparou outra vez a pena para defender o seu mentor. Em resultado, apareceu uma obra que não foi senão uma retaliação ao clero, *Apologia pro Telésio*. Em Agosto de 1593, Campanella foi preso em Pádua pela Inquisição. Os amigos fizeram uma tentativa para recuperar Tommaso. Tudo foi bem preparado

e organizado e, de repente, às portas da prisão, quando apenas um passo o separava da liberdade, apareceu uma patrulha e o preso foi devolvido à cela. O pior foi essa tentativa de fuga ter agravado ainda mais a situação de Campanella. A partir daí o seu caso passou ao exame dos altos dignitários da Santa Inquisição. Em Janeiro de 1594, Tommaso, encadeado, foi transportado de Pádua a Roma.

Aí foi encarcerado numa cela. Aquele Inverno foi bastante duro e no cárcere fazia um frio de rachar, havia uma só refeição por dia e ele ficava na masmorra sem poder ver o sol. E naquelas condições, começou a pensar num regime justo da sociedade humana e a projectar uma "cidade do sol" futura. Ainda antes da prisão, Tommaso soube da detenção de G. Bruno, denunciado por um traidor em Veneza. A Inquisição de Roma procurou por todos os meios que lhe fosse entregue. Em Fevereiro de 1593, a República de Veneza devolveu Bruno a Roma. Em 1595, durante um passeio no pátio da prisão, Campanella viu-se cara a cara com um preso desconhecido. E, possivelmente mais pela intuição do que pelas descrições dos amigos, compreendeu que era Bruno.

A lista de acusações apresentadas a Campanella era um nunca acabar. Por que motivo em vez de regressar à Calábria como lhe fora preceituado, foi para o Norte e, ainda por cima, com um pseudónimo? Por que motivo em vez de propagar a doutrina de Tomás de Aquino e condenar a de Telésio, fez o contrário? Para que escreveu um livro em defesa deste último?

Só graças aos seus conhecimentos inesgotáveis em todas as esferas científicas, à sua erudição por excelência e à lógica do pensamento, Campanella conseguiu esquivar as ciladas que lhe foram preparadas e provar o sentido contrário das ideias encerradas nas suas obras, apresentando-se como um fiel servidor da "Santa Igreja". Afinal, conseguiu persuadir os seus acusadores: nem as torturas que lhe foram aplicadas serviram de nada. Nos meados do ano 1595, a Inquisição fixou-lhe residência no convento de Santa Sabina, onde permaneceu ano e meio. Só em Dezembro de 1596, o tribunal anunciou a sua sentença.

Numa manhã em que fazia um frio incrível, Campanella, vestido de farrapos, foi trazido ao convento de Santa Maria della Minerva para pronunciar de joelhos, uma fórmula rotineira de renúncia à heresia confirmada com assinatura do confesso. Assim, ficou solto, mas por pouco tempo. Dois meses depois, foi novamente apanhado pela Inquisição e lançado na prisão: em Nápoles, um criminoso, antes de ser executado, fez uma declaração pública sobre as concepções heréticas de Campanella. Outra vez houve investigações, interrogatórios e exames escrupulosos dos seus manscritos, a prova flagrante da culpa do acusado. O novo processo não deu os resultados desejados e, depois de dez meses de prisão, Tommaso foi posto em liberdade. Mas agora todas as suas obras foram proibidas e o próprio autor obrigado a regressar à sua pátria.

Mas nem desta vez se apressou em aparecer na Calábria. Percorreu muitos sítios no sul da sua

pátria-mártir que se encontrava sob o jugo da coroa espanhola.

Naquela época, as cidades italianas, outrora prósperas e famosas pelos seus produtos manufacturados e mercados animados, iam-se transformando em províncias miseráveis. Os grandes descobrimentos geográficos fizeram com que as vias marítimas principais se transferissem mais para oeste. A decadência evonómica do país foi agravada pela invasão espanhola que trouxe a reacção feudal, as fogueiras sinistras da Inquisição, a penúria e impostos incontáveis.

Este panorama apresentou-se aos olhos de Campanella durante as suas peregrinações. Os sofrimentos dos trabalhadores simples não podiam deixá-lo indiferente. Depois de muitos meses de peregrinações, Tommaso regressou à Calábria disposto a proceder à preparação duma insurreição contra o domínio espanhol. Sonhava com a proclamação duma república na Calábria livre tanto dos opressores espanhois como dos locais. A Calábria devia transformar-se num Estado de homens livres e iguais em direitos. A propriedade privada da terra e dos meios de produção devia ser substituída pela social.

A sede da conspiração estava em Stilo, no mosteiro de Santa Maria, onde se refugiou Tommaso Campanella. Só a gente de maior confiança e a mais fiel estava ao corrente do plano. No entanto, os rumores sobre uma insurreição em preparação já corriam fora do mosteiro. O número de conspiradores ia aumentando de dia para dia. Campanella conseguiu entrar em contacto com

o comandante da esquadra turca, de descendência italiana, Bassa Cicala, que prometeu impedir a chegada de reforços para a guarnição espanhola e mesmo fazer um desembarque.

Tudo parecia ter sido pensado e previsto, até ao mais pequeno pormenor, até cada passo, excepto a traição. E esta foi fatal. Poucas semanas antes da insurreição, os espanhois foram avisados. Imediatamente tomaram medidas drásticas e em pouco tempo prenderam a maior parte dos dirigentes. Campanella conseguiu refugiar-se nas montanhas, mas o senhor da casa onde se instalara delatou-o. Foi novamente preso. A seguir, a investigação, o processo e a prisão, mas dessa vez não durou anos, senão decénios. Entre os presos estava o pai de Campanella e o seu irmão Gianpietro.

Todos os fios da conspiração iam dar a Campanella que era o seu inspirador ideológico e o organizador mais activo. Muitos conspiradores não aguentaram as torturas bárbaras e reconheceram a sua culpa. No entanto, Campanella perseverou em negar o seu envolvimento na insurreição e em afirmar que a sua fuga não era mais que a tentativa de se esconder dos inimigos pessoais. Aguentou as torturas mais cruéis dos padres jesuítas e declinou todas as acusações. Porém, dados numerosos reconhecimentos de outros conspiradores, Tommaso viu-se entre a espada e a parede. A sua situação era realmente desesperada – a forca e o esquartejamento. Então, no dia 2 de Abril de 1600, começou a simular loucura. Nem os médicos chamados para

o examinar conseguiram descobrir o jogo fino da cabeça da conspiração.

Para desmascarar a simulação, Campanella foi submetido ao suplício mais bárbaro chamado "velha". O tormento desumano durou 36 horas seguidas. Tommaso já estava quase exânime, mas não disse nem uma só palavra que o pudesse comprometer. A firmeza que Campanella revelou durante o suplício da "velha" teve uma importância decisiva para todo o processo. Em termos jurídicos foi reconhecido como demente e, por conseguinte, a sentença não podia ser anunciada até que recuperasse o juízo. Portanto, o processo demorou.

Mas as torturas minaram a sua saúde. Ficou imobilizado; as forças abandonavam-no. Estava desesperado, sentindo não poder realizar um plano há muito tempo concebido: escrever o livro *A Cidade do Sol*. Foi justamente para este livro, que devia libertar a humanidade da opressão, que ele enfrentara corajosamente todos os sofrimentos e fizera os possíveis para sobreviver e vencer. Pediu que, atendendo ao facto de estar paralisado, Pietro Prestera ou Bitonto, seus companheiros na época da preparação da insurreição, fossem transferidos para a sua cela a fim de lhe servirem refeições e água. Mas quem se encontrou junto dele foram o seu pai e irmão. A alegria de ver novamente os seus familiares foi ensombrada pelo facto de ambos serem analfabetos. Superando as dores, Campanella começou a exercitar-se para escrever. O pai estava surpreendido com o facto de Tommaso se atormentar com este trabalho. Como suspeitar naquela altura que aquelas páginas escritas com

caligrafia incerta e confusa viriam eternizar para todo o sempre o nome do seu filho?

A Cidade do Sol é a obra mais destacada de Tommaso Campanella. Foi escrita sob a influência expressa de *Utopia* de Thomas More, mas superior a esta em muitos sentidos. O livro foi escrito em forma de diálogo entre duas pessoas: o Navegador e o Estranho. O primeiro narra as suas impressões de circum-navegação, durante a qual descobriu, no meio do Oceano Índico, uma ilha maravilhosa com a cidade do sol.

A cidade está situada numa montanha e divide-se em sete faixas ou círculos. Em cada faixa, cercada por terrapleno e bastião, há habitações confortáveis para viver, trabalhar e descansar.

A seguir, o Navegador descreve o sistema de governo. A figura suprema entre os habitantes da cidade é o pontífice que na língua deles significa o Sol. A ele compete resolver os problemas civis e religiosos. Todos os litígios e assuntos também passam em última instância pelo seu exame. Outros três governadores, que possuem direitos iguais, são os seus ajudantes: o Poder, o Saber e o Amor. O Poder visa todas as questões referentes à guerra e à paz; é ao mesmo tempo o comandante supremo, mas não domina o Sol. O Saber tem na sua competência as artes, a edificação, as ciências e, respectivamente, todos os estabelecimentos culturais e centros de ensino. O Amor é responsável pela continuação e reprodução da espécie humana. Compete-lhe também a educação das crianças. Além disso, dentro da sua competência estão a medicina, a farmacologia, a sementeira e

a colheita de produtos agrícolas, quer dizer, a argicultura e a criação de gado. A isto pode somar a alimentação e a roupa para a população. Subordinam-se-lhe, portanto, todos os responsáveis por estes sectores e indústrias.

Na Lua nova e Lua cheia reúne-se o Grande Conselho. Todos os maiores de 20 anos têm acesso e o direito de delíberar sobre as assuntos sociais: ali podem apresentar as suas queixas com respeito à administração e aos administradores individualmente considerados ou, ao contrário, expressar-lhes a sua gratidão e votos de louvor. O governo, composto principalmente pelo Sol, Poder, Saber e Amor, reúne-se de oito em oito dias, representando os últimos três os seus três sectores de governo respectivos. Outros responsáveis e administradores são eleitos pelos quatro dignitários supremos – o Sol, o Saber, o Poder e o Amor. Mas podem ser amovidos pela vontade do povo, excepto os quatro superiores. Estes pedem a demissão só depois de se consultarem entre si e só quando apareceu um outro, mais sábio, mais competente e mais digno.

É importante destacar que a utopia comunista de *A Cidade do Sol* não surgiu como fruto de meditações e reflexões no gabinete dum cientista erudito. Numerosos depoimentos dos participantes da conspiração na Calábria atestam que o projecto comunista de Campanella foi formulado com bastante nitidez já no período de preparação da insurreição contra o domínio espanhol. Nas suas prédicas públicas e, sobretudo, nas conversas com os conspiradores, Campanella apresentou um

panorama da futura república ideal, onde todos viveriam em comunidade. A revolução na Calábria só devia dar um impulso para a transformação geral: da montanha Stilo que o próprio Campanella chamou "uma montanha de abundância e liberdade", deviam partir pregoeiros para anunciar por todo o mundo uma nova lei, melhor que a cristã. Depreende-se que as ideias de Campanella surgiram já no início como um programa político concreto de transformações sociais, como um objectivo da conspiração. Campanella opôs o seu Estado ideal ao regime então existente.

Com indignação estigmatizou os opressores, entregues à crápula e à ociosidade, que, devorados pela avidez, se dedicavam à usura. Demonstrou que a ociosidade e a preguiça cultivada levavam à perda da face humana e condenou toda a falsidade da "descendência nobre" e a quimera da "condição social nobre". Em vez desta sociedade injusta e viciosa, Campanella sugeriu um novo regime social assente nos princípios socialistas. A ideia central da obra de Campanella foi a da propriedade. Na cidade do Sol não há propriedade privada: todos os cidadãos são ricos e, ao mesmo tempo, pobres. São ricos porque têm tudo à sua disposição e pobres porque não têm propriedade alguma. A propriedade social do Estado do Sol baseia-se no trabalho colectivo de todos os membros da sociedade. As tarefas são executadas com diligência e conscienciosamente. Em geral, o trabalho considera-se ali como uma causa de honra e é respeitado.

No Estado que Campanella descreveu existe

a igualdade real entre o homem e a mulher. As mulheres estudam e trabalham de igual para igual com os homens e até passam a preparação militar para defenderem, se necessário, o Estado. Mas o dia de trabalho para habitantes da cidade dura quatro horas. Campanella julga que isto é possível graças ao trabalho geral e à generalização das aquisições tecnológicas que tornam o trabalho mais eficiente.

É evidente que nas concepções de Campanella sobre o socialismo ainda havia bastantes elementos ingénuos e erróneos. Por exemplo, falando da regulamentação das relações matrimoniais pelo Estado, desprezou a atracção recíproca e os interesses humanos, o que já não corresponde aos princípios duma sociedade socialista verdadeira. Mais ainda, na Cidade do Sol existem superstições astrológicas e a religião mantém a fé na imortalidade da alma.

Contudo, o Estado do Sol representa uma associação de homens cheios de vida, com espírito patriótico, livres do domínio das coisas; é uma associação de homens que combinam o trabalho manual e mental e desenvolvem de modo harmonioso as suas capacidades físicas e espirituais; é uma associação de homens para os quais o trabalho já deixou de ser uma coerção, uma tormenta, e transformou-se, portanto, numa actividade agradável e atractiva que dá honra e glória. Campanella acentua a unidade entre o trabalho e a satisfação que deve trazer e a necessidade de aliar a educação ao trabalho.

Apesar de certas imperfeições que se põem em relevo sobretudo para nós, leitores actuais, depois

de mais de três séculos e meio de o livro ter sido escrito, em geral as ideais utópicas de Campanella são as mais completas e audazes no que diz respeito à concepção e solução dos problemas principais da organização e do desenvolvimento social. O autor aborda e resolve com toda a franqueza os problemas de então, muitos dos quais preocupam a humanidade ainda hoje.

Não foi por acaso que Campanella atribuiu ao Estado imaginário o nome do Sol, porque passou muito tempo nas masmorras sem o poder ver. Por isso, cantou-o como rei da natureza, como fonte do calor, da luz e mesmo da razão.

Entre outras obras interessantes de Campanella merece menção o tratado *Atheismus Triumphatus* (Ateísmo Triunfante) no qual colocou a questão seguinte: se Deus é tão generoso e omnipresente, por que precipita sobre nós uma multidão de calamidades e desastres? Por que não nos liberta da fome, das pragas e das guerras? E a seguir Campanella postula que é preciso transformar o mundo por ser injusto. Considera que a religião não é senão a deificação, pelo homem, das suas próprias forças e capacidades supremas. Este postulado, no século XVI, era anti-religioso na sua essência. Mas a sua evolução deu origem à famosa fórmula do filósofo materialista do século XIX, L. Feuerbach, que afirmou; "Não foi Deus que criou o homem, mas o homem que criou Deus". O clero viu nas ideias de Campanella a negação de Deus e da Igreja. E com toda a razão, porque a essência das suas concepções foi efectivamente anti-religiosa e anticlerical. Campanella não

reconhecia nem o paraíso e inferno, nem os milagres e mistérios da Igreja.

Entretanto, as nuvens adensaram-se novamente sobre Campanella. Não obstante a lei que proibia julgar um demente, a Témis romana resolveu impor um castigo ao revoltoso. A cúria achou-o indispensável por vários motivos: para os dissidentes, seria uma boa lição; para Campanella, um castigo severo; para as autoridades romanas, mais uma demonstração da lealdade para com o poder espanhol.

Em Janeiro de 1603, foi anunciada a sentença: a prisão perpétua sem a mínima esperança de ser libertado. A partir daí começaram as peregrinações pelas prisões que se distinguiam umas das outras por condições cada vez piores. No entanto, Campanella não deixou o seu trabalho.

Foi precisamente nessa altura que Tommaso soube do caso de G. Galileu. Por mui trágico que fosse o seu próprio destino, solidarizou-se com a doutrina do astrónomo genial. Em 1616, quando a Igreja declarou herético o sistema de Copérnico e proibiu Galileu, seguidor do grande cientista polaco, de o desenvolver, Campanella escreveu um novo tratado *Apologia Galilaei*, no qual, usando habilmente as citações da Bíblia, provou que as concepções deste não contrariavam a Escritura Sagrada.

Passavam anos e décadas. Campanella permanecia preso. Mas por muito que a Inquisição e as autoriadades espanholas se empenhassem em que o seu nome caísse em olvido, não o conseguiram. Mercê do amigo de Campanella,

Tobia Adami, no estrangeiro, na Alemanha protestante começaram a aparecer, um após outro, os livros do preso napolitano. Em 1617, veio à luz *Prodromus Philosophiae Instauranda* (Precursor da Filosofia Instaurada)–foi assim que Adami intitulara um manuscrito duma das primeiras obras de Campanella. Depois seguiram-se em 1620, *De Sensu Rerum* (Sobre o Sentido das Coisas); em 1622, *Apologia Galilaei* e uma colectânea de versos publicada sob pseudónimo; em 1623, *Philosophia Epilogistica Realis* (Filosofia Epilogéstica Real) que pela primeira vez incluia *A Cidade do Sol.*

Campanella sonha com a liberdade. Escreve petições aos poderosos da Terra: ao Papa Paulo V, ao imperador Rodolfo II, ao rei Filipe III, ao grão-duque da Toscana, aos cardeais romanos e arquiduques austríacos. Mas o seu destino não lhes importava. Só no dia 23 de Maio de 1626, mercê das intercessões constantes dos amigos, o famoso preso foi solto depois de 27 anos nas masmorras. Também não se pode descontar uma coincidência de circunstâncias favorável a este facto. O vice-rei espanhol em Nápoles, duque de Alba, teve atritos com o representante do papa, Tramalli. Dado que Campanella não só foi organizador duma insurreição na Calábria contra o jugo espanhol, mas também preso da Inquisição, para libertá-lo era preciso conseguir o consentimento do Santo Ofício. O duque de Alba já estava farto de que Tramalli se metesse constantemente em camisas-de-onze-varas e por isso ordenou que Campanella fosse solto. Tommaso compreendia perfietamente que em toda essa trama a Inquisição

se pusera ainda mais iracunda contra ele e que não o deixaria em paz. Uma vez solto da prisão, tomou a decisão de abandonar logo, em segredo, a cidade.

Mas esse plano não chegou a ser realizado. Foi-lhe preceituado que fixasse residência no convento de San Dominico Maggiore a fim de poder comparecer na prisão da fortaleza de Castel Nuovo à primeira instância do vice-rei. Mais tarde, Campanella soube que fora posto em liberdade a título de caução de dois mil ducados angariados entre os seus amigos. Mas o que causava a maior mágoa a Campanella foi o facto de o vice-rei ter exigido que as pessoas mais íntimas dele fossem seus garantes. Podia-se desrespeitar as condições que o vice-rei impôs; podia-se ignorar a caução, mas como era possível deixar que fossem afectados os mais íntimos? Por isso, em face desta situação, Campanella viu-se obrigado a ficar em Nápoles. A Inquisição não demorou a aproveitar-se deste facto.

Quando Campanella foi solto, Tramalli enviou a Roma um relatório. A notícia provocou ali uma tremenda confusão: como era possível deixar um herético em liberdade! O papa ordenou logo que Campanella fosse vigiado e, na primeira oportunidade, detido e transportado para Roma. Não passou um mês após a saída do cárcere, Campanella foi sequestrado e posto numa das prisões do santo ofício fora da competência do vice-rei. O preso encontrou-se novamente numa cela húmida e escura do imponente edifício da Piazza della Caritá. Foi exactamente daqui que,

havia 35 anos, começaram as peregrinações de Campanella pelos cárceres.

A permanência nas masmorras da Inquisição não prometia nada de bom. Mas Campanella não perdeu esperança de se ver novamente livre. E esta possibilidade ofereceu-se-lhe em breve. É que o papa Urbano VIII entrou em fricções com a corte espanhola. Os espanhois começaram a divulgar conjecturas astrológicas sobre a morte iminente do papa, indicando mesmo a data concreta. Urbano VIII era uma pessoa supinamente supersticiosa e caiu em pânico. Então, Campanella declarou que sabia o segredo de como evitar esta predestinação lida no movimento dos astros.

Em breve, o papa inteirou-se disso e interessou-se por aquele preso de tão grande fama. Ordenou que Campanella comparecesse. Este não refutou as observações judiciosas dos astrólogos, antes acrescentou mais algumas que confirmavam o perigo que o papa corria. Mas infundiu em Urbano VIII a esperança de que se podia livrar da fatalidade, todavia, para o efeito, deveria gozar de liberdade e ter à sua disposição tudo o que lhe era necessário. No dia 27 de Julho de 1628, o papa ordenou que Campanella fosse solto. O pensador obteve a sua liberdade depois de 33 anos de prisão em 50 lugares penitenciários.

Porém, Campanella devia pagar a sua liberdade, "salvando" o papa da morte. Por razões sobejamente compreensíveis o processo de "salvação" era um assunto absolutamente secreto.

O papa Urbano VIII mostrou-se um paciente obediente, cumprindo com zelo tudo o que

o "salvador" lhe ordenava: punha-se de joelhos diante do fogão de casa, cantava cânticos e orações, balbuciava a compasso de Campanella o abracadabra das fórmulas mágicas. É evidente que por todos estes ritos pagãos o Santo Ofício teria mandado o executante para a fogueira. De caso pensado, Campanella guiava-os lentamente para se poder deleitar com o modo como o pontífice os executava a fim de viver mais anos neste mundo cheio de pecados. Em detrimento do que dizia nos seus próprios sermões, o papa procurava a todo o transe alterar a "vontade do Todo-Poderoso" e prorrogar a sua viagem ao "paraíso".

Aconteceu que o papa não morreu naquele Setembro fatal que lhe fora prognosticado, facto que veio reforçar ainda mais a sua fé no poder e nos conhecimentos de Campanella. Ainda por cima, expressou em público a gratidão ao seu "salvador" e manteve com ele frequentes conversas. Campanella, aproveitando esta protecção, conseguiu que lhe fossem devolvidos os seus manuscritos confiscados e censurados pela Inquisição.

Campanella queria aproveitar a protecção de Urbano VIII no interesse da sua pátria amada. Durante 33 anos de prisão acalentou a ideia da libertação da Calábria. Por intermédio do seu aluno Pignatelli, procedeu anos preparativos duma nova insurreição. Entre os conspiradores havia pessoas influentes em Nápoles e outras cidades. Mais um fracasso: um dos participantes foi traidor. Pignatelli foi preso pelas autoridades espanholas. Para Campanella não havia outra saída senão

abandonar rapidamente a pátria. Sob pseudónimo, altas horas da noite, na diligência do embaixador francês, partiu para sempre da sua querida Itália.

Na França foi recebido com honra como filósofo célebre, como preso lendário da Inquisição e inimigo da Espanha, rival inveterada da França. Tommaso foi mesmo convidado para o concílio real, a fim de dar pareceres sobre a situação na Itália.

Até aos últimos dias da sua vida, Campanella, residente na França e, como ele próprio dizia, "coberto de homenagens e glória", continuou a ensinar e a ser ensinado, tal era a sua avidez de conhecimentos. O cardeal Rechelieu encarregou-o de presidir às assembleias científicas que, mais tarde, deram origem à Academia das Ciências Francesa. Em 1638, já com 70 anos, pôsse a estudar com muito interesse as obras do filósofo R. Descartes e queria mesmo contactar pessoalmente com este.

Faleceu no dia 21 de Maio de 1639 no convento de Santiago que século e meio depois se tornou um clube político dos jacobinos.

Tommaso Campanella saiu da prisão quando já era um ancião de 60 anos. Mas até ao fim da vida permaneceu firmemente confiante, tal como os personagens das suas obras, de que chegariam tempos em que todos os homens viveriam de acordo com as leis do Estado criado pela sua fantasia. No livro de Campanella há muito de ingénuo. Mas devemos ter em conta que viveu e trabalhou nos anos em que a Inquisição queimou vivo Giordano Bruno e perseguiu cruelmente Galileo Galileu. Na sua carta a Ferdinando III, grão-duque da Toscana, Campanella escreveu: "Os séculos futuros condenar-nos-ão, pois o século presente executa os seus melhores espíritos".

Tommaso Campanella, insigne pensador, até ao último alento foi o sino que pressagiava uma nova era, a era de liberdade e fraternidade, ao passo que as suas obras se tornaram uma arma poderosa na luta contra a tirania e a exploração e serviram, ao lado de outras fontes, para a elaboração da doutrina do comunismo científico feita por K. Marx e F. Engels.

Campanella é um dos fundadores mais célebres do socialismo utópico. Foi um porta-voz do sonho secular do povo oprimido numa sociedade ideal baseada nos princípios de igualdade universal e na supressão da penúria e exploração. É por isso que pertence merecidamente àquelas figuras eminentes, cujos nomes se transformaram em bandeira de luta da humanidade por uma vida melhor e pela realização das ideias claras da transformação social. Campanella é um lutador revolucionário e um dos homens mais avançados do seu tempo.

Jean Mellier
1664 - 1729

O TESTAMENTO

Etrépigny era um vilarejo na Champanha. Casas modestas quase escondidas entre a vegetação verde; os campos divididos por linhas. Era uma aldeia como muitas outras na província da Champanha. Mesmo o padre do vilar Jean Mellier, trajado de sotaina preta já usada e sempre com o seu breviário na mão, não se distinguia em nada dos seus colegas espalhados pela veleidade da sorte e do senhor arcebispo pelas paróquias pobres da França. Mas, porventura, podiam os habitantes de Etrépigny adivinhar que atrás do seu padre resignado estava um homem que não tinha fé nem em Deus nem no diabo? Porventura, podiam imaginar que nos seus tempos livres, o pároco bondoso, sentado à escrevaninha, estava a criar uma obra que exortava à destronização do rei, da Igreja e do Estado? E para mais, do *sanctum sanctorum* da sociedade – a propriedade privada?

À primeira vista, Jean Mellier levava uma vida estranha. De manhã, vestido invariavelmente de sotaina preta e ao compasso do repicar dos sinos, abria a porta da igreja para os paroquianos. E à noite, inclinava-se sobre as páginas escritas com caligrafia miúda do seu *Testamento* e sonhava com

uma sociedade justa sem igrejas, clerocracia e propriedade privada. Então, quem foi este modesto padre rural Jean Mellier, cismático e revoltoso?

Os dados biográficos sobre Jean Mellier são muito parcos. Nasceu no dia 15 de Junho de 1664 numa das regiões mais pobres da Champanha, na aldeia Mazerny. O pai Gerard Mellier e a mãe Symphorienne Braidy tinham uma oficina pequena de produção de seda. Jean começou a frequentar as aulas que dava o padre rural e depois no seminário da cidade de Reims. Terminado o seminário, obteve o título de padre. No início de 1689, foi-lhe conferida a paróquia da aldeia de Etrépigny, onde viveu toda a sua vida.

Mellier era um homem ilustrado: conhecia perfeitamente a literatura clássica antiga, lia Platão, Plínio, Ovídio, Virgílio, Tácito, Lívio, Séneca, citava frequentemente Lucrécio, o seu autor preferido, em *O Testamento* invocava a literatura e a publicística contemporâneas.

Os paroquianos mostravam simpatia por Jean Mellier. Para eles, era um padre generoso que gastava o seu rendimento em esmolas, compadecia-se da vida dura dos camponeses e satisfazia-se com o pouco que tinha. O próprio Mellier escreveu em *O Testamento* que, para ele, era muito mais preferível dar que receber, se fosse possível seguir sempre este desejo do coração.

Mellier conhecia muito bem a vida difícil do camponês francês. Não só via a imagem de um camponês dócil, obediente e cristão: via também a Champanha, tal como muitas outras províncias francesas, envolta repetidas vezes no fogo das

insurreições camponesas. Portanto, é preciso buscar as origens das ideias revolucionárias de Mellier, as ideias mais progressistas naquela altura, nas próprias condições da vida, nos estados de ânimo e nas aspirações das amplas massas do campesinato francês.

A vida privada de Mellier também não tinha nada de especial. Contudo, os biógrafos assinalam um acontecimento que revela o mundo íntimo deste homem fechado e ensimesmado. Em 1716, Jean Mellier insurgiu-se contra o agrário local de Touly, acusando-o de maltratar os camponeses e recusando-se a mencionar o seu nome nos sermões. O cardeal de Reims François de Mailly não demorou em fazer uma admoestração ao pároco recalcitrante. Mas Mellier não reconheceu a sua culpa e, mais ainda, fez uma referência crítica sobre a "segunda condição social", isto é, a nobreza. Seguiu-se uma nova advertência mais brusca, exigindo que pusesse termo aos "erros perniciosos".

Esta foi, talvez, a primeira e a última manifestação de Jean Mellier contra o regime então existente. Todavia, no conflito com de Touly, Jean Mellier não se mostrou medroso e abúlico como o aparentava à primeira vista.

Para os paroquianos da aldeia, a vida do padre podia parecer tranquila e abastada e ninguém suspeitava quão pesada e amarga era para ele próprio. Sem ter fé, tinha de exaltar a magnificência e a divindade da religião católica; sendo adepto da ideia de usufruto igualitário dos bens e repudiando o despotismo, a nobreza e o clero, tinha de, nas missas de domingo, abençoá-los e conclamar os

paroquianos a serem obedientes, sem reserva, ao regime. Mas, segundo o próprio Mellier, fazia-o com muito nojo.

Mellier tinha, aliás, audácia suficiente para romper nas suas ideias com tudo o que se considerava sagrado, mas insuficiente para poder declará-lo. Não tinha coragem bastante para levar a vida de um mártir que sofria por causa da verdade e por isso era atormentado pela sua própria dualidade. Mas tudo o que não pôde dizer durante a vida inteira decidiu revelá-lo aos paroquianos e a todo o mundo depois da sua morte.

Os biógrafos não conseguiram estabelecer a data exacta da sua morte. Foi descoberto um documento assinado por Mellier no dia 27 de Junho de 1729, o qual trata da sua renúncia voluntária ao direito de ser proprietário da capela que lhe pertencia. Existe também a lista dos seus bens, que data 7 de Julho, e uma nota sobre a nomeação dum novo pároco para Etrépigny. Depreende-se que Mellier se finou entre 28 de Junho e 6 de Julho de 1729.

Após a sua morte, entre os papéis de Jean Mellier foi achado um manuscrito de 366 páginas de formato grande intitulado *O Testamento*, que diz:

"... Queridos amigos, não pude na minha vida dizer abertamente aquilo que penso sobre o regime, o governo dos homens, as suas religiões e os seus costumes, dadas as consequências perigosas e fatais para mim, por isso, resolvi dizer-vo-lo depois da minha morte... O meu objectivo foi abrir-vos os olhos, embora tarde, para os erros absurdos entre

os quais todos nós tivemos o azar de nascer e de viver..."

A religião e o poder dos possuidores são os dois carteiristas que, em comum, saqueiam o povo e, para mais, coexistem perfeitamente – afirma o autor de *O Testamento*. A religião apoia mesmo o pior governo, mas este último, por sua vez, sustenta a religião mais estúpida e mais vil.

Mellier não pode ficar calado perante os abusos e a opressão que o cristianismo aguenta e, ainda mais, aprova e abençoa. O autor de *O Testamento* indigna-se com a desigualdade entre os homens. Tem-se a impressão, escreve Mellier, de que alguns nasceram só para governar despoticamente os outros e usufruir todos os prazeres da vida, ao passo que estes nasceram só para levarem uma vida de escravos miseráveis, infelizes e humilhados e sofrerem a penúria e o trabalho insuportável. Esta desigualdade é flagrantemente injusta. Todos os homens são iguais por natureza e por isso, em medida igual, têm o direito de viver, de ser livres e receber a sua parte dos bens terrestres e devem ocupar-se do trabalho útil.

Mellier considera *contra natura* a existência de homens que não dão nenhum contributo, que não criam bens, mas entretanto vivem melhor que os outros e têm à sua disposição todos os bens da vida: as melhores residências, os melhores trajes, os melhores manjares. Possuem vastas explorações que lhes proporcionam elevados lucros sem trabalhar. Por outras palavras, sem nada semearem, têm colheitas abundantes.

Mellier ergue-se contra a propriedade privada

que provoca uma luta constante entre os homens e leva à dominação dos mais poderosos. Prova que só é graças ao Estado como sistema de coerção que os possuidores conseguem manter obediente o povo. Segundo ele, a essência da actividade de Estado não é mais que uma pilhagem elevada à categoria de lei.

Esta interpretação da essência do Estado demonstra que Mellier é muito superior aos seus célebres contemporâneos, os iluministas do século XVIII, quanto à compreensão do problema. Estes últimos criticaram o Estado feudal desde as posições da burguesia, nunca penetrando na essência do Estado, considerando o poder estatal como uma força acima das classes, cujo objectivo era resolver, naturalmente à maneira burguesa, as contradições da sociedade existente. Ninguém duvida que, no contexto do domínio do absolutismo e dos costumes feudais, tal crítica revestia-se de um carácter progressista e foi um passo em frente. Mas só um passo. Entretanto, o autor de *O Testamento* aborda o problema mais profundamente, mais perspicazmente, pois, para ele, todo o Estado assente na propriedade privada não é senão um instrumento de violência sobre os trabalhadores. Uma conjectura dessas, na primeira metade do século XVIII, não pressagiava a manhã, mas sim o dia depois da manhã na história da humanidade.

Mellier estabelece uma relação entre a criminalidade e a propriedade privada, afirmando que só a distribuição desigual dos bens pode explicar enganos, fraudes, roubos, pilhagem, assassínios e outros delitos. Considera que o mal

consiste em que alguns se assenhoram dos bens e das riquezas da terra que hão-de pertencer e ser usufruídos por todos e com direitos iguais. Segundo Mellier, a sociedade deve ser uma só família, uma única comunidade comunista. Os homens poderão viver em paz uma vez socializados os seus imóveis.

Vários capítulos de *O Testamento* são dedicados à denúncia do governo tirânico. O abuso que faz infeliz por toda a vida a maioria esmagadora das pessoas, afirma o autor, é a tirania, quase omnipresente, dos poderosos do mundo – soberanos, reis, duques, condes, – que têm poder absoluto sobre os homens. O apelo audaz de Mellier para tirar vingança dos magnates produziu uma inpressão profunda sobre os contemporâneos e as gerações futuras.

Hoje em dia, *O Testamento* impressiona-nos pela sua audácia e a profundidade das ideias. Depreende-se facilmente que Jean Mellier, que vivera na época entre os séculos XVII e XVIII, foi muito mais radical nas suas concepções tanto com respeito aos seus contemporâneos os filósofos iluministas –, quanto às figuras eminentes da Grande Revolução Francesa. Efectivamente, todos defenderam, cada um à sua maneira e medida, o regime burguês e a propriedade capitalista que deveria trazer "um século de ouro" à Terra. Mellier pronunciou-se contra qualquer opressão e exploração, inclusive a capitalista. E não se limitou apenas a isso, mas também indicou claramente a origem de qualquer subjugação, a propriedade privada. Mellier foi, ao fim e ao cabo, um comunista, ainda que a sua doutrina tivesse um

carácter expressamente utópico. A sua obra não foi em vão, porque contribuiu, em grande medida, para a erosão dos pilares da sociedade feudal e, posteriormente, da capitalista.

Também na crítica à religião o padre Jean Mellier foi mais longe que os seus contemporâneos. Os iluministas arrasaram a Igreja que defendia as bases do feudalismo. Os Jacobinos destronaram o Cristo, fecharam igrejas, mas não resolveram o problema por terem introduzido uma nova religião, o culto da razão suprema. Jean Mellier, padre rural na província da Champanha, negou qualquer religião e Igreja. Foi neste aspecto um ateísta, por ser um dos pioneiros a enunciar que a religião não era senão um meio de escravização espiritual das massas trabalhadoras.

Não acalentava ilusões com respeito à reacção da classe dominante à sua obra. Não errou nisso. O clero e os tiranos providenciaram contra o manustrito rebelde, procurando apagar todos os seus vestígios. Foi proibido mencionar o nome do autor de *O Testamento*. Por exemplo, um dos ficheiros encontrados no arquivo da Bastilha atesta o facto de um livreiro ter sido acusado, em 1741, de divulgar literatura ilegal e manter contactos com os autores de obras deste género, tendo principalmente em conta as do padre de Etrépigny.

Contudo, as vicissitudes de *O Testamento* foram surpreendentes e trouxeram, por assim dizer, o segundo nascimento do autor. Acontece que Mellier manuscreveu a sua obra em três exemplares. Um foi entregue ao fiscal em São Menegulz; os outros dois foram descobertos entre

os papéis do falecido: um endereçado aos paroquianos e o outro a Leroux, seu advogado.

As autoridades fiscalizaram imediatamente os manuscritos do padre rebelde. Mas, apesar dos empenhos, um manuscrito de Mellier escapou, por mera casualidade, à sua atenção e posteriormente foi reproduzido em múltiplas cópias. Pelo menos, por altura dos meados do século XVIII, o conteúdo de *O Testamento* já era conhecido por um grande círculo de pessoas em Paris e noutras cidades europeias. No dia 30 de Novembro de 1735, Voltaire escreveu na sua carta a Thieriot sobre o deleite que sentiu com leitura dum livro de Locke. E a seguir perguntava: "Quem é esse padre de que me fala? Um padre francês, igual a Locke, como filósofo? Pode-me enviar o manuscrito dele? Devolvê-lo-ia muito fielmente". Em 1736, Voltaire já tinha à sua disposição o manuscrito. A sua atitude foi ambígua. Como pequeno-burguês, muito recto, ficou horrorizado com o radicalismo de Mellier, mas ao mesmo tempo não pôde deixar de ver o golpe que este assestara no regime feudal da França. "Saiba que *O Testamento* é um livro bastante original, é um tesouro! Vale a pena que seja conhecido..." esta foi a referência que Voltaire fizera sobre *O Testamento*. Voltaire, com a sua flexibilidade característica, encontrou uma saída para essa situação ambígua: Mellier merece ser publicado, mas na interpretação adequada (naturalmente, na de Voltaire, isto é, burguesa).

Em Março de 1742, Voltaire fez extractos da obra de Mellier, divulgando-a inicialmente em forma manuscrita e, mais tarde (1762) como

publicação. Achou que a divulgação de *Os Extractos* era uma maneira de propagar as ideias de Mellier e ao mesmo tempo a forma mais condensada e menos revoltosa de as apresentar. Naturalmente, Voltaire retirou as ideias revolucionárias e democráticas de Mellier, deixando apenas tudo o que se referia à condenação do cristianismo. Mas mesmo o que ainda restou do original, Voltaire considerou-o muito mais arrepiante que os livros de Jean-Jacques Rousseau. Ao resumir *O Testamento* e, por conseguinte, ao deturpar o seu sentido, este filósofo perseverou na publicação de *Os Extractos* livremente escolhidos por ele. Recomendou que esse livro, reelaborado por ele, fosse a leitura sagrada de toda a gente honesta.

Mas mesmo na versão mutilada e castrada por arbítrio de Voltaire, *O Testamento* de Mellier suscitou um interesse enorme na França pré-revolucionária, porque as ideias preconizadas pelo padre rural eram consoantes com o estado de ânimo que dominava na sociedade e, daí, ter sido tão forte o seu impacto intelectual para um leitor da época.

Por muito que as autoridades reais se empenhassem em erradicar da memória o nome do autor contestatário de *O Testamento* e em confiscar a própia obra, o que fora semeado por Mellier deu rebentos. Por exemplo, La Mettrie, discípulo de Mellier e filósofo materialista francês, retirou muitas ideias de *O Testamento*. Em 1747, no seu livro *O Homem-Máquina*, fez alusão ao facto de o seu mestre em filosofia ter sido um francês ateísta.

Nos meados do século XVIII, apesar de ser proibido, o manuscrito de Mellier teve uma divu-

lgação bastante ampla entre os homens educados. Para impedir a propaganda das ideias revoltosas do padre de Etrépigny, o governo francês emitiu, em 1757, um decreto que previa a pena de morte pela impressão e divulgação pública da obra contra a religião, o poder real e a ordem social. Porém, os decretos desse género, tal como as fogueiras medievais nas quais queimavam tanto os livros progressistas como os seus autores, não deram os resultados desejados.

Em 1772, Holbach publicou a princípio anónimo, em Amsterdão, um livro intitulado *Bom Senso do Padre Mellier*. Foi uma excelente obra anti-religiosa, mas não continha nem uma alusão a *O Testamento*, nem um fragmento deste, nem sequer o nome de Mellier. O autor pôs este nome a fim de ganhar a atenção dos leitores. Há também bastantes informações que indicam que naquela época este nome era amplamente conhecido por todos os homens educados, em cuja consciência se associava a um determinado método de ataque contra a religião e o poder. Mas, pelos vistos, o comércio de um livro desses foi um negócio sumamente arriscado, pois no mesmo ano apareceu uma nova edição sob o título neutro *Bom Senso ou Ideias Naturais Opostas às Ideias Antinaturais*, que teve uma ressonância inaudita, para a qual contribuiu o julgamento proferido pelo parlamento de Paris de a condenar à fogueira.

Após a morte de Holbach, que se finou poucos meses antes da revolução francesa, veio à luz o seu livro com o título original *Bom Senso do Padre Mellier*. A revolução abriu horizontes mais amplos

para a propaganda das ideias de Mellier. Em 1790, Sylvain Marechal, um dos participantes da "conspiração dos iguais" encabeçada por Babeuf, publicou o livro *Catecismo do Padre Mellier*.

Procurando inverter a essência da obra de Jean Mellier, Collin de Plancy publicou, em 1847, um livro que deturpava brutalmente a biografia de Mellier, apresentando-o como um clérigo devoto e ortodoxo durante toda a sua vida consciente. Mas, aos sessenta anos, perdeu o juízo, imaginando que ocuparia um posto de académico, e, daí, ter escrito muitas coisas sacrílegas. Segundo conjecturas falsas do autor, Mellier arrependeu-se, renunciou à sua obra e pediu perdão a Deus.

A continuação de *O Testamento* falso de Jean Mellier ou de *As Opiniões do Padre de Etrépigny* dirigidos aos paroquianos e publicados no referido livro de Plancy não vão além de mera propaganda da religião católica.

Durante mais de um século, o conteúdo de *O Testamento* foi conhecido apenas pelos *Extractos*. Com o tempo, o original caiu no olvido. Os professores alemães até declararam que um tal Mellier nunca existira e fora apenas fruto da imaginação de Voltaire. Mas de repente aconteceu um "milagre". Em Holanda, Rudolph Charles descobriu na livraria um exemplar do manuscrito de *O Testamento* e, em 1864, publicou, em Amsterdão, o texto desta obra, livrando assim Mellier da triste vicissitude a que o condenara Voltaire.

Mas mesmo depois da publicação do texto original de *O Testamento*, os cientistas burgueses continuaram a calar esta obra. É óbvio porquê:

Jean Mellier, como quem anuncia o futuro, formulou uma série de ideias geniais com respeito à futura sociedade comunista. E isto, naturalmente, trouxe dissabores à burguesia e aos seus lacaios. A libertação do povo da tirania e dos exploradores é obra do próprio povo e não deve confiar esta causa a mais ninguém, eis a ideia que perpassa em *O Testamento* de Mellier.

As ideias e os apelos de Jean Mellier não foram em vão. *O Testamento* teve uma enorme influência sobre as gerações futuras. Já no século XVIII, o nome de Mellier tornou-se lendário. A Grande Revolução Francesa reabilitou a sua memória. Em 27 de Brumário do segundo ano da república, o jacobino Anacharsis Cloots, desde a tribuna da Convenção Nacional, exigiu a supressão de todas as religiões e a descristianização do país. Condenou todos os clérigos que renunciaram verbalmente ao título e à fé, mas de facto a conservavam no seu íntimo, e aprovou todos aqueles que se pronunciaram activamente contra Deus e a religião. A seguir, propôs que no templo da Razão fosse erguida uma estátua ao primeiro dos clérigos que renunciara à fé, Jean Mellier. A Convenção adoptou unanimamente o decreto respectivo canalizando-o para o Comité de Instrução Pública.

Nos anos 40 do século XIX, os círculos comunistas de Paris incluíram o nome de Mellier entre os dos seus fundadores, Bebeuf e Buonarrotti. O próprio Gracchus Babeuf foi discípulo e herdeiro das ideias de Mellier.

Ele sintetizou três aspectos da doutrina de Mellier, nomeadamente:

– a ideia de uma revolução popular que devia varrer todos os opressores e tiranos e proclamar a igualdade total dos trabalhadores;

– o desmascaramento do cristianismo e da religião em geral e a divulgação da filosofia materialista;

– a ideia da criação de uma sociedade comunista.

Deste modo, não obstante todas as tentativas de aniquilar o nome e as ideias de Mellier, o seu *Testamento* influiu, sem dúvida, na evolução do pensamento social francês e sobretudo nos iluministas franceses. Com todo o direito, Mellier é considerado o pai do materialismo francês do século XVIII. A sua filosofia é uma continuação directa das tendências materialistas que tomaram a sua forma nos sistemas filosóficos de Spinoza e Descartes. Ao mesmo tempo consideram-no com toda a justeza o pai do comunismo utópico francês do século XVIII. Além disso, Mellier foi o primeiro materialista e utopista francês do século XVIII. A sua prédica materialista e ateísta entrelaça-se com a luta contra o regime social de exploração e com a ideia de instaurar uma sociedade de trabalho para todos. Por isso, Mellier não é apenas um filósofo ateísta, mas também um democrata revolucionário cujas ideias estão penetradas de espírito revolucionário. Provou que a emancipação só se podia conseguir através da revolução. E é isso o que torna Mellier distinto dos utopistas seus contemporâneos, bem como dos do século XIX. O seu livro é uma arma aguda na luta contra os pilares do regime de exploração.

Gerrard Winstanley
1609-1652

DE ACORDO COM AS LEIS DA LIBERDADE E DA JUSTIÇA

Em Abril de 1649, um grupo de pessoas pobremente vestidas acampou ao pé do monte de São Jorge. Chamavam-se ora os igualitários verdadeiros, ora os *diggers* (cavadores). Com efeito, ambos os nomes eram justos, pois os membros da pequena colónia dedicavam-se dias inteiros à lavoura. De vez em quando, apareciam nas aldeias vizinhas conclamando os aldeãos a aderirem a eles. Sonhavam em restabelecer a justiça verdadeira, isto é, introduzir o trabalho em comum, a distribuição e a propriedade comunais.

Mas esses apelos não ganharam muitos adeptos. Amanhar as terras comunais? Restabelecer a comunidade? Quando estas palavras foram ouvidas, em Londres, deixaram os membros do Conselho de Estado bastante preocupados. Não fora para isso que tinham arriscado os imóveis e as cabeças dos seus partidários na luta contra o rei, para que aqueles badamecos se assenhoreassem das terras, mesmo baldias, no monte de São Jorge. Mas, afinal, o assunto não se reduzia a isso. O mais grave neste caso era o atentado contra a propriedade.

O lorde Fairfax, comandante-chefe do exército

"New Model", recebeu ordem para acabar com a desordem e dissipar os revoltosos. Foi enviado rapidamente um destacamento de cavalaria com o capitão Gladman à frente. A cavalgada galgou os caminhos empapados de chuvas para impor a ordem. Mas qual não foi a sua surpresa quando em vez de uma multidão de revoltosos, encontraram lavradores pacíficos; quando, em vez de caras iracundas, viram rostos camponeses crestados e, em vez de mosquetes e alabardas, charruas e enxadas. O capitão Gladman ficou confuso: Reprimir? Quem? Enviou depressa uma mensagem ao lorde Fairfax em Londres a dizer que só havia uns 20 *diggers* e que não praticavam nada de perigoso.

Em seguida, apareceu na capital um dos "cavadores", Winstanley, para expor o programa do movimento. Mas nos salões aristocráticos luxosos de Londres não havia lugar para a comiseração para com os miseráveis e pobres. E, então, Winstanley, dirigente dos "igualitários verdadeiros" pegou – mais de uma vez – na pena para contar ao mundo as verdadeiras leis de liberdade e justiça.

Os dados biográficos sobre Gerrard Winstanley são bastante escassos. Nem se tem sequer uma descrição do seu aspecto e muito menos um retrato do líder dos *diggers*. Os biógrafos procuram remediar as lacunas com base no estudo das suas obras, mas isto nem sempre possibilita encher "os vazios" na trajectória da vida de Winstanley.

Gerrard Winstanley nasceu no condado Lancashire; a igreja da paróquia conserva uma anotação sobre a data do seu baptismo, 10 de Julho de 1609. O pai do livre-pensador era um

comerciante de pano e seda. Winstanley deveria compartilhar o mesmo destino. Provavelmente, o grau da sua instrução correspondesse àquele que um comerciante pequeno podia assegurar ao seu filho naquela altura – alguns anos na escola rural. Seja como for, o único livro que Winstanley cita nos seus panfletos é a Bíblia, o livro de mesa – e às vezes o único – de qualquer professor rural naquela época. No entanto, a sua expressão "a Inglaterra é uma prisão" fez os investigadores supor que ele estava familiarizado com as obras de Shakespeare. Não se exclui igualmente que também podia estar a par da *Utopia* de Thomas More. Mas tudo isto não vai além de suposições. Pelo menos, o que é fidedignamente sabido é que Gerrard não teve uma educação sistemática.

Nos anos 30, Winstanley aprendeu assuntos comerciais em Londres e, por altura da guerra civil, ou seja, nos anos 40, abriu a sua própria empresa na City. Em 1640, casou com uma tal Susan King, da qual não se conhecem mais pormenores, senão o nome. Em resultado das consequências desastrosas da guerra civil, Winstanley arruinou-se. Ao ver-se sem meios de subsistência, não lhe restava senão pedir o amparo dos seus amigos em Serry. Ganhava a vida como pastor do gado dos vizinhos. No período de 1643 a 1648, antes de escrever o seu primeiro panfleto, levou uma vida igual à de todas as classes desfavorecidas da Inglaterra, ouviu as suas queixas e compenetrou-se das suas aspirações.

A revolução burguesa na Inglaterra, que se operou nos meados do século XVII, dividiu o país em dois campos. O primeiro compreendia

a aristocracia feudal e a igreja oficial aglutinadas em torno do poder real. O outro, encabeçado pelo parlamento, reunia a burguesia comercial e industrial da cidade e do campo, os artesãos, as massas camponesas e os representantes da "nobreza nova" que se adaptara, na sua actividade económica, às relações capitalistas em desenvolvimento. O parlamento venceu o rei porque teve apoio das vastas massas da população que se pronunciaram contra a monarquia. O desenvolvimento livre do capitalismo beneficiava mais os trabalhadores que a conservação do regime feudal.

Oliver Cromwell, fundador do exército de "novo modelo", pôs-se à frente do parlamento. Naquele exército o critério para a promoção não era a linhagem, mas os méritos. Graças às vitórias do exército de "novo modelo", a burguesia conseguiu objectivos programados: Carlos I foi preso e as terras dos seus partidários e da Igreja foram confiscadas. A burguesia e a "nobreza nova" não tardaram em adquiri-las. Entretanto, quem perdeu em toda esta trama foram as massas pobres da cidade e do campo, cuja situação se agravou em consequência da guerra. Além disso, a revolução não despertou a consciência das vastas camadas da população. A luta de classes árdua, a agitação e a contra-agitação por parte das diversas tendências políticas, tudo isto favoreceu a consciencialização dos interesses específicos apenas pelo segmento mais activo das camadas mais pobres. Ao receberem o poder, a burguesia e a nobreza nova não se apressavam em satisfazer as reivindicações

das massas populares que as ajudaram a derrubar a monarquia. Tal situação suscitou um descontentamento justo das massas camponesas, dos artesãos e dos soldados.

Já em 1647, puseram-se em relevo as sérias contradições entre camadas sociais diferentes, concretamente entre a "nobreza nova" e a burguesia, por um lado, e as massas pobres da cidade e do campo, por outro. No seio do próprio partido parlamentar tomou corpo a divisão entre as duas tendências principais: a ala moderada burguesa e a democrática radical (chamada *levellers*, "igualitários"). Os *levellers* reivindicaram a ampliação do sufrágio, as liberdades e a proclamação da república. A ala moderada do parlamento não experimentava nenhuma animadversão para com o poder real, vendo neste um meio eficiente para esmagar o povo sublevado. O exército e os *levellers* exigiram que o rei fosse executado. Também Winstanley não pôde ficar de lado perante os acontecimentos que abalaram o seu país.

Em Dezembro de 1648, saiu um pequeno panfleto intitulado *Light Shining in Buckinghamshire (Luz que Brilha em Buckinghamshire)* com um longo subtítulo *O descobrimento da causa principal e original de toda a escravidão no mundo e especialmente na Inglaterra, apresentado em forma de declaração dos muitos bem intencionados a todos os vilãos pobres e oprimidos da Inglaterra e também à consideração do presente exército conduzido por lorde Fairfax*. Embora anónimo, os investigadores consideram que Winstanley também participou na

elaboração deste documento. O panfleto veio à luz na véspera do julgamento do rei Carlos I, quando a questão do regime republicano ainda estava no auge. Daí ser compreensível a tendenciosidade política do panfleto: apontava expressamente contra o poder real e a Igreja enquanto sustentáculo da arbitrariedade de Carlos I. O autor do panfleto incitava o povo a desconfiar também do parlamento. Fazia lembrar que o parlamento fora criado sob a pressão do povo oprimido que o poder real já não era capaz de governar e dominar. A criação do parlamento, afirma o autor, só veio reforçar o poder real. O povo caiu na ilusão de ter conquistado a liberdade para si, quando de facto, a entregou ao parlamento.

Provavelmente, o panfleto teve um êxito inusitado porque a primeira edição foi seguida da segunda intitulada *Mais Luz que Brilha em Buckinghamshire*. A monarquia já fora deposta e, por isso, o autor insistia em que também fossem abolidos todos os privilégios especiais, títulos, patentes, monopólios, etc., instituídos pelo poder real.

Naquela altura, no panorama caleidoscópico das tendências políticas surgiu um movimento cujos partidários se inclinavam ainda mais para a esquerda que os *levellers*. Este exprimia os interesses das massas trabalhadoras da Inglaterra que com a revolução não ganharam nada, excepto a substituição duma forma de exploração por outra. Essas massas nem sequer foram atraídas pelo programa moderado dos "igualitários" que veneravam a propriedade e as liberdades burguesas, pois não possuíam a primeira e o resto pouco os

ajudava a encontrar trabalho e ganha-pão. O que sugeriram os *levellers* não era de modo algum uma igualdade verdadeira: ainda faltava muito para a criar. Por isso, os partidários do novo movimento chamaram-se "igualitários verdadeiros". E Gerrard Winstanley tornou-se o seu dirigente.

O seu outro panfleto *A Nova Lei da Justiça* apareceu em Janeiro de 1649. A causa principal de todos os males sociais, declarou Winstanley, é a propriedade privada, isto é, a divisão em "o que é meu" e "o que é teu". É a propriedade privada que empurra pessoas para crimes e, depois, condena-as à morte por os cometer. Winstanley e os seus partidários viam a única saída no restabelecimento do usufruto comunitário da terra e no trabalho colectivo que deveriam salvar todo o mundo da penúria e trazer felicidade e paz.

Mas os "igualitários verdadeiros" respeitavam as leis do país. Não foram nem sublevados nem revoltosos. Simplesmente pretendiam atrair correligionários não mediante a violência e ameaças com o exemplo pessoal. A propaganda através da acção, eis o método principal dos "igualitários verdadeiros". Efectivamente, Winstanley e umas vinte pessoas chegaram, em 8 de Abril de 1649, ao lugar já mencionado a fim de fundar a primeira colónia dos *diggers*. E já sabemos o que se passara depois: não receberam apoio algum dos "poderosos da Terra" e nem sequer se podia e devia contar com este. Mais ainda, os dirigentes do movimento tornaram-se alvo de perseguições por parte do parlamento assustado com a influência crescente dos cavadores. Em Julho de 1649, as autoridades

locais levantaram um processo. Winstanley e dois companheiros dele foram chamados ao tribunal em Kingstown acusados de violação do direito à propriedade.

O tribunal satisfez a demanda contra os *diggers,* escusando-se a ouvir os reus e condenou-os a pagar somas apreciáveis muito superiores ao valor total dos bens que os cavadores possuíam. No caso contrário, os lordes tinham as mãos livres para expulsá-los das suas explorações. Assim, Winstanley e os seus companheiros viram-se obrigados a mudar mais de uma vez o paradeiro da colónia, mas em nenhuma parte os deixaram em paz. Os agrários locais ficaram bastante preocupados com as acções dos *diggers,* receando que o seu número aumentasse e que os pobres e desempregados procedessem à ocupação das terras, mesmo baldias. Com efeito, em vários outros condados deram-se casos semelhantes, tendo sido criadas colónias agrícolas.

Para propagar o programa dos *diggers,* Winstanley e os seus camaradas publicaram um novo manifesto, *A Declaração dos Pobres Oprimidos da Inglaterra.* Com este documento queriam fundamentar teoricamente a actividade dos cavadores no monte de São Jorge. Os autores do manifesto declaravam que, partindo da lei do amor recíproco, estavam decididos a cultivar e lavrar as terras públicas e baldias da Inglaterra.

"Todos os ricos, dizia a *Declaração,* têm vida abastada, trajam e comem bem à custa do trabalho dos outros e não do seu próprio. E eis aqui onde reside a sua desonra e não a nobreza, porque dar

está mais em conformidade com Deus que receber. Tudo o que os ricos têm deve-se aos lavradores e tudo o que eles dão é também o produto do trabalho das outras pessoas e não do seu próprio. É por isso que são operários injustos nesta Terra.

A liberdade republicana verdadeira consiste no usufruto livre das terras; qualquer lei ou costume que priva os irmãos da liberdade em relação à terra deve ser abolida e deitada fora".

Em 1649, apareceram outras obras de Winstanley, nomeadamente: *Declaração sobre as Acções Sangrentas e Anticristãs de William Star e John Taylor de Walton, Ao Lorde-General e ao seu Conselho de Guerra, Apelo à Câmara dos Comuns, As Palavras de Ordem para a City de Londres e o Exército.* Em todos os panfletos aqui citados Winstanley defendeu o direito da gente humilde à posse das terras públicas, estigmatizou os círculos governantes pelas represálias ilegais contra os *diggers* que foram brutalmente espancados, os seus bens e casas incendiados e arrasados, os frutos do seu trabalho colectivo destruídos.

Ao verificar que os apelos ao parlamento não resultaram, Winstanley dirigiu-se directamente a Londres e ao exército. Num novo panfleto escrito em Agosto de 1649, *Advertência à Cidade de Londres e ao Exército,* ao narrar todas as desventuras dos *diggers* no tribunal de Kingstown e a apelação à Câmara dos Comuns, Winstanley pediu que as autoridades supremas em Londres interviessem para determinar quem tinha ou não razão: ele ou os agrários e as autoridades locais que haviam julgado os seus camaradas. No panfleto descreveu toda

a disputa pelas terras entre os camponeses despossuídos e os latifundiários. Exigiu que tivesse lugar um tribunal comum e convidou juristas e o clero para uma discussão pública, mas tudo sem resultado algum.

Nos finais de Novembro de 1649, foram tomadas medidas drásticas contra a colónia dos *diggers*. No monte de São Jorge apareceu um destacamento de soldados que destruiu as casas dos cavadores, levando consigo as madeiras destinadas à construção. Porém, Winstanley prosseguiu na dura tarefa de persuadir os poderosos da Terra da injustiça do regime então existente. Perseverou na defesa dos interesses do povo oprimido da Inglaterra, tentando provar o carácter racional e justo do movimento dos cavadores. Expôs todas estas ideias com clareza na sua última obra *Lei de Liberdade* que veio à luz em 1652.

O autor apresentou um projecto de edificação duma sociedade baseada no usufruto igualitário da terra e dos seus produtos. Winstanley concebeu tal sociedade não num futuro longínquo e num país indefinido, mas sim imediatamente e na própria Inglaterra. Por isso, esta obra pode ser colocada par a par com a *Utopia* de Thomas More e *A Cidade do Sol* de T. Campanella, pertencendo deste modo a uma das obras mais destacadas do socialismo utópico dos séculos XVI e XVII.

Winstanley considerava impossível a aplicação da violência em relação ao "irmão mais velho", isto é, aos possuidores. Segundo ele, ninguem deve ser compelido a aderir a esta sociedade projectada, pois, caso contrário, muitos se virarão contra esta.

Por isso, o que resta é persuadir os "irmãos mais velhos" da injustiça do regime.

Winstanley exortou Cromwell a declarar todas as terras do Estado, bem como as de Ingreja, os parques confiscados do rei e as florestas, livres para os que sacrificaram sangue e bens na sua conquista e na organização das comunas, assim como para os que desejassem aderir. O autor advertiu que, se Cromwell não o fizesse, poria em causa toda a glória que lhe fora atribuída pela sua sabedoria e, a partir daí, a sua honra ficaria maculada.

A extensa introdução termina com a descrição da própria sociedade futura. O princípio básico do novo regime social é a liberdade republicana que consiste no usufruto livre da terra como elemento do patrocínio social que assegura ao homem o indispensável para a sua existência. Sobre este princípio assenta o projecto do regime social justo e perfeito.

O sistema de concepções do autor baseia-se, teoricamente, na ideia da igualdade natural e inveterada de todos os homens, do direito de cada um à terra e do reconhecimento do trabalho como a única fonte de riqueza. Provou de modo elucidativo que a propriedade privada da terra é a fonte principal de todos os males sociais e de todas as desgraças. A negação da propriedade privada levou o autor a constatar a necessidade de restabelecer a posse comunal da terra enquanto meio de produção principal, perdida outrora na trajectória de desenvolvimento da humanidade. Winstanley sugeriu uma república para os pobres sem propriedade privada. As suas concepções

primitivas e vagas sobre a plebe despossuída – como antecessora do proletariado –, que aspirava à remodelação da sociedade com base nos princípios comunistas, harmonizavam-se com o programa camponês de supressão do feudalismo na Inglaterra.

Em oposição ao movimento dos *levellers* que eram porta-vozes dos pequenos proprietários – lavradores com terra e artesãos –, os *diggers* pronunciaram-se em nome das camadas mais desfavorecidas da sociedade, especialmente, dos camponeses sem terra. Mas naquela época, nem o proletariado urbano nem rural da Inglaterra representavam uma força considerável, o que foi uma das causas principais do fracasso dos cavadores.

No entanto, Gerrard Winstanley previu alguns problemas que quase dois séculos depois adquiriram uma agudeza particular, e aproximou-se da compreensão da essência de classe do Estado explorador e da necessidade de abolir a propriedade privada. A parte teórica da doutrina de Winstanley antecipa-se aos postulados fundamentais do socialismo utópico.

A partir de 1652, quase nada se sabe da vida de Winstanley. Ninguém sabe onde e quando se finou. A data suposta da sua morte é por altura do ano 1652.

Mas as suas concepções exerceram bastante influência sobre os socialistas utopistas ingleses das épocas posteriores. Robert Owen foi um admirador de John Bellers, que continuou e desenvolveu a doutrina de Winstanley.

Tomas More
1478 – 1535

DESPERTAM-SE OS ESPÍRITOS...

A personalidade e a vida de Thomas More, homem assombroso em muitos sentidos, provocou o interesse tanto dos seus contemporâneos como, provavelmente, inspirará o interesse das gerações futuras.

Thomas More nasceu no dia 7 de Fevereiro de 1478 na cidade de Londres. O pai do autor da *Utopia* foi juíz na corte real. Dado que esta função naquela época era hereditária, Thomas More já tinha garantido o seu futuro campo de actividade.

A família dos More levava uma vida modesta, mas não por falta de meios de subsistência. Thomas teve uma formação excelente. Ainda antes de terminar o curso na escola de São António, o cardeal John Morton, homem bastante culto e um dos destacados estadistas daquela época, admitiu o rapaz com 13 anos como pagem. Thomas conservou reminiscências positivas sobre a sua vida em casa de Morton.

O cardeal, surpreendido com as propensões inusitadas de More para as línguas e a literatura, convenceu o seu pai, John More, a inscrever o filho na Universidade de Oxford. Ali o jovem More

permaneceu dois anos incompletos, estudando as literaturas latina e grega antigas, a retórica e a lógica, adquirindo um estilo impecável em latim que, mais tarde, se tornou tão característico das suas obras.

Em Oxford, Thomas More aproximou-se dum círculo de humanistas que se pronunciavam contra a escolástica medieval. O pai não ficou entusiasmado com estas inclinações do filho e insistiu em que ele abandonasse Oxford em 1494 e regressasse a Londres a fim de estudar jurisprudência. Por altura de 1502, Thomas enveredou pela carreira de advogado.

Mas não rompeu as suas ligações com os amigos humanistas. Em 1497, conheceu Erasmo de Roterdão que, mais tarde, se converteu num dos seus amigos mais íntimos. More participou activamente num dos círculos formados por Erasmo em 1498, que avançou como programa a depuração moral da Igreja e o estudo da literatura antiga e das obras apostólicas religiosas.

As extraordinárias capacidades de More granjearam-lhe autoridade cada vez maior entre os humanistas. A sua agudeza de espírito inesgotável, a sua maneira de gracejar e a generosidade contribuíram para a ampliação do círculo de amigos. Antecipando um pouco, pode-se dizer que More se tornou uma das figuras centrais na história do humanismo inglês. Em sua casa Erasmo escreveu o célebre *Elogio da Loucura,* reconhecendo o próprio autor que o senhor da casa também contribuiu para a sua criação.

Todavia, já na qualidade de jurista, More não

sentia vocação alguma para a jurisprudência. Mas mesmo contrariado, alcançou a perfeição nessa matéria. E, ainda por cima, teve algumas características que o distinguiam no sentido positivo dos seus colegas: nunca se mostrou ávido, pois depositava uma parte dos benefícios em favor dos filhos e distribuía o resto com mão generosa. Na sua prática de advogado, proporcionava gratuitamente conselhos e consultas, revelando sempre a maior preocupação pelos assuntos dos solicitantes do que pelos seus próprios interesses.

Trabalhou vários anos em Londres como juíz civil. Não havia ninguém que examinasse tantos requerimentos e que fosse tão desinteressado como ele. Não era de estranhar que, em breve, se tornasse o juíz mais querido e o protector dos pobres da cidade.

Em 1504, aos 26 anos, foi eleito para a Câmara dos Comuns e enfrentou imediatamente os apetites desmesurados do rei Henrique VII. Sempre "encalacrado", o rei exigiu da Câmara dos Comuns novos subsídios, dessa vez por ocasião do armamento como cavaleiro do príncipe mais velho Arthur. A intenção do rei de "cortar a lã" ao povo trabalhador podia parecer decente e até legítima, salvo uma circunstância lamentável: é que o príncipe Arthur morrera dois anos antes da convocação do parlamento. Thomas More proferiu um discurso cheio de indignação, declinando e condenando a exigência da corte insaciável. A Câmara dos Comuns apoiou-o. O rei ficou encolerizado: "um mancebo sem barba" destruiu todos os seus planos. Não havia outra saída, senão

a vingança. Thomas foi expulso do parlamento e o seu pai encarcerado, exigindo-se um resgate considerável. Mas isso não satisfez o rei cheio de fúria: Thomas More viu-se obrigado a refugiar-se no convento e até a projectar o exílio no estrangeiro.

Com a morte de Henrique VII More retornou à vida social. Em Janeiro de 1510, foi novamente eleito deputado para o parlamento. No mesmo ano foi nomeado para exercer funções de um dos dois ajudantes do xerife de Londres. Este novo cargo resumia-se a ele ser o conselheiro em questões jurídicas do prefeito e xerife da cidade e representá-los no tribunal urbano. Segundo Erasmo, com a sua honestidade More ganhou "o grande amor dos cidadãos".

Durante a sua visita à Flandres em 1515, More travou amizade com o eminente humanista neerlandês Peter Aegidius. Foi-lhe outorgado o título de cidadão honorário de Antuérpia, onde veio a ocupar o posto de primeiro-secretário e membro do município da cidade. Aegidius, um dos amigos íntimos de Erasmo, conhecedor por excelência da literatura antiga, das línguas grega e latina antigas e do direito, autor de traduções das fábulas esópicas e do tratado sobre as origens do código de Justiniano para o latim, mantinha amizade com muitos humanistas insignes da Europa. Foi nesta viagem, longe da pátria, que More começou a trabalhar na sua famosa obra, *Utopia,* concluindo-a no regresso à Inglaterra. No dia 3 de Setembro de 1516, mercê da ajuda de Erasmo e Aegidius, o manuscrito foi publicado sob

o título *O Melhor Estado duma Comunidade e a Nova Ilha de Utopia. O Verdadeiro Livro de Ouro, tão Benéfico como Divertido pelo Distinguido e Eloquente Autor Thomas More...*". O livro consta de duas partes: na primeira, condena-se severamente o regime que vigorou na Inglaterra nos inícios do século XVI e, na segunda, em contraste com o estado real das coisas, descreve-se a organização do Estado existente numa ilha cognominada Utopia.

O livro foi escrito em forma de diálogo entre o autor, o amigo de More, Peter Aegidius, e um tal Raphael Hythloday, uma figura inventada, supostamente de origem portuguesa e marinheiro que acompanhou Américo Vespúcio nas suas circum-navegações. Pela boca deste, o autor descreve uma ilha imaginária chamada Utopia, onde Hythloday esteve uns cinco anos e da qual nunca sairia, se não tivesse o desejo de anunciar a todo o mundo o novo regime social e o novo povo ali descoberto.

Como surgiu em More a ideia de criar *Utopia*?

É que nos finais do século XV nas zonas rurais da Inglaterra, iniciou-se um processo definido posteriormente por K. Marx como a acumulação primária do capital. A lã inglesa era um produto altamente apreciado em todo o continente europeu, porque o linho era um tecido raro e caríssimo, e ainda pior com o algodão, produto que vinha do ultramar e, por conseguinte, ainda mais caro. A crescente procura da lã inglesa acelerou vertiginosamente a passagem da argicultura para a criação de ovelhas, pois rendia lucros muito

maiores aos *lordes*. Só que as ovelhas precisavam de pastos e prados extensos e, daí, ós *lordes* começaram a assenhorar-se pouco a pouco das pastagens comunais que pertenciam aos camponeses, proibindo-os de apascentarem o seu próprio gado.

Os camponeses foram coercivamente expulsos das suas parcelas, compelidos a vender por preços baixos os imóveis que possuíam e a procurar o seu ganha-pão por todo o país. Assim, transformavam-se de lavradores em vagabundos sem tecto. Reduzidos a esse estado miserável, foram, segundo as leis vigentes, vítimas de castigos corporais e prisões. O castigo era amarrar o mendigo a um carro e chicoteá-lo até que o seu corpo começasse a sangrar. Apanhado pela segunda vez, cortavam-lhe metade da orelha e, na terceira vez, era condenado à morte. Todas estas leis desumanas foram piedosamente aplicadas em relação aos arruinados. Milhares de camponeses foram executados por vadiagem e roubos pequenos. More ficou profundamente indignado com esta crueldade sem precedentes.

Mas as leis, mesmo bárbaras como essas, não podiam conter o crescimento da vagabundagem no país. More compreendia que os mendigos e vagabundos eram apenas vítimas do regime social assente na propriedade privada e que era preciso lutar contra as causas do fenómeno e não contra os pobres. Segundo ele, a primeira causa das desgraças que se precipitaram sobre os lavradores era a existência da propriedade privada. Por isso, cheio de compaixão e comiseração para com as massas

pobres, More pronunciou-se pela supressão da propriedade privada como único meio de assegurar a prosperidade geral. Só através da liquidação da propriedade privada seria possível proceder à organização da vida social sobre os princípios de igualdade e justiça.

A ilha Utopia representa um Estado deste tipo.

Ali, todos se ocupam dos assuntos socialmente úteis e se preocupam pelo bem geral. More compara o pensar dos utopianos que se caracteriza pelo sentimento de colectivismo e o dos homens que vivem no mundo da propriedade privada e mostra as origens desta diferença na psicologia das pessoas das duas sociedades diferentes. Na ilha de Utopia a riqueza da sociedade é a garantia da prosperidade de cada um dos seus cidadãos. Ali ninguém conhece a miséria, pois não existe a distribuição de produtos desigual; ninguém teme o dia de amanhã, pois têm à sua disposição a abundância de produtos nas lojas públicas. A sociedade preocupa-se com todos aqueles que, por um ou outro motivo, não são capazes de trabalhar. More vê neste regime a expressão suprema da justiça humana.

O Estado da Utopia representa um organismo económico único. Toda a terra faz parte da propriedade social. O Estado planifica o consumo dos produtos. Controla a produção em diferentes regiões e, se necessário, redistribui igualmente os produtos entre estas; o Estado pode também transferir operários de uma região do país para outra. O Estado é responsável pelo comércio interno e externo: os produtos excedentes são

exportados para outros países, onde uma sétima parte do seu volume é entregue a título gratuito aos pobres e o resto vendido a preços baixos.

Contudo, quem organiza a produção não é o Estado propriamente dito, mas a cidade. O Estado representa apenas uma federação das cidades, cujo número totaliza 54, exactamente tantas cidades quantas havia na Inglaterra e no País de Gales na época em que More viveu.

Na Utopia, a unidade de produção principal é a família que pratica um ofício determinado. More pronunciou-se pela conservação do artesanato, porque naquela época o papel das grandes manufacturas ainda era insignificante. De facto, More não atribuiu a importância devida ao progresso técnico. Os funcionários públicos do Estado controlavam o trabalho de cada família e toda a sua produção era entregue ao Estado.

Além do artesanato, todos os habitantes se dedicavam à agricultura. Vários membros da família iam viver no campo, a fim de praticar trabalhos agrícolas durante dois anos. Além disso, na estação da colheita, as cidades enviavam uma determinada quantidade de trabalhadores para o campo. Deste modo, toda a população da Utopia participava nos trabalhos agrícolas. Todos os habitantes deviam aprender um determinado ofício. Mas cada ofício era hereditário e próprio duma família: quem queria aprender outra profissão tinha de mudar para outra família. Aliás, uma família era, por assim dizer, uma oficina social e organizava-se não tanto nos laços de parentesco, quanto nos princípios de produção.

Na Utopia, o trabalho era obrigatório. Todos tinham de praticar o trabalho manual, excepto os cientistas e funcionários públicos durante o exercício das funções sociais. As mulheres trabalhavam de igual para com os homens. No parecer de More, tendo em conta o carácter geral do trabalho e a inexistência de camadas sociais parasitárias, o dia de trabalho de seis horas seria suficiente para satisfazer as necessidades de todos os membros da sociedade.

Na Utopia de More não se conhece a escravidão. Os únicos escravos que havia eram os criminosos condenados aos trabalhos forçados mais duros. A camada de escravos era igualmente constituída pelos criminosos condenados à pena capital nos seus países e resgatados pelos utopianos, assim como pelos prisioneiros de guerra. Depreende-se que as origens da escravidão eram ou a prisão ou o crime. O fenómeno da escravidão, embora perpétuo, não era hereditário. Thomas More aprecia a escravidão na Utopia como um facto positivo no sentido de ser oposta à desumanidade das sentenças judiciais na Inglaterra daquela altura.

Diferentemente dos pensadores precedentes que, de modo unilateral, concebiam o comunismo como apenas o usufruto comunal dos bens de consumo, More acentuou a produção comunal, embora não mostrando a sua relutância em relação à organização social do consumo, antes dando-lhe preferência. Por isso, encontramos na Utopia refeitórios públicos, dos quais usufrui a maioria esmagadora dos cidadãos, facto que não exclui de

modo algum a possibilidade de quem quiser preparar comida caseira.

Thomas More supunha que no seu regime social perfeito não haveria lugar para a troca e o dinheiro: vigoraria um sistema de distribuição directa dos produtos segundo as necessidades. Todos os produtos seriam transportados para armazéns do povo e, daí, cada família receberia todos os bens indispensáveis e a título gratuito.

Thomas More deteve-se na questão das condições de vida e actividade dos cidadãos do seu Estado imaginário. Os prédios de habitação e jardins fazem parte da propriedade social e de dez em dez anos são sujeitos a redistribuição por sorteio. Nas cidades constroem-se palácios esplêndidos, onde os utopianos podem passar os tempos livres. O consumo de bens é muito racional; os utopianos melhoram constantemente as condições de vida, procurando fazé-la alegre e agradável. É de notar que Thomas More atribuiu um papel importante à emulação, quando se referiu ao melhoramento das condições de vida. Disse a este propósito que a população cuidava com esmero os jardins e parques para que fossem frutíferos e as famílias empenhavam-se em manter o seu jardim em melhores condições.

Na Utopia não havia nem dinheiro, nem ouro, nem prata, que serviam apenas para fabricar anéis e cadeias com que se amarravam os criminosos e os presos. As pedras preciosas não eram mais que brinquedos para crianças. Ao mesmo tempo, More estigmatiza o sociedade na qual vigora o culto do dinheiro.

O poder estatal na Utopia baseia-se nos princípios democráticos. Segundo More, os funcionários públicos e do Estado não constituem uma camada social privilegiada, mas são apenas servidores do povo. Todas as autoridades são sujeitas à elegibilidade, entretanto, os utopianos respeitam-nas e homenageiam-nas.

More condena as guerras, insurge-se contra exércitos regulares de mercenários e acentua que as guerras só trazem desgraças e sofrimentos às massas trabalhadoras. No entanto, os utopianos também se vêem obrigados a travar guerras.

No Estado ideal vigoram poucas leis, pois o próprio regime social justo implanta e favorece qualidades humanas nobres. More afirma que o regime social descrito por ele é o único que se pode chamar a sociedade no sentido próprio da palavra.

O livre-pensar e o repúdio para com formas diversas de tirania, que More preconiza, tiveram um profundo sentido progressista. More expõe as suas ideias contra a tirania não só em *Utopia*, mas também na *História de Ricardo III* e nos epigramas latinos. Ao condenar a tirania dos soberanos e opor-lhe o conceito de soberano ideal, More repele a ideia das origens divinas do poder real, sugerindo a sua própria, que postula que este poder depende da vontade do povo. Partindo disso, More coloca a questão da responsabilidade do soberano perante o povo, preconizando que é o povo que, com a sua vontade, dá e priva do poder.

A obra de More, escrita especialmente por ocasião da coroação de Henrique VIII, representa,

no essencial, um programa político humanista no qual se faz a oposição entre uma monarquia ilustrada e o despotismo. Esta obra reflectiu os ideais políticos tanto do próprio More como dos seus amigos humanistas que viram no rei ilustrado Henrique VIII um futuro protector dos cientistas e um partidário potencial da reforma humanitária da sociedade. Para More, o rei Henrique VIII foi, neste sentido, um antípoda do soberano precedente que admitira a arbitrariedade na política de impostos, o terror e a violação das leis. Em breve, teve a oportunidade de ver a verdadeira face do rei – um tirano rancoroso e cruel que não se distinguia dos seus antecessores. Basta dizer que Henrique VIII casou seis vezes, decapitando duas do total o que pode parecer um pouco exagerado. Praticou uma política desastrosa para a nação, envolvendo a Inglaterra numa guerra sem proveito contra a França e cujo fardo tinham de suportar as massas trabalhadoras. Os impostos não mostraram índices descrescentes, pelo contrário, se antes se destinavam a satisfazer a avidez da casa real, com o governo do soberano referido deviam cobrir também o desperdício astronómico, pois construía um palácio após outro e, ainda por cima, pedia dinheiro para as suas fantasias incríveis.

Não foi de repente que Thomas More compreendera a essência verdadeira do soberano. Mas com o tempo convenceu-se definitivamente de que a sua suposição sobre um rei humano e justo, que só se preocupa com o bem-estar dos súbditos, foi por água abaixo. Por esta altura, Thomas More já figurava entre os altos dignitários políticos. A sua

fama e os seus vastos conhecimentos proporcionaram-lhe a atenção de Henrique VIII. E este resolveu que seria melhor ter More entre os seus amigos que entre os inimigos.

Nos seus pensamentos sinceros, More não se guiava nem por ambições nem por benefícios. Foi por isso que aceitou o serviço, anteriormente detestado, na corte. Neste caso procedeu como cidadão honesto que queria simplesmente tentar as suas capacidades num novo campo de actividade.

Ao princípio, More teve um sucesso vertiginoso na corte de Henrique VIII. Ascendendo rapidamente pelos degraus da escada hierárquica política, Thomas More tornou-se membro do Conselho Real e o apresentador das petições dirigidas ao rei. Este último cargo não só consistia em expor ao rei o conteúdo duma perição, mas também em investigar os pormenores do assunto a fim de lhe apresentar as suas soluções. Em Maio de 1521, More foi promovido a ajudante do tesoureiro e armado cavaleiro. Fez parte de missões diplomáticas, acompanhando o chanceler Thomas Wolsey nas suas viagens ao continente. Em 1523, More ascendeu a presidente da Câmara dos Comuns, trazendo com a sua atitude independente bastantes dissabores ao omnipotente chanceler Wolsey. Este último não pôde deixar de ignorar as aptidões de Thomas More para os assuntos do Estado, bem como a sua eficiência e preparação. A influência de More foi tão grande que, em 1525, foi elevado à dignidade de chanceler do ducado de Lancashire.

Henrique VIII estimava Thomas More, vendo

nele um homem de vasta inteligência, um estadista por excelência e, o que também era de importância, um interlocutor sumamente gracejador. Claro que nesta amizade idílica entre o rei-déspota e o cientista humanista o factor essencial foi a enorme popularidade de Thomas More. Era principalmente por isso que se lhe perdoava a sua atitude soberana e a relutância em ser um instrumento dócil nas mãos do rei. O monarca até costumava visitar frequentemente a casa modesta de More e mantinha com ele longas conversas tanto sobre os assuntos do Estado como também sobre literatura, matemática e astronomia.

Por sua vez, Thomas More teve a possibilidade de se inteirar em certa medida do carácter do rei. Um dia, depois duma visita dessas, More confessou ao seu genro que o rei sacrificaria, sem hesitar, a cabeça dele, se esse fosse o preço a pagar por um castelo miserável na França, com a qual a Inglaterra estava em guerra naquela altura.

Em 1529, More foi encarregado de guardar o selo do chanceler-mor da Inglaterra. Na assembleia solene em Westminster, o grão-duque Norfolk apresentou o novo chanceler. No discurso de resposta por motivo da sua nomeação, More proferiu um juízo sensato: "Considero este cargo um lugar prenhe de perigos e dificuldades, longe de ser honorário. Quanto mais alta é a posição, maior será a queda. Se não fosse a condescendência do rei, este lugar seria para mim tão agradável como a espada de Dâmocles pendurada por cima da sua cabeça".

Na função de chanceler, More revelou uma

eficiência maravilhosa, incorruptibilidade e energia; conseguiu pôr em ordem todos os assuntos em abandono pelas dignidades precedentes. A integridade, a honestidade, a justiça e a preocupação pelo bem geral, eis as características de Thomas More como estadista. Manteve-se firmemente nas suas convicções e nada podia desviá-lo deste caminho ou entrar em transacção com a sua consciência, nem mesmo a ameaça de morte. Antes de prestar serviços a Henrique VIII, More pediu que lhe deixassem subordinar-se, antes de mais, a Deus e, depois, ao rei. Este pedido, para um devoto como More, tinha um profundo sentido. E, afinal, a fé valeu-lhe a cabeça.

A Reforma teve importância decisiva sobre a carreira política de Thomas More. As primeiras fricções entre Henrique VIII e Thomas More surgiram precisamente na base religiosa. More era um católico ferrenho e não pôde aceitar a Reforma que se iniciara em 1517 na Alemanha. A Reforma representava um amplo movimento social e ideológico com cariz antifeudal. A sua forma concreta foi a luta contra o Papa e a Igreja católica em geral. Como católico e estadista, More não a pôde apoiar. Via na Reforma a anarquia, a libertação de quaisquer conceitos e deveres. Aqui puseram-se em relevo as concepções políticas de More, mais exactamente o seu receio diante o movimento popular, no qual só viu o princípio destrutivo. Compreendia os sofrimentos do povo e queria sinceramente aliviá-los, considerando ao mesmo tempo que um movimento das amplas massas não conduziria à supressão da injustiça social.

Thomas More, detestando os métodos revolucionários, era adepto dos da ilustração e persuasão, posteriormente preconizados pelos socialistas utopistas. Não pôde compreender, por razões objectivas, o papel progressista dos movimentos populares que convergiram na Reforma. É compreensível que o socialismo de Thomas More não podia estar ligado ao movimento revolucionário das vastas massas, pois só no século XIX se reuniram as condições objectivas indispensáveis para a fusão do socialismo científico e do movimento operário.

Dada a limitação do contexto histórico, Thomas More pronunciou-se contra a Reforma, ao mesmo tempo que continuava a ser um espírito crítico da Igreja católica. De passagem, nunca foi um católico militante.

Ao princípio, o rei Henrique VIII insurgiu-se contra a Reforma. É de notar que, em 1521, publicou um livro contra Martinho Lutero, o qual reagiu com um artigo sumamente violento e ofensivo. Em breve, veio à luz a resposta de T. More *Vindicação de Henrique VIII contra Lutero* na qual apoiou o rei inglês enquanto católico zelozo.

Entretanto, se More permaneceu um católico devoto até ao fim da vida e inimigo da Reforma, Henrique VIII não se mostrou tão constante na sua atitude. Não foi porque haviam mudado as suas convicções religiosas: simplesmente os motivos de índole política pareceram-lhe mais convenientes para ser adepto, e não adversário, do movimento reformador.

Por acaso, os motivos que moveram o rei foram

bastante terrestres. Na altura, Henrique VIII era casado com uma princesa espanhola – casamento de interesse. Depois o matrimónio com ela deixou de ser necessário e, por conseguinte, o monarca inglês pediu o consentimento do papa para o divórcio, a fim de casar com a bela Ana Bolena. Para satisfação da corte espanhola, o papa recusou-se. Henrique, encolerizado, serviu-se da recusa para romper com o papa e nomear-se a si próprio cabeça da igreja anglicana. A partir daí, o assunto ficou resolvido: divorciou-se da rainha e casou com Ana Bolena.

Para ficarmos mais esclarecidos neste litígio, não devemos descontar motivos financeiros. A política belicosa de Henrique VIII e os seus desperdícios furaram o tesouro de Estado. Portanto, o rei, ainda dotado de perspicácia, calculou que com a separação da igreja anglicana do poder do papa poderia juntar algum dinheiro, não pagando impostos a Roma, mas canalizando-os para si próprio. Ainda por cima, ficaria beneficiado com a confiscação dos imóveis e terras da Igreja e assim conseguiria "tapar buracos" no tesouro nacional. Tudo foi feito de acordo com este plano: a Reforma inglesa do século XVI realizou-se em favor do rei e, supostamente, do tesouro da nação.

More, com o seu carácter inflexível, não se pôde contentar com a Reforma de rapina que enriqueceu o rei e os cortesãos. Como homem honesto, o chanceler-mor pediu a demissão.

O rei não teve o descaramento de reprimir imediatamente o seu favorito: a influência de More

entre os círculos da burguesia e mesmo entre os cortesãos era demasiado forte. Concebeu-se um projecto pérfido. Ao princípio, confiscaram a sua quinta, tendo em mira privá-lo dos meios de subsistência, já que nunca fora muito rico. Em seguida, envolveram-no no processo duma monja que, supostante, ameaçaria o rei, mas toda essa intriga tinha "um cheiro mau" e fora propositadamente cozinhada. Por conseguinte, More conseguiu facilmente lavar-se das responsabilidades. Uma vez replicou profeticamente e com uma dose de ironia triste à sua filha: "Adiar um caso ainda não significa eliminá-lo".

Em 1533, o parlamento, intimidado pelo rei, reconheceu-o como pontífice da Igreja e aprovou o seu divórcio, declarando como herdeira do trono a filha de Ana Bolena (futura rainha Elizabeth I), nascida antes do matrimónio oficial. Para More, foi o cúmulo da paciência: recusou-se a prestar juramento, pelo que foi acusado de traidor da nação e preso.

A detenção de More demonstrou uma vez mais que o conflito entre ele e o rei já passara além dos limites dum simples litígio religioso. Adquiriu o matiz mais profundo e trágico dum confronto de duas concepções do mundo. Com a sua recusa de prestar juramento, More opôs os seus princípios à arbitrariedade real; a sua dignidade, à decadência moral da corte; o seu espírito férreo, à veneração de lacaios diante do poder real. É justamente neste contexto, já nos últimos meses da sua vida, que se põe em relevo toda a integridade de More que

permaneceu invariavelmente fiel aos ideais proclamados em *Utopia.*

Lançado na masmorra, privado de leitura e suportando sofrimentos físicos, More manteve durante um ano a firmeza de espírito. O acusado defendeu-se com dignidade humana, destruindo todas as calúnias levantadas contra ele e não renunciando às suas convicções. De todas as maneiras, foi declarado culpado e a sentança que se seguiu foi desumanamente cruel.

Atendendo aos méritos de More, o rei "suavizou" a sentença, trocando os suplícios insuportáveis pela decapitação. Ao receber esta notícia, More com o espírito e o humor que lhe foram inerentes até à morte, observou: "Livra, Deus, os meus amigos desta condescendência".

Foi assim que o célebre humanista, chanceler-mor, se viu no cadafalso. Dali, More quis dirigir-se ao povo presente com um discurso, mas o xerife não o autorizou. O verdugo, como era de costume, pudiu-lhe perdão. More abraçou-o, dizendo o seguinte:

– Vós fazeis-me o maior favor que um hòmem pode fazer. Então, executai sem temor algum. Tenho um pescoço curto, portanto, acertai bem para não ficardes desonrado...

O executor fez gesto para lhe tapar os olhos.

– Não vos preocupeis disso, fá-lo-ei – e Thomas More tirou um lenço do bolso, tapou a vista e pôs a cabeça no cepo. De repente, disse:

– Ah, aguentai um momento. Deixai-me afastar a barba, pois não tem culpa alguma da minha traição ao Estado..."

Assim acabou a vida de Thomas More que pereceu por não querer renunciar às suas convicções para satisfazer o rei.

A morte trágica de More enterrou as ilusões humanistas, as esperanças de ter um monarca ilustrado e rodeado por conselheiros bondosos. E não foram os assuntos do Estado de que estava encarregado, nem os serviços que prestara ao rei que trouxeram a fama a Thomas More. Foram as suas ideias socialistas, que desempenharam um enorme papel no "despertar dos espíritos" das gerações futuras. O nome da sua obra, *Utopia* já se tornou comum, até mesmo tendo sido atribuído aos "socialistas utopistas", ao passo que o próprio autor se cobriu, com toda a razão, da fama de ser um dos fundadores do socialismo científico, dentro do qual germinaram ideias geniais.

Henri Saint-Simon
1760-1825

O FUTURO PERTENCE-NOS

A vida deste homem é extraordinária. Apesar da origem aristocrática, sem lamentação alguma, rompeu com a sua condição social privilegiada. Foi milionário e acabou por ser um mendigo que pedia hospedagem ao seu próprio criado. Foi chefe dum regimento que batalhara sob a bandiera do próprio G. Washington e, por ironia do destino, acabou por suplicar que os magnates do mundo prestassem atenção à sua doutrina. Foi pensador e lutador, sonhador e cientista. Embora muitas coisas da sua doutrina nos pareçam ingénuas e mesmo ridículas, impressiona-nos a sua visão do futuro e a lealdade ao ideal de servir o povo.

Henri Claude Saint-Simon nasceu em 1760 em Paris, numa família aristocrática. O pai, Balthasard de Saint-Simon, prestou serviço ao rei da Polónia como chefe duma brigada de guarda. Se julgarmos pelo seu temperamento bravio e o carácter de pensamentos, reprimiria com a sua própria mão o primeiro filho, se tivesse sabido que se tornaria traidor da classe e da linhagem aristocrática. Apesar da nobre árvore genealógica que, segundo dados biográficos, ascendia ao próprio Carlos Magno, ninguém trouxe tanta glória à família, como Henri Claude.

O jovem conde foi entregue aos cuidados de preceptores e professores particulares, entre os quais figurou o célebre enciclopedista d'Alembert, que se distinguia pelos seus vastos conhecimentos de literatura, pelo livre-pensamento e a negação da violência sobre a personalidade – toda a gama característica da França pré-revolucionária. Naturalmente, esta figura deixou vestígios na formação de Saint-Simon. Como vimos, no palácio luxoso do conde Balthasard crescia um revoltoso. Já aos treze anos, recusou-se ao acto de confirmação na igreja, declarando publicamente a inexistência de Deus, pelo que o pai encerrou o filho num forte a fim de o "rectificar". Henri insistiu que o guarda o soltasse e, ao ouvir a negativa, feriu-o com uma faca, apoderou-se das chaves e, deste modo, adquiriu a sua liberdade.

Diferentemente dos seus irmãos, Henri era um rapaz perseverante e intrépido. Um dia foi mordido por um cão vadio. Sem hesitar, aplicou logo carvão aceso na mordedura e muniu-se duma pistola para se suicidar se aparecessem os primeiros indícios de loucura. O jovem conde ordenou a um dos lacaios que o acordasse todas as manhãs dizendo: "Levantai-vos, conde, pois grandes assuntos já estão à vossa espera". Mais tarde, o conde nunca se esquecia dos "grandes assuntos", mencionando por vezes nos seus discursos a glória que havia de alcançar. Em 1777, com a idade de 17 anos, Saint-Simon inscreveu-se num regimento e, em breve, obteve o primeiro título de oficial. Dentro de dois anos, foi-se como voluntário à América, a fim de participar na luta pela independência das colónias

norte-americanas. Mais tarde, Saint-Simon constatou com orgulho o facto de ter prestado serviço militar sob a bandeira de G. Washington. Mostrou-se um militar valente e foi-lhe outorgada uma condecoração dos Estados Unidos recém-nascidos. No regresso à pátria foi capturado pelos ingleses que não podiam perdoar-lhe a sua participação na guerra pela independência; juntamente com outros presos foi enviado para Jamaica. Regressou à França só em 1784 e, pouco depois, foi nomeado chefe de regimento. Uma brilhante carreira abriu-se perante o descendente da família nobre dos Saint-Simons, mas o conde não se sentia conformado com esse estilo de aristocracia.

Henri permaneceu no serviço militar até à revolução burguesa na França. Educado nas ideias dos enciclopedistas e com a experiência colhida na revolução americana, Saint-Simon aceitou com entusiasmo os acontecimentos de 1789. Mesmo a emigração dos irmãos e a detenção da irmã não puderam "arrefecer" o espírito revolucionário do conde revoltoso. Voluntariamente, renuncia ao título de conde, adopta um novo apelido, Bonhomme, e muda-se para a terra natal, a Picardia.

Naquela época muitos mudavam de nome: para a maioria não era mais que um tributo à moda ou uma maneira de se adaptar aos acontecimentos tempestuosos revolucionários. Mas Saint-Simon fê-lo de modo consciente, partindo das suas próprias convicções íntimas.

Não é menos interessante o nome pelo qual optara o ex-conde. "Bonhomme", na França, é o nome genérico dos camponeses. Aliás, ao

tornar-se "o cidadão Bonhomme"; Saint-Simon queria acentuar quem, no parecer dele, era o protagonista dos acontecimentos que o país vivia. E não se limitou a destacar este facto: Saint-Simon passou na província, entre os camponeses, os primeiros dois anos da revolução. Entretanto, a revolução não tomou o rumo que o ex-conde desejava. A grande burguesia, ao tomar posse do poder, não se apressava a instaurar o "século de ouro" no qual acreditavam os filósofos iluministas e os seus numerosos seguidores. Saint-Simon com o seu carácter incontido resolveu satisfazer as aspirações das massas camponesas à sua maneira. Em 1791, começou a comprar terras confiscadas à Igreja e aos partidários da realeza, vendendo parcelas pequenas aos camponeses pobres. Pode-se estranhar esta ingenuidade com que Saint-Simon procedeu à solução da questão agrária, mas também não podemos duvidar da sinceridade das suas intenções. O seu sócio nas transacções com a terra era o barão de Redern que conhecera em Espanha. O êxito do novo empreendimento ultrapassou todas as esperanças e, a par com o sucesso, veio a riqueza. Portanto, é difícil supor qual seria o destino de Saint-Simon, se não interviesse a mão punitiva da ditadura jacobina. O milionário desventurado encontrou-se trás das portas maciças da prisão de Luxemburgo, da qual foi liberto na sequência do golpe de Estado contra-revolucionário de Termidor, evitando assim a guilhotina. Solto depois de quase um ano na prisão, Saint-Simon prosseguiu nas suas maquinações.

Segundo estimativas, os imóveis de Saint-Simon

e Redern totalizavam, em 1796, 4 milhões de francos. Mas, de repente, a carreira do comerciante próspero acabou. É que o barão Redern, que se exilara prudentemente no estrangeiro durante a época do terror jacobino, regressou a Paris e reivindicou os seus direitos a todos os bens acumulados. Dado que todas as operações se efectuaram em nome do barão, Saint-Simon teve de se satisfazer com o total de 150 mil francos. Em face da queda, Saint-Simon entregou-se com toda a energia ao estudo das ciências naturais.

Este novo passo na vida de Saint-Simon não foi ocasional. Profundamente desiludido com o balanço da revolução que substituiu apenas uma forma de exploração por outra e com os contrastes entre a miséria generalizada e a riqueza ostentosa que atingiram uma escala sem precedentes nos anos do Directório, Saint-Simon enterrou as suas esperanças de atingir a harmonia social da maneira que havia concebido. Não é a revolução, mas a ciência que pode curar as chagas da sociedade humana. Agora, Saint-Simon vê todo o sentido da sua vida em criar uma ciência universal sobre a sociedade humana. Gasta os restos da sua riqueza em manter uma casa nas condições devidas, na qual hospeda os mais ilustres cientistas parisienses, e em viajar durante vários anos pela Europa, onde assiste às conferências de muitos professores famosos naquela época. Saint-Simon fica afundado em estudos e experiências durante vários anos. Como resultado, publica, em 1803, a sua primeira obra *Cartas de um Habitante de Genebra aos Seus Contemporâneos*. Este trabalho representa um

plano utópico de remodelação da sociedade, embora muito rudimentar e vago.

Por altura de 1805, Saint-Simon viu-se sem dinheiro e à beira da miséria. Na sua autobiografia disse que, ao ver-se nesta situação deplorável, dirigiu-se ao conde de Ségur pedindo-lhe que o ajudasse a encontrar um emprego qualquer, mesmo que fosse o de empregado de escritório. Aquele propôs-lhe um cargo de escriturário numa casa de penhores de Paris. Saint-Simon trabalhou 9 horas por dia, completando-as com mais horas de trabalho à noite sobre assuntos científicos de interesse. A situação de Saint-Simon melhorou depois de ter encontrado um dos seus empregados antigos, Diard. Com dinheiro deste, conseguiu publicar, em 1808, a sua segunda obra, *Introdução aos Trabalhos Científicos do Século XIX*. Esta foi enviada a cientistas e estadistas, a fim de proporcionarem referências e observações que ajudassem no trabalho posterior. Infelizmente, este apelo perdeu-se no ar.

Com o desaparecimento de Diard, Saint-Simon encontrou-se novamente sem meios de subsistência. Do seu diário, datado de 1812, pode-se depreender que se alimentava de água e pão, trabalhava sem luz e vendera mesmo o vestuário. No entanto, as dificuldades materiais não quebrantaram o espírito de Saint-Simon. É interessante que quanto maiores eram as suas dificuldades, mais perseverança mostrava no trabalho. Foi exactamente nesse período que se foram formando e forjando as suas concepções sobre a sociedade expostas, mais tarde, nas obras maduras, nomeadamente: *Trabalho sobre a Gravitação Universal, Memória sobre a Ciência do Homem*, os artigos na colectânea *A Indústria...*, *O Organizador*. Em 1821, Saint-Simon publicou a sua obra *Acerca do Sistema Industrial* na qual se dirige ao rei, aos membros da Câmara dos Deputados, aos comerciantes, aos agrários, aos fabricantes e a outros industriais. Na *Introdução*, o autor destaca que a primeira causa da crise que a sociedade vivia era a modificação do sistema social. A essência daquela crise era a passagem do sistema feudal e teológico para o industrial e científico. Por conseguinte, a crise duraria até que se concluísse a formação do novo sistema. Saint-Simon constatou que os objectivos da sua obra *Acerca do Sistema Industrial* eram chamar a atenção para o carácter verdadeiro da grande reorganização social legada ao século XIX, provar que esta remodelação já era iminente e, portanto, não podia ser adiada e, enfim, indicar clara e precisamente de que modo seria possível efectuá-la, em suma, favorecer, na medida em que a filosofia pudesse, a formulação dum sistema industrial e científico, cuja instauração poria termo às inquietações sociais que fervilhavam naquela época.

No segundo capítulo da *Introdução*, Saint-Simon procurou responder a múltiplas questões: quais foram as causas que desviaram a revolução francesa do seu rumo primitivo, levando a manter a sociedade em estado lamentável, e que saída existia para esta recessão? Saint-Simon destaca com toda a justeza que a revolução ainda está longe da sua fase final e, por isso, a sua conclusão é concebível só mediante

a realização da meta final predeterminada por todo o curso de acontecimentos, ou seja, a instauração dum novo sistema político. A única imperfeição do novo sistema, que o autor sugeriu, era que este "coexistiria" perfeitamente com o poder real que deveria tomar medidas indispensáveis a fim de atrair os industriais para a actividade política. O autor considera que existem duas forças, i. é., industriais e poder real, interessadas na unificação, que deveria efectuar-se o mais rapida e completamente possível.

No *Apelo ao Rei*, endereçado a Luís XVIII, Saint-Simon frisa que a confusão política e moral que vive a França e alguns outros países da Europa Ocidental se explica pelo facto de o sistema social velho ter sido destruído, enquanto que o novo não se formou completamente. Esta crise terminará e a nova ordem só se instaurará solidamente com a implantação dinâmica do novo sistema. Com base na análise pormenorizada das origens do fracasso que prejudicou bastante a sociedade, Saint-Simon sugere ao rei suprimir a nobreza e fazer um corpo eleitoral dos industriais, não deixando de lado as opiniões de cientistas ilustrados na matéria de direcção da sociedade.

Na parte final do trabalho *Acerca do Sistema Industrial,* intitulada *Apelo aos Filantropos*, o autor sublinha que o único meio de superar a crise política europeia originada pelo progresso na ilustração era recuperar o poder político das mãos dos teólogos, fidalgos, militares e metafísicos.

Saint-Simon suportava as dificuldades materiais com maior serenidade do que a indiferença

manifestada em relação às suas obras, às quais dedicava a sua alma e energia e que considerava um importante passo no caminho da humanidade para a felicidade. Em certos momentos, o silêncio em torno dos seus trabalhos parecia-lhe insuportável: em 1823, até tentou suicidar-se, mas não resultou graças a mero acaso.

Todavia, a partir de meados dos anos 20, terminou a época dos seus infortúnios. A vida começou a tomar um rumo normal. Apareceram discípulos e seguidores, entre os quais o dezembrista russo Lúnine, que se encontrava em Paris em 1815, quando o exército russo entrou na capital, e travou amizade com Saint-Simon.

A prédica saint-simoniana da transformação pacífica do meio social dirigida a reis e homens ricos – banqueiros, grandes industriais e comerciantes – chamou a atenção de certos mecenas que contribuíram para a publicação das obras de Saint-Simon e lhe asseguraram uma vida abastada e, por conseguinte, a possibilidade de prosseguir arduamente no seu trabalho.

Saint-Simon trabalhou muito e frutuosamente. Em 1823–1824, veio à luz *Catecismo dos Industriais*, no ano seguinte, *Opiniões Literárias, Filosóficas e Industriais* e, enfim, pôde principiar a sua obra-mestra *O Novo Cristianismo*, que, segundo o autor, deveria proporcionar à futura "sociedade dos industriais" uma nova religião que do cristianismo tradicional retirava só a sua essência humanista original. Nas obras referidas cristalizou-se, talvez, a doutrina saint-simoniana.

O ponto de partida dos raciocínios de

Saint-Simon era o reconhecimento da existência das leis objectivas universais e da determinação de todos os fenómenos da natureza e da sociedade. Formulou a ideia do desenvolvimento social, sujeito a leis, que se baseava no progresso da razão, da ciência, da moral e da religião. A seu ver, todas as transformações na vida social se devem à evolução da razão humana.

Neste aspecto, Saint-Simon antecipou-se tanto aos racionalistas do século XVIII como a muitos dos criadores das primeiras doutrinas comunistas, inclusive os socialistas utopistas seus contemporâneos. Não foi por acaso que F. Engels o comparou com Hegel, constatando que o sociólogo francês tinha introduzido na sua filosofia elementos da dialéctica. Saint-Simon abordava a sociedade como um organismo inteiro e em desenvolvimento contínuo que reúne indivíduos não só por princípios filosóficos, religiosos e morais, mas também em função do trabalho socialmente útil que constitui uma necessidade natural e um dever de cada homem. Saint-Simon notou que o processo de desenvolvimento histórico não representa uma evolução contínua, mas uma sucessão de movimentos evolutivos e revolucionários.

É verdade que Sain-Simon conjecturou que a propriedade era a boceta de Pandora para a sociedade. Sob este prisma abordou a revolução francesa, classificando-a como uma revolução dos despossuídos contra os possuidores. F. Engels disse a este propósito: "Compreender que a revolução francesa era uma expressão da luta de classes e não só entre a nobreza e a burguesia, mas também os

despossuídos, foi, em 1802, uma descoberta sumamente genial"[1].

Saint-Simon profetizou que cada novo período histórico, sendo mais progressista em relação ao precedente, deveria ceder o seu lugar a um outro regime social, superior a este. Por isso, o autor de *O Novo Criastianismo* está longe de considerar a sociedade sua contemporânea como "um paraíso humano". Ao contrário, critica nas páginas dos seus livros o capitalismo e condena a sociedade francesa na qual a penúria e os sofrimentos das massas trabalhadoras eram condições imprescindíveis da sua existência.

Analisando as causas dos males da sociedade burguesa, Saint-Simon destaca que a sociedade tem dois inimigos que, em medida igual, receia e repudia: a anarquia e o despotismo. Na sua procura de saída das contradições da sociedade capitalista, conclui que a revolução ainda não alcançou objectivos programados e não construiu uma nova sociedade. E em seguida proclama que os homens devem viver numa sociedade que proporcione as maiores vantagens possíveis para a maioria.

Em vez da sociedade assente no poder do dinheiro, na exploração, na hipocrisia e nas fraudes, Saint-Simon sugere um sistema social que garanta as maiores vantagens possíveis para a maioria esmagadora e na qual todos trabalharão.

Na sua última obra, *O Novo Cristianismo*, Saint-Simon descreve pormenorizadamente essa sociedade. E é justamente nesta obra que transparecem tanto a força como os pontos vulneráveis da doutrina deste célebre socialista utopista. Nela,

Saint-Simon tentou generalizar todos os conhecimentos acumulados pela sociedade. E não só generalizá-los, mas também pô-los ao serviço de um trabalhador simples e transformá-los num "elixir mágico" que curaria os sofrimentos da humanidade.

A nova sociedade concebida por Saint-Simon é uma sociedade "industrial" e, ao mesmo tempo, "dos industriais". Mas aqui o pensador eminente dá um passo para trás em comparação com, digamos, J. Mellier, pois não suprime a propriedade privada, antes pelo contrário, mostra-se um adversário da sua liquidação.

Saint-Simon não rompe com a propriedade capitalista, embora a modifique sensivelmente. Ao conservar a propriedade capitalista, propõe uma divisão, assaz peculiar e mesmo ingénua, da sociedade em classes: existem os parasitas e os trabalhadores. A primeira camada compreende os fidalgos, "rentiers", militares. Saint-Simon ridiculariza-os e, naturalmente, não lhes dá lugar na sua sociedade ideal. Aos trabalhadores referem-se, segundo o autor, tanto os assalariados como os empresários, mercadores e banqueiros. É fácil explicar esta confusão: Saint-Simon parte do facto de que tando os operários como os empresários participam na produção e, por conseguinte, pertencem à mesma classe e os seus interesses são idênticos. A única diferença que existe é que os industriais dirigem a produção, ao passo que aos assalariados compete o papel de executantes.

Nesta relação, F. Engels observou que em Saint-Simon a tendência proletária se conjugava com certa orientação burguesa, porque revelara

uma atitude negativa face à luta política e à revolução, contando apenas com a prédica do amor ao povo e recorrendo a uma religião reorganizada na esperança de que mediante ela poderia influenciar os soberanos e poderosos da Terra. F. Engels destacou que Saint-Simon não permaneceu indiferente ao destino da classe mais numerosa e pobre. Os pontos de vista de Saint-Simon reflectem apenas a imaturidade do proletariado naquela época e a incompreensão da contraposição dos interesses das duas classes principais da sociedade capitalista.

Os "industriais" – operários, artífices, capitalistas – vivem na sociedade ideal concebida por Saint-Simon, mas não gozam as suas riquezas nem levam vida parasitária, porque o trabalho é obrigatório para todos. Segundo Saint-Simon, no quadro de regime social futuro, os ricos são apenas os servidores do povo e a sua missão consiste em executar funções de organização. Nas condições do novo sistema industrial, os interesses gerais do colectivo devem estar nas mãos dos cientistas e artistas, por um lado, e dos industriais, por outro. Saint-Simon supunha que os interesses destes grupos da população convergem com os das massas populares e, por isso, estes intelectuais fazem parte da classe trabalhadora, sendo dirigentes dela. O autor atribui-lhes funções de direcção dos assuntos de Estado.

Saint-Simon supunha que estes dirigentes eram também trabalhadores, de igual para igual com os operários, e, por isso, estavam em oposição aos elementos parasitários, os "rentiers" que não

participavam expressamente na produção social. A característica principal do sistema "industrial" era a inexistência de elementos parasitários, não trabalhadores. No plano político, todo o poder civil real se concentrava nas mãos dum conselho dos industriais e o espiritual, nas da Academia das Ciências. Estas organizações eram responsáveis pela direcção planificada da economia nacional. O autor aplicava o termo "associação" em relação ao regime social futuro com intuito de fazê-lo contrastar com o individualismo burguês e a anarquia da produção capitalista.

Saint-Simon prestou muita atenção às questões relacionadas com a organização e direcção da produção. Considerou tudo isto, tomado no conjunto, como ciência da produção, isto é, uma ciência que se propõe instaurar "um regime favorável a todos os tipos de produção". O orçamento competirá aos industriais que têm maior peso na sociedade. Em resultado desta harmonia, a organização social poderá satisfazer todos os homens de bom senso de todas as classes sociais e, por conseguinte, desaparecerá a necessidade de fomentar motins e de manter um exército numeroso e a polícia com o único objectivo de esmagá-los. Saint-Simon opôs a "ciência positiva" de direcção da economia às concepções dos liberais que pretendiam aperfeiçoar as instituições políticas. Neste aspecto, começou a prestar atenção cada vez maior à situação da "classe mais pobre".

Saint-Simon considerava que o objectivo final da actividade dos homens era o melhoramento do estado moral e físico da classe mais numerosa e

a implantação duma organização social capaz de orientar da melhor maneira esta actividade e de lhe assegurar a superioridade em relação às outras.

Por outras palavras, Saint-Simon aproximou-se muito da ideia do socialismo, mas o sistema socialista que ele sugeriu era utópico. Em geral, permaneceu nas posições do idealismo. Não compreendia que a produção social, de acordo com um plano anteriormente traçado, pressupunha necessariamente a passagem dos meios de produção para a propriedade social. Mas era precisamente isso o que Saint-Simon não se propunha fazer. Então, como seria possível planificar e gerir as empresas privadas? Quem concederia estes poderes aos representantes da sociedade?

Saint-Simon observou com justeza que a planificação favoreceria o progresso da economia nacional e a produtividade do trabalho. Todavia, o erro principal do autor foi estar convencido da possibilidade de edificar uma nova sociedade por via pacífica. Os adeptos do "novo cristianismo" teriam de conquistar o mundo mediante os meios de persuasão. Saint-Simon desaprovava a violência e, para evitar este perigo, recomendava aos seus discípulos que se dirigissem por meio da prédica activa aos possuidores.

K. Marx e F. Engels explicaram por que motivo os socialistas utopistas recorreram à prédica dos "meios pacíficos" e negaram a luta de classes. "Os inventores destes sistemas – escreveram K. Marx e F. Engels – vêem, na verdade, o antagonismo das classes bem como a acção dos elementos de dissolução da própria sociedade dominante. Mas no

proletariado não se apercebem de uma actuação histórica autónoma, de um movimento político que lhe é peculiar"[2]. A história do desenvolvimento da humanidade não passa, para os socialistas utopistas, da propaganda e de tentativas para realizar os seus programas. Por isso, procuram colocar-se acima dos antagonismos, tomar uma posição intermédia entre o proletariado e a burguesia e melhorar a situação de todos os membros da sociedade. "Não há dúvida de que têm consciência de defender nos seus projectos principalmente o interesse da classe operária, por ser a que mais sofre. E só do ponto de vista de ser a classe que mais sofre é que o proletariado existe para eles"[3]. É verdade que as obras dos socialistas utopistas "também incluem elementos críticos. Atacam todos os fundamentos da sociedade existente. Por isso fornecem material extremamente valioso para o esclarecimento dos operários"[4].

Saint-Simon é um dos socialistas utopistas, cujas obras constituíram premissas ideológicas para criar a teoria do comunismo científico. F. Engels escreveu a este respeito: "O socialismo teórico alemão não esquecerá que se baseia em Saint-Simon, Fourier e Owen, três pensadores que, apesar de todo o fantasmagorismo e utopismo das suas doutrinas, pertencem aos espíritos mais célebres de todos os tempos e profetizaram genialmente inúmeras verdades, cuja certeza estamos a provar agora de modo científico..."[5]

Em *A Ideologia Alemã*, K. Marx e F. Engels dedicaram a Saint-Simon e aos saint-simonistas um capítulo especial que por si próprio tem grande valor científico e ao mesmo tempo atesta que as apreciações dadas pelos pensadores geniais se baseiam no profundo conhecimento da maior parte dos trabalhos de Saint-Simon sobre o socialismo utópico.

No seu artigo *Os Êxitos do Movimento pela Transformação Social no Continente* F. Engels sublinhou que, após Babeuf, na França "o único defensor da ideia de transformação social era o conde de Saint-Simon", que "as extravagâncias e o excentricismo dos saint-simonistas se tornaram em pouco tempo vítimas da zombaria francesa" e que a doutrina dos saint-simonistas "estava envolta na névoa de um misticismo vago... Os seus princípios económicos também não eram impecáveis: a parte de cada membro da associação na distribuição dos produtos era determinada, primeiro, pela quantidade do trabalho e, segundo, pelo talento e as capacidades..."[6]. No entanto, Saint-Simon foi caracterizado como "adepto da transformação social", como partidário da igualdade social.

No seu trabalho *Anti-Dühring*, Engels fez uma vez mais referências respeitosas a Saint-Simon, dizendo o seguinte: "Em 1816, Saint-Simon proclamou a política como ciência da produção e profetizou que a política se dissolveria completamente na economia. Esta fórmula exprime, embora de modo embrionário, a compreensão de que a situação económica constitui a base das instituições políticas, no entanto transparece claramente a ideia de que a direcção política dos homens terá de se transformar em usufruto das coisas e em direcção

da produção, isto é, a ideia da supressão do Estado..."[7]. Contudo, não escapou a Engels a contradição dos conceitos de Saint-Simon, salientando a este respeito que nestes "...a par da tendência proletária, teve um certo peso a orientação burguesa..."[8].

V. I. Lénine referiu o socialismo utópico francês como uma das fontes teóricas do marxismo, nunca deixando de criticar ao mesmo tempo os seus pontos fracos: "Criticava a sociedade capitalista, condenava-a, amaldiçoava-a, sonhava com a sua destruição, fantasiava sobre um regime melhor, queria convencer os ricos da imoralidade da exploração.

Mas o socialismo utópico não podia indicar uma saída real. Não sabia explicar a natureza da escravidão assalariada no capitalismo, nem discobrir as leis do seu desenvolvimento, nem encontrar a *força social* capaz de se tornar a criadora da nova sociedade..."[9]

A vida e a actividade de Saint-Simon coincidiram com um período extremamente complexo pelo seu conteúdo na história da França. A sua actividade literária durou quase um quartel do século, desde 1802 a 1825. O insigne utopista foi contemporâneo dos últimos anos do governo de Luís XVI, foi testemunha viva da revolução burguesa na França, do período de Termidor, do regime napoleónico e, finalmente, da restauração dos Bourbons. Foi realmente um período crucial na história da França, período de luta intransigente entre o feudalismo e o capitalismo. Naquela época, a burguesia ainda era uma força hegemónica do chamado "terceiro estrato social". Todavia, as contradições entre a burguesia e o proletariado iam-se agravando. E a única coisa que podia a ciência burguesa naquela altura era constatar esta contradição, mas sem a compreender.

Quanto a Saint-Simon, no seu sistema as tendências liberais e socialistas ficaram irreconciliadas. Pouco a pouco, as socialistas começaram a vencer as liberais que ocupavam um lugar dominante na sua teoria. Afinal de contas, foi o proletariado e não os "industriais", tomados no conjunto, que veio a constituir o fundamento da sociedade contemporânea de Saint-Simon. Constituem a base da pirâmide popular contemporânea os operários que se ocupam de trabalho manual – tal foi a observação de Saint-Simon. Partindo disso, formulou a tarefa principal da sua actividade: "Trabalhar sobre o aperfeiçoamento moral e físico da existência da classe mais pobre". Afinal de contas, Saint-Simon chegou à conclusão de que, no campo das relações económicas, o domínio dos homens seria, futuramente, substituído pelo domínio das coisas. Um processo análogo deveria ocorrer na esfera das relações políticas. Para o efeito, o célebre pensador formulou o objectivo final – a modificação radical da vida da classe mais despossuída, o proletariado.

Saint-Simon não teve a mínima dúvida de que assim seria. Nem duvidou nas últimas horas da sua vida, quando já moribundo, esgotado pelos sofrimentos físicos, proferiu a sua profecia genial endereçada aos discípulos e gerações vindouras: "O futuro pertence-nos".

Edouard Vaillant
1840-1915

NAS BARRICADAS DA COMUNA DE PARIS

A propósito da promoção de Vaillant para candidato a presidente da França (1913) V. I. Lénine escreveu: "A votação por Vaillant foi uma demonstração em homenagem à Comuna. Vaillant é a memória viva dela. Bastava ver pelo menos uma vez como os operários parisienses saudavam o aparecimento de Vaillant, de cabelo branco como a neve, na tribuna para compreendê-lo.

E naquele mesmo Versalhes, onde em 1871 a França burguesa vendera a pátria a Bismarck com o único objectivo de esmagar a insurreição do proletariado, e naquela mesma sala onde havia 42 anos vociferavam agrários reaccionários franceses, ávidos do retorno do rei, os deputados da classe operária votaram a favor do velho *communard*"[1].

Então, quem era este Vaillant? Edouard Florimont-Marie Vaillant era socialista francês, seguidor de Blanqui, um dos líderes da ala esquerda da II Internacional, membro da Comissão Executiva da Comuna de Paris e seu defensor activo até ao último momento, membro do

Conselho Geral da I Internacional e um dos fundadores do Partido Socialista da França.

Vaillant nasceu em 29 de Janeiro de 1840 em Viersanne no departamento de Cher. O pai era notário e interessava-se pouco pelo filho. Ao contrário, a mãe amava-o e, mais tarde, seguiu-o no exílio. A mãe era crente e deu ao filho o nome de Marie para que a Senhora o protegesse.

Assim que Vaillant nasceu, os pais mudaram-se para Paris. Aos oito anos, começou a frequentar o colégio de Santa Bárbara, que se distinguia pelas regras bastante rigorosas que nele dominavam. Vaillant experimentou ali bastantes infortúnios e frequentemente foi encarcerado por transgressão das normas disciplinares. Em Setembro de 1857, terminou o bacharelato e inscreveu-se na Escola Central das Ciências e Artes, mostrando uma grande vocação para as matemáticas. Em 1862, concluiu os seus estudos neste centro, recebendo o diploma de engenheiro.

No período de 1862 a 1866, seguiu conferências na Sorbona, estudou medicina, frequentou o Museu da História das Ciências Naturais e diversos laboratórios químicos.

As concepções políticas de Vaillant iam-se formando nas condições da crise do Segundo Império, do descontentamento de determinados sectores da grande e pequena burguesia com o regime de Napoleão III e da activação do movimento operário. Aliás, foi uma época de difusão rápida das ideias socialistas que atraíram a atenção de Vaillant. A viagem à Alemanha e à Áustria (1866) marcou uma importante etapa

na formação das suas concepções socialistas. Ali tomou conhecimento pormenorizado do movimento operário na Alemanha e estabeleceu relações com dirigentes do movimento operário em Viena. Estudou seriamente os trabalhos sobre o socialismo científico e a economia. Vaillant entrou em correspondência com Ludwig Feuerbach e inscreveu-se na secção alemã da Internacional em Genebra. Johann Philipp Becker, amigo e companheiro de luta de Marx e Engels, entregou a Vaillant a caderneta desta organização. Vaillant participou nos trabalhos do congresso da I Internacional em Lausana (1867).

Vaillant já se encontrava em Paris quando deflagrou a guerra franco-prussiana. A notícia da capitulação do exército francês em Sedan, que chegou a Paris no dia 3 de Setembro, agitou toda a capital. Espontaneamente, formou-se uma manifestação maciça dos operários que se dirigiu ao palácio dos Bourbons e ao Louvre, conclamando "Deposição! Viva a República!". Naquele dia, os blanquistas exortaram os operários à insurreição na esperança de a transformar em revolução.

Para paralisar as acções das massas, os deputados da oposição de esquerda insistiram em que Napoleão III fosse deposto e o poder entregue ao Corpo Legislativo. No entanto, os deputados burgueses, mesmo depois da notícia da derrota e capitulação do Napoleão III, mantiveram-se vacilantes. Só sob a pressão das massas populares que saíram às ruas e até irromperam no palácio dos Bourbons, os deputados proclamaram a república.

Edouard Vaillant estava nas primeiras filas dos

insurrectos. Os operários fizeram os deputados proclamar a república. Mas os republicanos burgueses assenhorearam-se dos frutos das acções das massas e criaram um governo antioperário de "defesa nacional", que de facto sabotou a defesa de Paris cercado pelas tropas alemãs.

K. Marx escreveu com sarcasmo que "o governo de defesa nacional, compelido a optar entre o dever nacional e os interesses de classe, não hesitou um minuto: transformou-se em governo da traição nacional"[2].

No dia 19 de Setembro de 1870, começou o assédio de Paris. Vaillant alistou-se na artilharia da guarda nacional de Paris. A capital foi flanqueada por um muro de terra de 34 km de comprimento com um fosso paralelo de 15 metros de largura. Naquele sector concentraram-se forças consideráveis, mas mal armadas. O governo francês e o de Bismarck entraram em negociações de paz. Os alemães aproveitaram oportunamente o pânico da burguesia francesa perante o seu próprio povo, ameaçando que se Paris não fosse sido tomado em poucos dias, o governo seria derrotado pela plebe. Quando se soube das negociações por detrás dos biombos, toda a cidade ficou indignada e o governo viu-se forçado a declinar as condições de Bismarck e a declarar publicamente "a resistência até ao fim".

Porém, os operários desconfiavam do governo e, por iniciativa dos membros da Internacional, organizaram em todos os 20 distritos da capital "comités de vigilância". Cada comité distrital delegou quatro elementos para o Comité Central da cidade. Entre estes delegados estava também

Vaillant. Além disso, fez parte do Comité Central da Guarda Nacional.

O Comité Central dos 20 distritos publicou nos dias 13 a 14 de Setembro um programa-manifesto que continha medidas gerais de segurança, de luta contra a crise de alimentação e habitações, de defesa de Paris e outras. Neste documento, a assinatura de Vaillant figurava juntamente com a de Vallès, publicista e, posteriormente, redactor-chefe dum dos jornais da Comuna de Paris, *Grito do Povo*, que batalhou até ao último dia nas barricadas.

Vaillant estabeleceu contactos com Blanqui e o seu seguidor Gustave Tridon. Apreciava a inteligência de Blanqui, clara e precisa, perspicaz e sábia, e admirava o repúdio que Blanqui sentia por tudo o que era mera fraseologia e palavreado e que não levava a acções práticas. Para Vaillant, Blanqui era um revolucionário modelo. Só o nome de Auguste Blanqui, intrépido e corajoso, infundia pânico à burguesia. Foi condenado à pena capital, passou 37 anos na prisão, mas nada podia quebrantar este revolucionário insigne. A. Thiers, nos dias da Comuna, recusou-se categoricamente a trocar Blanqui preso pelo arcebispo de Paris, declarando que isto equivalia à entrega de um corpo de exército à Comuna.

Marx e Engels também apreciavam Blanqui enquanto inimigo inconciliável da sociedade capitalista. No entanto, criticavam severamente a sua táctica de conspiração e a sua incompreensão de que o êxito da insurreição só era possível com

a direcção dos trabalhadores por um partido revolucionário. V. I. Lénine escreveu a este propósito: "O blanquismo é uma teoria que nega a luta de classes. O blanquismo sustenta que a humanidade não se livrará da escravidão assalariada através da luta de classe do proletariado, mas mediante a conspiração duma minoria dos intelectuais"[3].

Nos fins de Setembro, em Paris produziu-se uma situação extremamente difícil. O governo, apesar da ameaça iminente da tomada da cidade, procurava por todos os meios não admitir a participação da Guarda Nacional na defesa da capital. Compreendia que a Guarda Nacional, que não aceitara a ideia do desarmamento, lutaria nas ruas de Paris contra a França burguesa.

Este pressentimento, afinal, não era infundado, pois Paris se estava a aproximar da guerra civil e da Comuna. No dia 8 de Outubro, o Comité Central dos 20 distritos tomou a dicisão de realizar uma manifestação para exigir do governo eleições para a Comuna. O governo recebeu a delegação dos manifestantes, mas declinou todas as reivindicações. A situação agravou-se ainda mais.

Os ministros, tomados de pânico, preparavam furtivamente a capitulação de Paris. Em 30 de Outubro, tomou-se a decisão de reiniciar as negociações com os alemães. Respondendo a este acto de traição, no dia seguinte deflagrou na capital uma sublevação, na qual Edouard Vaillant participou activamente. No município e em redor deste concentrou-se uma enorme multidão de largos milhares de pessoas que exigiram

a instauração da Comuna.

A insurreição foi esmagada, mas as suas lições não foram em vão. Os revolucionários passaram a atribuir maior atenção às questões de organização. Em segredo criaram-se a "Comissão dos 22" e o "Comité dos 5". Este último foi integrado pelos blanquistas Ferré, Sapia, Tridon, Leverdays e Vaillant que evitou a detenção em virtude dos acontecimentos de 31 de Outubro.

Estes organismos reuniram-se com regularidade e estabeleceram contactos com batalhões operários da Guarda Nacional que prometeram apoio em caso de acções revolucionárias. Em particular, prometeram ao "Comité dos 5" instalar, quando necessário, canhões apontados contra o município.

Vaillant, juntamente com Tridon, Leverdays e Vallès, foram incumbidos pelo Comité Central dos 20 distritos de preparar os famosos "Anúncios Vermelhos". O primeiro dizia no fim: "Lugar ao Povo! Lugar à Comuna!". O anúncio acusava o governo de não cumprir as tarefas de organização da defesa e de levar Paris à beira da catástrofe. Enunciava medidas a tomar: a requisição tal dos alimentos, a sua distribuição a título gratuito e o armamento geral do povo. Embora o "Anúncio Vermelho" não exortasse expressamente à insurreição armada, o seu matiz antigovernamental era explícito.

O governo respondeu ao "Anúncio Vermelho" com prisões e perseguições. Em 22 de Janeiro de 1871, Paris assistiu uma vez mais à sublevação, mas, tal como a anterior, foi cruelmente esmagada. No

dia 28 de Janeiro, a França assinou a capitulação e, em 17 de Fevereiro, formou-se um novo governo com Thiers à frente.

O governo burguês de Thiers experimentava um receio incomparavelmente maior perante o seu próprio povo do que perante os invasores estrangeiros. Em face da alternativa entre o dever patriótico e os seus próprios interesses de classe, optou, sem hesitar, pela traição nacional e tentou desarmar as massas trabalhadoras de Paris. Na noite de 17 para 18 de Março, Thiers enviou um destacamento de polícia reforçado e vários regimentos para Montmartre a fim de recuperar à força a artilharia da Guarda Nacional. "A tomada da artilharia devia servir de sinal para iniciar o desarmamento de Paris e, por conseguinte, o desarmamento da revolução de 4 de Setembro"[4].

Porém, este plano frustrou-se. Em 18 de Março, estalou outra insurreição que finalmente vingou. Thiers e os seus ministros refugiaram-se em Versalhes. O Comité Central da Guarda Nacional assumiu as funções do governo provisório. Uma semana depois, num ambiente de euforia popular sem precedentes, tiveram lugar as eleições e, em seguida, em 28 de Março, a proclamação solene da Comuna de Paris. Vaillant foi eleito delegado ao Ministério do Interior.

Os blanquistas constituíram uma proporção considerável entre os membros da Comuna. Mas eram socialistas por sentimento e não por discernimento. Nas suas aspirações, apelavam para a justiça e, em oposição aos proudhonistas, mostraram-se adeptos da ditadura da minoria

revolucionária ou mesmo da autocrática, a fim de defender as conquistas da revolução. Em 1891, Engels referiu-se aos blanquistas, escrevendo o seguinte: "Forjados na escola das conspirações, unidos pela disciplina férrea característica desta escola, supunham que um grupo de pessoas decididas e bem organizadas seria capaz, no momento oportuno, de conquistar o poder e, além disso, com a sua energia incontida e enorme, mantê-lo nas suas mãos até conseguirem atrair as massas populares para a revolução e aglutiná-las em torno de um punhado de dirigentes"[5]. Entre os blanquistas não faltavam homens de energia inesgotável e valentes. Tais eram os membros da Comuna, nomeadamente Vaillant, Duval, Miot, Protot, Ranvier, Rigault, Tridon, Ferré, Flourens, Chardon, Eudes e outros.

Vaillant desenvolveu uma actividade febril na Comuna e na Comissão de Instrução Pública que dirigiu. Tinha muitos assuntos a tratar. Para ele, os dias comprimiam-se em instantes e as noites eram a continuação do dia. Via-se em todas as partes: de manhã, discute um novo decreto na Comissão; de dia, o seu cachecol vermelho, símbolo de delegado da Comuna, aparece entre os uniformes puídos dos defensores de Paris; à tarde, presencia na reunião da Comissão Executiva; à noite, profere um discurso ardoroso na Comuna, acompanhando-o com enérgica gesticulação das mãos. E assim passa rapidamente mais um dia esgotante, cheio de preocupações e inquietudes.

Vaillant é um novo padrão de funcionário público diferente dos antigos funcionários adiposos do Ministério do Interior que se marimbavam para

tudo, excepto para o ordenado. Era simples, acessível, comunicável, isto é, um verdadeiro representante do povo vitorioso, um defensor autêntico dos seus interesses.

Inteirado dos obstáculos que o Estado burguês punha aos oriundos do povo no campo da instrução, Vaillant foi entre os primeiros a propor à Comuna que fosse generalizada a instrução geral, gratuita, obrigatória e leiga. Isto equivalia a uma verdadeira revolução no domínio da instrução e educação públicas. Não foi culpa de Vaillant se muito daquilo que a Comuna adoptara neste campo só ficou no papel. A história deu pouco tempo aos *communards* parisienses; demasiado rápido, o terror contra-revolucionário invadiu a cidade. Pelo contrário, é surpreendente quantas coisas a Comuna conseguiu efectuar no domínio da transformação revolucionária da sociedade caduca. E nelas, a Vaillant, como uma das destacadas personalidades históricas, cabe um mérito significante.

Vaillant apelou para os trabalhadores humildes e a intelectualidade progressista, pedindo a sua colaboração. No dia 23 de Abril, emitiu uma circular na qual exortava todos os que eram versados em questões relacionadas com o ensino profissional e geral a apresentarem os seus projectos e opiniões na Comissão. Por iniciativa de Vaillant, instituiu-se uma comissão especial para questões de organização do ensino composta de seis elementos. No dia 13 de Maio, incumbiu os membros da Comuna e os delegados dos distritos da inspecção das escolas primárias, insistiu em que

fossem retirados das escolas os símbolos religiosos e tentou restituir a estas os prédios adequados.

A comissão chefiada por Viallant abordou também as questões relacionadas com o teatro. Na sessão da Comuna de 19 de Maio, Edouard Vaillant destacou o papel político e educacional dos teatros e propôs que os assuntos teatrais fossem incluídos na competência da delegação da Instrução Pública e dos seus funcionários respectivos. Discutindo a proposta de Vaillant, a Comuna reconheceu a necessidade de estabelecer o controlo do Estado sobre as artes.

As medidas que se levavam ao cabo em Paris não deixaram a mínima dúvida sobre o seu carácter comunista. Foi por isso que todas as forças reaccionárias se ergueram contra o Paris de operários.

A situação que se produziu impunha a necessidade de constituir um organismo especial que concentrasse nas suas mãos toda a plenitude do poder. Todavia, nem todos os dirigentes da Comuna estavam de acordo com essa medida: receavam que o poder "ditatorial" restringisse a competência das comissões. Os votos dividiram-se. A maioria mostrou-se favorável, ao passo que a minoria pronunciou-se contra. Vaillant votou contra a criação deste organismo, o Comité de Salvação Pública, mas ao mesmo tempo pronunciou-se em favor do decreto em linhas gerais, argumentando que a divisão necessária do poder asseguraria um controlo mais eficiente do trabalho das comissões. O Comité de Salvação Pública, eleito na sessão da Comuna de 1 de Maio,

representava uma amálgama dos revolucionários proletários e dos democratas pequeno-burgueses. Naquele período complexo, Vaillant exortava os dirigentes da Comuna a consolidarem as suas fileiras para salvar a revolução.

No entanto, o Comité de Salvação Pública já não era capaz de salvar a situação. Separada do resto do país, enfrentando a contra-revolução unida, sem apoio, a Comuna de Paris estava condenada ao fracasso. Na manhã do dia 27 de Maio, travou-se a última batalha entre os *communards* assediados e as tropas versalhistas, 20 vezes superiores aos insurrectos. Os *communards* defenderam até ao último alento a sua obra, mas as forças eram evidentemente desiguais.

A Comuna aguentou 72 dias. Os carrascos versalhistas reprimiram-na barbaramente, procurando deste modo acabar com qualquer tentativa e aspiração à liberdade. As esperanças da reacção de que, com os últimos defensores da Comuna de Paris enterrados na vala comum, ao pé da muralha do cemitério de Père-Lachaise, seriam enterrados para todo o sempre os ideais socialistas, foram vãs.

A Comuna de Paris ecoou nas massas trabalhadoras em diferentes países e por isso pode-se dizer que a Comuna continuou a viver e a lutar.

Os trabalhos de V. I. Lénine proporcionam uma análise valiosa da experiência da Comuna de Paris. Em 1911, publicou um artigo no *Jornal Operário* que terminava com as palavras seguintes: "A causa da Comuna é a causa da revolução social; é a causa

da emancipação política e económica completa dos trabalhadores; é a causa do proletariado de todo o mundo. E neste sentido esta causa é imortal"[6].

A Comuna de Paris foi uma tentativa audaz de destruir a máquina de Estado burguês ao serviço da exploração dos trabalhadores e criar um sistema político ao serviço de todo o povo. Suprimiu o exército velho, substituindo-o pelos destacamentos do povo armado. Em vez do sistema burocrático do aparelho burguês dependente dos magnatas, introduziu a elegibilidade e amovibilidade dos funcionários responsáveis perante os eleitores. Separou a Igreja do Estado. Concedeu ao povo os mais amplos direitos e liberdades e adoptou medidas que tinham em vista o melhoramento das condições de trabalho e de vida das massas trabalhadoras. Os *communards* tentaram criar o protótipo do Estado, que, posteriormente, veio a ser instaurado na Rússia em consequência da revolução socialista.

No campo das relações internacionais, a Comuna manteve-se fiel aos princípios democráticos consonantes com os interesses nacionais e internacionais do povo francês. Já no dia seguinte após a insurreição, o Comité Central da Guarda Nacional declarou que respeitaria incondicionalmente todas as condições prévias de paz com a Alemanha a fim de garantir a salvação da França republicana e a causa da paz universal. Na declaração dos *communards* pode-se distinguir os germes das ideias nobres que ressoaram com vigor extraordinário no primeiro acto do Poder Soviético, o Decreto da Paz, que ecoou por todo

o planeta em Outubro de 1917. Sendo um governo verdadeiramente nacional da França, a Comuna de Paris alçou a bandeira do internacionalismo e da solidariedade fraterna dos trabalhadores.

A debilidade, os erros cometidos e as imperfeições da Comuna de Paris residem principalmente na imaturidade do movimento operário daquela época e, antes de tudo, na falta de um partido político do proletariado. Na introdução à terceira edição do trabalho de K. Marx *A Guerra Civil em França*, lançada em 1891, Friedrich Engels escreveu:

"Os dirigentes da Comuna dividiram-se numa maioria composta pelos blanquistas, que dominam também no Comité Central da Guarda Nacional, e numa minoria integrada pelos membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, principalmente seguidores da escola socialista de Proudhon. Quanto aos blanquistas, eram, na sua massa, socialistas apenas por instinto revolucionário e proletário: poucos evoluíram até à compreensão mais ou menos clara dos postulados fundamentais, graças a Vaillant que estava a par do socialismo científico alemão. Daí que se torne claro por que motivo a Comuna ignorara, no domínio económico, tantas coisas que, segundo os nossos discernimentos actuais, deveria realizar. Decerto é mais difícil compreender porque é que a Comuna parou com veneração diante das portas do Banco Francês. Se o Banco estivesse nas mãos da Comuna, com certeza absoluta isto teria maior importância do que a detenção de dez mil reféns. Neste caso, a burguesia francesa exerceria pressão sobre

o governo de Versalhes, a fim de concluir a paz com a Comuna. Seja como for, é ainda mais assombroso o número de vezes que a Comuna procedera com acerto, apesar de ser composta por blanquistas e proudhonistas"[7].

Após a derrota dos *communards*, Vaillant conseguiu encontrar refúgio numa das casas e, de madrugada, passou para outro lugar mais seguro. Nos fins de Junho conseguiu, com a ajuda dum amigo, um passaporte que lhe dera a possibilidade de atravessar a fronteira espanhola e, daí, através de Portugal, partir para a Inglaterra. Em 1872, foi condenado por contumácia à pena capital.

Em Londres, Vaillant prossegue a sua actividade política. Em 1871, foi eleito membro do Conselho Geral da I Internacional. Foi delegado à Conferência de Longres (1871) e do Congresso de Haia (1872) da I Internacional e desempenhou um papel de destaque entre os emigrados blanquistas em Londres.

Foi também membro do "Club dos emigrados" e da "Comuna revolucionária" fundada pelos blanquistas residentes em Londres. Ao regressarem a França, os membros desse Club organizaram o "Comité Central Revolucionário" que em pouco tempo passou a ser o núcleo do partido blanquista.

Após a amnistia (1880), Vaillant regressou à pátria. Ao princípio, viveu no departamento de Cher, um dos centros industriais da França, onde fundou uma organização socialista. E se as ideias socialistas se arraigaram naquela zona, o mérito foi de Vaillant.

Durante o ano 1880, participou em várias manifestações e assembleias, assim como nas eleições municipais. Sempre se via entre os proletários em greve. Depois do departamento de Cher, Vaillant apareceu em Paris e reiniciou a sua actividade no Comité Central Revolucionário em coligação com os socialistas. Após a morte de Blanqui (1881), Edouard Vaillant pôs-se à frente do Comité Central Revolucionário dos blanquistas.

A partir dos meados dos anos 80, o movimento revolucionário francês começou a se reanimar. Os elementos mais activos eram os socialistas dirigidos por Jules Guesde, que introduziu um novo espírito no trabalho dos grupos socialistas: as discussões sem fim foram trocadas pela propaganda do socialismo junto dos operários. Seguindo a experiência dos social-democratas alemães, Jules Guesde propunha-se introduzir o socialismo científico nas massas proletárias e, deste modo, conseguir a fusão da tendência marxista e do movimento operário espontâneo, mediante a criação dum partido operário independente.

Todavia, o movimento socialista francês estava dividido. Paralelamente com o Partido Operário de Jules Guesde, existiam grupos e correntes diferentes. Mas, pouco a pouco, iam encontrando mais pontos convergentes, lançando assim a base para a unificação futura de todas as forças revolucionárias francesas. Vaillant também compreendia a necessidade deste passo.

Em virtude do grande prestígio entre os trabalhadores, Vaillant foi eleito, em Maio de 1881, conselheiro municipal de Viersanne e do bairro

operário Pére-Lachaise em Paris. Na qualidade de conselheiro municipal, insurgiu-se contra a expedição colonial francesa na Tunísia (1881) e desenrolou uma enérgica campanha de acusação contra o governo de Jules Ferry que a organizara. Edouard Vaillant interveio em torno desta questão tanto em Paris como na sua cidade natal Viersanne. Acompanhado de aplausos e gritos de "Viva a Comuna!", declarou publicamente que não havia outro parlamento mais fraudulento que aquele que fora eleito em 16 de Maio e que toda a nação deveria exigir que os seus deputados cumprissem dignamente o dever de que foram incumbidos.

Nos anos 80, Vaillant redigiu os jornais de cariz socialista *O Homen Livre* e *Grito do Povo*. Condenou a actividade fraudulenta da companhia do Canal do Panamá e o envolvimento criminoso de alguns altos funcionários franceses naqueles malabarismos. A bancarrota da companhia arruinou largos milhares de pequenos accionistas e provocou a queda maciça. Vaillant escreveu a este respeito que o escândalo panamenho era apenas um triste episódio no roubo capitalista em larga escala da riqueza da nação e uma consequência lógica da pilhagem da classe operária por parte da classe dominante.

A táctica consequente e a defesa intransigente dos interesses do proletariado fizeram com que Vaillant ganhasse a simpatia e confiança dos eleitores. Em 1893, foi eleito para a Câmara dos Deputados. Combateu activamente Millerand que, na década de 90, aderira aos socialistas e encabeçara a tendência oportunista no seio do

movimento socialista francês. Em 1899, Millerand fez parte do governo reaccionário burguês de Waldeck-Rousseau que se havia comprometido a colaborar com o carrasco impiedoso da Comuna de Paris, o general Galliffet. Expulso do partido socialista (1904), Millerand formou, com o apoio dos outros ex-socialistas, o partido dos "socialistas independentes", tendo ocupado, no período de 1909 a 1915, diferentes postos ministeriais.

Nas eleições para a Câmara dos Deputados em 1897, Vaillant foi eleito por maioria esmagadora de votos, pois nenhum partido pudera apresentar um candidato mais digno. Sempre preocupado com a situação das massas trabalhadoras, submeteu à consideração da municipalidade parisiense uma série de projectos e propostas sobre a melhoria das condições de vida e trabalho dos operários. Uma parte destas propostas foi adoptada. Vaillant avançou um projecto de legislação operária, cujos pontos principais se resumiam ao seguinte: dia de trabalho de oito horas, tempo semanal de trabalho não superior a 48 horas, proibição do trabalho infantil, redução do dia de trabalho para mulheres e adolescentes, introdução das normas sanitárias nos sectores de indústria insalubres e nocivos, previdência dos acidentes, por velhice, invalidez e doença, intervenção das comissões operárias, instituição dum gabinete internacional para questões de estatística e elaboração de projectos-leis.

Atendendo à situação desesperada dos desempregados, Vaillant pôs-se à frente duma campanha, cujo objectivo era exigir que fossem

instituídas caixas para operários necessitados, regulamentadas as condições de trabalho e garantido o ordenado mínimo. Mercê da intercessão de Vaillant e dos seus adeptos, o conselho municipal de Paris doou dez mil francos em favor dos mineiros de Decazeville que se haviam declarado em greve. Além disso, exigiu que o governo confiscasse as minas de Decazeville à sociedade anónima e as pusesse à disposição das associações operárias. Esta proposta estendia-se a todas as minas, caminhos-de-ferro e canais.

A variante posterior do projectó propunha a dissolução do exército regular e a sua substituição pela milícia popular. Vaillant foi ainda mais longe, propondo que nas escolas fossem organizados refeitórios com subvenção anual proveniente da municipalidade de Paris de centenas de milhares de francos. Ali, os filhos das famílias desfavorecidas poderiam ter um almoço gratuito, ao mesmo tempo que os das famílias com maior rendimento poderiam ter uma refeição por pagamento insignificante.

Toda a actividade de Vaillant no município atesta a sua luta consequente e consciente pelos interesses das massas trabalhadoras. Contactou frequentemente com os seus eleitores. E apesar disso teve tempo para estudar questões sociológicas e acompanhar a evolução do movimento operário noutros países. Em vários trabalhos perpassa a ideia da necessidade de regular a produção e auxiliar os desempregados. No entanto, não sendo marxista, Vaillant não pôde propor medidas drásticas para liquidar as crises, por outras palavras, a

supressão do modo de produção capitalista. E por isso as suas propostas tinham um carácter limitado, tratando apenas as questões referentes à segurança de trabalho, à regulação estatal do trabalho.

A Vaillant cabem consideráveis méritos no desenvolvimento e na consolidação do movimento socialista francês nos finais do século XIX e inícios do XX. Preparou o terreno para a conciliação entre os guesdistas e outros grupos socialistas. Este trabalho deu resultados positivos: em 1901, foi formado o Partido Socialista da França (PSF). Com base na fusão do Conselho Nacional de orientação guesdista e do Comité Central Revolucionário no qual dominavam os partidários de Vaillant, era o Conselho Central do novo partido que exercia a direcção no intervalo entre os congressos. O partido prestou muita atenção à imprensa, tendo em vista a dinamização da propaganda das ideias socialistas no movimento operário. Nos fins do ano 1904, a partido já controlava 22 jornais. Os partidários de Vaillant introduziram um espírito combativo no novo partido, a sua experiência de trabalho junto das massas operárias e de utilização das instituições republicanas.

Em 1902, em resultado da unificação de múltiplas organizações socialistas, foi fundado o Partido Socialista Francês (PSF). De acordo com os estatutos adoptados por proposta de J. Jaurès no congresso de Tours, o socialismo foi declarado como um elemento imprescindível da "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão". Diferentemente do Partido Socialista da França,

este tinha cariz expressamente reformista e não ocultava a sua orientação.

A concentração de numerosas tendências e correntes socialistas em dois partidos foi um passo sério na unificação do movimento revolucionário e contribuiu para o entendimento em torno de muitos problemas actuais.

O grupo de deputados socialistas revolucionários, e sobretudo os partidários de Vaillant que haviam acumulado uma rica experiência, defenderam activamente os interesses das massas trabalhadoras. De acordo com os estatutos do Partido Socialista da França, os seus deputados deviam alcançar todas as reformas orientadas para a melhoria das condições de vida da classe operária.

No campo político, entre o Partido Socialista da França, e o Partido Socialista Francês havia bastantes pontos tangentes. Os militantes e activistas de ambos os partidos iam chegando à conclusão de que as divergências entre os socialistas só podiam prejudicar a causa comum. A burguesia beneficiava da falta de unidade entre os socialistas. A própria situação impunha a necessidade de unificação de todas as forças de esquerda a fim de activar a luta contra o capital.

O estímulo para a unificação foram, em parte, as decisões do congresso da II Internacional em Amsterdão (Agosto de 1904) que discutiu a questão "Sobre as Regras Internacionais da Táctica Socialista". Após debates e discussões árduos, o congresso adoptou unanimemente uma resolução sobre a unidade no movimento socialista. Isto

varreu o caminho para a unificação. Os dois partidos socialistas franceses repesentados constituíam secções do mesmo partido internacional, tinham de se subordinar às suas decisões e unificar-se.

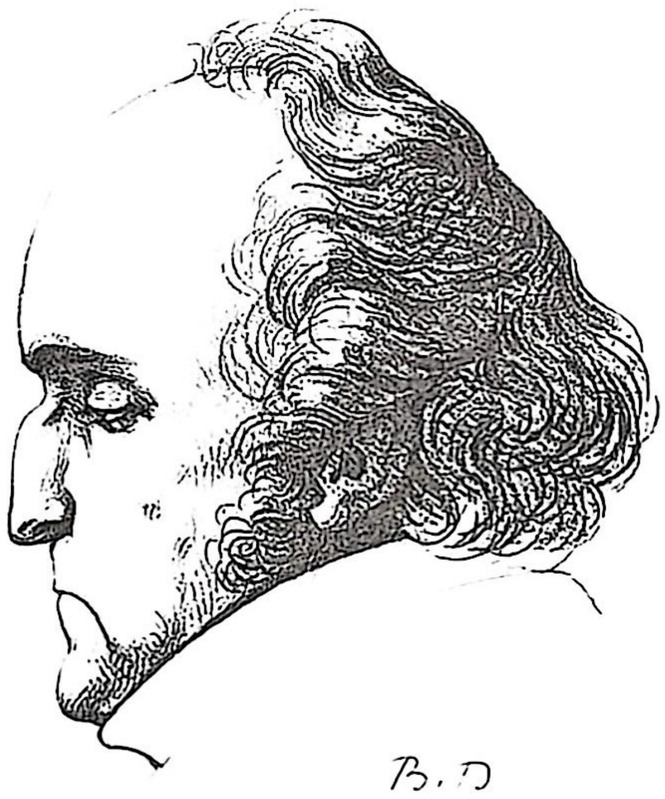
Poucos dias após o congresso, a Comissão Executiva do Partido Socialista da França declarou que o partido estava prestes a cumprir o seu dever e a efectuar a unificação com base nos princípios definidos nos congressos internacionais. Nos fins do ano de 1904, foi constituída uma comissão conjunta de unificação que preparou a Carta da Unidade. Este documento consagrou a passagem do partido de Jaurès para as posições de Guesde, Vaillant e outros em várias questões fundamentais. Em Abril de 1905, teve lugar o congresso de unificação que criou o Partido Socialista Francês Unificado. Deu-se assim por concluído um longo processo de unificação de todas as forças socialistas da França, no qual desempenharam um papel importante Vaillant, Guesde e Jaurès.

No partido socialista recém-formado, Vaillant distinguiu-se como um dos dirigentes mais activos. Juntamente com Guesde, Longuet e Jaurès, tomou parte nas sessões do Bureau Socialista Internacional com sede em Bruxelas.

Em 1905–1907, na França passou uma vaga de manifestações e comícios de solidariedade com a primeira revolução russa. Vaillant e Jaurès saudaram a primeira acção do proletariado russo. Ao mesmo tempo, Vaillant pronunciou-se resolutamente contra a política colonial do governo francês, o perigo militar e o militarismo. Na brochura *Supressão do Exército Permanente e dos Conselhos de Guerra* Vaillant constatou que o militarismo defendia os privilégios dos capitalistas e, enquanto o regime capitalista existisse, as guerras permaneceriam.

A partir de 1914, Vaillant assumiu uma posição social-chauvinista, exortando os socialistas a cumprirem o dever de soldados "para o bem da França, da república e da humanidade!". Porém, apesar dos erros, Vaillant não parou a sua luta enérgica contra a exploração capitalista, pelos interesses das massas trabalhadoras, propondo numerosas medidas tendentes a melhorar a dura vida dos operários.

No dia 18 de Dezembro de 1915, com 75 anos de idade, parou o coração do lutador activo da Comuna de Paris, personalidade destacada do movimento revolucionário da França.



Charles Fourier
1772-1837

O AXIOMA DA FILOSOFIA SOCIAL

Charles Fourier viu como o organista no coro lançou pensativamente a cabeça para tràs e de repente premiu convulsivamente o teclado do instrumento. Os sons fortes irromperam nas trevas da igreja e penetraram no íntimo da criança. As lágrimas apareceram no seu rosto. O pai inclinou-se para ele, sussurrando-lhe rapidamente: "Respeita os pais, não mintas, não enganes, diz a verdade e só a verdade. Assim manda a Escritura Sagrada..."

A seguir à missa de manhã, iam para a sua loja, esquecendo-se logo dos sermões e prédicas. Ali tudo era ao contrário. Os empregados vigarizavam os fregueses nas contas, impingiam-lhes mercadoria má e podre, ao mesmo tempo que o proprietário da loja, senhor Fourier, meneava a cabeça e pigarreava em sinal de aprovação. Os pais, vendo que o filho tomava demasiado a sério os mandamentos da Bíblia, diziam: "Este menino não serve para o comércio".

Nem o senhor nem a senhora Fourier suspeitavam que tinham razão. Aos sete anos, Charles jurou ter ódio ao comércio e permaneceu

fiel a este juramento até ao fim da vida. No entanto, a vida fê-lo passar longas horas atrás do balcão ou a trabalhar no escritório, calculando os lucros e despesas. Talvez não tivesse havido em toda a França uma pessoa que repudiasse tanto o seu ofício e que sonhasse em destruir o estado de coisas existente.

Quando Charles cumpriu dez anos, começou a cursar o colégio jesuíta de Besançon. Fourier figurava entre os melhores alunos e todos os anos era premiado. O rapaz tinha uma vocação especial para a geografia. A sua fantasia incontida levava-o a diferentes países. O dinheiro que lhe restava, gastava-o em comprar álbuns e mapas geográficos.

Terminado o colégio, Fourier, contra a vontade da mãe, que sonhava fazer do filho um comerciante, decide ingressar no colégio de engenharia. Porém, a sua intenção não foi concretizada. A França feudal, a França dos estratos sociais privilegiados, proporcionou a Charles Fourier, oriundo da terceira condição social, uma lição de injustiça social: no colégio podiam inscrever-se exclusivamente os filhos dos nobres.

Charles viu-se obrigado a trabalhar numa casa comercial em Ruão e, mais tarde, em Lião. Mas a vida proporcionava-lhe momentos felizes: a leitura de livros interessantes, as visitas à cidades e países onde esteve de passagem como comerciante. Pouco depois, Fourier recebeu a herança do pai e pôde abrir em Lião uma loja de mercadorias do ultramar.

Lião, nos fins do século XVIII, era a segunda cidade industrial e comercial da França a seguir

a Paris. Foi justamente ali, nas condições das relações capitalistas desenvolvidas, que se foram formando as concepções comunistas de Fourier.

A revolução de 1789 afectou seriamente os interesses da burguesia desta cidade, outrora bastante próspera. A burguesia viu-se drasticamente restringida nos anos da ditadura jacobina. A queda do comércio, as leis férreas que proibiram a especulação, os empréstimos obrigatórios sem juros exigidos aos grandes comerciantes e outras medidas jacobinas fizeram com que as camadas favorecidas urbanas se indispuserem contra a Convenção Nacional. No dia 29 de Maio de 1793, os girondinos da cidade de Lião sublevaram-se. O poder dos jacobinos caiu, o prefeito da Comuna de Lião foi executado. Os acontecimentos impetuosos não passaram por cima de Fourier e o jovem comerciante foi mobilizado para o exército dos insurrectos. A Convenção Nacional enviou à cidade os seus membros mais destacados – Couthon, Collot d'Herbois, Fouché e outros – para esmagar a contra-revolução. Os amotinados não conseguiram resistir muito tempo e a cidade capitulou.

Fourier foi preso, mas conseguiu evitar represálias e refugiou-se na sua terra natal, em Besançon. Por acaso foi ali preso outra vez. Solto, Fourier foi chamado a prestar serviço militar, no qual adquiriu a reputação de um defensor fiel, honesto e audaz da França revolucionária. Elaborou um projecto original de travessia do rio Reno e dos Alpes, pelo que o general Carnot lhe expressou a sua gratidão. No entanto, em 1796

Fourier retirou-se do serviço militar por má saúde e viu-se forçado a reiniciar as suas actividades comerciais.

Fourier foi testemunha de como uma nova força social – a burguesia que, mercê dos esforços heróicos dos trabalhadores, arrasara os alicerces feudais na França – subiu ao trono do domínio político. O jovem pensador concluiu que o regime burguês recém-nascido e tão enaltecido e nobilitado pelos filósofos e economistas se encontrava em contradições flagrantes com os objectivos da existência humana.

Foi a própria vida que confirmou a justeza das observações de Fourier. Trabalhando como empregado de armazém em Marselha, recebeu um dia a ordem de deitar ao mar cerca de mil toneladas de arroz que se estragara no armazém, enquanto se esperava a subida de preços. Os exemplos deste tipo demonstravam que a enorme massa de produtos do trabalho humano não era mais que objecto de criminosa especulação. Fourier viu como encarecia a produção em função dos preços intencionalmente elevados das matérias-primas, das mercadorias e dos produtos agrícolas. Indignava-se com a concorrência livre que transformava os homens em rebanho de animais.

Desiludido com o mundo que o rodeava, Fourier afundou-se nos pensamentos sobre as causas do mal e os caminhos de salvação da humanidade. Aos 30 anos, Fourier decidiu que a sua predestinação era tornar-se um reformador social.

O próprio Fourier relaciona a intenção de criar

um plano de transformações sociais com dois episódios da sua vida: primeiro, a destruição do arroz no porto de Marselha e, segundo, um jantar num dos restaurantes parisienses, onde por uma maçã pagara cem vezes mais que na Normandia. Ambos os casos o convenceram definitivamente da imperfeição do "mecanismo industrial" do regime burguês. Mais tarde, Fourier recordava que, do mesmo modo que uma maçã colocara Newton no caminho da descoberta da lei da gravitação, também lhe sugerira a ideia da "associação".

Estes raciocínios um pouco ingénuos de Fourier não podem deixar de suscitar um leve sorriso. É que o assunto não se resumia, sem dúvida, a uma maçã, ainda que pudesse iluminar o espírito do pensador. Decerto toda a formação sócio-económica do capitalismo que invadiu toda a França, que nada reconhecia, excepto a riqueza, e que, tendo um só ídolo – o dinheiro –, arrasava tudo, não pôde deixar de indignar um homem que desde a infância se insurgiu contra o mal, a fraude e a especulação. Sem se dar conta disso, ele pôs-se no caminho das reformas sociais.

Charles Fourier expôs em dois trabalhos os seus primeiros projectos de transformações sociais: *A Harmonia Universal* (1803) e *Teoria dos Quatro Movimentos e dos Destinos Gerais* (1808).

A Harmonia Universal é um artigo suscinto de apenas 56 linhas que veio à luz em Dezembro de 1803. Os seus leitores, principalmente homens prósperos e de bom senso, puderam verificar que o senhor Fourier era uma figura extraordinária. O artigo expõe uma teoria matemática sobre

o destino dos planetas e dos seus habitantes. O autor afirma que a humanidade deve atravessar três períodos sucessivos – de selvageria, de barbárie e de civilização – antes de chegar ao estado da Harmonia, estado de felicidade e prosperidade universais no qual todo o mundo formará um império unitário governado por uma administração única. O trabalho de Fourier ficou incompreensível para os cidadãos de senso comum, em virtude da visão estreita da burguesia. Além disso, os leitores sentiram-se arrepiados pelo estilo altivo e arrogante do artigo. Nem puderam compreender que o artigo apresentava postulados básicos da futura filosofia social de Fourier.

O artigo *A Harmonia Universal*, que provocara tanta incompreensão e escárnio, reforçou o desejo de Fourier de enunciar a sua descoberta a todo o mundo. Sentia que era necessário pôr em ordem e sistematizar as suas concepções, o que não era possível fazer em forma de artigos. Procedeu ao trabalho sobre livros e brochuras, cujo primeiro resultado foi a publicação (1808) dum livro circunstancial *Teoria dos Quatro Movimentos e dos Destinos Gerais*, no qual Fourier critica os vícios da sociedade burguesa e põe a nu os aspectos repugnantes do comércio, do matrimónio, da "liberdade do amor" e da educação capitalistas. Desta vez, os seus pensamentos foram expostos de uma forma imperfeita, com abundantes enunciados confusos e complexos e numerosas alegações às leis dos "quatro movimentos" descobertas por ele.

Contudo, esta obra de Fourier foi o primeiro projéctil atirado contra o capitalismo. A sociedade

em que dominava o espírito de empresa e lucro pagou-lhe com a mesma moeda: o livro não teve procura. Mesmo nas livrarias de Paris, o livro cobria-se de poeira ao longo dos anos. No entanto, este facto não diminuiu o entusiasmo de Fourier. Prosseguiu o trabalho sobre o desenvolvimento das suas ideias.

No período de 1816 a 1822, Fourier viveu na província perto de Lião. Já tinham começado a aparecer os primeiros discípulos e partidários. Em 1822, foi publicado o *Tratado da Associação Doméstica e Agrícola* que nas obras completas editadas depois da morte figurava sob o título *Teoria da Unidade Universal*. O *Tratado* contém partes e capítulos relativos às concepções filosóficas e sociológicas do autor. É prestada bastante atenção também à crítica social. Todavia, é a descrição de uma sociedade harmoniosa que ocupa mais espaço.

Em contraste com *A Teoria dos Quatro Movimentos*, Fourier não se limitou a escassas alegações, mas enunciou pormenorizadamente o modo de vida das associações de trabalho. Tentou elaborar e fundamentar circunstanciadamente a organização dos núcleos de trabalhadores, as falanges. Os prédios públicos destinados para a vida, o trabalho e o descanso dos trabalhadores chamam-se falanstérios. Fourier supunha que as primeiras falanges experimentais poderiam ser criadas imediatamente sem esperar as modificações no regime social.

Fourier acreditava que apareceria uma alta personalidade ou um rico que pusesse em prática o seu sistema. E daí começou a apelar para os

homens insignes e os multimilionários europeus, bem como para os soberanos. A sua ingenuidade era incrível: publicou nos jornais um anúncio que dizia que do meio-dia até à 1 hora da tarde estaria no seu apartamento à espera de quem desejasse contribuir para a criação da falange. Permaneceu longos anos no apartamento com as suas esperanças vãs.

Dado que os milionários não se mostravam apressados em comparecer, Fourier viu-se obrigado a ganhar a vida, trabalhando nos escritórios de Paris e de Lião. Porém, em 1828 conseguiu livrar-se por algum tempo da escravidão detestável graças ao apoio material dos amigos e seguidores, facto que lhe possibilitou concluir o trabalho sobre o livro *O Novo Mundo Industrial e Social* e editá-lo à custa duma das suas discípulas. É a melhor obra de Charles Fourier. O desenvolvimento do capitalismo proporcionou ao autor bastantes materiais para a crítica durante os 25 anos da sua actividade literária. Ao mesmo tempo, Fourier enriqueceu a sua visão da sociedade futura, expondo agora as suas concepções duma forma clara e sem elementos místicos. A. Bebel qualificou este livro como a "quinta-essência" das concepções de Fourier.

A obra *O Novo Mundo Industrial e Social* tem o subtítulo *Invenção do Processo de Indústria Atraente e Natural Distribuída em Séries Passionais.* No princípio do livro o autor enuncia que resultados podem dar as suas descobertas para a humanidade: a quadriplicação do rendimento existente e a multiplicação por vinte do rendimento

relativo, a emancipação dos negros e escravos concordada com os seus senhores, o progresso da agricultura e da cultura, a implantação à escala mundial das proporções harmoniosas nos campos linguístico, monetário, de medidas, etc. Em seguida passa a descrever pormenorizadamente qual deveria ser o novo regime social justo, as falanges, concebido por ele. Apesar das promessas miraculosas e aliciantes, o livro enfrentou uma indiferença absoluta por parte da sociedade. Nem sequer apareceram artigos satíricos insinuando o desequilíbrio mental do autor como no caso da *Teoria dos Quatro Movimentos.* Um silêncio, uma conjuração silenciosa.

Nos fins dos anos 20, Fourier mudou-se para Paris. Pouco a pouco, ia-se formando um círculo de seguidores, dos quais o mais destacado e zeloso era Victor Considérant, posteriormente deputado do parlamento. Em 1832, os fourieristas tentaram fundar uma falange experimental e começaram a angariar meios por assinatura, mas nada resultou. Então Fourier, com a ajuda dos discípulos, organizou a revista "A Reforma Industrial" que existiu apenas um ano.

Abalado pelos infortúnios da vida, enigmático até para os seus próprios discípulos e partidários, Fourier continuava a escrever diariamente com a perseverança de um pedante. Em resultado apareceram o livro *A Falsa Indústria* e vários artigos que abordavam problemas sociais e económicos. Apesar do agravamento do estado de saúde, prosseguia no trabalho com firmeza e energia criadora ainda maior.

Fourier era uma pessoa generosa, mas um pouco estranha. Levava uma vida de eremita e de solteirão, no entanto no trato era delicado e cortês. Era um interlocutor gracioso; conseguia assombrar e fazer os outros rir enquanto ele próprio se mantinha sereno e sério. Era muito pontual e exacto e até gostava de calcular e medir tudo. Sempre absorto, era muito distraído. Raras vezes ria: habitualmente o seu rosto era pensativo. Era, afinal, o rosto dum pensador e sonhador.

Fourier cria profundamente na sua predestinação especial. Num poema escrito no início dos anos 30, profetizou que as suas cinzas repousariam no Panteão.

No dia 10 de Outubro de 1837, a empregada de casa entrou de manhã no seu quarto modesto e encontrou-o morto. Poucos amigos e discípulos o acompanharam no último trajecto conducente ao cemitério de Montmartre.

Na campa de Fourier não há nenhum obelisco. Uma lápida simples com a inscrição seguinte:

Aqui repousam os restos de
CHARLES FOURIER

Fourier consagrou a sua vida ao desmascaramento do regime capitalista embutido de contradições sociais. A sua criação embele um patético humanista e o desejo veemente de encontrar e instaurar uma ordem que garanta o trabalho, os meios de subsistência e a prosperidade para a classe desfavorecida. Fourier ergueu-se resolutamente contra a sociedade burguesa. Segundo ele, a humanidade, através de

duros sofrimentos, alcançou no período de civilização tal nível de desenvolvimento industrial que já tornou possível a realização da harmonia. Contudo, as condições de existência não melhoraram, antes se agravaram ainda mais. Caractarizando as chamadas sociedades civilizadas, atribuiu-lhes falta de organização e penúria generalizada, por um lado, e a existência dum estrato bastante numeroso de parasitas que vivem à custa das massas trabalhadoras.

Os clássicos do marxismo estimaram a obra de Fourier. Constatando que os trabalhos de Fourier, eram, em certo grau, inferiores aos de Saint-Simon e alguns saint-simonistas, Engels reconheceu que, de todas as maneiras, em Fourier "há algo que se não encontra nos saint-simonistas, a saber: a procura científica e o pensar sensato e livre de preconceitos, isto é, a filosofia social..."[1]. F. Engels apreciou altamente o enunciado de Fourier acerca da transição dialéctica da sociedade dum estado inferior para outro superior, dizendo a este propósito que Fourier, como Hegel, dominava habilmente a dialéctica.

"Mas a grandeza de Fourier ganhou relevo – frisou F. Engels – na matéria da interpretação da história social. Ele classificou o curso histórico precedente em quatro degraus de desenvolvimento: selvageria, patriarcado, barbárie e civilização; este último coincide com o que nós chamamos agora a sociedade burguesa..."[2].

K. Marx e F. Engels nas suas obras chamaram a atenção para os aspectos positivos e negativos de alguns postulados de Fourier. K. Marx demonstrou

que o ponto de partida de Fourier era a doutrina dos materialistas franceses. Isto refere-se antes de tudo a duas ideias básicas de Fourier. A primeira: a ideia da unidade universal. Ele afirma que existe um movimento unitário do mundo material e espiritual. A segunda: a ideia da lei universal. Fourier afirma a unidade entre o Universo e todos os seus elementos, entre a natureza e a sociedade humana. Tanto a natureza como a sociedade estão sujeitas às mesmas leis gerais que a humanidade terá de descobrir. O movimento constitui a base da natureza e da sociedade. O grande Newton descobriu no século XVII a lei da gravitação universal e as leis básicas do movimento material. Fourier supunha que tinha descoberto as leis do movimento social, as leis que regem a matéria social.

Com base na ideia da unidade e universalidade da natureza e do homem, Fourier concluiu que a lei universal da gravitação e atracção da matéria se manifestava no campo social sob a forma das paixões características do homem e, por conseguinte, o organismo social devia modelar-se sobre a atracção passional inerente ao homem. Segundo Fourier, o único caminho para a reorganização das relações sociais e a edificação do novo regime social justo era descobrir todas as paixões, descrevê-las e classificá-las. As paixões são de natureza divina e foram inculcadas no homem de acordo com um plano determinado. Por isso é necessário tê-las em conta, quando se trata de qualquer tentativa de remodelar as relações sociais.

Apesar do carácter vago e ingénuo destes

raciocínios, Fourier notou uma série de leis fundamentais do capitalismo e mostrou as tendências de desenvolvimento deste regime social. Por exemplo, encontramos nas suas obras observações com respeito ao processo de concentração que leva inelutavelmente à formação dos monopólios e ao distanciamento cada vez maior entre os ricos e os pobres; às crises e à sua ligação indissolúvel com a desorganização geral do sistema; ao crescimento dos antagonismos sociais. Via claramente toda a quimera do progresso social no capitalismo e a recessão constante do nível de vida das massas trabalhadoras.

Fourier demonstrou que o regime burguês incentiva o caos e a anarquia na produção, as guerras, a criminalidade e, quanto mais evoluído é, mais repugnante e caduco se torna. Fourier viu os indícios da decomposição e os vícios da civilização sua contemporânea na desordem e na anarquia que reinavam. Descreveu com acerto as fraudes especulativas e o espírito mercantil mesquinho que vigoravam no comércio, descreveu com grande dose de sátira as relações entre sexos na sociedade burguesa e a situação da mulher. É a ele cabe a ideia de que pela liberdade da qual goza a mulher numa sociedade dada se pode julgar o nível geral de liberdade que vigora nessa sociedade.

Fourier caracterizou o regime capitalista como "o mundo às avessas". Referindo-se ao antagonismo entre a indústria capitalista e a agricultura, condenou o sistema explorador de latifúndios e mostrou a falta de perspectiva para os minifúndios.

Fourier provou que à medida que o capitalismo se desenvolve, aumenta o precipício entre a riqueza e a miséria. Notou o facto paradoxal de nos países industriais evoluídos haver mais indigentes que nos países menos desenvolvidos. Deste modo, conjecturou a lei universal de acumulação capitalista descoberta por K. Marx.

É também valiosa a afirmação de Fourier de que o capitalismo, em função da dominação da propriedade privada e da existência do enorme exército de desempregados, priva os trabalhadores do direito ao trabalho. Descreve a penúria horrível e deprimente das massas desempregadas. O insigne socialista utopista evoluiu até à compreensão dialéctica da realidade social e concluiu pela necessidade de suprimir o capitalismo enquanto regime de organização social viciosa impossível de ser curada com expedientes paliativos.

Fourier foi testemunha da estratificação da sociedade em classes e provou que a classe mais pobre estava privada das liberdades políticas e sociais. Porém, estava longe de compreender que a luta de classes era a força motriz principal da história. Como Saint-Simon, Fourier agrupou os empresários e os operários assalariados num só grupo, considerando-os como classe trabalhadora. E daí decorre a sua fé ingénua e idealista na possibilidade de transformação pacífica da sociedade mediante a razão, quer dizer, mediante a adopção da sua doutrina pelos poderosos da Terra.

Por um lado, não aceitou igualitário "socialismo dos indigentes", mas, por outro,

julgava possível a conservação das classes e do lucro na sociedade futura. Para ele, o trabalho, o capital e o talento eram os únicos factores determinantes do progresso social. Fourier não conseguiu penetrar em profundidade do antagonismo entre o trabalho e o capital na esfera da produção, centrando-se mais no capital comercial e usurário do que no industrial.

Contudo, não se deve esquecer que muitos dos erros deste pensador genial decorriam da imaturidade das relações capitalistas naquele período, facto que o impediu de ver claramente o abismo que separava os proletários e os capitalistas. Fourier condenou tanto os defeitos do capitalismo na economia como também a sua política, moral, cultura e educação. Submeteu a uma crítica demolidora toda a instituição do matrimónio burguês que degenerara numa transacção de compra e venda. K. Marx e F. Engels estimaram supinamente este aspecto importante da sua crítica na obra *A Sagrada Família.*

Longe de ser materialista, Fourier demonstrou, todavia, que todo o poder político, a ciência, a filosofia, a religião e a moral estavam ao serviço das classes dominantes e ricas. Com ironia referiu-se às constituições burguesas, frisando que estas prometiam aos desfavorecidos direitos ilusórios e efémeros, negando-lhes o essencial – um pedaço de pão.

O grande socialista utopista contestou a palavra de ordem proclamada pela burguesia "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", ainda em voga na França. Seria absurdo, afirma o autor, falar de

liberdades políticas e sociais enquanto a classe pobre tinha de ficar cada vez mais escravizada com o trabalho assalariado. Daí ser ilícito constatar a existência de liberdades sociais na sociedade burguesa. Tal conclusão faz contrastar as concepções de Fourier e as dos filósofos do século XVIII. Proporcionou uma crítica aguda e original de todos os aspectos da civilização burguesa. Fourier apresenta o capitalismo como regime social cheio de contradições internas. "Fourier – escreveu F. Engels a este propósito – proporciona um exemplo de como se pode demonstrar a inutilidade da sociedade existente só mediante a crítica à burguesia e, mais concretamente, às suas relações internas, sem abordar ainda as suas relações com o proletariado e, nesta base, concluir pela necessidade de reorganização social. E neste aspecto Fourier continua a ser o único"[3].

A crítica de Fourier era implacável e sem reserva. Foi exactamente por este espírito crítico indómito e sincero que K. Marx e F. Engels puseram o nome de Fourier a par dos de Saint-Simon e de Owen, classificando-o como um dos pensadores socialistas que "em muitos aspectos eram revolucionários"[4].

Fourier foi utopista durante toda a sua vida. Apelou para soberanos e magnates, supondo que eles poderiam lançar os alicerces da associação que depois se estenderia espontaneamente por todo o mundo. Criticando o capitalismo e pondo a nu todos os defeitos e contradições da sociedade burguesa, Fourier não conseguiu penetrar em todos os fenómenos deste regime, dar-lhes uma fundamentação científica e explicar as causas da exploração e os caminhos conducentes à sua supressão. "Quando o regime feudal foi derrubado, escreveu V. I. Lénine, e a "*livre*" sociedade capitalista viu a luz do dia, tornou-se imediatamente claro que essa liberdade representava um novo sistema de opressão e exploração dos trabalhadores. Como reflexo dessa opressão e como protesto contra ela, começaram imediatamente a surgir diversas doutrinas socialistas. Mas o socialismo primitivo era um socialismo *utópico*. Criticava a sociedade capitalista, condenava-a, amaldiçoava-a, sonhava com a sua destruição, fantasiava sobre um regime melhor, queria convencer os ricos da imoralidade da exploração.

Mas o socialismo utópico não podia indicar uma saída real. Não sabia explicar a natureza da escravidão assalariada no capitalismo, nem descobrir as leis do seu desenvolvimento, nem encontrar a *força social* capaz de se tornar a criadora da nova sociedade"[5].

Desta forma figurada, V. I. Lénine caracterizou em linhas gerais o socialismo utópico, cujo célebre representante era Fourier.

Até os últimos dias da sua vida, Fourier prosseguiu no trabalho sobre os projectos de transformações sociais. Na base do seu novo regime socialista está a associação, isto é, uma colectividade de produção. Todos os membros de uma associação se deviam ocupar dos trabalhos principalmente agrícolas e manter relações de camaradagem e espírito de entreajuda. Fourier

chamou a esta colectividade de produção, composta de 1500 a 1600 associados, uma falange.

A falange representa uma associação de produtores, isto é, um organismo especial baseado na concordância dos interesses particulares e gerais, no qual as capacidades e as vocações de cada membro individualmente considerado são aproveitadas para o satisfazer e para o bem da comunidade. Os associados dividem-se em séries e grupos conforme o tipo de trabalho. Cada membro da falange pode escolher livremente uma série ou um grupo.

A produtividade do trabalho permite a cada membro satisfazer o mais plenamente possível as necessidades materiais. Cada falange é dirigida por um areópago que não emite nem ordens nem regras nem despachos, limitando-se apenas a dar conselhos com base na experiência dos associados e nos dados científicos. A passagem para a Harmonia Universal deveria ocorrer, segundo o autor, em consequência da propaganda da experiência das falanges-modelos, que com o seu exemplo atrairiam toda a humanidade.

A falange, a terra, os imóveis, o material para construção, tudo isto é adquirido mediante a venda de acções. Os lucros da falange distribuem-se de acordo com o trabalho e a contribuição de capital. Todos os lucros se dividem em doze partes: cinco duodécimos remunerarão o trabalho, três, o talento e quatro, o capital. Fourier julgava que com o tempo os ricos, participando cada vez mais no trabalho socialmente útil, se converteriam em produtores propriamente ditos, ao passo que os

pobres, comprando acções, poderiam beneficiar tanto do trabalho como do capital. Sucintamente, era assim que Fourier queria conseguir a conciliação entre as classes.

Pouco a pouco, a associação eliminará todos os vícios sociais e instaurará a harmonia completa. Todos poderão disfrutar os bens da falange, pois haverá abundância de tudo. Pormenorizando este panorama perfeito, Fourier prometia que cada falansteriano, mesmo o mais pobre, poderia usar carruagens luxuosas e tomar cinco refeições por dia de 40 pratos.

Cada falange instalar-se-ia num palácio esplêndido com habitações confortáveis para famílias, com salas de concertos e bailes, biblioteca, observatório, jardins de Inverno em forma de galerias envidraçadas, etc. O interior seria cómodo, confortável e elegante. Nas falanges não haveria lugar para o desperdício de meios e recursos como nas condições da anarquia capitalista. F. Engels frisou a propósito que um dos méritos de Fourier foi ter demonstrado as vantagens da associação na organização da actividade dos homens.

Nas suas obras, Fourier prestou muita atenção à organização do trabalho, que deveria ter em consideração características humanas tais como o espírito de emulação, a diversidade e a criação. Começando a elaborar os princípios do comunismo científico, Engels constatou que as ideias de Fourier acerca do trabalho eram um grande contributo para a teoria da sociedade futura. Advertindo contra os erros que cometeram os socialistas utopistas, Marx observou: "Não devemos

afastar-nos dos patriarcas do socialismo, do mesmo modo que, os químicos contemporâneos não podem abandonar os seus predecessores, os alquimistas, mas em todo o caso devemos procurar não cairmos nos seus erros, pois da nossa parte isto seria imperdoável" [6]. Muitos erros de Fourier e de outros socialistas utopistas não eram o resultado da falta de inteligência ou perspicácia, antes a consequência das condições históricas em que viviam.

O "axioma da filosofia social" sobre o trabalho livre para o bem de toda a sociedade apareceu há quase século e meio, mas até agora não perdeu a sua actualidade. Hoje em dia, nos países capitalistas há dezenas de milhões de desempregados. Neste aspecto Fourier tinha toda a razão, quando afirmou que, sem o direito ao trabalho, todos os demais frutos da civilização capitalista não valem nada e que a nova sociedade socialista poderá garantir de facto aos trabalhadores o exercício dos direitos sociais, económicos e políticos.

Jean Jaurès
1859 - 1914

O PRAZER DE LUTAR E DE VIVER

Nas suas memórias sobre Jean Jaurès, destacada figura do movimento socialista francês e internacional e lutador consequente contra o militarismo e as guerras, Romain Rolland escreveu: "A febre das paixões políticas que ardia naqueles tempos nas veias da França, trouxe-me o gosto dos espectáculos do Forum. Comecei a frequentar assiduamente as grandes sessões da Câmara... Jaurès mostrava-se alegre com os seus primeiros sucessos: conduzia ao assalto as suas tropas bem treinadas, alertas, optimistas, seguras da vitória, do partido socialista... Largo, forte, vulgar de aspecto e de modos, vermelho e barbudo, de traços largos e carnosos, negligente no vestir, jovial e radiante do prazer de lutar..."

Auguste-Marie-Joseph – Jean Jaurès nasceu no dia 3 de Setembro de 1859 na pequena vila de Castró, no departamento de Tarne, numa família burguesa. Passou os anos de infância no campo. Era um menino ávido de saber e laborioso. A sua mãe, uma mulher generosa, que amava o filho, exerceu muita influência sobre ele. Os rendimentos modestos da família não chegavam para colocá-lo

num liceu privilegiado, por isso começou os estudos num dos internatos mais pobres do departamento de Tarne. Só em 1869, devido ao apoio material dos parentes, Jaurès conseguiu ingressar num colégio. Tanto no internato como no colégio assinalou-se como um dos melhores alunos, pelo que foi galardoado mais de uma vez.

Em 1876, o inspector-geral do Ministério da Instrução prestou atenção ao mancebo dotado, convenceu-o a não se candidatar no concurso para um posto na administração dos correios – o desejo recôndido da mãe – e intercedeu para que pudesse ingressar no liceu de Santa Bárbara em Paris. Os dois anos no liceu foram de grande utilidade para Jaurès. Ali estudou seriamente a cultura da Antiguidade, a filosofia e a literatura.

Em 1878, participou no concurso geral dos graduados das escolas secundárias de Paris e de Versalhes e ganhou o primeiro prémio. Abriu-se a perspectiva de cursar um centro de ensino bastante prestigioso, a escola superior "École Normale", que gozava de renome graças ao professorado de alta categoria. Nos anos de estudo na "École Normale" revelou-se o seu talento de orador e Jaurès começou a desenvolvê-lo e a poli-lo. Assistiu aos discursos de famosos tribunos da época – Gambetta, Clemenceau e Buffet –, fazendo ele próprio progressos sensíveis na arte oratória.

Em 1881, Jean graduou-se na "École Normale" e começou a ensinar filosofia em Albi e, depois, na universidade de Tolouse, ao mesmo tempo que seguia aperfeiçoando a sua visão. Os seus

conhecimentos em diferentes domínios da ciência, política e cultura eram efectivamente enciclopédicos e o discurso, claro, erudito, convincente. Dominava com igual perfeição as línguas latina, grega, alemã, inglesa, italiana e espanhola. Preparou a tese sobre o tema *Da Realidade do Mundo Sensível.*

Este período da sua vida coincide com o início da actividade social: ao princípio colaborou com o jornal de matiz republicano *Dépêche de Toulouse* e, mais tarde, participou na campanha eleitoral em Castró ao lado dos republicanos moderados.

Jaurès entrega à defesa da república todo o seu temperamento incontido e o seu enorme talento. Naquela época, a luta contra as intentonas monárquicas da reacção, apavorada com as experiências da Comuna de Paris, era uma causa progressista. No entanto, o principiante na política ainda não podia distinguir que tipo de república estava a defender.

Em 1885, Jaurès, já muito popular, candidatou-se pelo partido republicano para a Câmara. A campanha eleitoral foi brilhante para ele. O candidato falou da necessidade imperativa de reconhecer a actividade sindical, de ampliar a autarquia das comunas, de melhorar a situação material dos trabalhadores. Jaurès foi tão franco e sincero nas suas intenções que não se apercebeu de que estas palavras de ordem, para os dirigentes do partido republicano, não eram mais que uma manobra hábil na concorrência eleitoral impiedosa. Até mesmo a palavra de ordem de dinamizar a política colonial foi interpretada por ele como um

acto de difusão da cultura francesa e de modo algum como a tentativa de conquistar novos mercados.

Os resultados das eleições foram convincentes: Jaurès levou vantagens em relação a outros candidatos republicanos e venceu o candidato do partido conservador. Foi uma vitória fragorosa. Mas nos demais departamentos da França os republicanos tiveram uma derrota na primeira volta das eleições. A perspectiva de perder lugares na Câmara fez os republicanos unir-se e, por conseguinte, ganharam a segunda volta das eleições. A nova composição da Câmara era: 372 republicanos de diferentes tendências e 202 monárquicos. Todavia, a situação era extremamente instável, pois os republicanos não formaram um coro harmonioso, estando divididos em várias correntes, cada uma das quais defendia as suas próprias posições.

Jaurès, como deputado novo tanto na idade como na experiência, não falta a nenhuma sessão. Põe o seu olho no líder dos radicais Georges Clemenceau, encontra-se com o republicano Jules Ferry, escuta com atenção as intervenções dos deputados socialistas, vota a favor do crédito para manter cultos religiosos, do envio de um corpo expedicionário para Tonquim e contra a amnistia por crimes políticos.

Em Outubro de 1886, Jaurès proferiu o seu primeiro discurso no parlamento em torno dos direitos das autarquias no campo da instrução primária. Em Março de 1887, pronunciou-se contra os impostos alfandegários sobre o trigo importado,

facto que levaria necessariamente à subida dos preços no mercado nacional. Jaurès denunciou as tentativas dos grandes agrários de beneficiarem à custa dos pequenos proprietários e operários.

Uma resolução proposta por Jaurès, e análoga em muitos pontos à dos socialistas, foi declinada, porém, a popularidade do seu autor aumentou incomparavelmente. A sua voz deixa-se ouvir com frequência cada vez maior nas discussões dos projectos-leis tendentes a melhorar a situação das massas trabalhadoras. Defende as verbas distinadas ao magistério; propõe a instituição dum fundo de pensões formado pelas contribuições obrigatórias dos empresários e operários; pronuncia-se a favor da lei de compensação aos acidentados e da legislação favorável aos mineiros. As suas propostas não eram aceitas, como regra, pela maioria reaccionária.

Nesta fase, nem a actividade, nem as concepções de Jaurès acusavam tonalidades socialistas. Ao princípio era um dos radicais burgueses que evoluiu para as posições democráticas. Mas foi graças ao espírito democrático sincero, completamente diferente do "democratismo" de Clemenceau ou Ferry, que Jaurès se identificou com as posições socialistas. Convenceu-se de que entre as promessas e as obras dos republicanos havia um precipício enorme. Afinal, o assunto não se reduzia a líderes, individualidades ou situação, mas tinha raízes mais profundas: a essência dum partido ao serviço dos interesses do grande proprietário. O político inexperiente que era Jaurès, afinal de contas, chegou a compreender que o democratismo autêntico

estava intimamente relacionado com o movimento das massas trabalhadoras, dos camponeses e operários.

Os acontecimentos relacionados com a luta contra Boulanger e os seus partidários influíram consideravelmente na formação das concepções socialistas de Jaurès.

Georges Boulanger, ministro da Guerra no período de 1886 a 1887. Obteve a reputação de republicano ferrenho e a simpatia dos militares. Não é de estranhar que se tornasse em pouco tempo a figura mais popular no cenário político francês. Porém, em breve se tornou evidente que os elementos assombrosamente variegados que se agruparam em torno dele preparavam planos que ameaçavam a democracia. Os boulangistas falavam até de golpe de Estado. Mas o desfecho foi assombroso: o futuro ditador infeliz ameaçado de ser preso, fugiu para a Bélgica onde se suicidou.

Este episódio foi bastante elucidativo para Jaurès que, a partir daí, se convenceu definitivamente de que enquanto existir a propriedade privada, a vida política da sociedade será apenas o reflexo da moral capitalista e nutrirá o aventureirismo na política, como no caso de Boulanger e dos seus congéneres. Pela primeira vez, nas páginas do *Dépêche de Toulouse* falou da necessidade de modificar o sistema social. Nos fins dos anos 80, Jaurès regressou a Toulouse, onde se dedicou ao ensino na universidade, estudou a história do socialismo alemão e os trabalhos de Louis Blanc, Proudhon, Jules Guesde, Paul Lafargue, Lassalle e Benoit Malon.

Aquele período foi crucial na formação de Jaurès socialista. As obras de K. Marx exerceram também grande influência sobre Jaurès.

Jaurès mencionou K. Marx pela primeira vez em 1890, num dos seus artigos sobre o socialismo alemão. Ao tomar conhecimenmento de *O Capital*, destacou a profundidade da análise, a fundamentação teórica e a crítica perspicaz marxista do capitalismo. Contudo, o socialismo de Jaurès não vai além do ideal moral, sendo apenas o resultado da evolução da democracia republicana e, de modo algum, da luta de classes aguda e do desenvolvimento histórico objectivo.

Em Julho de 1890, Jean Jaurès foi eleito conselheiro municipal e, mais tarde, vice-prefeito da cidade de Toulouse. Em 1893, os socialistas apresentaram a sua candidatura nas eleições suplementares para a Câmara dos deputados da circunscrição de Carmon e a campanha eleitoral concluiu-se com a vitória de Jaurès.

A actividade na cidade de Carmon constitui uma fase importante na vida de Jaurès. Os contactos com os operários, que o promoveram como candidato, reforçaram as suas convicções socialistas que até então tinham um carácter abstracto e indefinido. O próprio Jaurès notou que algo se modificara nele: os seus discursos, outrora supinamente elegantes, destinados aos parlamentares e a um público refinado, iam-se tornando mais simples e acessíveis, sem prejudicar o conteúdo. Ao contrário, cada intervenção dele ecoava nos corações dos operários de Carmon, porque o seu deputado, o professor de filosofia Jean

Jaurès, sabia com que sonhavam e por que lutavam os trabalhadores da cidade.

O início da sua actividade no parlamento coincidiu com o fraudulento caso do canal de Panamá. A venda de acções da companhia do canal deu um montante de 1400 milhões de francos, ao passo que os trabalhos de construção consumiram apenas 700 milhões de francos. O resto foi engrossar os bolsos dos empresários. Tornou-se sabido que o consentimento do parlamento para a venda de acções se devia ao suborno duma parte dos deputados e políticos, assim como de vários jornais burgueses. Nas suas intervenções, Jaurès estigmatizou os deputados vendidos, mostrou a influência corrosiva do dinheiro e as origens sociais do escândalo, acentuando que isto era um fenómeno característico da sociedade burguesa.

No início da década de 90, na França registou-se uma vaga de anarquismo. Não era raro ouvir tiros e explosões nas ruas das cidades. O presidente Sadi Carnot foi vítima do terrorismo. Entretanto, a burguesia reaccionária, aproveitando habilmente o susto e o pânico que invadiram certos sectores pequeno-burgueses, colocou Casimir Périer, conhecido pela sua tendência para a direita, na presidência. O novo presidente prosseguiu na obra iniciada ainda quando executara as funções de chefe do governo: seguiram-se as leis que restringiam as liberdades democráticas consagradas na Constituição. A França democrática ficou indignada. E no coro geral de lutadores contra essas leis sinistras ouvia-se o apelo apaixonado de Jaurès.

Não perdia nenhuma oportunidade de entrar

em combate com a reacção. No parlamento ouviam-se os discursos acusadores de Jaurès. Defendeu Gerault-Richard acusado de injuriar o presidente. O discurso do advogado transformou-se no de procurador: Jaurès pusera a nu toda a génese da riqueza da família de Périer, acumulada, através de usura e fraudes da mais baixa qualidade, tanto pelo próprio senhor presidente como pelos seus antepassados. Toda a França democrática se insurgiu contra o presidente, a quem não restava senão pedir a demissão. Neste caso, o papel de Jaurès não foi insignificante.

Jaurès não pôde enfrentar com indiferença o famoso "caso Dreyfus". Tratava-se de um oficial do estado-maior francês acusado de espionagem a favor da Alemanha. Naquele período, a reacção manipulava com o espírito anti-semítico, tendo em mira derrubar a república. Por isso, defendendo Dreyfus, todas as forças progressistas levantaram a sua voz contra a reacção, em defesa das liberdades democráticas. O inocente foi condenado a prisão perpétua. Jaurès estudou escrupulosamente o caso Dreyfus para poder desmascarar nas suas intervenções as manobras da direita e criticar a posição indecisa do governo. Jaurès frisava que era do interesse do proletariado protestar contra as arbitrariedades que se revelaram no caso Dreyfus.

Pouco a pouco, Jaurès ia-se tornando uma figura destacada no movimento socialista francês.

Ao estudar as obras de K. Marx, Jaurès adoptou uma série de postulados marxistas e tentou ligar, embora de modo ecléctico, o marxismo com diversas doutrinas democráticas. Naturalmente,

esta incoerência de Jaurès desembocou no reformismo tanto no plano teórico como na actividade prática. No entanto, o seu reformismo tinha matizes diferentes daquele que preconizava Bernstein ou materializava o trabalhista inglês McDonald. Jaurès, ao romper com a classe à qual pertencia, já não podia estender a mão à burguesia, nem colaborar com ela por muito que o aliciassem ou subornassem. E por isso foi tão repudiado e odiado pelas classes possuidoras.

As origens do reformismo de Jaurès residem nas ilusões que ele alimentava com respeito à república burguesa. Ingénua e sinceramente, cria que se podia transformá-la e enchê-la de novo conteúdo, evitando a luta de classes. Apesar dos seus erros teóricos e práticos, Jaurès era um defensor consequente da democracia e um lutador intransigente contra a reacção e a guerra.

As medidas económicas concretas propostas por Jaurès eram bastante ingénuas. Supunha que algumas categorias da sociedade capitalista vigorariam no socialismo. Nestas categorias invariáveis incluiu as leis gerais da produção, deduzindo daí que os socialistas tinham de centrar os seus esforços na reforma do sistema de distribuição. O problema da produção e da distribuição no socialismo é o problema central de todo o sistema. Mas como seria possível harmonizar, no quadro da produção socialista, capacidades e necessidades diferentes das pessoas? Havia duas sugestões a este respeito: ou a "centralização comunista" proposta por K. Marx ou o federalismo anarquista de Proudhon. Jaurès, sempre tendente

a conciliar o que era inconciliável, tentou aliar Marx com Proudhon. Não podendo aceitar a centralização da vida económica, Jaurès atribuiu as funções de administração das indústrias aos sindicatos e corporações respectivas.

Jaurès fundamenta minuciosamente os seus projectos económicos. Segundo ele, o sistema de distribuição deve basear-se no princípio: a cada operário o produto completo do seu trabalho. Procura provar que tal sistema de distribuição incentiva o consumo e a acumulação e, através destes, o progresso técnico. Considera que, para o proletariado, o melhor caminho é a transformação pacífica do capitalismo em socialismo. A seu ver, a burguesia, no seu próprio interesse, deverá aceitar a edificação do socialismo.

Em 1898, tiveram lugar eleições para o parlamento. Os socialistas apresentaram a candidatura de Jaurès, mas não resultou devido a manobras da reacção. Chegou a ocupar o posto de redactor político do jornal *La Petite République*, empreendeu viagens pelo país para ler conferências e escreveu vários artigos que, depois, serviram de base para o livro *As Provas* no qual voltou outra vez ao caso Dreyfus. Em todas estas viagens propagandísticas, a ideia central foi a revisão do referido caso.

No Verão de 1899 foi formado o governo de Waldeck-Rousseau, no qual o posto de ministro da Guerra foi ocupado pelo general Galliffet, afamado por ser o carrasco da Comuna. O socialista Millerand também fez parte deste governo. Deste modo, a burguesia conseguiu introduzir a discórdia

entre os socialistas. Paul Lafargue, Vaillant e outros condenaram Millerand, ao mesmo tempo que Jean Jaurès o apoiou, considerando que, enquanto existisse uma ameaça à república, era necessário salvá-la e admitir socialistas no governo.

Jaurès condenou mais de uma vez as acções de Millerand, mas considerava que a sua participação no governo burguês era, em certos casos, admissível. V. I. Lénine, polemizando com aqueles que negavam a ideia da participação dos socialistas no governo democrático-burguês, sublinhou o seguinte: "Quem quiser apreciar o jauresismo do ponto de vista dialéctico e materialista, deverá delimitar rigorosamente os motivos subjectivos e as condições históricas objectivas. Subjectivamente, Jaurès queria salvar a todo o transe a república e para tanto entrou em aliança com a democracia burguesa. Quanto às condições objectivas, a república na França já era um facto consumado e, por conseguinte, não corria nenhum perigo sério; a classe operária teve todas as possibilidades para desenvolver a sua própria organização política, mas nem sempre aproveitava devidamente essas possibilidades, em parte em virtude dos abundantes exercícios vãos dos seus dirigentes no parlamento; a história já impôs à classe operária a tarefa da revolução socialista, da qual os Millerands afastavam o proletariado com promessas de reformas sociais insignificantes"[1]. Criticando os desvios de Jaurès, V. I. Lénine indicou também os seus méritos na luta pelos interesses das massas trabalhadoras e deu destaque à sua sinceridade e honestidade políticas.

Nos anos 90, Jean Jaurès trabalhou dedicadamente na obra em muitos volumes *História Socialista da Revolução Francesa*. Organizou e redigiu esta obra volumosa escrita por vários autores. Os primeiros quatro volumes dedicados à Grande Revolução Francesa foram da sua autoria. Ao estudar em profundidade a experiência da revolução francesa, Jaurès deu ênfase aos seus aspectos económico e social e encontrou novos materiais referentes ao assunto.

Debruçando-se sobre a experiência passada, Jaurès procurou tirar ensinamentos para o futuro. Por isso, pode-se afirmar que o seu trabalho estava voltado mais para elaborar uma concepção da revolução socialista. Os falsificadores dizem que Jaurès era o inimigo da revolução e excluía qualquer possibilidade de violência revolucionária. Mas na realidade não era assim. A verdade é que Jaurès condenou a violência e a desumanidade só quando era possível evitá-las ou impossível justificá-las.

Porém, quando era necessário e inevitável, Jaurès admitia e até justificava medidas revolucionárias violentas. Para ele, uma revolução violenta era um processo doloroso e duro que, em circunstâncias favoráveis, seria melhor substituir por meios mais humanos de luta.

No tratado histórico de muitos volumes Jaurès analisa em que medida as ideias de K. Marx e F. Engels sobre a táctica revolucionária expostas em *O Manifesto do Partido Comunista* eram aceitáveis na França e noutros países europeus. Focalizando alguns problemas históricos concretos, Jaurès aproximou-se do marsixmo. E não foi por

acaso que V. I. Lénine qualificou este estudo como "uma das obras mais úteis"[2] acerca da história da revolução francesa.

Por iniciativa de Jaurès foi criada uma comissão para a publicação dos documentos sobre a história económica da revolução. Investigou a evolução agrária na França durante a revolução. Ao intitular a obra como "história socialista" e para legitimar tal opção, estudara escrupulosamente os movimentos sociais da época da revolução, as primeiras acções da classe operária e os germes das ideias e dos movimentos socialistas. O que distinguia Jaurès enquanto historiador era nunca se pôr de lado dos acontecimentos estudados, mas ao contrário apreciar os fenómenos e as induvidualidades concretos como se fosse participante activo.

Merece referência a actividade de Jaurès para criar o Partido Socialista Francês. O ascenso do movimento operário no início do século XX tornou imperativa a criação dum partido proletário na França. Em 1901, em resultado da unificação dos partidários de Guesde e de Blanqui, fundou-se o Partido Socialista da França. Em seguida, em 1902, outros agrupamentos socialistas, incluindo o de Jean Jaurès, constituíram o Partido Socialista Francês. Surgiram, portanto, dois partidos socialistas independentes que, em Abril de 1905, formaram o Partido Socialista Francês unificado. Uma parte dos socialistas independentes não fizeram parte do novo partido. Jean Jaurès e os seus seguidores ganharam paulatinamente posições dominantes.

Nas eleições de 1902, Jean Jaurès foi eleito para o parlamento. Naquele período pronunciou-se

resolutamente contra o clericalismo e apoiou inteiramente os projectos sobre o imposto de rendimento progressivo.

Em 1904, Jaurès fundou o jornal com nome simbólico *L'Humanité* (A Humanidade), que passou a ser o porta-voz dos democratas revolucionários combatentes, e foi redactor-chefe deste órgão popular até à morte. Em 1920, quando se constituiu o Partido Comunista Francês, o jornal passou a ser o órgão do Comité Central do PCF.

Jaurès participou activamente no movimento de solidariedade para com a revolução russa de 1905–1907. Condenando o czarismo russo, nunca o identificou com a própria Rússia e o seu povo. Apesar de ser adepto da "transformação pacífica da sociedade", saudou os acontecimentos de 1905 na Rússia e legitimou a violência revolucionária do proletariado russo. Foi dos primeiros a notar que a revolução russa conferira o papel piloto ao proletariado da Rússia no movimento revolucionário mundial. Ratificou que emancipação do povo russo colocaria o proletariado do país na vanguarda do proletariado europeu. Mesmo após a derrota da insurreição de Dezembro em Moscovo, Jaurès manteve-se confiante na revolução russa.

Cinco anos antes da Grande Revolução Socialista de Outubro Jaurès constatou: "Em virtude da enorme força operária, a Rússia prepara-se para se tornar uma potência da civilização e da justiça; em resultado dos esforços do seu proletariado será em breve uma das fontes maravilhosas da prosperidade de toda a espécie humana".

As concepções socialistas de Jaurès formavam-se no essencial intuitivamente. Muitas vezes precisava de apoio e conselho para encontrar um caminho certo. Por exemplo, no congresso da II Internacional que se reuniu em Estugarda em 1907, recebeu o apoio completo de V. I. Lénine. Naquele período, as concepções de Jaurès vinham adquirindo matizes mais revolucionários, embora continuasse a sua linha de transformação pacífica da sociedade velha, sem intervenção armada. Nas suas prédicas de paz voltava-se para as classes governantes, apelando para a sua consciência e razão, ao passo que a única maneira de proceder e o único argumento eram a força organizada do proletariado. Mas independentemente das suas intenções, que eram invariavelmente imaculadas, singelas e honestas, defendeu na política um delineamento que se não podia qualificar de outra maneira senão como prédica reformista e conciliadora.

Insistindo nas reformas sociais, Jaurès não perdia de vista o objectivo final, o socialismo. E era neste ponto que contrastava com Bernstein e outros revisionistas que se recusaram completamente a este nobre objectivo. Independentemente das intenções subjectivas de Jaurès, a política reformista que ele preconizava não conduzia à revolução, antes implicava o afastamento dela, de modo que o partido socialista deixava de ser uma organização revolucionária, transformando-se num apêndice da bancada parlamentar. Ofuscavam-se as contradições de classe, abria-se o caminho para a influência burguesa sobre os operários. Apesar de errado na teoria, Jaurès não poupava a sua

energia inesgotável na luta contra o capitalismo.

São de notar os seus méritos na luta contra a guerra. Como orador brilhante da sua época, Jaurès acusava pública e abertamente os incendiários da guerra, a burguesia imperialista, e combatia quaisquer manifestações de militarismo. Intervindo na Câmara dos Deputados no dia 7 de Março de 1895, Jaurès avançou a sua fórmula: "O capitalismo está prenhe de guerra como uma nuvem carregada de trovoada". Posteriormente, desenvolveu e concretizou este postulado. Em 1908, a França agrediu o Marrocos, fazendo deste país uma colónia. Jaurès não tardou em se pronunciar contra o política de rapina do imperialismo francês. Na Câmara dos Deputados, opôs-se resolutamente à concessão de créditos para operações belicistas.

Em 1913, na Câmara dos Deputados discutiu-se o projecto-lei sobre o aumento do prazo do serviço militar de dois para três anos. A França assistiu a uma vaga inédita de manifestações, começou a fermentação entre os soldados. Jaurès pôs-se à frente de todas as forças democráticas que se ergueram contra esta lei. Apesar disso, a lei foi aprovada. A oposição de Jaurès à "lei de três anos" valeu-lhe o ódio dos círculos chauvinistas e belicistas que desencadearam uma campanha de perseguições contra ele e o acusaram caluniosamente de trair os interesses nacionais em favor da Alemanha.

Pressentindo a iminência da primeira guerra mundial, Jaurès centrou-se na luta pela paz. No discurso pronunciado no congresso da Internacional Socialista, que se celebrou em

Basileia em 1912, advertiu que o dever das massas trabalhadoras e dos socialistas de todos os países era prevenir a guerra e concentrar os seus esforços na defesa da paz. Em Julho de 1914, no congresso extraordinário do partido socialista, Jean Jaurès introduziu a proposta de greve geral contra a guerra, que foi aceite.

A última intervenção pública de Jaurès foi no dia 25 de Julho de 1914 em Vaise, bairro operário de Lião, perante os eleitores. Jaurès sublinhou que a única possibilidade de manter a paz era a unificação de todas as forças proletárias da França, da Alemanha, da Inglaterra, da Itália e da Rússia na luta unitária contra a guerra.

No seu último artigo publicado em *L'Humanité*, um dia antes da guerra mundial e poucas horas antes do homicídio, Jaurès exortou os proletários à luta contra a guerra. A sua oposição à guerra não se baseava no ponto de vista marxista sobre a guerra e o militarismo. V. I. Lénine observou: "O proletariado revolucionário deve perseverar na propaganda antibelicista, mas sempre tendo em conta que as guerras são inevitáveis enquanto se mantém o domínio de classe em geral. Só com fraseologia banal sobre a paz, à maneira de Jaurès, é impossível ajudar a classe oprimida que não é responsável por uma guerra burguesa entre duas nações burguesas..."[3].

A sua determinação e intrepidez na luta contra os incendiários da guerra fizeram de Jaurès a figura mais popular entre as massas populares, ao mesmo tempo que ia crescendo o ódio dos imperialistas para com ele.

Dando-se conta da influência e popularidade de Jaurès, os círculos governantes queriam corrompê-lo a todo o transe. Não descuraram meios para o efeito: prometeram-lhe pastas ministeriais, aliciaram-no com o poder, a glória, o dinheiro. Diga-se de passagem que umas horas antes de o assassinarem foi-lhe proposta a pasta de ministro no gabinete de René Viviani. O governo czarista da Rússia, informado da influência de Jaurès, tentou oferecer-lhe, em 1906, 200 mil francos para que se afastasse da campanha contra os empréstimos à Rússia.

No dia 31 de Julho de 1914, Jaurès foi assasinado. Este acto provocou uma explosão de indignação. Espontaneamente, tiveram lugar grandes manifestações e comícios. A indignação foi tão forte que o governo se viu obrigado a publicar um apelo ao povo assinado pelo primeiro-ministro, conclamando à calma e à ordem social e comprometendo-se a castigar devidamente o assassino.

O julgamento do homicida de Jean Jaurès não revelou os verdadeiros inspiradores do assassinato, que pertenciam aos círculos mais reaccionários e chauvinistas da burguesia francesa, nem puniu o criminoso. Quando o tribunal absolveu o homicida de Jaurès, um tal Villain, 300 mil operários franceses invadiram as ruas para render homenagem ao dirigente querido e protestar contra a decisão monstruosa. A França burguesa, afinal de contas, viu-se forçada a respeitar a vontade do povo e condescendeu que os mineiros de Carmon transportassem as cinzas de Jaurès para o Panteão, templo consagrado aos grandes homens da nação.

Pierre Proudhon
1809-1865

UMA JUSTIÇA INJUSTA

Não faltavam na Assembleia Constituinte da França os que não podiam dissimular a sua aversão para com o deputado Proudhon, "o autor dos artigos extrafalários", "o destronizador da propriedade", "o homem do horror" e muitos outros epítetos que lhe atribuíram os deputados da ala direita. Evitavam a sua companhia; não o cumprimentavam; ficavam com ar de indiferença durante as suas intervenções. Era natural: que se podia esperar dos grandes agrários, dos fidalgos, dos empresários e dos seus descendentes? Eles, afinal, era o escol da nação e o que é que lhes importava um oriundo dos "vulgares?".

Pierre Joseph Proudhon nasceu no dia 15 de Janeiro de 1809 numa família de lavradores pobres, em Besançon. Pierre era mais velho de cinco filhos. Até aos doze anos executou trabalhos agrícolas e era também pastor, naturalmente do gado dos outros, pois não possuía o seu próprio. Mercê da ajuda dum mecenas local, começou a frequentar o liceu. Leu muito, era um rato de biblioteca. Como é natural, o dinheiro escasseava: por isso estudou servindo-se dos livros e manuais dos outros.

Os míseros recursos da família não chegaram para terminar o liceu. Por conseguinte, encontrou um emprego de compositor na tipografia dos irmãos Gauthier, evoluindo mais tarde para corrector. Mas este emprego foi efémero: os proprietários da tipografia arruinaram-se e Proudhon ficou desempregado. Na procura do ganha-pão, esteve de passagem em Paris, Marselha, Lião e Toulon. Quando regressou a Besançon, encontrou emprego na nova tipografia dos Gauthier. Por volta de 1836, conseguiu certo capital e tornou-se co-proprietário duma pequena oficina tipográfica na sua cidade natal.

Apesar dos infortúnios e contratempos, Proudhon não desistiu da autodidáctica e estudou as línguas latina, grega e hebraica. Mas nunca teve instrução sistemática e metodológica, facto que se fez sentir nas suas obras posteriores.

Em 1837 Proudhon escreveu a sua primeira obra *Ensaio de Gramática Geral*, na qual abordou algumas questões filológicas. A academia de Besançon achou possível conceder-lhe uma bolsa de estudo de 1500 francos para três anos. Ainda por cima, a Academia promoveu um concurso sobre o tema "A Utilidade da Celebração do Domingo", no qual Proudhon tomou parte e até ganhou uma referência positiva e uma medalha. No entanto, a Academia impediu a venda da brochura, achando que as ideias do autor eram bastante "paradoxais". Para esclarecer o assunto, a ideia central deste trabalho era o descanso obrigatório no fim da semana como elemento imprescindível dum sistema político assente na igualdade.

Apesar das dificuldades, o lançamento do primeiro livro encorajou Proudhon. Mudou-se para Paris, a fim de empreender a sério a actividade literária e científica. Enfrentou dificuldades materiais enormes, o que era natural, pois enviava dois terços da sua bolsa de estudo para os pais. A constante escassez de dinheiro fez com que Proudhon se habituasse a levar uma vida modesta, preocupando-se com os familiares e sendo económico e parco nas despesas.

Foi nesta situação que Proudhon concebera a ideia de escrever um livro que arrasasse a propriedade. "Neste duelo de morte – escreveu numa das suas cartas – devo acabar com a desigualdade e a propriedade: ou estou alucinado ou estas nunca se recuperarão do golpe que em breve vou desferir". Em 1840, veio à luz o livro *Que É a Propriedade?* que trouxe ao autor enorme popularidade e estima nos círculos radicais da intelectualidade. Este tratado audaz e ao mesmo tempo bem fundamentado atentou contra o alicerce sagrado da sociedade burguesa, proclamando a necessidade de suprimir a propriedade privada. Proudhon pergunta: qual deve ser a forma de organização social? Respondendo a esta questão, o autor sugere a associação livre baseada na igualdade em relação aos meios de produção e na troca equivalente. Proudhon supunha que, em nome da justiça, a troca devia prescindir do dinheiro e dos lucros. No seu parecer, só com esta condição era possível alcançar a justiça que constitui a ideia central de toda a obra. Proudhon considerava que existe uma justiça invariável dada para sempre, que

tem de constituir a base da sociedade futura. K. Marx e F. Engels criticaram esta abordagem metafísica. Não se pode considerar as categorias sociais e económicas como absolutas e eternas. "Proudhon, como pequeno burguês – escreveu F. Engels na sua obra *Contribuição para a Questão da Habitação* –, procura uma ordem na qual cada produtor fabrica independentemente o seu produto que já está pronto para o consumo imediato e a troca no mercado: se neste esquema cada um ficar compensado com o valor completo do seu trabalho, chegará "a justiça eterna" e na Terra instaurar-se-á "o melhor dos mundos"[1].

O livro *Que É a Propriedade?*, escrito em poucos meses, deu vida a uma fórmula famosa: "A propriedade é um roubo". Sobre a importância que o autor atribuiu a esta máxima pode-se julgar pelo facto de o próprio Proudhon caracterizar esta frase curta como o acontecimento mais relevante do reinado de Luís Filipe.

Mais tarde, tornou-se sabido que Proudhon a retirara de Brissot, uma figura eminente da revolução burguesa em França, nos finais do século XVIII. Aliás, toda a originalidade do tratado de Proudhon se resumia apenas à forma de exposição: locuções rebuscadas em combinação com audácias estilísticas.

Quando Schwetzer, um dos representantes célebres do lassallianismo na Alemanha e então presidente da União Operária da Alemanha, pediu que K. Marx fizesse uma referência às obras de Proudhon, este respondeu-lhe o seguinte: "A sua primeira obra *Que É a Propriedade?* é, sem dúvida,

a melhor de todas. Constitui uma época inteira, se não pela novidade do conteúdo, pelo menos quanto à maneira, nova e audaz, de falar das coisas velhas...

Nesta obra de Proudhon ainda prevalece, por assim dizer, um estilo musculoso. E é precisamente este estilo que eu considero como mérito principal... A audácia arrogante com que ele atenta contra o *sanctum sanctorum* da economia política, os paradoxos gracejosos com que ridiculariza o raciocínio mesquinho burguês, a crítica demolidora, a ironia cáustica que transparece aqui e acolá, a indignação profunda e sincera contra a ignomínia do regime existente e a convicção revolucionária – eis as qualidades do livro *Que É a Propriedade?* que electrizaram e impressionaram o público leitor. Na história da economia política, no sentido científico rigoroso, o presente livro não mereceria nem sequer uma menção. Contudo, as obras sensacionais deste género também desempenham certo papel na ciência, do mesmo modo que na literatura de ficção..."[2].

Portanto, Proudhon afirma que a propriedade é um roubo, porque contraria a justiça. Mas pronunciou-se apenas contra a grande propriedade, opondo-lhe a pequena definida por ele como "posse". Depreende-se que, ao criticar a propriedade privada, teve em mente apenas a grande propriedade capitalista que explorava e arruinava os pequenos produtores. Era adversário do capital usurário, da bolsa, da especulação e defendia, embora ao princípio sob a forma de posse e mais tarde abertamente, a pequena propriedade privada

que, no seu entender, constituía a base do progresso económico e da liberdade pessoal do produtor.

É compreensível que o livro *Que É a Propriedade?* lhe tenha valido o ódio indissimulado dos grandes proprietários e dos seus apologistas. Os reaccionários desencadearam uma cruzada em defesa da "propriedade privada sagrada". A reacção da Academia de Besançon foi sumamente negativa. Foram organizadas ali assembleias fogosas, propondo até que o autor renunciasse ao seu livro ou que fosse anulado o estipêndio para ele. Proudhon foi acusado de ter instigado o ódio contra o governo e certas classes da sociedade e ultrajado a religião. Iniciou-se o julgamento, mas o tribunal absolveu Proudhon e autorizou a venda do livro.

Em 1843, Proudhon encontrou um emprego de superintendente numa firma de transportes de Lião. Isto deu-lhe a possibilidade de viajar muito, fez parte de vários processos judiciais, defendendo os interesses da firma. Em 1844, estando de passagem em Paris, conheceu Karl Marx. Mais tarde, Marx recordava que durante demoradas discussões, que às vezes duravam toda a noite "... contagiei-o, para mal dele, com o hegelianismo que, por não saber a língua alemã, nunca pôde estudar devidamente"[3].

Em 1843, Proudhon publicou o seu trabalho *Da Criação da Ordem na Humanidade* e procedeu ao livro *Sistema de Contradições Económicas ou Filosofia da Miséria* que veio à luz em 1846. Neste último, Proudhon apresentou detalhadamente os seus projectos relativos à organização social justa. A obra continha vários postulados teóricos que se

tornaram alvo duma crítica séria por parte dos fundadores do comunismo científico.

Antes de ver o seu livro editado, Proudhon escreveu a Marx a dizer: "Estou à espera da vossa crítica rigorosa". Com o tempo recebeu uma análise escrupulosa da sua obra, facto que pôs fim à amizade. K. Marx parafraseou o título original *Filosofia da Miséria* em *Miséria da Filosofia* e assim intitulou a sua obra (1847). As concepções proudhonistas impediam a difusão das ideias do comunismo científico entre as massas operárias e, por isso, era imperativo submetê-las a uma crítica profunda e circunstanciada e, com base nesta, enunciar várias teses importantes que vieram completar o acervo do comunismo científico.

Ao criticar as relações capitalistas, Proudhon pôr-se ao mesmo tempo em oposição à ideologia da classe operária. Com este propósito, Marx observou que Proudhon era um ideólogo típico da pequena burguesia e que o socialismo dele não era senão o socialismo dos artífices e das massas camponesas. Posteriormente, Proudhon sugeriu um plano de transformações sociais através da organização do Banco Popular. Este devia conceder créditos sem juros aos necessitados e trocar produtos. Para o efeito, Proudhon propôs que as notas de banco fossem cobertas não com moedas, lingotes ou bens imóveis, mas com produtos. Em consequência desta medida registar-se-ia a desvalorização e o desaparecimento das moedas de ouro e de prata, aumentariam incomensuravelmente as possibilidades de comercialização e escoamento, suprimir-se-iam os

impostos e as alfândegas, verificar-se-ia a transformação da propriedade, a extinção do Estado, etc. Falou da organização de serviços mútuos para todos os associados, o que, segundo o autor, equivalia à liquidação da exploração das massas trabalhadoras. Com a mesma finalidade, Proudhon lançou a ideia dum "bazar de troca".

Ao debruçar-se sobre a essência da teoria económica proudhonista, V. I. Lénine concluiu: "A ideia de Proudhon não consiste em liquidar o capitalismo e o seu alicerce, a produção mercantil, mas *depurar* esta base dos abusos, tumores, etc.; não em suprimir a troca e o valor de troca, antes pelo contrário, "constituí-los" e transformá-los em categorias gerais, absolutas, "*justas*", isentas de crises, oscilações e abusos"[4].

Proudhon subestimou o papel da produção e sobreestimou o da circulação e do comércio. Considerava que a penúria das massas operárias não resultava da exploração, mas era apenas um produto da troca injusta, desigual e não equivalente. Segundo Proudhon, a troca só pode ser justa sem dinheiro e assim desaparecerão o pauperismo, o luxo, a opressão, os vícios, a criminalidade e a fome.

Depreende-se que, para Proudhon, o caminho para transformações sociais não é a revolução, mas a modificação radical do sistema de troca. Para propagar as suas ideias, Proudhon começou a editar em Paris o jornal *Representante do Povo*. Escreveu artigos nos quais preconizava com perseverança o sistema de crédito desinteressado. Na véspera da revolução de Fevereiro de 1848,

declarou com certo desplante que era o único homem com quem o povo podia contar e a quem receavam os reaccionários. No entanto, absteve-se de participar nas batalhas revolucionárias nas ruas de Paris em 1848. Decerto aquela revolução deflagrara inoportunamente para ele, pois poucas semanas antes Proudhon "tinha provado" que a época das revoluções já estava ultrapassada.

Em Junho de 1848, nas eleições complementares para a Assembleia Constituinte, apresentou a sua candidatura. Publicou um *Programa Revolucionário* no qual, dirigindo-se aos eleitores do departamento do Sena, pôs a nu a essência de todo sistema. Não renunciou ao seu postulado de que "a propriedade é um roubo", mostrando-se antes seu defensor fogoso como outro burguês qualquer. Conseguiu o objectivo programado e tornou-se deputado da Assembleia. Tudo indicava que já estava próximo da sua meta final, a transformação pacífica da sociedade, desde que tinha à sua disposição a magna tribuna da Assembleia Constituinte, a imprensa prestes a propagar os seus cânones, assim como o governo que declarava a sua propensão para reformas.

Mas aqui intervieram as forças que Proudhon sempre procurava conter: os proletários parisienses já estavam saciados de palavreado. Enganados pelo governo burguês, desiludidos com a fraseologia oca sobre o "direito ao trabalho" tão mastigada no Palácio de Luxemburgo e provocados a acções por motivo de serem fechadas as oficinas nacionais, pegaram em armas a fim de defenderem os seus

fossem retirados das escolas os símbolos religiosos e tentou restituir a estas os prédios adequados.

A comissão chefiada por Viallant abordou também as questões relacionadas com o teatro. Na sessão da Comuna de 19 de Maio, Edouard Vaillant destacou o papel político e educacional dos teatros e propôs que os assuntos teatrais fossem incluídos na competência da delegação da Instrução Pública e dos seus funcionários respectivos. Discutindo a proposta de Vaillant, a Comuna reconheceu a necessidade de estabelecer o controlo do Estado sobre as artes.

As medidas que se levavam ao cabo em Paris não deixaram a mínima dúvida sobre o seu carácter comunista. Foi por isso que todas as forças reaccionárias se ergueram contra o Paris de operários.

A situação que se produziu impunha a necessidade de constituir um organismo especial que concentrasse nas suas mãos toda a plenitude do poder. Todavia, nem todos os dirigentes da Comuna estavam de acordo com essa medida: receavam que o poder "ditatorial" restringisse a competência das comissões. Os votos dividiram-se. A maioria mostrou-se favorável, ao passo que a minoria pronunciou-se contra. Vaillant votou contra a criação deste organismo, o Comité de Salvação Pública, mas ao mesmo tempo pronunciou-se em favor do decreto em linhas gerais, argumentando que a divisão necessária do poder asseguraria um controlo mais eficiente do trabalho das comissões. O Comité de Salvação Pública, eleito na sessão da Comuna de 1 de Maio,

representava uma amálgama dos revolucionários proletários e dos democratas pequeno-burgueses. Naquele período complexo, Vaillant exortava os dirigentes da Comuna a consolidarem as suas fileiras para salvar a revolução.

No entanto, o Comité de Salvação Pública já não era capaz de salvar a situação. Separada do resto do país, enfrentando a contra-revolução unida, sem apoio, a Comuna de Paris estava condenada ao fracasso. Na manhã do dia 27 de Maio, travou-se a última batalha entre os *communards* assediados e as tropas versalhistas, 20 vezes superiores aos insurrectos. Os *communards* defenderam até ao último alento a sua obra, mas as forças eram evidentemente desiguais.

A Comuna aguentou 72 dias. Os carrascos versalhistas reprimiram-na barbaramente, procurando deste modo acabar com qualquer tentativa e aspiração à liberdade. As esperanças da reacção de que, com os últimos defensores da Comuna de Paris enterrados na vala comum, ao pé da muralha do cemitério de Père-Lachaise, seriam enterrados para todo o sempre os ideais socialistas, foram vãs.

A Comuna de Paris ecoou nas massas trabalhadoras em diferentes países e por isso pode-se dizer que a Comuna continuou a viver e a lutar.

Os trabalhos de V. I. Lénine proporcionam uma análise valiosa da experiência da Comuna de Paris. Em 1911, publicou um artigo no *Jornal Operário* que terminava com as palavras seguintes: "A causa da Comuna é a causa da revolução social; é a causa

da emancipação política e económica completa dos trabalhadores; é a causa do proletariado de todo o mundo. E neste sentido esta causa é imortal"[6].

A Comuna de Paris foi uma tentativa audaz de destruir a máquina de Estado burguês ao serviço da exploração dos trabalhadores e criar um sistema político ao serviço de todo o povo. Suprimiu o exército velho, substituindo-o pelos destacamentos do povo armado. Em vez do sistema burocrático do aparelho burguês dependente dos magnatas, introduziu a elegibilidade e amovibilidade dos funcionários responsáveis perante os eleitores. Separou a Igreja do Estado. Concedeu ao povo os mais amplos direitos e liberdades e adoptou medidas que tinham em vista o melhoramento das condições de trabalho e de vida das massas trabalhadoras. Os *communards* tentaram criar o protótipo do Estado, que, posteriormente, veio a ser instaurado na Rússia em consequência da revolução socialista.

No campo das relações internacionais, a Comuna manteve-se fiel aos princípios democráticos consonantes com os interesses nacionais e internacionais do povo francês. Já no dia seguinte após a insurreição, o Comité Central da Guarda Nacional declarou que respeitaria incondicionalmente todas as condições prévias de paz com a Alemanha a fim de garantir a salvação da França republicana e a causa da paz universal. Na declaração dos *communards* pode-se distinguir os germes das ideias nobres que ressoaram com vigor extraordinário no primeiro acto do Poder Soviético, o Decreto da Paz, que ecoou por todo

o planeta em Outubro de 1917. Sendo um governo verdadeiramente nacional da França, a Comuna de Paris alçou a bandeira do internacionalismo e da solidariedade fraterna dos trabalhadores.

A debilidade, os erros cometidos e as imperfeições da Comuna de Paris residem principalmente na imaturidade do movimento operário daquela época e, antes de tudo, na falta de um partido político do proletariado. Na introdução à terceira edição do trabalho de K. Marx *A Guerra Civil em França*, lançada em 1891, Friedrich Engels escreveu:

"Os dirigentes da Comuna dividiram-se numa maioria composta pelos blanquistas, que dominam também no Comité Central da Guarda Nacional, e numa minoria integrada pelos membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, principalmente seguidores da escola socialista de Proudhon. Quanto aos blanquistas, eram, na sua massa, socialistas apenas por instinto revolucionário e proletário: poucos evoluíram até à compreensão mais ou menos clara dos postulados fundamentais, graças a Vaillant que estava a par do socialismo científico alemão. Daí que se torne claro por que motivo a Comuna ignorara, no domínio económico, tantas coisas que, segundo os nossos discernimentos actuais, deveria realizar. Decerto é mais difícil compreender porque é que a Comuna parou com veneração diante das portas do Banco Francês. Se o Banco estivesse nas mãos da Comuna, com certeza absoluta isto teria maior importância do que a detenção de dez mil reféns. Neste caso, a burguesia francesa exerceria pressão sobre

o governo de Versalhes, a fim de concluir a paz com a Comuna. Seja como for, é ainda mais assombroso o número de vezes que a Comuna procedera com acerto, apesar de ser composta por blanquistas e proudhonistas"[7].

Após a derrota dos *communards*, Vaillant conseguiu encontrar refúgio numa das casas e, de madrugada, passou para outro lugar mais seguro. Nos fins de Junho conseguiu, com a ajuda dum amigo, um passaporte que lhe dera a possibilidade de atravessar a fronteira espanhola e, daí, através de Portugal, partir para a Inglaterra. Em 1872, foi condenado por contumácia à pena capital.

Em Londres, Vaillant prossegue a sua actividade política. Em 1871, foi eleito membro do Conselho Geral da I Internacional. Foi delegado à Conferência de Longres (1871) e do Congresso de Haia (1872) da I Internacional e desempenhou um papel de destaque entre os emigrados blanquistas em Londres.

Foi também membro do "Club dos emigrados" e da "Comuna revolucionária" fundada pelos blanquistas residentes em Londres. Ao regressarem a França, os membros desse Club organizaram o "Comité Central Revolucionário" que em pouco tempo passou a ser o núcleo do partido blanquista.

Após a amnistia (1880), Vaillant regressou à pátria. Ao princípio, viveu no departamento de Cher, um dos centros industriais da França, onde fundou uma organização socialista. E se as ideias socialistas se arraigaram naquela zona, o mérito foi de Vaillant.

Durante o ano 1880, participou em várias manifestações e assembleias, assim como nas eleições municipais. Sempre se via entre os proletários em greve. Depois do departamento de Cher, Vaillant apareceu em Paris e reiniciou a sua actividade no Comité Central Revolucionário em coligação com os socialistas. Após a morte de Blanqui (1881), Edouard Vaillant pôs-se à frente do Comité Central Revolucionário dos blanquistas.

A partir dos meados dos anos 80, o movimento revolucionário francês começou a se reanimar. Os elementos mais activos eram os socialistas dirigidos por Jules Guesde, que introduziu um novo espírito no trabalho dos grupos socialistas: as discussões sem fim foram trocadas pela propaganda do socialismo junto dos operários. Seguindo a experiência dos social-democratas alemães, Jules Guesde propunha-se introduzir o socialismo científico nas massas proletárias e, deste modo, conseguir a fusão da tendência marxista e do movimento operário espontâneo, mediante a criação dum partido operário independente.

Todavia, o movimento socialista francês estava dividido. Paralelamente com o Partido Operário de Jules Guesde, existiam grupos e correntes diferentes. Mas, pouco a pouco, iam encontrando mais pontos convergentes, lançando assim a base para a unificação futura de todas as forças revolucionárias francesas. Vaillant também compreendia a necessidade deste passo.

Em virtude do grande prestígio entre os trabalhadores, Vaillant foi eleito, em Maio de 1881, conselheiro municipal de Viersanne e do bairro

operário Pére-Lachaise em Paris. Na qualidade de conselheiro municipal, insurgiu-se contra a expedição colonial francesa na Tunísia (1881) e desenrolou uma enérgica campanha de acusação contra o governo de Jules Ferry que a organizara. Edouard Vaillant interveio em torno desta questão tanto em Paris como na sua cidade natal Viersanne. Acompanhado de aplausos e gritos de "Viva a Comuna!", declarou publicamente que não havia outro parlamento mais fraudulento que aquele que fora eleito em 16 de Maio e que toda a nação deveria exigir que os seus deputados cumprissem dignamente o dever de que foram incumbidos.

Nos anos 80, Vaillant redigiu os jornais de cariz socialista *O Homen Livre* e *Grito do Povo*. Condenou a actividade fraudulenta da companhia do Canal do Panamá e o envolvimento criminoso de alguns altos funcionários franceses naqueles malabarismos. A bancarrota da companhia arruinou largos milhares de pequenos accionistas e provocou a queda maciça. Vaillant escreveu a este respeito que o escândalo panamenho era apenas um triste episódio no roubo capitalista em larga escala da riqueza da nação e uma consequência lógica da pilhagem da classe operária por parte da classe dominante.

A táctica consequente e a defesa intransigente dos interesses do proletariado fizeram com que Vaillant ganhasse a simpatia e confiança dos eleitores. Em 1893, foi eleito para a Câmara dos Deputados. Combateu activamente Millerand que, na década de 90, aderira aos socialistas e encabeçara a tendência oportunista no seio do

movimento socialista francês. Em 1899, Millerand fez parte do governo reaccionário burguês de Waldeck-Rousseau que se havia comprometido a colaborar com o carrasco impiedoso da Comuna de Paris, o general Galliffet. Expulso do partido socialista (1904), Millerand formou, com o apoio dos outros ex-socialistas, o partido dos "socialistas independentes", tendo ocupado, no período de 1909 a 1915, diferentes postos ministeriais.

Nas eleições para a Câmara dos Deputados em 1897, Vaillant foi eleito por maioria esmagadora de votos, pois nenhum partido pudera apresentar um candidato mais digno. Sempre preocupado com a situação das massas trabalhadoras, submeteu à consideração da municipalidade parisiense uma série de projectos e propostas sobre a melhoria das condições de vida e trabalho dos operários. Uma parte destas propostas foi adoptada. Vaillant avançou um projecto de legislação operária, cujos pontos principais se resumiam ao seguinte: dia de trabalho de oito horas, tempo semanal de trabalho não superior a 48 horas, proibição do trabalho infantil, redução do dia de trabalho para mulheres e adolescentes, introdução das normas sanitárias nos sectores de indústria insalubres e nocivos, previdência dos acidentes, por velhice, invalidez e doença, intervenção das comissões operárias, instituição dum gabinete internacional para questões de estatística e elaboração de projectos-leis.

Atendendo à situação desesperada dos desempregados, Vaillant pôs-se à frente duma campanha, cujo objectivo era exigir que fossem

instituídas caixas para operários necessitados, regulamentadas as condições de trabalho e garantido o ordenado mínimo. Mercê da intercessão de Vaillant e dos seus adeptos, o conselho municipal de Paris doou dez mil francos em favor dos mineiros de Decazeville que se haviam declarado em greve. Além disso, exigiu que o governo confiscasse as minas de Decazeville à sociedade anónima e as pusesse à disposição das associações operárias. Esta proposta estendia-se a todas as minas, caminhos-de-ferro e canais.

A variante posterior do projectó propunha a dissolução do exército regular e a sua substituição pela milícia popular. Vaillant foi ainda mais longe, propondo que nas escolas fossem organizados refeitórios com subvenção anual proveniente da municipalidade de Paris de centenas de milhares de francos. Ali, os filhos das famílias desfavorecidas poderiam ter um almoço gratuito, ao mesmo tempo que os das famílias com maior rendimento poderiam ter uma refeição por pagamento insignificante.

Toda a actividade de Vaillant no município atesta a sua luta consequente e consciente pelos interesses das massas trabalhadoras. Contactou frequentemente com os seus eleitores. E apesar disso teve tempo para estudar questões sociológicas e acompanhar a evolução do movimento operário noutros países. Em vários trabalhos perpassa a ideia da necessidade de regular a produção e auxiliar os desempregados. No entanto, não sendo marxista, Vaillant não pôde propor medidas drásticas para liquidar as crises, por outras palavras, a

supressão do modo de produção capitalista. E por isso as suas propostas tinham um carácter limitado, tratando apenas as questões referentes à segurança de trabalho, à regulação estatal do trabalho.

A Vaillant cabem consideráveis méritos no desenvolvimento e na consolidação do movimento socialista francês nos finais do século XIX e inícios do XX. Preparou o terreno para a conciliação entre os guesdistas e outros grupos socialistas. Este trabalho deu resultados positivos: em 1901, foi formado o Partido Socialista da França (PSF). Com base na fusão do Conselho Nacional de orientação guesdista e do Comité Central Revolucionário no qual dominavam os partidários de Vaillant, era o Conselho Central do novo partido que exercia a direcção no intervalo entre os congressos. O partido prestou muita atenção à imprensa, tendo em vista a dinamização da propaganda das ideias socialistas no movimento operário. Nos fins do ano 1904, a partido já controlava 22 jornais. Os partidários de Vaillant introduziram um espírito combativo no novo partido, a sua experiência de trabalho junto das massas operárias e de utilização das instituições republicanas.

Em 1902, em resultado da unificação de múltiplas organizações socialistas, foi fundado o Partido Socialista Francês (PSF). De acordo com os estatutos adoptados por proposta de J. Jaurès no congresso de Tours, o socialismo foi declarado como um elemento imprescindível da "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão". Diferentemente do Partido Socialista da França,

este tinha cariz expressamente reformista e não ocultava a sua orientação.

A concentração de numerosas tendências e correntes socialistas em dois partidos foi um passo sério na unificação do movimento revolucionário e contribuiu para o entendimento em torno de muitos problemas actuais.

O grupo de deputados socialistas revolucionários, e sobretudo os partidários de Vaillant que haviam acumulado uma rica experiência, defenderam activamente os interesses das massas trabalhadoras. De acordo com os estatutos do Partido Socialista da França, os seus deputados deviam alcançar todas as reformas orientadas para a melhoria das condições de vida da classe operária.

No campo político, entre o Partido Socialista da França, e o Partido Socialista Francês havia bastantes pontos tangentes. Os militantes e activistas de ambos os partidos iam chegando à conclusão de que as divergências entre os socialistas só podiam prejudicar a causa comum. A burguesia beneficiava da falta de unidade entre os socialistas. A própria situação impunha a necessidade de unificação de todas as forças de esquerda a fim de activar a luta contra o capital.

O estímulo para a unificação foram, em parte, as decisões do congresso da II Internacional em Amsterdão (Agosto de 1904) que discutiu a questão "Sobre as Regras Internacionais da Táctica Socialista". Após debates e discussões árduos, o congresso adoptou unanimemente uma resolução sobre a unidade no movimento socialista. Isto

varreu o caminho para a unificação. Os dois partidos socialistas franceses repesentados constituíam secções do mesmo partido internacional, tinham de se subordinar às suas decisões e unificar-se.

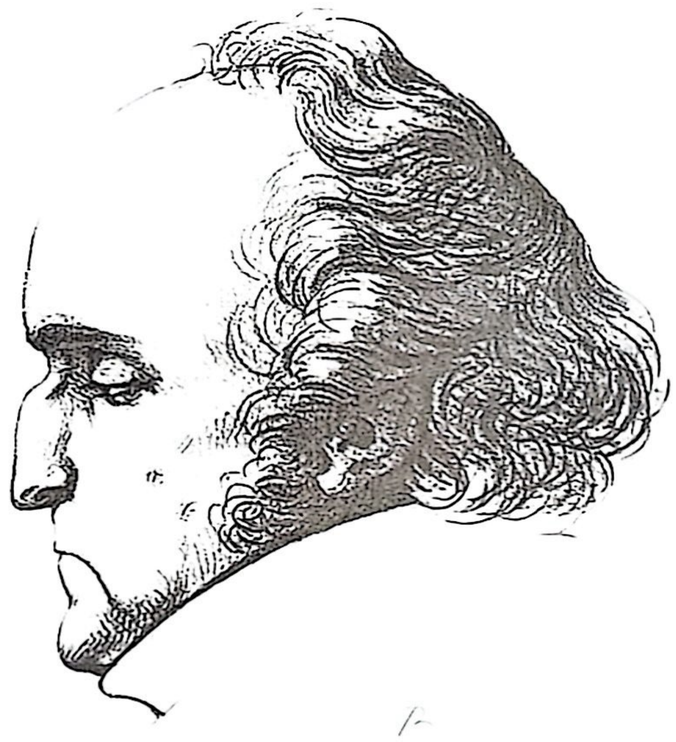
Poucos dias após o congresso, a Comissão Executiva do Partido Socialista da França declarou que o partido estava prestes a cumprir o seu dever e a efectuar a unificação com base nos princípios definidos nos congressos internacionais. Nos fins do ano de 1904, foi constituída uma comissão conjunta de unificação que preparou a Carta da Unidade. Este documento consagrou a passagem do partido de Jaurès para as posições de Guesde, Vaillant e outros em várias questões fundamentais. Em Abril de 1905, teve lugar o congresso de unificação que criou o Partido Socialista Francês Unificado. Deu-se assim por concluído um longo processo de unificação de todas as forças socialistas da França, no qual desempenharam um papel importante Vaillant, Guesde e Jaurès.

No partido socialista recém-formado, Vaillant distinguiu-se como um dos dirigentes mais activos. Juntamente com Guesde, Longuet e Jaurès, tomou parte nas sessões do Bureau Socialista Internacional com sede em Bruxelas.

Em 1905–1907, na França passou uma vaga de manifestações e comícios de solidariedade com a primeira revolução russa. Vaillant e Jaurès saudaram a primeira acção do proletariado russo. Ao mesmo tempo, Vaillant pronunciou-se resolutamente contra a política colonial do governo francês, o perigo militar e o militarismo. Na brochura *Supressão do Exército Permanente e dos Conselhos de Guerra* Vaillant constatou que o militarismo defendia os privilégios dos capitalistas e, enquanto o regime capitalista existisse, as guerras permaneceriam.

A partir de 1914, Vaillant assumiu uma posição social-chauvinista, exortando os socialistas a cumprirem o dever de soldados "para o bem da França, da república e da humanidade!". Porém, apesar dos erros, Vaillant não parou a sua luta enérgica contra a exploração capitalista, pelos interesses das massas trabalhadoras, propondo numerosas medidas tendentes a melhorar a dura vida dos operários.

No dia 18 de Dezembro de 1915, com 75 anos de idade, parou o coração do lutador activo da Comuna de Paris, personalidade destacada do movimento revolucionário da França.



Charles Fourier
1772-1837

O AXIOMA DA FILOSOFIA SOCIAL

Charles Fourier viu como o organista no coro lançou pensativamente a cabeça para tràs e de repente premiu convulsivamente o teclado do instrumento. Os sons fortes irromperam nas trevas da igreja e penetraram no íntimo da criança. As lágrimas apareceram no seu rosto. O pai inclinou-se para ele, sussurrando-lhe rapidamente: "Respeita os pais, não mintas, não enganes, diz a verdade e só a verdade. Assim manda a Escritura Sagrada..."

A seguir à missa de manhã, iam para a sua loja, esquecendo-se logo dos sermões e prédicas. Ali tudo era ao contrário. Os empregados vigarizavam os fregueses nas contas, impingiam-lhes mercadoria má e podre, ao mesmo tempo que o proprietário da loja, senhor Fourier, meneava a cabeça e pigarreava em sinal de aprovação. Os pais, vendo que o filho tomava demasiado a sério os mandamentos da Bíblia, diziam: "Este menino não serve para o comércio".

Nem o senhor nem a senhora Fourier suspeitavam que tinham razão. Aos sete anos, Charles jurou ter ódio ao comércio e permaneceu

fiel a este juramento até ao fim da vida. No entanto, a vida fê-lo passar longas horas atrás do balcão ou a trabalhar no escritório, calculando os lucros e despesas. Talvez não tivesse havido em toda a França uma pessoa que repudiasse tanto o seu ofício e que sonhasse em destruir o estado de coisas existente.

Quando Charles cumpriu dez anos, começou a cursar o colégio jesuíta de Besançon. Fourier figurava entre os melhores alunos e todos os anos era premiado. O rapaz tinha uma vocação especial para a geografia. A sua fantasia incontida levava-o a diferentes países. O dinheiro que lhe restava, gastava-o em comprar álbuns e mapas geográficos.

Terminado o colégio, Fourier, contra a vontade da mãe, que sonhava fazer do filho um comerciante, decide ingressar no colégio de engenharia. Porém, a sua intenção não foi concretizada. A França feudal, a França dos estratos sociais privilegiados, proporcionou a Charles Fourier, oriundo da terceira condição social, uma lição de injustiça social: no colégio podiam inscrever-se exclusivamente os filhos dos nobres.

Charles viu-se obrigado a trabalhar numa casa comercial em Ruão e, mais tarde, em Lião. Mas a vida proporcionava-lhe momentos felizes: a leitura de livros interessantes, as visitas a cidades e países onde esteve de passagem como comerciante. Pouco depois, Fourier recebeu a herança do pai e pôde abrir em Lião uma loja de mercadorias do ultramar.

Lião, nos fins do século XVIII, era a segunda cidade industrial e comercial da França a seguir

a Paris. Foi justamente ali, nas condições das relações capitalistas desenvolvidas, que se foram formando as concepções comunistas de Fourier.

A revolução de 1789 afectou seriamente os interesses da burguesia desta cidade, outrora bastante próspera. A burguesia viu-se drasticamente restringida nos anos da ditadura jacobina. A queda do comércio, as leis férreas que proibiram a especulação, os empréstimos obrigatórios sem juros exigidos aos grandes comerciantes e outras medidas jacobinas fizeram com que as camadas favorecidas urbanas se indispuserem contra a Convenção Nacional. No dia 29 de Maio de 1793, os girondinos da cidade de Lião sublevaram-se. O poder dos jacobinos caiu, o prefeito da Comuna de Lião foi executado. Os acontecimentos impetuosos não passaram por cima de Fourier e o jovem comerciante foi mobilizado para o exército dos insurrectos. A Convenção Nacional enviou à cidade os seus membros mais destacados – Couthon, Collot d'Herbois, Fouché e outros – para esmagar a contra-revolução. Os amotinados não conseguiram resistir muito tempo e a cidade capitulou.

Fourier foi preso, mas conseguiu evitar represálias e refugiou-se na sua terra natal, em Besançon. Por acaso foi ali preso outra vez. Solto, Fourier foi chamado a prestar serviço militar, no qual adquiriu a reputação de um defensor fiel, honesto e audaz da França revolucionária. Elaborou um projecto original de travessia do rio Reno e dos Alpes, pelo que o general Carnot lhe expressou a sua gratidão. No entanto, em 1796

Fourier retirou-se do serviço militar por má saúde e viu-se forçado a reiniciar as suas actividades comerciais.

Fourier foi testemunha de como uma nova força social – a burguesia que, mercê dos esforços heróicos dos trabalhadores, arrasara os alicerces feudais na França – subiu ao trono do domínio político. O jovem pensador concluiu que o regime burguês recém-nascido e tão enaltecido e nobilitado pelos filósofos e economistas se encontrava em contradições flagrantes com os objectivos da existência humana.

Foi a própria vida que confirmou a justeza das observações de Fourier. Trabalhando como empregado de armazém em Marselha, recebeu um dia a ordem de deitar ao mar cerca de mil toneladas de arroz que se estragara no armazém, enquanto se esperava a subida de preços. Os exemplos deste tipo demonstravam que a enorme massa de produtos do trabalho humano não era mais que objecto de criminosa especulação. Fourier viu como encarecia a produção em função dos preços intencionalmente elevados das matérias-primas, das mercadorias e dos produtos agrícolas. Indignava-se com a concorrência livre que transformava os homens em rebanho de animais.

Desiludido com o mundo que o rodeava, Fourier afundou-se nos pensamentos sobre as causas do mal e os caminhos de salvação da humanidade. Aos 30 anos, Fourier decidiu que a sua predestinação era tornar-se um reformador social.

O próprio Fourier relaciona a intenção de criar

um plano de transformações sociais com dois episódios da sua vida: primeiro, a destruição do arroz no porto de Marselha e, segundo, um jantar num dos restaurantes parisienses, onde por uma maçã pagara cem vezes mais que na Normandia. Ambos os casos o convenceram definitivamente da imperfeição do "mecanismo industrial" do regime burguês. Mais tarde, Fourier recordava que, do mesmo modo que uma maçã colocara Newton no caminho da descoberta da lei da gravitação, também lhe sugerira a ideia da "associação".

Estes raciocínios um pouco ingénuos de Fourier não podem deixar de suscitar um leve sorriso. É que o assunto não se resumia, sem dúvida, a uma maçã, ainda que pudesse iluminar o espírito do pensador. Decerto toda a formação sócio-económica do capitalismo que invadiu toda a França, que nada reconhecia, excepto a riqueza, e que, tendo um só ídolo – o dinheiro –, arrasava tudo, não pôde deixar de indignar um homem que desde a infância se insurgiu contra o mal, a fraude e a especulação. Sem se dar conta disso, ele pôs-se no caminho das reformas sociais.

Charles Fourier expôs em dois trabalhos os seus primeiros projectos de transformações sociais: *A Harmonia Universal* (1803) e *Teoria dos Quatro Movimentos e dos Destinos Gerais* (1808).

A Harmonia Universal é um artigo suscinto de apenas 56 linhas que veio à luz em Dezembro de 1803. Os seus leitores, principalmente homens prósperos e de bom senso, puderam verificar que o senhor Fourier era uma figura extraordinária. O artigo expõe uma teoria matemática sobre

o destino dos planetas e dos seus habitantes. O autor afirma que a humanidade deve atravessar três períodos sucessivos – de selvageria, de barbárie e de civilização – antes de chegar ao estado da Harmonia, estado de felicidade e prosperidade universais no qual todo o mundo formará um império unitário governado por uma administração única. O trabalho de Fourier ficou incompreensível para os cidadãos de senso comum, em virtude da visão estreita da burguesia. Além disso, os leitores sentiram-se arrepiados pelo estilo altivo e arrogante do artigo. Nem puderam compreender que o artigo apresentava postulados básicos da futura filosofia social de Fourier.

O artigo *A Harmonia Universal*, que provocara tanta incompreensão e escárnio, reforçou o desejo de Fourier de enunciar a sua descoberta a todo o mundo. Sentia que era necessário pôr em ordem e sistematizar as suas concepções, o que não era possível fazer em forma de artigos. Procedeu ao trabalho sobre livros e brochuras, cujo primeiro resultado foi a publicação (1808) dum livro circunstancial *Teoria dos Quatro Movimentos e dos Destinos Gerais*, no qual Fourier critica os vícios da sociedade burguesa e põe a nu os aspectos repugnantes do comércio, do matrimónio, da "liberdade do amor" e da educação capitalistas. Desta vez, os seus pensamentos foram expostos de uma forma imperfeita, com abundantes enunciados confusos e complexos e numerosas alegações às leis dos "quatro movimentos" descobertas por ele.

Contudo, esta obra de Fourier foi o primeiro projéctil atirado contra o capitalismo. A sociedade

em que dominava o espírito de empresa e lucro pagou-lhe com a mesma moeda: o livro não teve procura. Mesmo nas livrarias de Paris, o livro cobria-se de poeira ao longo dos anos. No entanto, este facto não diminuiu o entusiasmo de Fourier. Prosseguiu o trabalho sobre o desenvolvimento das suas ideias.

No período de 1816 a 1822, Fourier viveu na província perto de Lião. Já tinham começado a aparecer os primeiros discípulos e partidários. Em 1822, foi publicado o *Tratado da Associação Doméstica e Agrícola* que nas obras completas editadas depois da morte figurava sob o título *Teoria da Unidade Universal*. O *Tratado* contém partes e capítulos relativos às concepções filosóficas e sociológicas do autor. É prestada bastante atenção também à crítica social. Todavia, é a descrição de uma sociedade harmoniosa que ocupa mais espaço.

Em contraste com *A Teoria dos Quatro Movimentos*, Fourier não se limitou a escassas alegações, mas enunciou pormenorizadamente o modo de vida das associações de trabalho. Tentou elaborar e fundamentar circunstanciadamente a organização dos núcleos de trabalhadores, as falanges. Os prédios públicos destinados para a vida, o trabalho e o descanso dos trabalhadores chamam-se falanstérios. Fourier supunha que as primeiras falanges experimentais poderiam ser criadas imediatamente sem esperar as modificações no regime social.

Fourier acreditava que apareceria uma alta personalidade ou um rico que pusesse em prática o seu sistema. E daí começou a apelar para os

homens insignes e os multimilionários europeus, bem como para os soberanos. A sua ingenuidade era incrível: publicou nos jornais um anúncio que dizia que do meio-dia até à 1 hora da tarde estaria no seu apartamento à espera de quem desejasse contribuir para a criação da falange. Permaneceu longos anos no apartamento com as suas esperanças vãs.

Dado que os milionários não se mostravam apressados em comparecer, Fourier viu-se obrigado a ganhar a vida, trabalhando nos escritórios de Paris e de Lião. Porém, em 1828 conseguiu livrar-se por algum tempo da escravidão detestável graças ao apoio material dos amigos e seguidores, facto que lhe possibilitou concluir o trabalho sobre o livro *O Novo Mundo Industrial e Social* e editá-lo à custa duma das suas discípulas. É a melhor obra de Charles Fourier. O desenvolvimento do capitalismo proporcionou ao autor bastantes materiais para a crítica durante os 25 anos da sua actividade literária. Ao mesmo tempo, Fourier enriqueceu a sua visão da sociedade futura, expondo agora as suas concepções duma forma clara e sem elementos místicos. A. Bebel qualificou este livro como a "quinta-essência" das concepções de Fourier.

A obra *O Novo Mundo Industrial e Social* tem o subtítulo *Invenção do Processo de Indústria Atraente e Natural Distribuída em Séries Passionais.* No princípio do livro o autor enuncia que resultados podem dar as suas descobertas para a humanidade: a quadriplicação do rendimento existente e a multiplicação por vinte do rendimento

relativo, a emancipação dos negros e escravos concordada com os seus senhores, o progresso da agricultura e da cultura, a implantação à escala mundial das proporções harmoniosas nos campos linguístico, monetário, de medidas, etc. Em seguida passa a descrever pormenorizadamente qual deveria ser o novo regime social justo, as falanges, concebido por ele. Apesar das promessas miraculosas e aliciantes, o livro enfrentou uma indiferença absoluta por parte da sociedade. Nem sequer apareceram artigos satíricos insinuando o desequilíbrio mental do autor como no caso da *Teoria dos Quatro Movimentos.* Um silêncio, uma conjuração silenciosa.

Nos fins dos anos 20, Fourier mudou-se para Paris. Pouco a pouco, ia-se formando um círculo de seguidores, dos quais o mais destacado e zeloso era Victor Considérant, posteriormente deputado do parlamento. Em 1832, os fourieristas tentaram fundar uma falange experimental e começaram a angariar meios por assinatura, mas nada resultou. Então Fourier, com a ajuda dos discípulos, organizou a revista "A Reforma Industrial" que existiu apenas um ano.

Abalado pelos infortúnios da vida, enigmático até para os seus próprios discípulos e partidários, Fourier continuava a escrever diariamente com a perseverança de um pedante. Em resultado apareceram o livro *A Falsa Indústria* e vários artigos que abordavam problemas sociais e económicos. Apesar do agravamento do estado de saúde, prosseguia no trabalho com firmeza e energia criadora ainda maior.

Fourier era uma pessoa generosa, mas um pouco estranha. Levava uma vida de eremita e de solteirão, no entanto no trato era delicado e cortês. Era um interlocutor gracioso; conseguia assombrar e fazer os outros rir enquanto ele próprio se mantinha sereno e sério. Era muito pontual e exacto e até gostava de calcular e medir tudo. Sempre absorto, era muito distraído. Raras vezes ria: habitualmente o seu rosto era pensativo. Era, afinal, o rosto dum pensador e sonhador.

Fourier cria profundamente na sua predestinação especial. Num poema escrito no início dos anos 30, profetizou que as suas cinzas repousariam no Panteão.

No dia 10 de Outubro de 1837, a empregada de casa entrou de manhã no seu quarto modesto e encontrou-o morto. Poucos amigos e discípulos o acompanharam no último trajecto conducente ao cemitério de Montmartre.

Na campa de Fourier não há nenhum obelisco. Uma lápida simples com a inscrição seguinte:

Aqui repousam os restos de
CHARLES FOURIER

Fourier consagrou a sua vida ao desmascaramento do regime capitalista embutido de contradições sociais. A sua criação embele um patético humanista e o desejo veemente de encontrar e instaurar uma ordem que garanta o trabalho, os meios de subsistência e a prosperidade para a classe desfavorecida. Fourier ergueu-se resolutamente contra a sociedade burguesa. Segundo ele, a humanidade, através de

duros sofrimentos, alcançou no período de civilização tal nível de desenvolvimento industrial que já tornou possível a realização da harmonia. Contudo, as condições de existência não melhoraram, antes se agravaram ainda mais. Caractarizando as chamadas sociedades civilizadas, atribuiu-lhes falta de organização e penúria generalizada, por um lado, e a existência dum estrato bastante numeroso de parasitas que vivem à custa das massas trabalhadoras.

Os clássicos do marxismo estimaram a obra de Fourier. Constatando que os trabalhos de Fourier, eram, em certo grau, inferiores aos de Saint-Simon e alguns saint-simonistas, Engels reconheceu que, de todas as maneiras, em Fourier "há algo que se não encontra nos saint-simonistas, a saber: a procura científica e o pensar sensato e livre de preconceitos, isto é, a filosofia social..."[1]. F. Engels apreciou altamente o enunciado de Fourier acerca da transição dialéctica da sociedade dum estado inferior para outro superior, dizendo a este propósito que Fourier, como Hegel, dominava habilmente a dialéctica.

"Mas a grandeza de Fourier ganhou relevo – frisou F. Engels – na matéria da interpretação da história social. Ele classificou o curso histórico precedente em quatro degraus de desenvolvimento: selvageria, patriarcado, barbárie e civilização; este último coincide com o que nós chamamos agora a sociedade burguesa..."[2].

K. Marx e F. Engels nas suas obras chamaram a atenção para os aspectos positivos e negativos de alguns postulados de Fourier. K. Marx demonstrou

que o ponto de partida de Fourier era a doutrina dos materialistas franceses. Isto refere-se antes de tudo a duas ideias básicas de Fourier. A primeira: a ideia da unidade universal. Ele afirma que existe um movimento unitário do mundo material e espiritual. A segunda: a ideia da lei universal. Fourier afirma a unidade entre o Universo e todos os seus elementos, entre a natureza e a sociedade humana. Tanto a natureza como a sociedade estão sujeitas às mesmas leis gerais que a humanidade terá de descobrir. O movimento constitui a base da natureza e da sociedade. O grande Newton descobriu no século XVII a lei da gravitação universal e as leis básicas do movimento material. Fourier supunha que tinha descoberto as leis do movimento social, as leis que regem a matéria social.

Com base na ideia da unidade e universalidade da natureza e do homem, Fourier concluiu que a lei universal da gravitação e atracção da matéria se manifestava no campo social sob a forma das paixões características do homem e, por conseguinte, o organismo social devia modelar-se sobre a atracção passional inerente ao homem. Segundo Fourier, o único caminho para a reorganização das relações sociais e a edificação do novo regime social justo era descobrir todas as paixões, descrevê-las e classificá-las. As paixões são de natureza divina e foram inculcadas no homem de acordo com um plano determinado. Por isso é necessário tê-las em conta, quando se trata de qualquer tentativa de remodelar as relações sociais.

Apesar do carácter vago e ingénuo destes

raciocínios, Fourier notou uma série de leis fundamentais do capitalismo e mostrou as tendências de desenvolvimento deste regime social. Por exemplo, encontramos nas suas obras observações com respeito ao processo de concentração que leva inelutavelmente à formação dos monopólios e ao distanciamento cada vez maior entre os ricos e os pobres; às crises e à sua ligação indissolúvel com a desorganização geral do sistema; ao crescimento dos antagonismos sociais. Via claramente toda a quimera do progresso social no capitalismo e a recessão constante do nível de vida das massas trabalhadoras.

Fourier demonstrou que o regime burguês incentiva o caos e a anarquia na produção, as guerras, a criminalidade e, quanto mais evoluído é, mais repugnante e caduco se torna. Fourier viu os indícios da decomposição e os vícios da civilização sua contemporânea na desordem e na anarquia que reinavam. Descreveu com acerto as fraudes especulativas e o espírito mercantil mesquinho que vigoravam no comércio, descreveu com grande dose de sátira as relações entre sexos na sociedade burguesa e a situação da mulher. É a ele cabe a ideia de que pela liberdade da qual goza a mulher numa sociedade dada se pode julgar o nível geral de liberdade que vigora nessa sociedade.

Fourier caracterizou o regime capitalista como "o mundo às avessas". Referindo-se ao antagonismo entre a indústria capitalista e a agricultura, condenou o sistema explorador de latifúndios e mostrou a falta de perspectiva para os minifúndios.

Fourier provou que à medida que o capitalismo se desenvolve, aumenta o precipício entre a riqueza e a miséria. Notou o facto paradoxal de nos países industriais evoluídos haver mais indigentes que nos países menos desenvolvidos. Deste modo, conjecturou a lei universal de acumulação capitalista descoberta por K. Marx.

É também valiosa a afirmação de Fourier de que o capitalismo, em função da dominação da propriedade privada e da existência do enorme exército de desempregados, priva os trabalhadores do direito ao trabalho. Descreve a penúria horrível e deprimente das massas desempregadas. O insigne socialista utopista evoluiu até à compreensão dialéctica da realidade social e concluiu pela necessidade de suprimir o capitalismo enquanto regime de organização social viciosa impossível de ser curada com expedientes paliativos.

Fourier foi testemunha da estratificação da sociedade em classes e provou que a classe mais pobre estava privada das liberdades políticas e sociais. Porém, estava longe de compreender que a luta de classes era a força motriz principal da história. Como Saint-Simon, Fourier agrupou os empresários e os operários assalariados num só grupo, considerando-os como classe trabalhadora. E daí decorre a sua fé ingénua e idealista na possibilidade de transformação pacífica da sociedade mediante a razão, quer dizer, mediante a adopção da sua doutrina pelos poderosos da Terra.

Por um lado, não aceitou igualitário "socialismo dos indigentes", mas, por outro,

julgava possível a conservação das classes e do lucro na sociedade futura. Para ele, o trabalho, o capital e o talento eram os únicos factores determinantes do progresso social. Fourier não conseguiu penetrar em profundidade do antagonismo entre o trabalho e o capital na esfera da produção, centrando-se mais no capital comercial e usurário do que no industrial.

Contudo, não se deve esquecer que muitos dos erros deste pensador genial decorriam da imaturidade das relações capitalistas naquele período, facto que o impediu de ver claramente o abismo que separava os proletários e os capitalistas. Fourier condenou tanto os defeitos do capitalismo na economia como também a sua política, moral, cultura e educação. Submeteu a uma crítica demolidora toda a instituição do matrimónio burguês que degenerara numa transacção de compra e venda. K. Marx e F. Engels estimaram supinamente este aspecto importante da sua crítica na obra *A Sagrada Família.*

Longe de ser materialista, Fourier demonstrou, todavia, que todo o poder político, a ciência, a filosofia, a religião e a moral estavam ao serviço das classes dominantes e ricas. Com ironia referiu-se às constituições burguesas, frisando que estas prometiam aos desfavorecidos direitos ilusórios e efémeros, negando-lhes o essencial – um pedaço de pão.

O grande socialista utopista contestou a palavra de ordem proclamada pela burguesia "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", ainda em voga na França. Seria absurdo, afirma o autor, falar de

liberdades políticas e sociais enquanto a classe pobre tinha de ficar cada vez mais escravizada com o trabalho assalariado. Daí ser ilícito constatar a existência de liberdades sociais na sociedade burguesa. Tal conclusão faz contrastar as concepções de Fourier e as dos filósofos do século XVIII. Proporcionou uma crítica aguda e original de todos os aspectos da civilização burguesa. Fourier apresenta o capitalismo como regime social cheio de contradições internas. "Fourier – escreveu F. Engels a este propósito – proporciona um exemplo de como se pode demonstrar a inutilidade da sociedade existente só mediante a crítica à burguesia e, mais concretamente, às suas relações internas, sem abordar ainda as suas relações com o proletariado e, nesta base, concluir pela necessidade de reorganização social. E neste aspecto Fourier continua a ser o único"[3].

A crítica de Fourier era implacável e sem reserva. Foi exactamente por este espírito crítico indómito e sincero que K. Marx e F. Engels puseram o nome de Fourier a par dos de Saint-Simon e de Owen, classificando-o como um dos pensadores socialistas que "em muitos aspectos eram revolucionários"[4].

Fourier foi utopista durante toda a sua vida. Apelou para soberanos e magnates, supondo que eles poderiam lançar os alicerces da associação que depois se estenderia espontaneamente por todo o mundo. Criticando o capitalismo e pondo a nu todos os defeitos e contradições da sociedade burguesa, Fourier não conseguiu penetrar em todos os fenómenos deste regime, dar-lhes uma fundamentação científica e explicar as causas da exploração e os caminhos conducentes à sua supressão. "Quando o regime feudal foi derrubado, escreveu V. I. Lénine, e a "*livre*" sociedade capitalista viu a luz do dia, tornou-se imediatamente claro que essa liberdade representava um novo sistema de opressão e exploração dos trabalhadores. Como reflexo dessa opressão e como protesto contra ela, começaram imediatamente a surgir diversas doutrinas socialistas. Mas o socialismo primitivo era um socialismo *utópico*. Criticava a sociedade capitalista, condenava-a, amaldiçoava-a, sonhava com a sua destruição, fantasiava sobre um regime melhor, queria convencer os ricos da imoralidade da exploração.

Mas o socialismo utópico não podia indicar uma saída real. Não sabia explicar a natureza da escravidão assalariada no capitalismo, nem descobrir as leis do seu desenvolvimento, nem encontrar a *força social* capaz de se tornar a criadora da nova sociedade"[5].

Desta forma figurada, V. I. Lénine caracterizou em linhas gerais o socialismo utópico, cujo célebre representante era Fourier.

Até os últimos dias da sua vida, Fourier prosseguiu no trabalho sobre os projectos de transformações sociais. Na base do seu novo regime socialista está a associação, isto é, uma colectividade de produção. Todos os membros de uma associação se deviam ocupar dos trabalhos principalmente agrícolas e manter relações de camaradagem e espírito de entreajuda. Fourier

chamou a esta colectividade de produção, composta de 1500 a 1600 associados, uma falange.

A falange representa uma associação de produtores, isto é, um organismo especial baseado na concordância dos interesses particulares e gerais, no qual as capacidades e as vocações de cada membro individualmente considerado são aproveitadas para o satisfazer e para o bem da comunidade. Os associados dividem-se em séries e grupos conforme o tipo de trabalho. Cada membro da falange pode escolher livremente uma série ou um grupo.

A produtividade do trabalho permite a cada membro satisfazer o mais plenamente possível as necessidades materiais. Cada falange é dirigida por um areópago que não emite nem ordens nem regras nem despachos, limitando-se apenas a dar conselhos com base na experiência dos associados e nos dados científicos. A passagem para a Harmonia Universal deveria ocorrer, segundo o autor, em consequência da propaganda da experiência das falanges-modelos, que com o seu exemplo atrairiam toda a humanidade.

A falange, a terra, os imóveis, o material para construção, tudo isto é adquirido mediante a venda de acções. Os lucros da falange distribuem-se de acordo com o trabalho e a contribuição de capital. Todos os lucros se dividem em doze partes: cinco duodécimos remunerarão o trabalho, três, o talento e quatro, o capital. Fourier julgava que com o tempo os ricos, participando cada vez mais no trabalho socialmente útil, se converteriam em produtores propriamente ditos, ao passo que os

pobres, comprando acções, poderiam beneficiar tanto do trabalho como do capital. Sucintamente, era assim que Fourier queria conseguir a conciliação entre as classes.

Pouco a pouco, a associação eliminará todos os vícios sociais e instaurará a harmonia completa. Todos poderão disfrutar os bens da falange, pois haverá abundância de tudo. Pormenorizando este panorama perfeito, Fourier prometia que cada falansteriano, mesmo o mais pobre, poderia usar carruagens luxuosas e tomar cinco refeições por dia de 40 pratos.

Cada falange instalar-se-ia num palácio esplêndido com habitações confortáveis para famílias, com salas de concertos e bailes, biblioteca, observatório, jardins de Inverno em forma de galerias envidraçadas, etc. O interior seria cómodo, confortável e elegante. Nas falanges não haveria lugar para o desperdício de meios e recursos como nas condições da anarquia capitalista. F. Engels frisou a propósito que um dos méritos de Fourier foi ter demonstrado as vantagens da associação na organização da actividade dos homens.

Nas suas obras, Fourier prestou muita atenção à organização do trabalho, que deveria ter em consideração características humanas tais como o espírito de emulação, a diversidade e a criação. Começando a elaborar os princípios do comunismo científico, Engels constatou que as ideias de Fourier acerca do trabalho eram um grande contributo para a teoria da sociedade futura. Advertindo contra os erros que cometeram os socialistas utopistas, Marx observou: "Não devemos

afastar-nos dos patriarcas do socialismo, do mesmo modo que, os químicos contemporâneos não podem abandonar os seus predecessores, os alquimistas, mas em todo o caso devemos procurar não cairmos nos seus erros, pois da nossa parte isto seria imperdoável" [6]. Muitos erros de Fourier e de outros socialistas utopistas não eram o resultado da falta de inteligência ou perspicácia, antes a consequência das condições históricas em que viviam.

O "axioma da filosofia social" sobre o trabalho livre para o bem de toda a sociedade apareceu há quase século e meio, mas até agora não perdeu a sua actualidade. Hoje em dia, nos países capitalistas há dezenas de milhões de desempregados. Neste aspecto Fourier tinha toda a razão, quando afirmou que, sem o direito ao trabalho, todos os demais frutos da civilização capitalista não valem nada e que a nova sociedade socialista poderá garantir de facto aos trabalhadores o exercício dos direitos sociais, económicos e políticos.

Jean Jaurès
1859 - 1914

O PRAZER DE LUTAR E DE VIVER

Nas suas memórias sobre Jean Jaurès, destacada figura do movimento socialista francês e internacional e lutador consequente contra o militarismo e as guerras, Romain Rolland escreveu: "A febre das paixões políticas que ardia naqueles tempos nas veias da França, trouxe-me o gosto dos espectáculos do Forum. Comecei a frequentar assiduamente as grandes sessões da Câmara... Jaurès mostrava-se alegre com os seus primeiros sucessos: conduzia ao assalto as suas tropas bem treinadas, alertas, optimistas, seguras da vitória, do partido socialista... Largo, forte, vulgar de aspecto e de modos, vermelho e barbudo, de traços largos e carnosos, negligente no vestir, jovial e radiante do prazer de lutar..."

Auguste-Marie-Joseph – Jean Jaurès nasceu no dia 3 de Setembro de 1859 na pequena vila de Castró, no departamento de Tarne, numa família burguesa. Passou os anos de infância no campo. Era um menino ávido de saber e laborioso. A sua mãe, uma mulher generosa, que amava o filho, exerceu muita influência sobre ele. Os rendimentos modestos da família não chegavam para colocá-lo

num liceu privilegiado, por isso começou os estudos num dos internatos mais pobres do departamento de Tarne. Só em 1869, devido ao apoio material dos parentes, Jaurès conseguiu ingressar num colégio. Tanto no internato como no colégio assinalou-se como um dos melhores alunos, pelo que foi galardoado mais de uma vez.

Em 1876, o inspector-geral do Ministério da Instrução prestou atenção ao mancebo dotado, convenceu-o a não se candidatar no concurso para um posto na administração dos correios – o desejo recôndido da mãe – e intercedeu para que pudesse ingressar no liceu de Santa Bárbara em Paris. Os dois anos no liceu foram de grande utilidade para Jaurès. Ali estudou seriamente a cultura da Antiguidade, a filosofia e a literatura.

Em 1878, participou no concurso geral dos graduados das escolas secundárias de Paris e de Versalhes e ganhou o primeiro prémio. Abriu-se a perspectiva de cursar um centro de ensino bastante prestigioso, a escola superior "École Normale", que gozava de renome graças ao professorado de alta categoria. Nos anos de estudo na "École Normale" revelou-se o seu talento de orador e Jaurès começou a desenvolvê-lo e a poli-lo. Assistiu aos discursos de famosos tribunos da época – Gambetta, Clemenceau e Buffet –, fazendo ele próprio progressos sensíveis na arte oratória.

Em 1881, Jean graduou-se na "École Normale" e começou a ensinar filosofia em Albi e, depois, na universidade de Tolouse, ao mesmo tempo que seguia aperfeiçoando a sua visão. Os seus

conhecimentos em diferentes domínios da ciência, política e cultura eram efectivamente enciclopédicos e o discurso, claro, erudito, convincente. Dominava com igual perfeição as línguas latina, grega, alemã, inglesa, italiana e espanhola. Preparou a tese sobre o tema *Da Realidade do Mundo Sensível.*

Este período da sua vida coincide com o início da actividade social: ao princípio colaborou com o jornal de matiz republicano *Dépêche de Toulouse* e, mais tarde, participou na campanha eleitoral em Castró ao lado dos republicanos moderados.

Jaurès entrega à defesa da república todo o seu temperamento incontido e o seu enorme talento. Naquela época, a luta contra as intentonas monárquicas da reacção, apavorada com as experiências da Comuna de Paris, era uma causa progressista. No entanto, o principiante na política ainda não podia distinguir que tipo de república estava a defender.

Em 1885, Jaurès, já muito popular, candidatou-se pelo partido republicano para a Câmara. A campanha eleitoral foi brilhante para ele. O candidato falou da necessidade imperativa de reconhecer a actividade sindical, de ampliar a autarquia das comunas, de melhorar a situação material dos trabalhadores. Jaurès foi tão franco e sincero nas suas intenções que não se apercebeu de que estas palavras de ordem, para os dirigentes do partido republicano, não eram mais que uma manobra hábil na concorrência eleitoral impiedosa. Até mesmo a palavra de ordem de dinamizar a política colonial foi interpretada por ele como um

acto de difusão da cultura francesa e de modo algum como a tentativa de conquistar novos mercados.

Os resultados das eleições foram convincentes: Jaurès levou vantagens em relação a outros candidatos republicanos e venceu o candidato do partido conservador. Foi uma vitória fragorosa. Mas nos demais departamentos da França os republicanos tiveram uma derrota na primeira volta das eleições. A perspectiva de perder lugares na Câmara fez os republicanos unir-se e, por conseguinte, ganharam a segunda volta das eleições. A nova composição da Câmara era: 372 republicanos de diferentes tendências e 202 monárquicos. Todavia, a situação era extremamente instável, pois os republicanos não formaram um coro harmonioso, estando divididos em várias correntes, cada uma das quais defendia as suas próprias posições.

Jaurès, como deputado novo tanto na idade como na experiência, não falta a nenhuma sessão. Põe o seu olho no líder dos radicais Georges Clemenceau, encontra-se com o republicano Jules Ferry, escuta com atenção as intervenções dos deputados socialistas, vota a favor do crédito para manter cultos religiosos, do envio de um corpo expedicionário para Tonquim e contra a amnistia por crimes políticos.

Em Outubro de 1886, Jaurès proferiu o seu primeiro discurso no parlamento em torno dos direitos das autarquias no campo da instrução primária. Em Março de 1887, pronunciou-se contra os impostos alfandegários sobre o trigo importado,

facto que levaria necessariamente à subida dos preços no mercado nacional. Jaurès denunciou as tentativas dos grandes agrários de beneficiarem à custa dos pequenos proprietários e operários.

Uma resolução proposta por Jaurès, e análoga em muitos pontos à dos socialistas, foi declinada, porém, a popularidade do seu autor aumentou incomparavelmente. A sua voz deixa-se ouvir com frequência cada vez maior nas discussões dos projectos-leis tendentes a melhorar a situação das massas trabalhadoras. Defende as verbas distinadas ao magistério; propõe a instituição dum fundo de pensões formado pelas contribuições obrigatórias dos empresários e operários; pronuncia-se a favor da lei de compensação aos acidentados e da legislação favorável aos mineiros. As suas propostas não eram aceitas, como regra, pela maioria reaccionária.

Nesta fase, nem a actividade, nem as concepções de Jaurès acusavam tonalidades socialistas. Ao princípio era um dos radicais burgueses que evoluiu para as posições democráticas. Mas foi graças ao espírito democrático sincero, completamente diferente do "democratismo" de Clemenceau ou Ferry, que Jaurès se identificou com as posições socialistas. Convenceu-se de que entre as promessas e as obras dos republicanos havia um precipício enorme. Afinal, o assunto não se reduzia a líderes, individualidades ou situação, mas tinha raízes mais profundas: a essência dum partido ao serviço dos interesses do grande proprietário. O político inexperiente que era Jaurès, afinal de contas, chegou a compreender que o democratismo autêntico

estava intimamente relacionado com o movimento das massas trabalhadoras, dos camponeses e operários.

Os acontecimentos relacionados com a luta contra Boulanger e os seus partidários influíram consideravelmente na formação das concepções socialistas de Jaurès.

Georges Boulanger, ministro da Guerra no período de 1886 a 1887. Obteve a reputação de republicano ferrenho e a simpatia dos militares. Não é de estranhar que se tornasse em pouco tempo a figura mais popular no cenário político francês. Porém, em breve se tornou evidente que os elementos assombrosamente variegados que se agruparam em torno dele preparavam planos que ameaçavam a democracia. Os boulangistas falavam até de golpe de Estado. Mas o desfecho foi assombroso: o futuro ditador infeliz ameaçado de ser preso, fugiu para a Bélgica onde se suicidou.

Este episódio foi bastante elucidativo para Jaurès que, a partir daí, se convenceu definitivamente de que enquanto existir a propriedade privada, a vida política da sociedade será apenas o reflexo da moral capitalista e nutrirá o aventureirismo na política, como no caso de Boulanger e dos seus congéneres. Pela primeira vez, nas páginas do *Dépêche de Toulouse* falou da necessidade de modificar o sistema social. Nos fins dos anos 80, Jaurès regressou a Toulouse, onde se dedicou ao ensino na universidade, estudou a história do socialismo alemão e os trabalhos de Louis Blanc, Proudhon, Jules Guesde, Paul Lafargue, Lassalle e Benoit Malon.

Aquele período foi crucial na formação de Jaurès socialista. As obras de K. Marx exerceram também grande influência sobre Jaurès.

Jaurès mencionou K. Marx pela primeira vez em 1890, num dos seus artigos sobre o socialismo alemão. Ao tomar conhecimenmento de *O Capital*, destacou a profundidade da análise, a fundamentação teórica e a crítica perspicaz marxista do capitalismo. Contudo, o socialismo de Jaurès não vai além do ideal moral, sendo apenas o resultado da evolução da democracia republicana e, de modo algum, da luta de classes aguda e do desenvolvimento histórico objectivo.

Em Julho de 1890, Jean Jaurès foi eleito conselheiro municipal e, mais tarde, vice-prefeito da cidade de Toulouse. Em 1893, os socialistas apresentaram a sua candidatura nas eleições suplementares para a Câmara dos deputados da circunscrição de Carmon e a campanha eleitoral concluiu-se com a vitória de Jaurès.

A actividade na cidade de Carmon constitui uma fase importante na vida de Jaurès. Os contactos com os operários, que o promoveram como candidato, reforçaram as suas convicções socialistas que até então tinham um carácter abstracto e indefinido. O próprio Jaurès notou que algo se modificara nele: os seus discursos, outrora supinamente elegantes, destinados aos parlamentares e a um público refinado, iam-se tornando mais simples e acessíveis, sem prejudicar o conteúdo. Ao contrário, cada intervenção dele ecoava nos corações dos operários de Carmon, porque o seu deputado, o professor de filosofia Jean

Jaurès, sabia com que sonhavam e por que lutavam os trabalhadores da cidade.

O início da sua actividade no parlamento coincidiu com o fraudulento caso do canal de Panamá. A venda de acções da companhia do canal deu um montante de 1400 milhões de francos, ao passo que os trabalhos de construção consumiram apenas 700 milhões de francos. O resto foi engrossar os bolsos dos empresários. Tornou-se sabido que o consentimento do parlamento para a venda de acções se devia ao suborno duma parte dos deputados e políticos, assim como de vários jornais burgueses. Nas suas intervenções, Jaurès estigmatizou os deputados vendidos, mostrou a influência corrosiva do dinheiro e as origens sociais do escândalo, acentuando que isto era um fenómeno característico da sociedade burguesa.

No início da década de 90, na França registou-se uma vaga de anarquismo. Não era raro ouvir tiros e explosões nas ruas das cidades. O presidente Sadi Carnot foi vítima do terrorismo. Entretanto, a burguesia reaccionária, aproveitando habilmente o susto e o pânico que invadiram certos sectores pequeno-burgueses, colocou Casimir Périer, conhecido pela sua tendência para a direita, na presidência. O novo presidente prosseguiu na obra iniciada ainda quando executara as funções de chefe do governo: seguiram-se as leis que restringiam as liberdades democráticas consagradas na Constituição. A França democrática ficou indignada. E no coro geral de lutadores contra essas leis sinistras ouvia-se o apelo apaixonado de Jaurès.

Não perdia nenhuma oportunidade de entrar

em combate com a reacção. No parlamento ouviam-se os discursos acusadores de Jaurès. Defendeu Gerault-Richard acusado de injuriar o presidente. O discurso do advogado transformou-se no de procurador: Jaurès pusera a nu toda a génese da riqueza da família de Périer, acumulada, através de usura e fraudes da mais baixa qualidade, tanto pelo próprio senhor presidente como pelos seus antepassados. Toda a França democrática se insurgiu contra o presidente, a quem não restava senão pedir a demissão. Neste caso, o papel de Jaurès não foi insignificante.

Jaurès não pôde enfrentar com indiferença o famoso "caso Dreyfus". Tratava-se de um oficial do estado-maior francês acusado de espionagem a favor da Alemanha. Naquele período, a reacção manipulava com o espírito anti-semítico, tendo em mira derrubar a república. Por isso, defendendo Dreyfus, todas as forças progressistas levantaram a sua voz contra a reacção, em defesa das liberdades democráticas. O inocente foi condenado a prisão perpétua. Jaurès estudou escrupulosamente o caso Dreyfus para poder desmascarar nas suas intervenções as manobras da direita e criticar a posição indecisa do governo. Jaurès frisava que era do interesse do proletariado protestar contra as arbitrariedades que se revelaram no caso Dreyfus.

Pouco a pouco, Jaurès ia-se tornando uma figura destacada no movimento socialista francês.

Ao estudar as obras de K. Marx, Jaurès adoptou uma série de postulados marxistas e tentou ligar, embora de modo ecléctico, o marxismo com diversas doutrinas democráticas. Naturalmente,

esta incoerência de Jaurès desembocou no reformismo tanto no plano teórico como na actividade prática. No entanto, o seu reformismo tinha matizes diferentes daquele que preconizava Bernstein ou materializava o trabalhista inglês McDonald. Jaurès, ao romper com a classe à qual pertencia, já não podia estender a mão à burguesia, nem colaborar com ela por muito que o aliciassem ou subornassem. E por isso foi tão repudiado e odiado pelas classes possuidoras.

As origens do reformismo de Jaurès residem nas ilusões que ele alimentava com respeito à república burguesa. Ingénua e sinceramente, cria que se podia transformá-la e enchê-la de novo conteúdo, evitando a luta de classes. Apesar dos seus erros teóricos e práticos, Jaurès era um defensor consequente da democracia e um lutador intransigente contra a reacção e a guerra.

As medidas económicas concretas propostas por Jaurès eram bastante ingénuas. Supunha que algumas categorias da sociedade capitalista vigorariam no socialismo. Nestas categorias invariáveis incluiu as leis gerais da produção, deduzindo daí que os socialistas tinham de centrar os seus esforços na reforma do sistema de distribuição. O problema da produção e da distribuição no socialismo é o problema central de todo o sistema. Mas como seria possível harmonizar, no quadro da produção socialista, capacidades e necessidades diferentes das pessoas? Havia duas sugestões a este respeito: ou a "centralização comunista" proposta por K. Marx ou o federalismo anarquista de Proudhon. Jaurès, sempre tendente

a conciliar o que era inconciliável, tentou aliar Marx com Proudhon. Não podendo aceitar a centralização da vida económica, Jaurès atribuiu as funções de administração das indústrias aos sindicatos e corporações respectivas.

Jaurès fundamenta minuciosamente os seus projectos económicos. Segundo ele, o sistema de distribuição deve basear-se no princípio: a cada operário o produto completo do seu trabalho. Procura provar que tal sistema de distribuição incentiva o consumo e a acumulação e, através destes, o progresso técnico. Considera que, para o proletariado, o melhor caminho é a transformação pacífica do capitalismo em socialismo. A seu ver, a burguesia, no seu próprio interesse, deverá aceitar a edificação do socialismo.

Em 1898, tiveram lugar eleições para o parlamento. Os socialistas apresentaram a candidatura de Jaurès, mas não resultou devido a manobras da reacção. Chegou a ocupar o posto de redactor político do jornal *La Petite République*, empreendeu viagens pelo país para ler conferências e escreveu vários artigos que, depois, serviram de base para o livro *As Provas* no qual voltou outra vez ao caso Dreyfus. Em todas estas viagens propagandísticas, a ideia central foi a revisão do referido caso.

No Verão de 1899 foi formado o governo de Waldeck-Rousseau, no qual o posto de ministro da Guerra foi ocupado pelo general Galliffet, afamado por ser o carrasco da Comuna. O socialista Millerand também fez parte deste governo. Deste modo, a burguesia conseguiu introduzir a discórdia

entre os socialistas. Paul Lafargue, Vaillant e outros condenaram Millerand, ao mesmo tempo que Jean Jaurès o apoiou, considerando que, enquanto existisse uma ameaça à república, era necessário salvá-la e admitir socialistas no governo.

Jaurès condenou mais de uma vez as acções de Millerand, mas considerava que a sua participação no governo burguês era, em certos casos, admissível. V. I. Lénine, polemizando com aqueles que negavam a ideia da participação dos socialistas no governo democrático-burguês, sublinhou o seguinte: "Quem quiser apreciar o jauresismo do ponto de vista dialéctico e materialista, deverá delimitar rigorosamente os motivos subjectivos e as condições históricas objectivas. Subjectivamente, Jaurès queria salvar a todo o transe a república e para tanto entrou em aliança com a democracia burguesa. Quanto às condições objectivas, a república na França já era um facto consumado e, por conseguinte, não corria nenhum perigo sério; a classe operária teve todas as possibilidades para desenvolver a sua própria organização política, mas nem sempre aproveitava devidamente essas possibilidades, em parte em virtude dos abundantes exercícios vãos dos seus dirigentes no parlamento; a história já impôs à classe operária a tarefa da revolução socialista, da qual os Millerands afastavam o proletariado com promessas de reformas sociais insignificantes"[1]. Criticando os desvios de Jaurès, V. I. Lénine indicou também os seus méritos na luta pelos interesses das massas trabalhadoras e deu destaque à sua sinceridade e honestidade políticas.

Nos anos 90, Jean Jaurès trabalhou dedicadamente na obra em muitos volumes *História Socialista da Revolução Francesa*. Organizou e redigiu esta obra volumosa escrita por vários autores. Os primeiros quatro volumes dedicados à Grande Revolução Francesa foram da sua autoria. Ao estudar em profundidade a experiência da revolução francesa, Jaurès deu ênfase aos seus aspectos económico e social e encontrou novos materiais referentes ao assunto.

Debruçando-se sobre a experiência passada, Jaurès procurou tirar ensinamentos para o futuro. Por isso, pode-se afirmar que o seu trabalho estava voltado mais para elaborar uma concepção da revolução socialista. Os falsificadores dizem que Jaurès era o inimigo da revolução e excluía qualquer possibilidade de violência revolucionária. Mas na realidade não era assim. A verdade é que Jaurès condenou a violência e a desumanidade só quando era possível evitá-las ou impossível justificá-las.

Porém, quando era necessário e inevitável, Jaurès admitia e até justificava medidas revolucionárias violentas. Para ele, uma revolução violenta era um processo doloroso e duro que, em circunstâncias favoráveis, seria melhor substituir por meios mais humanos de luta.

No tratado histórico de muitos volumes Jaurès analisa em que medida as ideias de K. Marx e F. Engels sobre a táctica revolucionária expostas em *O Manifesto do Partido Comunista* eram aceitáveis na França e noutros países europeus. Focalizando alguns problemas históricos concretos, Jaurès aproximou-se do marsixmo. E não foi por

acaso que V. I. Lénine qualificou este estudo como "uma das obras mais úteis"[2] acerca da história da revolução francesa.

Por iniciativa de Jaurès foi criada uma comissão para a publicação dos documentos sobre a história económica da revolução. Investigou a evolução agrária na França durante a revolução. Ao intitular a obra como "história socialista" e para legitimar tal opção, estudara escrupulosamente os movimentos sociais da época da revolução, as primeiras acções da classe operária e os germes das ideias e dos movimentos socialistas. O que distinguia Jaurès enquanto historiador era nunca se pôr de lado dos acontecimentos estudados, mas ao contrário apreciar os fenómenos e as induvidualidades concretos como se fosse participante activo.

Merece referência a actividade de Jaurès para criar o Partido Socialista Francês. O ascenso do movimento operário no início do século XX tornou imperativa a criação dum partido proletário na França. Em 1901, em resultado da unificação dos partidários de Guesde e de Blanqui, fundou-se o Partido Socialista da França. Em seguida, em 1902, outros agrupamentos socialistas, incluindo o de Jean Jaurès, constituíram o Partido Socialista Francês. Surgiram, portanto, dois partidos socialistas independentes que, em Abril de 1905, formaram o Partido Socialista Francês unificado. Uma parte dos socialistas independentes não fizeram parte do novo partido. Jean Jaurès e os seus seguidores ganharam paulatinamente posições dominantes.

Nas eleições de 1902, Jean Jaurès foi eleito para o parlamento. Naquele período pronunciou-se

resolutamente contra o clericalismo e apoiou inteiramente os projectos sobre o imposto de rendimento progressivo.

Em 1904, Jaurès fundou o jornal com nome simbólico *L'Humanité* (A Humanidade), que passou a ser o porta-voz dos democratas revolucionários combatentes, e foi redactor-chefe deste órgão popular até à morte. Em 1920, quando se constituiu o Partido Comunista Francês, o jornal passou a ser o órgão do Comité Central do PCF.

Jaurès participou activamente no movimento de solidariedade para com a revolução russa de 1905–1907. Condenando o czarismo russo, nunca o identificou com a própria Rússia e o seu povo. Apesar de ser adepto da "transformação pacífica da sociedade", saudou os acontecimentos de 1905 na Rússia e legitimou a violência revolucionária do proletariado russo. Foi dos primeiros a notar que a revolução russa conferira o papel piloto ao proletariado da Rússia no movimento revolucionário mundial. Ratificou que emancipação do povo russo colocaria o proletariado do país na vanguarda do proletariado europeu. Mesmo após a derrota da insurreição de Dezembro em Moscovo, Jaurès manteve-se confiante na revolução russa.

Cinco anos antes da Grande Revolução Socialista de Outubro Jaurès constatou: "Em virtude da enorme força operária, a Rússia prepara-se para se tornar uma potência da civilização e da justiça; em resultado dos esforços do seu proletariado será em breve uma das fontes maravilhosas da prosperidade de toda a espécie humana".

As concepções socialistas de Jaurès formavam-se no essencial intuitivamente. Muitas vezes precisava de apoio e conselho para encontrar um caminho certo. Por exemplo, no congresso da II Internacional que se reuniu em Estugarda em 1907, recebeu o apoio completo de V. I. Lénine. Naquele período, as concepções de Jaurès vinham adquirindo matizes mais revolucionários, embora continuasse a sua linha de transformação pacífica da sociedade velha, sem intervenção armada. Nas suas prédicas de paz voltava-se para as classes governantes, apelando para a sua consciência e razão, ao passo que a única maneira de proceder e o único argumento eram a força organizada do proletariado. Mas independentemente das suas intenções, que eram invariavelmente imaculadas, singelas e honestas, defendeu na política um delineamento que se não podia qualificar de outra maneira senão como prédica reformista e conciliadora.

Insistindo nas reformas sociais, Jaurès não perdia de vista o objectivo final, o socialismo. E era neste ponto que contrastava com Bernstein e outros revisionistas que se recusaram completamente a este nobre objectivo. Independentemente das intenções subjectivas de Jaurès, a política reformista que ele preconizava não conduzia à revolução, antes implicava o afastamento dela, de modo que o partido socialista deixava de ser uma organização revolucionária, transformando-se num apêndice da bancada parlamentar. Ofuscavam-se as contradições de classe, abria-se o caminho para a influência burguesa sobre os operários. Apesar de errado na teoria, Jaurès não poupava a sua

energia inesgotável na luta contra o capitalismo.

São de notar os seus méritos na luta contra a guerra. Como orador brilhante da sua época, Jaurès acusava pública e abertamente os incendiários da guerra, a burguesia imperialista, e combatia quaisquer manifestações de militarismo. Intervindo na Câmara dos Deputados no dia 7 de Março de 1895, Jaurès avançou a sua fórmula: "O capitalismo está prenhe de guerra como uma nuvem carregada de trovoada". Posteriormente, desenvolveu e concretizou este postulado. Em 1908, a França agrediu o Marrocos, fazendo deste país uma colónia. Jaurès não tardou em se pronunciar contra o política de rapina do imperialismo francês. Na Câmara dos Deputados, opôs-se resolutamente à concessão de créditos para operações belicistas.

Em 1913, na Câmara dos Deputados discutiu-se o projecto-lei sobre o aumento do prazo do serviço militar de dois para três anos. A França assistiu a uma vaga inédita de manifestações, começou a fermentação entre os soldados. Jaurès pôs-se à frente de todas as forças democráticas que se ergueram contra esta lei. Apesar disso, a lei foi aprovada. A oposição de Jaurès à "lei de três anos" valeu-lhe o ódio dos círculos chauvinistas e belicistas que desencadearam uma campanha de perseguições contra ele e o acusaram caluniosamente de trair os interesses nacionais em favor da Alemanha.

Pressentindo a iminência da primeira guerra mundial, Jaurès centrou-se na luta pela paz. No discurso pronunciado no congresso da Internacional Socialista, que se celebrou em

Basileia em 1912, advertiu que o dever das massas trabalhadoras e dos socialistas de todos os países era prevenir a guerra e concentrar os seus esforços na defesa da paz. Em Julho de 1914, no congresso extraordinário do partido socialista, Jean Jaurès introduziu a proposta de greve geral contra a guerra, que foi aceite.

A última intervenção pública de Jaurès foi no dia 25 de Julho de 1914 em Vaise, bairro operário de Lião, perante os eleitores. Jaurès sublinhou que a única possibilidade de manter a paz era a unificação de todas as forças proletárias da França, da Alemanha, da Inglaterra, da Itália e da Rússia na luta unitária contra a guerra.

No seu último artigo publicado em *L'Humanité*, um dia antes da guerra mundial e poucas horas antes do homicídio, Jaurès exortou os proletários à luta contra a guerra. A sua oposição à guerra não se baseava no ponto de vista marxista sobre a guerra e o militarismo. V. I. Lénine observou: "O proletariado revolucionário deve perseverar na propaganda antibelicista, mas sempre tendo em conta que as guerras são inevitáveis enquanto se mantém o domínio de classe em geral. Só com fraseologia banal sobre a paz, à maneira de Jaurès, é impossível ajudar a classe oprimida que não é responsável por uma guerra burguesa entre duas nações burguesas..."[3].

A sua determinação e intrepidez na luta contra os incendiários da guerra fizeram de Jaurès a figura mais popular entre as massas populares, ao mesmo tempo que ia crescendo o ódio dos imperialistas para com ele.

Dando-se conta da influência e popularidade de Jaurès, os círculos governantes queriam corrompê-lo a todo o transe. Não descuraram meios para o efeito: prometeram-lhe pastas ministeriais, aliciaram-no com o poder, a glória, o dinheiro. Diga-se de passagem que umas horas antes de o assassinarem foi-lhe proposta a pasta de ministro no gabinete de René Viviani. O governo czarista da Rússia, informado da influência de Jaurès, tentou oferecer-lhe, em 1906, 200 mil francos para que se afastasse da campanha contra os empréstimos à Rússia.

No dia 31 de Julho de 1914, Jaurès foi assasinado. Este acto provocou uma explosão de indignação. Espontaneamente, tiveram lugar grandes manifestações e comícios. A indignação foi tão forte que o governo se viu obrigado a publicar um apelo ao povo assinado pelo primeiro-ministro, conclamando à calma e à ordem social e comprometendo-se a castigar devidamente o assassino.

O julgamento do homicida de Jean Jaurès não revelou os verdadeiros inspiradores do assassinato, que pertenciam aos círculos mais reaccionários e chauvinistas da burguesia francesa, nem puniu o criminoso. Quando o tribunal absolveu o homicida de Jaurès, um tal Villain, 300 mil operários franceses invadiram as ruas para render homenagem ao dirigente querido e protestar contra a decisão monstruosa. A França burguesa, afinal de contas, viu-se forçada a respeitar a vontade do povo e condescendeu que os mineiros de Carmon transportassem as cinzas de Jaurès para o Panteão, templo consagrado aos grandes homens da nação.

Pierre Proudhon
1809-1865

UMA JUSTIÇA INJUSTA

Não faltavam na Assembleia Constituinte da França os que não podiam dissimular a sua aversão para com o deputado Proudhon, "o autor dos artigos extrafalários", "o destronizador da propriedade", "o homem do horror" e muitos outros epítetos que lhe atribuíram os deputados da ala direita. Evitavam a sua companhia; não o cumprimentavam; ficavam com ar de indiferença durante as suas intervenções. Era natural: que se podia esperar dos grandes agrários, dos fidalgos, dos empresários e dos seus descendentes? Eles, afinal, era o escol da nação e o que é que lhes importava um oriundo dos "vulgares?".

Pierre Joseph Proudhon nasceu no dia 15 de Janeiro de 1809 numa família de lavradores pobres, em Besançon. Pierre era mais velho de cinco filhos. Até aos doze anos executou trabalhos agrícolas e era também pastor, naturalmente do gado dos outros, pois não possuía o seu próprio. Mercê da ajuda dum mecenas local, começou a frequentar o liceu. Leu muito, era um rato de biblioteca. Como é natural, o dinheiro escasseava: por isso estudou servindo-se dos livros e manuais dos outros.

Os míseros recursos da família não chegaram para terminar o liceu. Por conseguinte, encontrou um emprego de compositor na tipografia dos irmãos Gauthier, evoluindo mais tarde para corrector. Mas este emprego foi efémero: os proprietários da tipografia arruinaram-se e Proudhon ficou desempregado. Na procura do ganha-pão, esteve de passagem em Paris, Marselha, Lião e Toulon. Quando regressou a Besançon, encontrou emprego na nova tipografia dos Gauthier. Por volta de 1836, conseguiu certo capital e tornou-se co-proprietário duma pequena oficina tipográfica na sua cidade natal.

Apesar dos infortúnios e contratempos, Proudhon não desistiu da autodidáctica e estudou as línguas latina, grega e hebraica. Mas nunca teve instrução sistemática e metodológica, facto que se fez sentir nas suas obras posteriores.

Em 1837 Proudhon escreveu a sua primeira obra *Ensaio de Gramática Geral*, na qual abordou algumas questões filológicas. A academia de Besançon achou possível conceder-lhe uma bolsa de estudo de 1500 francos para três anos. Ainda por cima, a Academia promoveu um concurso sobre o tema "A Utilidade da Celebração do Domingo", no qual Proudhon tomou parte e até ganhou uma referência positiva e uma medalha. No entanto, a Academia impediu a venda da brochura, achando que as ideias do autor eram bastante "paradoxais". Para esclarecer o assunto, a ideia central deste trabalho era o descanso obrigatório no fim da semana como elemento imprescindível dum sistema político assente na igualdade.

Apesar das dificuldades, o lançamento do primeiro livro encorajou Proudhon. Mudou-se para Paris, a fim de empreender a sério a actividade literária e científica. Enfrentou dificuldades materiais enormes, o que era natural, pois enviava dois terços da sua bolsa de estudo para os pais. A constante escassez de dinheiro fez com que Proudhon se habituasse a levar uma vida modesta, preocupando-se com os familiares e sendo económico e parco nas despesas.

Foi nesta situação que Proudhon concebera a ideia de escrever um livro que arrasasse a propriedade. "Neste duelo de morte – escreveu numa das suas cartas – devo acabar com a desigualdade e a propriedade: ou estou alucinado ou estas nunca se recuperarão do golpe que em breve vou desferir". Em 1840, veio à luz o livro *Que É a Propriedade?* que trouxe ao autor enorme popularidade e estima nos círculos radicais da intelectualidade. Este tratado audaz e ao mesmo tempo bem fundamentado atentou contra o alicerce sagrado da sociedade burguesa, proclamando a necessidade de suprimir a propriedade privada. Proudhon pergunta: qual deve ser a forma de organização social? Respondendo a esta questão, o autor sugere a associação livre baseada na igualdade em relação aos meios de produção e na troca equivalente. Proudhon supunha que, em nome da justiça, a troca devia prescindir do dinheiro e dos lucros. No seu parecer, só com esta condição era possível alcançar a justiça que constitui a ideia central de toda a obra. Proudhon considerava que existe uma justiça invariável dada para sempre, que

tem de constituir a base da sociedade futura. K. Marx e F. Engels criticaram esta abordagem metafísica. Não se pode considerar as categorias sociais e económicas como absolutas e eternas. "Proudhon, como pequeno burguês – escreveu F. Engels na sua obra *Contribuição para a Questão da Habitação* –, procura uma ordem na qual cada produtor fabrica independentemente o seu produto que já está pronto para o consumo imediato e a troca no mercado: se neste esquema cada um ficar compensado com o valor completo do seu trabalho, chegará "a justiça eterna" e na Terra instaurar-se-á "o melhor dos mundos"[1].

O livro *Que É a Propriedade?*, escrito em poucos meses, deu vida a uma fórmula famosa: "A propriedade é um roubo". Sobre a importância que o autor atribuiu a esta máxima pode-se julgar pelo facto de o próprio Proudhon caracterizar esta frase curta como o acontecimento mais relevante do reinado de Luís Filipe.

Mais tarde, tornou-se sabido que Proudhon a retirara de Brissot, uma figura eminente da revolução burguesa em França, nos finais do século XVIII. Aliás, toda a originalidade do tratado de Proudhon se resumia apenas à forma de exposição: locuções rebuscadas em combinação com audácias estilísticas.

Quando Schwetzer, um dos representantes célebres do lassallianismo na Alemanha e então presidente da União Operária da Alemanha, pediu que K. Marx fizesse uma referência às obras de Proudhon, este respondeu-lhe o seguinte: "A sua primeira obra *Que É a Propriedade?* é, sem dúvida,

a melhor de todas. Constitui uma época inteira, se não pela novidade do conteúdo, pelo menos quanto à maneira, nova e audaz, de falar das coisas velhas...

Nesta obra de Proudhon ainda prevalece, por assim dizer, um estilo musculoso. E é precisamente este estilo que eu considero como mérito principal... A audácia arrogante com que ele atenta contra o *sanctum sanctorum* da economia política, os paradoxos gracejosos com que ridiculariza o raciocínio mesquinho burguês, a crítica demolidora, a ironia cáustica que transparece aqui e acolá, a indignação profunda e sincera contra a ignomínia do regime existente e a convicção revolucionária – eis as qualidades do livro *Que É a Propriedade?* que electrizaram e impressionaram o público leitor. Na história da economia política, no sentido científico rigoroso, o presente livro não mereceria nem sequer uma menção. Contudo, as obras sensacionais deste género também desempenham certo papel na ciência, do mesmo modo que na literatura de ficção..."[2].

Portanto, Proudhon afirma que a propriedade é um roubo, porque contraria a justiça. Mas pronunciou-se apenas contra a grande propriedade, opondo-lhe a pequena definida por ele como "posse". Depreende-se que, ao criticar a propriedade privada, teve em mente apenas a grande propriedade capitalista que explorava e arruinava os pequenos produtores. Era adversário do capital usurário, da bolsa, da especulação e defendia, embora ao princípio sob a forma de posse e mais tarde abertamente, a pequena propriedade privada

que, no seu entender, constituía a base do progresso económico e da liberdade pessoal do produtor.

É compreensível que o livro *Que É a Propriedade*? lhe tenha valido o ódio indissimulado dos grandes proprietários e dos seus apologistas. Os reaccionários desencadearam uma cruzada em defesa da "propriedade privada sagrada". A reacção da Academia de Besançon foi sumamente negativa. Foram organizadas ali assembleias fogosas, propondo até que o autor renunciasse ao seu livro ou que fosse anulado o estipêndio para ele. Proudhon foi acusado de ter instigado o ódio contra o governo e certas classes da sociedade e ultrajado a religião. Iniciou-se o julgamento, mas o tribunal absolveu Proudhon e autorizou a venda do livro.

Em 1843, Proudhon encontrou um emprego de superintendente numa firma de transportes de Lião. Isto deu-lhe a possibilidade de viajar muito, fez parte de vários processos judiciais, defendendo os interesses da firma. Em 1844, estando de passagem em Paris, conheceu Karl Marx. Mais tarde, Marx recordava que durante demoradas discussões, que às vezes duravam toda a noite "... contagiei-o, para mal dele, com o hegelianismo que, por não saber a língua alemã, nunca pôde estudar devidamente"[3].

Em 1843, Proudhon publicou o seu trabalho *Da Criação da Ordem na Humanidade* e procedeu ao livro *Sistema de Contradições Económicas ou Filosofia da Miséria* que veio à luz em 1846. Neste último, Proudhon apresentou detalhadamente os seus projectos relativos à organização social justa. A obra continha vários postulados teóricos que se

tornaram alvo duma crítica séria por parte dos fundadores do comunismo científico.

Antes de ver o seu livro editado, Proudhon escreveu a Marx a dizer: "Estou à espera da vossa crítica rigorosa". Com o tempo recebeu uma análise escrupulosa da sua obra, facto que pôs fim à amizade. K. Marx parafraseou o título original *Filosofia da Miséria* em *Miséria da Filosofia* e assim intitulou a sua obra (1847). As concepções proudhonistas impediam a difusão das ideias do comunismo científico entre as massas operárias e, por isso, era imperativo submetê-las a uma crítica profunda e circunstanciada e, com base nesta, enunciar várias teses importantes que vieram completar o acervo do comunismo científico.

Ao criticar as relações capitalistas, Proudhon pôr-se ao mesmo tempo em oposição à ideologia da classe operária. Com este propósito, Marx observou que Proudhon era um ideólogo típico da pequena burguesia e que o socialismo dele não era senão o socialismo dos artífices e das massas camponesas. Posteriormente, Proudhon sugeriu um plano de transformações sociais através da organização do Banco Popular. Este devia conceder créditos sem juros aos necessitados e trocar produtos. Para o efeito, Proudhon propôs que as notas de banco fossem cobertas não com moedas, lingotes ou bens imóveis, mas com produtos. Em consequência desta medida registar-se-ia a desvalorização e o desaparecimento das moedas de ouro e de prata, aumentariam incomensuravelmente as possibilidades de comercialização e escoamento, suprimir-se-iam os

impostos e as alfândegas, verificar-se-ia a transformação da propriedade, a extinção do Estado, etc. Falou da organização de serviços mútuos para todos os associados, o que, segundo o autor, equivalia à liquidação da exploração das massas trabalhadoras. Com a mesma finalidade, Proudhon lançou a ideia dum "bazar de troca".

Ao debruçar-se sobre a essência da teoria económica proudhonista, V. I. Lénine concluiu: "A ideia de Proudhon não consiste em liquidar o capitalismo e o seu alicerce, a produção mercantil, mas *depurar* esta base dos abusos, tumores, etc.; não em suprimir a troca e o valor de troca, antes pelo contrário, "constituí-los" e transformá-los em categorias gerais, absolutas, "*justas*", isentas de crises, oscilações e abusos"[4].

Proudhon subestimou o papel da produção e sobreestimou o da circulação e do comércio. Considerava que a penúria das massas operárias não resultava da exploração, mas era apenas um produto da troca injusta, desigual e não equivalente. Segundo Proudhon, a troca só pode ser justa sem dinheiro e assim desaparecerão o pauperismo, o luxo, a opressão, os vícios, a criminalidade e a fome.

Depreende-se que, para Proudhon, o caminho para transformações sociais não é a revolução, mas a modificação radical do sistema de troca. Para propagar as suas ideias, Proudhon começou a editar em Paris o jornal *Representante do Povo*. Escreveu artigos nos quais preconizava com perseverança o sistema de crédito desinteressado. Na véspera da revolução de Fevereiro de 1848,

declarou com certo desplante que era o único homem com quem o povo podia contar e a quem receavam os reaccionários. No entanto, absteve-se de participar nas batalhas revolucionárias nas ruas de Paris em 1848. Decerto aquela revolução deflagrara inoportunamente para ele, pois poucas semanas antes Proudhon "tinha provado" que a época das revoluções já estava ultrapassada.

Em Junho de 1848, nas eleições complementares para a Assembleia Constituinte, apresentou a sua candidatura. Publicou um *Programa Revolucionário* no qual, dirigindo-se aos eleitores do departamento do Sena, pôs a nu a essência de todo sistema. Não renunciou ao seu postulado de que "a propriedade é um roubo", mostrando-se antes seu defensor fogoso como outro burguês qualquer. Conseguiu o objectivo programado e tornou-se deputado da Assembleia. Tudo indicava que já estava próximo da sua meta final, a transformação pacífica da sociedade, desde que tinha à sua disposição a magna tribuna da Assembleia Constituinte, a imprensa prestes a propagar os seus cânones, assim como o governo que declarava a sua propensão para reformas.

Mas aqui intervieram as forças que Proudhon sempre procurava conter: os proletários parisienses já estavam saciados de palavreado. Enganados pelo governo burguês, desiludidos com a fraseologia oca sobre o "direito ao trabalho" tão mastigada no Palácio de Luxemburgo e provocados a acções por motivo de serem fechadas as oficinas nacionais, pegaram em armas a fim de defenderem os seus

direitos legítimos e entrarem em combate contra os exploradores.

Em meados de Junho, a cidade cobriu-se de barricadas com bandeiras tricolores e vermelhas e com o grito "Viva a República Social!". Em face de tal viragem da situção, Proudhon ficou surpreendido, confuso e desencorajado, porém, não foi uma testemunha silenciosa, vendo como a burguesia, representada por Cavaignac, fuzilava os operários.

No seu fogoso discurso pronunciado na Asembleia Constituinte, condenou as represálias contra os sublevados parisienses, qualificando-as como um acto de violência e arbitrariedade. Mas em seguida passou a falar do seu sistema de troca como panaceia contra todos os males, atestando deste modo que nada compreendera dos acontecimentos a que assistiu.

K. Marx, ao caracterizar o comportamento político de Proudhon naquele período, constatou em 1865: "A sua intervenção na Assembleia Nacional, ainda que revelasse pouca compreensão dos acontecimentos então vividos, merece louvores. *Após* a insurreição de Junho, foi um acto de nobre coragem de cidadão. Além disso, o resultado positivo da sua intervenção foi que o Sr. *Thiers*, no seu discurso contra as propostas de Proudhon, editado depois em brochura, mostrou a toda a Europa quão mísero era aquele catecismo infantil que serviu de pedestal para o pilar espritual da burguesia francesa. A par do Sr. *Thiers, Proudhon* tinha realmente as dimensões dum colosso das épocas antigas"[5].

Proudhon tentou materializar os seus projectos e, através do jornal *O Povo*, anunciou a assinatura das acções do Banco Popular. O total deu 36 mil francos. No dia 11 de Fevereiro de 1849, inaugurou-se o banco. Mas que esperanças acalentava Proudhon com este Banco Popular?

Com respeito às propostas do género, F. Engels constatou: "Os proletários deveriam *acumular* acções. Os recursos assim reunidos (ao princípio seria indispensável a participação de não menos de 10 000 a 20 000 operários) possibilitariam a inauguração de uma ou várias oficinas numa ou em várias indústrias, nas quais os accionistas encontrariam emprego... À medida que o capital da associação ia aumentando, tanto devido a novos associados como em função da poupança dos accionistas, o novo capital permitiria fundar mais oficinas, fábricas e assim por diante, até que *todos* os proletários se vissem empregados e *todas* as forças produtivas da nação reunidas, o que levaria à perda de controlo da burguesia sobre o trabalho e à impossibilidade de obter lucros!... Será que estes senhores se propõem inicialmente *comprar toda a França*, e, depois, talvez o resto do mundo à custa das poupanças dos proletários e mediante a sua recusa aos lucros e juros do capital investido... É vergonhoso que nos vejamos obrigados a combater este abracadabra absurdo"[6].

O plano proudhoniano era uma das variantes dos bazares de trabalho que, mais de uma vez e sempre sem resultado algum, procuraram constituir na Inglaterra os representantes do socialismo utópico, particularmente Robert Owen.

Sem dúvida, nas condições da produção mercantil e da concorrência impiedosa, todos estes projectos estavam condenados ao fracasso. Não passaram dois meses e já Proudhon declarava o desaparecimento do seu banco e a devolução do dinheiro depositado aos accionistas.

As intervenções de Proudhon em defesa dos interesses das massas trabalhadoras trouxeram-lhe uma fama inédita. O jornal proudhoniano *O Povo* tornou-se um dos periódicos mais populares, ao mesmo tempo que as intervenções aclamadas na Assembleia Constituinte vieram a reforçar as posições do redactor entre os oposicionistas ao governo.

Em Março de 1849, Proudhon foi detido por artigos bruscos contra o presidente francês Luís Napoleão Bonaparte e sentenciado a três anos de prisão e a uma multa de 3000 francos. O jornal foi interdito, se bem que os amigos de Proudhon pudessem, à custa duma caução de 24 mil francos concedidos por A. I. Herzen, fundar um novo jornal *A Voz do Povo*, para o qual Proudhon continuou a escrever da prisão.

Em 1849, apareceu o tratado *Confissões dum Revolucionário* e, em seguida, *Ideia Geral da Revolução no Século XIX*, no qual preconizou que no século XIX existia uma causa suficiente da revolução. Esta revolução, segundo Proudhon, deveria abolir as leis e deixar só os "convénios".

Proudhon considerava que o Estado era a causa principal das contradições de classe e formulou projectos utópicos de supressão pacífica do Estado. Criou o seu próprio sistema de "liquidação social",

baseado na eliminação do Estado, do governo e do poder no quadro das relações sociais e na organização da sociedade nos princípios da convenção e da troca de serviços sem coerção. Sugeriu a substituição da centralização política pela económica. Todavia, a sociedade ideal de Proudhon era de facto descentralizada no sentido económico, pois representava uma organização dispersa, composta de pequenos produtores livres.

Na sua carta a Engels de 14 de Agosto de 1851, K. Marx caracterizou suscintamente as teses fundamentais proudhonianas do modo seguinte: "A essência do proudhonismo, que, em geral e antes de tudo, constitui uma polémica contra o comunismo..., resume-se no racioncínio seguinte:

O inimigo verdadeiro que deve ser combatido é o capital. Em termos de economia assume a forma de juros. O que nós chamamos o lucro não é senão uma forma particular do salário. Os juros liquidam-se mediante a sua transformação em anuidade, isto é, uma quantia que se paga anualmente para reembolsar o capital. Desta maneira, a classe operária – leia-se a classe *industrial* – sempre levará vantagens, ao passo que a classe propriamente capitalista será condenada ao desaparecimento paulatino. Os juros apresentam-se sob diversas formas: juros simples e compostos, renda de casa, arrendamento da terra. Desta forma, conserva-se a sociedade burguesa, justifica-se a sua existência, privando-a apenas das tendências más..."[7]

Em 1852, Proudhon escreveu o livro *A Revolução Social à Luz do Golpe de Estado de 2 de Dezembro*, no qual tentou justificar a tentativa de

Luís Bonaparte que se seguiu à instauração do Segundo Império no país. Karl Marx qualificou este livro como um namoro com Luís Bonaparte com o objectivo de apresentar o golpe de Estado como aceitável para os operários franceses.

K. Marx esclareceu que "no seu livro sobre Luís Bonaparte..., Proudhon reconhece abertamente o que, na altura, eu tinha de provar com base na sua *Filosofia da Miséria*, mais exactamente, que o seu ideal é pequeno-burguês. A França, postula ele, divide-se em três classes: 1) a burguesia, 2) a classe média, os pequenos burgueses, 3) o proletariado. O objectivo histórico e, particularmente, da revolução consiste em dissolver os extremos – a primeira e a terceira classe – na segunda, no meio azul, o que será possível alcançar através de operações de crédito à maneira de Proudhon e cujo resultado final será a supressão do juro sob diversas formas"[8].

Os enunciados contraditórios de Proudhon não foram casuais, antes o reflexo da situação instável da pequena burguesia na sociedade capitalista cujos interesses ele defendeu fielmente. Na década de cinquenta, Proudhon escreveu bastantes obras. Em 1858, foi preso e condenado à cadeia pelo sua obra anticlerical *Sobre a Justiça na Revolução e na Igreja*, imediatamente censurada e confiscada. Refugiu-se na Bélgica e só deste modo conseguiu evitar mais um "curso de reabilitação" na prisão. Em 1860, foi amnistiado, mas só regressou à França em 1862. Os anos sessenta também foram bastante fecundos para Proudhon.

Finou-se em Janeiro de 1865. O seu último livro.

Sobre a Capacidade das Classes Operárias saiu logo após a morte (1865).

É difícil caracterizar univocamente a actividade de Proudhon. Subjectivamente, como político, procurou aliar cada acção sua, cada passo, cada intervenção à luta pela melhoria da vida das classes mais miseráveis e oprimidas da sociedade capitalista. Deste ponto de vista teve toda a razão, quando declarou: "O meu familiar é aquele que é pobre". Mas uma coisa são as palavras e aspirações sinceras de Proudhon e outra são os resultados práticos da sua actividade. Proudhon nunca conseguiu ascender às alturas do socialismo científico e ultrapassar os seus preconceitos pequeno-burgueeses.

Os seus projectos de transformação social eram utópicos e os métodos assentes na negação da luta de classes, semearam ilusões perniciosas entre os operários de que, mediante os "bancos populares" e os "bazares de troca" e assim por diante, seria viável melhorar sensivelmente a situação das camadas desfavorecidas. A sua incompreensão do papel verdadeiro do Estado desembocou na negação deste em geral.

Foi a própria história que atestou a inconsistência dos projectos proudhonianos. Como se pode deduzir deste esboço biográfico, o próprio autor da obra sensacional *Que É a Propriedade?* assistiu à ruína fragorosa do Banco Popular. A Comuna de Paris de 1871 assestou um golpe ainda mais sensível ao proudhonismo. É que os proudhonistas, participantes activos das acções do proletariado parisiense, procederam de maneira dissonante com as prédicas do seu mestre.

A própria lógica da luta de classes fez com que se identificassem com iniciativas sociais e económicas nunca referidas nas obras de Proudhon, mas frequentemente mencionadas nos trabalhos de Marx e Engels.

"Proudhon – escreveu F. Engels nos anos oitenta – desempenhou um papel demasiado significativo na história do movimento operário europeu para o deixar no olvido. Refutado no campo teórico e afastado do prático, não deixou de despertar interesse no plano histórico. Quem quiser aprender mais ou menos circunstanciadamente o socialismo contemporâneo, tem de estudar também os "pontos de vista já ultrapassados" no movimento operario"[9].

V. I. Lénine escreveu a este respeito: "Qualquer movimento operário vivo punha no primeiro plano os seus dirigentes operários, os seus Proudhons, os seus Weitlings, os seus Vaillants, os seus Bebels"[10].

As obras e as intervenções de Proudhon desempenharam um papel positivo. Brilhantes quanto à forma, não deixavam ninguém indiferente, pelo contrário, despertavam o interesse do proletariado pelas tendências socialistas.

Mikhail Bakúnine
1814 - 1876

UM ESPÍRITO INQUIETO...

Talvez seja difícil encontrar no movimento revolucionário europeu dos anos 40–60 do século pessado uma figura mais intranquila e contraditória que a de Bakúnine. Bielínski, crítico e polemista brilhante russo do século passado, escreveu que ficara cativado com o espírito irrequieto e a viva aspiração à verdade que Bakúnine irradiava.

Sempre guiado por este espírito insaciável, Bakúnine aparecia realmente em todas as partes onde se registavam acções revolucionárias e combates tenazes. Foi visto nas barricadas de Paris e de Berlim em 1848–1849; esteve entre os dirigentes das insurreições em Dresda e em Praga. Foi duas vezes condenado à morte, passou 8 anos nas prisões europeias e nas masmorras russas com regime penitenciário especial, 4 anos na Sibéria e mais de duas décadas como emigrado até ao fim da sua vida.

Mikhaíl Alexándrovitch Bakúnine nasceu em 18 de Maio de 1814, na aldeia Priamúkhino, distrito Novi Torjok, província de Tver. Os seus pais eram descedentes de fidalgos de quatro costados. Pela linha materna, ascendia à família dos Muraviov que

se assinalou pela sua participação no movimento dezembrista. O pai era uma pessoa ilustre partidária dos iluministas franceses do século XVIII. Alexandre Bakúnine formou-se no estrangeiro, defendeu a sua tese da filosofia na Universidade de Pádua e durante muito tempo prestou serviços em embaixadas russas em Estados diferentes. A família era numerosa: Bakúnine teve quatro irmãs e cinco irmãos mais novos, e todos viviam em paz e concórdia. A literatura, a música e a pintura eram amigas da família. Não se deve descontar o papel do pai na educação dos filhos, aos quais ensinou história, física, cosmografia e geografia.

Em 1828, Bakúnine foi enviado para Petersburgo a fim de continuar os estudos no Colégio de Artilharia, onde enfrentou um ambiente completamente diferente do que havia vivido antes. Em Janeiro de 1833, foi promovido a oficial e enviado para uma unidade militar numa vila remota da província de Grodno. Naquela altura lia muito, meditava sobre o futuro, sonhava "viver para os irmãos, indicar-lhes o caminho da verdade, arrancar à natureza os seus mistérios a fim de revelá-los à humanidade e esmagar com a força da ideia a matéria e os modos..."[1]. A única coisa que impedia a realização destes projectos era o serviço activo que Bakúnine detestava. Por isso, em 1835, retirou-se sem conhecimento do pai.

Fixou residência em Moscovo e escreveu ao pai, dizendo-lhe que não precisava de nenhum apoio material, porque queria ganhar a vida dando aulas privadas de matemática. Este passo decidido

explica-se em medida considerável pela influência que exerceu sobre Bakúnine o círculo de N. V. Stankievitch.

Os participantes do círculo de Stankievitch eram adeptos da filosofia idealista alemã. O problema do homem e o seu destino – eis o que preocupava o próprio N. V. Stankievitch e os seus amigos. Ali, Bakúnine encontrou-se com os futuros democratas revolucionários russos, V. G. Bielínski, A. I. Herzen, N. P. Ogariov.

Aquele período no movimento libertador russo assinalou-se pela crise no seio da nobreza revolucionária e pelo aparecimento de novas ideias e tendências. Debruçando-se sobre as causas da derrota da insurreição dezembrista (1825), os revolucionários voltaram os olhos para o povo e meditaram no seu papel e lugar no movimento social.

Naqueles anos, Bakúnine aderiu completamente à filosofia hegeliana. Dominava tão bem a filosofia de Hegel que, depois da partida de Stankievitch, passou a ser o seu intérprete, único e geralmente reconhecido no círculo, propagando-a em numerosas cartas e contactos com amigos.

Porém, Bakúnine, como muitos outros membros do círculo, adoptou tanto a dialéctica hegeliana como também a sua conclusão prática – tudo o que existe é racional –, que o levou a aceitar o regime de servidão da gleba e a tirania czarista. Mais tarde, devido à influência duma vasta luta antifeudal das massas camponesas, começou a rever esta conclusão nociva, acabando por tirar definitivamente a "carapuça filosófica de Hegel"

por altura do ano 1840, quando viajou à Alemanha. Ao chegar a Berlim, para aprofundar os seus conhecimentos filosóficos, Bakúnine viu-se envolvido no turbilhão das paixões políticas que fervilhavam na Europa e tornou-se testemunha das primeiras acções revolucionárias do proletariado. A insurreição dos operários em Lião e dos tecelões na Silésia, o movimento cartista na Inglaterra despertaram em Bakúnine um interesse vivo pela classe mais pauperizada e oprimida.

O futuro revolucionário prosseguiu na actividade científica e literária. Mas se os seus primeiros escritos tinham um matiz conciliador e cheiravam a hegelianismo, o artigo *A Reacção na Alemanha. Esboco dum Francês*, publicado no *Anuário Alemão* (1842), assinalou uma reviravolta nas concepções de Bakúnine. O trabalho referido já não atestava a ideia de conciliação com a realidade existente, antes ecoou como um apelo revolucionário. O autor afirmava que a questão da revolução era primacial; que a revolução estava iminente, pois crescia e amadurecia tanto na Europa como na Rússia; que todas as massas populares, exploradas e oprimidas, a esperavam com ânsia. De modo sucinto, todo o conteúdo e sentido do artigo se resumia numa só ideia: o desenvolvimento histórico leva inelutavelmente à derrota da reacção e ao triunfo da revolução.

O artigo sobre a reacção na Alemanha auferiu referências e ecos positivos. Mas o governo da Saxónia ficou desconfiado com a presença de Bakúnine. Não é de estranhar que em 1843 se tenha visto forçado a mudar para a Suíça, onde se

empenhou na propaganda revolucionária contra os governos reaccionários alemães. Ali, a sua actividade alertou a embaixada russa e, por conseguinte, teve de abandonar o país e mudar-se para Bruxelas e, depois, para Paris, onde conheceu K. Marx e F. Engels. Na mesma altura, aproximou-se de P. Proudhon, alargando-se assim os seus contactos com o movimento socialista na Europa Ocidental.

Foi a própria lógica da luta que fizera Bakúnine pronunciar-se abertamente contra a autocracia russa e a servidão. As relações que Bakúnine mantinha com todos os espíritos revolucionários daquela época não podiam escapar à atenção do governo czarista. Por indicação pessoal do imperador russo, o tribunal penitenciário de S.Petersburgo privou Bakúnine de todos os bens imóveis e condenou-o a trabalhos forçados na Sibéria.

Foi assim que Bakúnine se tornou um dos primeiros emigrantes políticos russos. Todavia, as viragens do destino não desencorajaram o jovem. Em Paris, meteu-se totalmente na efervescência da luta política entre a burguesia radical e o góverno reaccionário de Luís Filipe, regozijando-se com o crescimento do movimento operário. Ficou impressionado com a reivindicação proudhoniana da liberdade do indivíduo e da negação do Estado. Afinal, não se pode negar o papel que Proudhon desempenhara na formação de Bakúnine, que o caracterizou mais de uma vez como seu mestre.

No Outono, de 1847, em Paris, numa assembleia de homenagem à sublevação polaca de

1830–1831, Bakúnine pronunciou um discurso ardoroso no qual estigmatizou o czarismo e profetizou a iminência da revolução na Rússia e, em nome de todos os espíritos progressistas da Rússia, exortou os polacos à unidade a fim de emancipar todos os eslavos. A pedido do governo russo, Bakúnine foi desterrado da França, dirigindo-se a Bruxelas. Em Fevereiro de 1848, deflagrou em Paris a revolução que se estendeu praticamente a todos os países da Europa Ocidental. O revolucionário russo foi arrastado pelo turbilhão de acontecimentos impetuosos: desenrolou uma actividade agitada em Paris revolucionário e, depois, participou na insurreição de Praga (1848). Derrotada a insurreição, refugio-se em Breslau, onde tentou organizar uma acção revolucionária. A sublevação de Dresda alterou os planos do jovem emigrante: Bakúnine tornou-se um dos seus dirigentes. Com todo o ardor, impôs-se a tarefa de organizar o poder revolucionário e defender a cidade das tropas prussianas. Os seus conhecimentos na arte militar foram-lhe muito úteis, no entanto não lhe faltou o aventureirismo político. Por exemplo, propôs que as muralhas da cidade fossem protegidas pelos quadros mais valiosos da Galeria de Dresda, insinuando que os prussianos eram suficientemente educados para não disparar contra as obras de arte.

Esmagada a insurreição, Bakúnine com outros dois companheiros, entre os quais figurava o famoso compositor Richard Wagner, procurou refugiar-se numa vila fronteiriça. Afinal, Wagner conseguiu safar-se, ao passo que Bakúnine foi

capturado e entregue às autoridades prussianas. De início, foi encarcerado numa das prisões da Saxónia e, em Janeiro de 1850, condenado à morte, sendo-lhe porém comutada a pena pela de prisão nas masmorras dum forte. Ali atingiu-o a mão da justiça austríaca pela participação na insurreição de Praga. Por exigência do governo austríaco, o governo saxão entregou Bakúnine à Áustria. Outro julgamento – e outra sentença à pena capital por enforcamento. Porém, desta vez perdoaram-lhe, optando pelo encarceramento em regime de incomunicável.

Nas prisões austríacas, acorrentaram-no à parede sem lhe tirarem cadeias das mãos e das pernas. E ainda reduzido a este estado parecia perigoso para o governo austríaco que preferiu, em 1851, entregá-lo ao seu aliado, Nicolau I. Depois de 11 anos de peseguições, Bakúnine encontrou-se nas garras daquele que há muito o queria estrangular. O preso foi lançado no revelim de Alexis, na fortaleza de Pedro e Paulo e, depois, no forte de Schlüsselburg. Da fortaleza de Pedro e Paulo Bakúnine enviou ao imperador Nicolau I uma mensagem de confissões na qual narrou os acontecimentos revolucionários europeus e o seu envolvimento nestes. A forma do documento era incompatível com a ética dum revolucionário e acusava mais o carácter de redenção. Nicolau I mostrou-se inexorável para com o destino do preso. Só após a sua morte, o novo czar, Alexandre II, demovido pela petição de Bakúnine, comutou-lhe a pena em 1857, mandando-o para a Sibéria. Já tinha 8 anos das prisões saxãs, austríacas e russas.

Depois de quatro anos de desterro na Sibéria, Bakúnine conseguiu evadir-se. Depois disso fez uma quase circum-navegação.

Mas não ficou abalado no espírito; ficou consideravelmente atrasado do curso da vida. Um novo ascenso do movimento revolucionário e libertador dos anos 60 pôs em relevo a força do proletariado que irrompia de modo cada vez mais activo no cenário histórico. Estava a produzir-se uma situação favorável para a constituição da primeira organização revolucionária internacional das massas operárias, a Associação Internacional dos Trabalhadores. A própria vida confirmava a justeza das ideias marxistas. Todavia, Bakúnine apoiava-se numa concepção que abarcava as mais diversas teorias pequeno-burguesas.

Nos finais de 1864, Bakúnine aderiu à Associação Internacional dos Trabalhadores, mas de facto opunha-se à Internacional. Em 1867, participou activamente nas acções da "Liga da Paz e Liberdade" de cariz pacifista burguês, fundada como contrapeso à Internacional. Até concebeu um plano da união da "Liga" com a Internacional, argumentando da seguinte maneira: o proletariado apoiaria a burguesia na sua luta pelas liberdades democráticas burguesas e a burguesia, por sua vez, ajudaria à emancipação económica do proletariado.

A ideia não resultou e Bakúnine separou-se da "Liga". Fundou a "Aliança Internacional de Democracia Socialista" de cariz anarquista que, conservando a sua estrutura e programa, deveria integrar-se na Internacional. Isto não foi mais que

uma tentativa de acabar com a organização proletária. O Conselho Geral dirigido por Marx declinou categoricamente tais tentativas e exigiu que a "Aliança" fosse dissolvida e integrada na Internacional como uma das suas secções. Bakúnine aceitou estas condições, mas mesmo depois disso não abandonou a esperança de utilizar a organização proletária nos seus propósitos interesseiros e intensificou, portanto, a sua política de cisão no seio da Associação.

A luta de Marx e Engels contra o anarquismo era intransigente e de profundo conteúdo ideológico e teve, portanto, um significado enorme para o desenvolvimento da teoria do comunismo científico. Com esta luta, os fundadores do marxismo defenderam a autonomia orgânica da Internacional e opuseram-se às tentativas de desviar o movimento operário para o leito do anarquismo. Neste combate contra o anarquismo, Marx e Engels escreveram algumas obras destacadas, nomeadamente: *A Aliança de Democracia Socialista e a Associação Internacional dos Trabalhadores, Cisões Fictícias na Internacional, Os Bakunistas no Trabalho, O Indeferentismo Político, Sobre a Autoridade.* São de interesse especial as notas críticas de Marx com respeito ao tratado fundamental de Bakúnine *O Estado e a Anarquia* que saiu em 1873 e que aborda os problemas principais da essência do Estado.

Os bakunistas mostraram-se inimigos dum partido baseado na disciplina e da luta política. Segundo eles, tudo isso era incompatível com a liberdade pessoal. Enaltecendo a liberdade

pessoal concebida desde as posições individualistas, não só negavam a necessidade dum movimento operário organizado, como também procuravam por todos os meios destruir a organização proletária internacional criada por Marx e Engels, a I Internacional. Foi por isso que Marx e Engels consideravam o bakunismo como inimigo no seio do movimento operário.

A luta intransigente contra o bakunismo, que Marx e Engels sustentaram, equivaleu ao combate pelas vicissitudes históricas da classe operária. Criticando a concepção anarquista de Bakúnine, Marx e Engels mostraram que a necessidade histórica da ditadura do proletariado decorre da irreconciliação dos interesses de classe do proletariado e da burguesia e que a ditadura do proletariado é imprescindível para a edificação do comunismo.

A luta consequente de Marx e Engels contra Bakúnine acabou com a derrota fragorosa do bakunismo. O Congresso da Internacional em Haia (1872) excluiu Bakúnine das suas fileiras. Nos fins dos anos 80 do século XIX, o bakunismo deixou de existir como corrente ideológica e política, ainda que algumas ideias de Bakúnine ressurgissem uma vez por outra sob formas diversas.

Em 1870, deflagrou a guerra franco-prussiana. Logo a seguir à primeira derrota das tropas francesas, em Paris surgiram espontaneamente manifestações multitudinárias, exigindo a deposição do regime bonapartista de Napoleão III, a proclamação da república e o armamento de todos os cidadãos. A 18 de Março de 1871 foi

proclamada a Comuna de Paris. A Internacional também entrou numa nova fase de desenvolvimento, o período de adopção dum programa político do movimento operário.

Não obstante Bakúnine ter participado nas acções do proletariado de Lião, não se mostrou confiante na vitória da revolução, facto que não o impediu de expressar a sua admiração pelos proletários parisienses. As intervenções de Bakúnine em defesa da Comuna grandearam-lhe numerosos adeptos entre os operários. Naquela altura Bakúnine já tinha publicado duas obras importantes – *Cartas a um Francês sobre a Crise Actual* e *O Império Alemão de Chicote e a Revolução Social* –, nas quais expôs as suas concepções sobre a situação europeia e as tarefas duma revolução social. Em Sonville, quando fez conferências perante um público operário, falou do papel piloto dos operários na revolução social e da necessidade da aliança operário-camponesa. A experiência da Comuna fê-lo compreender o imperativo da organização dos operários.

Aliás, o próprio movimento operário proporcionou uma lição a Bakúnine e fê-lo afastar-se das concepções utópicas sobre o povo em geral e aproximar-se da compreensão do verdadeiro papel do proletariado na revolução social. Todavia, na sua luta contra o marxismo, Bakúnine apoiava-se nas interpretações anarquistas da experiência da Comuna de Paris que, segundo ele, se resumia à supressão de qualquer Estado e à realização dos princípios do federalismo e da anarquia. Como assinalou V. I. Lénine, os

anarquistas "não compreenderam... as lições da Comuna e a análise destas lições por Marx. O anarquismo não deu nada que se aproxime sequer da verdade quanto às questões políticas concretas: será preciso *quebrar* a velha máquina de Estado? e substituí-la *pelo quê?*"[2].

Cabe invocar aqui uma apreciação da doutrina anarquista de Bakúnine dada por K. Marx e F. Engels. "A anarquia, escreveram eles –, eis o cavalo do mestre Bakúnine que retirou apenas rótulos de todos os sistemas socialistas. Todos os socialistas entendem por anarquismo o seguinte: uma vez alcançado a meta do movimento proletário, a supressão das classes, desaparece o poder de Estado que outrora existiu para manter a maioria esmagadora da sociedade composta pelos produtores sob o jugo da minoria insignificante de exploradores e, por conseguinte, as funções de governo transformam-se em simples funções administrativas. A Aliança coloca toda esta questão ao revés. Proclama a anarquia no seio do proletariado como o meio mais seguro para destruir a concentração poderosa das forças sociais e políticas nas mãos dos exploradores. Com este pretexto, exige que a Internacional substitua a sua organização por anarquia no momento em que o mundo velho se empenhar em a esmagar. Não haverá coisa mais necessária para a polícia internacional para impor a república de Thiers, encobrindo-a com um manto imperial"[3].

Os últimos anos da vida de Bakúnine foram um período de desilusões profundas e de crise espiritual. Bakúnine compreendeu que nem a sua

teoria nem a sua táctica tiveram ressonância nos vastos sectores da classe operária organizada. As tentativas dos anarquistas de provocar uma insurreição no Verão de 1873 em Espanha e em Agosto de 1874 na Itália, com participação pessoal de Bakúnine, não resultaram e até varreram o caminho para a vaga reaccionária que se estendeu a toda a Europa após a derrota da Comuna de Paris.

No seu fervor revolucionário, Bakúnine desprezava as suas próprias comodidades, encontrando-se constantemente em apertos materiais. Segundo as memórias dos que o conheciam, a roupa gasta, mobílias demasiado discretas e necessidades pessoais mínimas, eis o que era característico dele. No entanto, Bakúnine trabalhou muito e até os últimos dias da sua vida. Morreu no dia 1 de Julho (19 de Junho) de 1876, em Berna, sem chegar a compreender que a sua teoria e táctica eram erróneas.

Porém, era um revolucionário que consagrou toda a sua vida à emancipação dos trabalhadores da exploração e opressão. Condenou os regimes despóticos e burgueses, exortou as massas à revolução, tendo ele próprio participado nos combates revolucionários, e provou que só a sociedade socialista baseada na posse colectiva dos meios de produção pode tornar impossível a escravização do homem pelo homem e garantir a igualdade, a liberdade e a justiça.

A actividade de Bakúnine teve uma influência revolucionária notável sobre os seus contemporâneos, e, antes de mais, na Rússia, país com arraigados remanescentes das relações feudais

e de servidão, onde a classe operária estava apenas em gestação. Neste contexto, o bakunismo encontrou um terreno fértil, identificando-se com a revolta, com um meio de luta das massas camponesas pela libertação do jugo da gleba. Alegando os motins de Rázine e Pugatchiov, Bakúnine tentou provar a possibilidade duma insurreição camponesa à escala nacional.

Bakúnine e, mais tarde, os populistas apresentavam a revolução democrático-burguesa como socialista, identificando os interesses pequeno-burgueses do campesinato com as reivindicações socialistas da classe operária. V. I. Lénine sublinhou que as teorias socialistas dos populistas não tinham nem um grão do socialismo verdadeiro, todavia, quanto ao seu conteúdo objectivo, a teoria do "socialismo camponês" traduzia as aspirações das vastas massas camponesas à liquidação total dos latifúndios e ao livre desenvolvimento do capitalismo. V. I. Lénine escreveu concretamente a este propósito que "os planos construtivos dos populistas são mera utopia. Apesar disso, contêm um elemento destrutivo em relação ao feudalismo medieval. E este elemento não tem nada a ver com a utopia; antes pelo contrário, é a própria realidade. É a mais progressista e consequente realidade do ponto de vista do capitalismo e do proletariado"[4].

No essencial, a concepção bakunista do futuro postulava a desintegração da sociedade num conglomerado de explorações fechadas. A concentração do trabalho e da propriedade dentro dessas associações e a falta de um poder

central que possa coordenar a produção à escala social, eis os atributos do anarquismo que reduziriam toda a produção a unidades fechadas e concorrentes entre si. Bakúnine nem fala da necessidade de planeamento da produção social. As suas ideias, no essencial, resumem-se a uma prédica da longevidade da comunidade camponesa russa que seria o núcleo do socialismo.

Portanto, as concepções anarquistas de Bakúnine traduziam os estados de espírito das massas camponesas e da pequena burguesia em ruína que engrossavam a classe operária. Bakúnine depositou esperanças no campesinato, nos artífices, nas camadas semiproletárias da cidade e no *lumpen* proletariado. Pois, objectivamente, o anarquismo bakunista e o espírito de revolta não foram mais que um reflexo de descontentamento e repúdio das massas pequeno-burguesas que o capitalismo condenou à ruína. Segundo Bakúnine, a causa primeira de toda a exploração é o Estado em geral e, por isso, o objectivo fundamental da revolução é a sua destruição.

Ao não entender a essência do antagonismo de classes Bakúnine não imaginou o proletariado como opressor de alguém. Atribuindo ao marxismo uma atitude hostil para com o campesinato, supôs que o marxismo preconizava a dominação do proletariado sobre as massas camponesas. Em resumo, a incompreensão das leis de desenvolvimento do capitalismo levou Bakúnine à conclusão da liquidação necessária do Estado em geral.

Ao concluí-lo, foi mais longe no sentido de proclamar a anarquia, regime sem Estado, em

oposição a qualquer sociedade baseada nos princípios estatais. Aliás, foi uma teoria muito perniciosa porque deixava a classe operária e as massas populares desarmadas na luta contra os exploradores e preconizava a restauração inevitável do capitalismo.

V. I. Lénine frisou que o proletariado necessita do Estado para construir o comunismo. "Não divergimos de modo nenhum dos anarquistas na questão da abolição do Estado como *objectivo*. Afirmamos que para atingir este objectivo, é necessário utilizar temporariamente os instrumentos, os meios e os métodos do poder de Estado *contra* os exploradores, assim como, para suprimir as classes, é necessária a ditadura temporária da classe oprimida"[5].

Bakúnine insurgia-se contra a propriedade privada e a exploração. Compreendia que o capitalismo implica a opressão e a miséria dos trabalhadores. Contudo, na prática, como porta-voz dos interesses da pequena burguesia, Bakúnine não postulava a abolição do capital, mas sim do Estado, vendo neste o mal maior da sociedade. Sem compreender o papel histórico da classe operária, Bakúnine dirigiu o seu olhar para as massas camponesas, preconizando que a tarefa de todo o revolucionário consistia em levantar os camponeses para a revolução e dirigir o motim espontâneo camponês que teria como objectivo a destruição de qualquer Estado.

Convencido de que as suas ideias traziam a emancipação das massas trabalhadoras, Bakúnine tentou colocar o movimento operário na órbita anarquista. Respondeu com uma negativa absoluta à luta pelos direitos políticos, considerando que, sem melhorar a situação do povo, beneficiava apenas a burguesia, desviava as massas da revolta e corrompia a sua consciência com ilusões dum Estado. Segundo Bakúnine, as formas de Estado não tinham a mínima importância: nem via a diferença entre a monarquia e a república. Marx e Engels provaram que a atitude negativa face à participação do proletariado na luta política levava à subordinação dos operários à política burguesa e a negação da ditadura do proletariado, à negação do partido político independente.

Onde quer que Bakúnine estivesse, actuasse ou trabalhasse, pregava o ódio contra o regime existente, ateava o fogo da insurreição, exaltava o espírito revolucionário e a energia. Era portanto o porta-voz das ideias do período pré-proletário.

A memória do Bakúnine revolucionário permaneceu viva, porque, na medida da sua compreensão e dos seus esforços, lutou abnegadamente pelo triunfo da revolução. A sua vontade de trabalhar entre o povo e para o povo, o seu ódio sem reserva em relação ao liberalismo e a sua fé no grande futuro da Rússia, são características positivas de Bakúnine. Deve-se também render homenagem à coragem e energia revolucionárias deste indómito lutador contra a autocracia czarista e a tirania do capital na Europa Ocidental. E neste combate feroz deixou o seu vestígio notável.

Nikolai Tchernichéwski
1828-1889

À ESPERA DUMA REVOLUÇÃO IMINENTE

Nicolai Gavrílovitch Tchernichéwski, democrata revolucionário russo, cientista, escritor, crítico literário, um dos insignes precursores da social-democracia russa, nasceu a 24 de Julho de 1828, em Sarátov, na família de um clérigo. Pela sua posição social pertencia aos "raznotchinets" (camadas médias na Rússia do século XIX – *N. do Tr.*) que desempenharam um destacado papel na história do movimento de libertação russo.

Por volta dos sete anos, o seu pai, homem bastante erudito e culto, encarregou-se da educação de Nikolai. Os livros desempenharam um papel de destaque no seu desenvolvimento espiritual. Depois de terminar em casa o curso propedêutico da escola clerical, aos 14 anos de idade (1842) inscreveu-se no seminário de Sarátov. Este estabelecimento tinha "fama" pelo seu sistema escolástico de ensino e o obscurantismo da maior parte do magistério. Isto não escapou a Tchernichéwski erudito, que possuía conhecimentos bastante vastos em muitas disciplinas. Ainda antes de ingressar no seminário, Nikolai Gavrílovitch aprendeu as línguas latina,

grega, hebraica, francesa, polaca e alemã, tendo ampliado, já no seminário, o seu campo linguístico com o tártaro e o árabe. Entre os seus companheiros de estudo gozava de respeito tanto pelos conhecimentos e inteligência que tinha como pelo seu espírito de camaradagem e entreajuda.

Ao completar 18 anos, Nikolai Gavrílovitch decidiu abandonar o seminário e frequentar a Faculdade de História e Filologia na Universidade de Petersburgo. O pai aprovou a decisão do filho de renunciar à carreira de padre.

Na universidade, Tchernichéwski fez-se amigo do estudante M. L. Mikháilov, mais tarde famoso poeta revolucionário que pereceu nos trabalhos de forçado. Mikháilov era neto dum camponês alforriado. Tchernichéwski encontrou nele um bom camarada e um conhecedor extraordinário da literatura universal. A identidade das suas concepções sociais cimentou ainda mais esta amizade. Mais tarde, o próprio Tchernichéwski constatou que foi exactamente Mikháilov que dera o primeiro impulso para o seu desenvolvimento espiritual acelerado. A amizade com ele contribuiu para a ampliação da visão de Tchernichéwski em questões de literatura e política.

Além disso, as concepções revolucionárias do jovem Tchernichéwski iam-se forjando em virtude da participação no círculo de I. I. Vedénski, pedagogo progressista e literário. Ali tomou conhecimento das obras do pensador francês Fourier e da sua doutrina sobre a transformação social justa. Tchernichéwski revelou um vivo interesse por Fourier e conseguiu descobrir de

imediato germes de grandes verdades na sua doutrina. Apesar da sua coloração mística, distingiu nos livros de Fourier uma fonte das ideias sociais fecundas posteriormente desenvolvidas na sua célebre obra *Que Fazer?*.

Estudou minuciosamente a filosofia alemã, sobretudo Hegel e Feuerbach. O materialismo deste último e a sua crítica à religião fizeram com que Tchernichéwski revisse muitas das suas próprias concepções, convertendo-se por altura de 1850 em ateísta convencido e militante.

Evoluíram também as concepções políticas de Tchernichéwski. Se ainda nos meados dos anos 40 sonhava com uma actividade iluminista, nos finais da década, sobretudo após os acontecimentos revolucionários na Europa Ocidental, decidiu empenhar-se na divulgação das ideias revolucionárias com o objectivo de preparar o povo para o derrubamento do czarismo.

Como ele próprio dizia, tomou o partido dos socialistas, comunistas e republicanos radicais. A análise da experiência da revolução de 1848 levou-o à conclusão de que a via pacífica de transformações sociais era impossível e que só a revolução seria capaz de emancipar os trabalhadores do jugo da escravidão.

Tchernichéwski previa mudanças iminentes e preparava-se para elas. A consciencialização dos acontecimentos passados e presentes tornava-se cada vez mais profunda; a antevisão do futuro, cada vez mais definitiva. Com estudo escrupuloso das obras de eminentes socialistas utopistas e filósofos alemães, ia-se arraigando em Tchernichéwski

o ódio para com o despotismo, o sistema de escravidão da gleba e a autocracia.

Uma semana antes dos exames finais, Tchernichéwski recebeu a notícia de uma vaga de professor em Sarátov. Em 1851, um novo professor de filologia entrou no colégio de Sarátov. É de imaginar quão novas e interessantes eram as aulas de Tchernichéwski, tendo em conta a atmosfera rançosa e velha em que a cidade vivia. Via-se sempre acompanhado por muitos alunos a conversar com ele. Em Janeiro de 1853, na casa dos seus familiares encontrou uma tal senhora Olga Sokrátovna Vassílieva e, em seguida, em Fevereiro, pediu a sua mão. Foi um passo bastante súbito e até estranho. "Esta é a minha razão de ser – explicou Tchernichéwski, que já tinha 25 anos de idade, à sua futura esposa –. A minha vida é esta: em qualquer momento pode aparecer a polícia para me levar a Petersburgo e me pôr na prisão por só deus sabe quanto tempo, porque aqui faço coisas que levam a trabalhos de forçado". Olga Sokrátovna não ficou atemorizada com as possíveis implicações futuras e deu o seu sim.

O casamento, entristecido pela morte repentina da mãe de Tchernichéwski, celebrou-se na Primavera de 1853. O casal abandonou logo Sarátov e mudou-se para Petersburgo, onde Tchernichéwski procedeu com ímpeto à realização dos seus numerosos planos traçados. O seu sonho era tentar o campo da literatura, compreendendo, todavia, que isso exigiria tempo e preparação adequada. Daí impor-se como meta imediata receber um título honoris causa em ciências, o que

lhe garantiria o cargo de catedrático na universidade. Começou como professor e mais tarde apresentou uma petição junto da inspecção da circunscrição para ser admitido nos exames de magistério.

A vida na capital exigia bastantes despesas. Por isso, Tchernichéwski, além das aulas particulares, revia provas tipográficas e colaborava nas redacções de revistas.

Prosseguiu a sua tese de doutoramento *As relações estéticas da arte com a realidade*, na qual pretendia mostrar a essência reaccionária das concepções idealistas sobre a arte, opondo-lhes a estética materialista revolucionária, em que queria reflectir as tradições do pensamento filosófico progressita da Rússia. Defendeu a tese em Maio de 1855. Aliás, Tchernichéwski foi o primeiro a fundamentar a teoria materialista da arte.

O início da sua colaboração na revista *Contemporâneo*, então muitíssimo popular nos círculos democráticos, data de Outono de 1853. As primeiras publicações de Tchernichéwski chamaram a atenção do público leitor, porque se distinguiam pela erudição inusitada, a profundidade de pensamento e uma orientação consequente e democrática. Num período bastante curto, Tchernichéwski escreveu bastantes artigos sobre questões de política interna e internacional, filosofia, história, economia política, teoria e história da literatura, entre os quais podemos citar aqui *Os Esboços da Literatura Russa do Período Gogoliano, Lessing, A Crítica aos Preconceitos Filosóficos contra a Posse Comunitária,*

A Monarquia de Julho, O Princípio Antropológico na Filosofia, O Capital e o Trabalho e outros.

Tchernichéwski torna-se um dos espíritos e guias ideológicos da revista. Muitas das publicações em questões de literatura serviram para a crítica do regime de servidão e a propaganda das ideias revolucionárias e defenderam os interesses das vastas massas camponesas. Por exemplo, no artigo *Sobre a Propriedade da Terra* o autor postulava que a melhor forma de propriedade da terra era aquela que combinava o proprietário, o senhor e o trabalhador numa só pessoa. Depreendia-se daí que a propriedade estatal da terra estava, neste sentido, próxima do ideal.

No seu artigo *Cartas sem Endereço*, Tchernichéwski criticou e pôs a nu o carácter antipopular e rapinante da Reforma de 1861. Por acaso, a censura não demorou em retirar este artigo do número em que deveria ser publicado. Aliás, o artigo só veio à luz em 1874 no estrangeiro.

Os democratas revolucionários compreendiam que o povo ainda não estava preparado para uma revolução e empenhavam-se, por conseguinte, na propaganda legal e ilegal das suas ideias. A revista deu a sua contribuição possível para a preparação das massas para a revolução. Segundo Tchernichéwski, procuraram influir nas massas camponesas e inculcar-lhes a consciência do papel que lhes cabia na emancipação da tirania czarista. Esta ideia perpassa nitidamente no artigo de Tchernichéwski *Será o Início das Transformações?* publicado no número 11 da revista do ano 1861.

É claro que o espírito revolucionário da

Contemporâneo não pôde escapar aos sátrapas czaristas. Em Junho de 1862, foi suspensa a sua edição por oito meses por "orientação perniciosa", em seguida Tchernichéwski foi preso e encarcerado no revelim Alexis na fortaleza de Pedro e Paulo.

Caracterizando Tchernichéwski como democrata revolucionário, V. I. Lénine destacou que "... ele conseguiu influenciar todos os acontecimentos políticos da sua época no espírito revolucionário, propagando, apesar dos óbices e obstáculos da censura, a ideia da revolução camponesa, a ideia de luta das massas pelo derrubamento de todas as autoridades velhas"[1]. Tchernichéwski estava confiante na iminência da revolução russa e propunha-se participar nela. Considerava que a tarefa mais próxima da democracia revolucionária era a abolição do sistema de servidão da gleba e a solução da questão agrária em favor do campesinato trabalhador e, como meta final, o socialismo.

Tchernichéwski desenrolou uma actividade impressionante no período da primeira situação revolucionária, quando, citando V. I. Lénine, todo o país escutava a poderosa "prédica de Tchernichéwski que, com os seus artigos mesmo mutilados pela censura, soube educar verdadeiros *revolucionarios*"[2].

Com as suas publicações assestava golpes demolidores contra a autocracia czarista e a servidão da gleba, desmascarava as ilusões da burguesia liberal com respeito à reforma de 1861. Não se limitando à prédica das ideias da revolução camponesa nos seus artigos, dirigiu-se directamente

ao povo e escreveu uma proclamação ilegal intitulada *Uma Reverência aos Camponeses Enfeudados dos seus Benfeitores*, na qual Tchernichéwski estigmatizou o czarismo, esclareceu os camponeses sobre o carácter de classe do poder do czar como primeiro latifundiário da nação, advertiu contra as ilusões sobre a reforma e exortou-os à insurreição.

Em *Cartas sem Endereço*, ao fazer o balanço da "emancipação" dos camponeses, Tchernichéwski demonstrou que a reforma era hostil aos interesses do povo. A nobreza e os grandes senhores que assumiram a realização da reforma procuraram prioritariamente os seus interesses. Mudaram apenas as formas, mas não a essência das relações entre os grandes agrários e camponeses. Alegoricamente Tchernichéwski comparou a reforma a um remendo na roupa gasta. E igualmente como o remendo não pode evitar a destruição do pano velho, a reforma não era capaz de salvar o antiquado regime autocrático e feudal.

O governo czarista resolveu acabar com a actividade de Tchernichéwski e dos seus adeptos. O primeiro mártir foi Mikháilov, a quem foi pronunciada a sentença do tribunal: 12 anos de trabalhos forçados na Sibéria. A 7 de Julho de 1862, a polícia invadiu a casa de Tchernichéwski para fazer uma rusga. Embora não desse resultados e não fossem colhidas provas jurídicas de actividade ilegal, Tchernichéwski foi preso.

Encarcerado na fortaleza de Pedro e Paulo, não depôs as armas. Em quatro meses de prisão escreveu a novela *Que Fazer?*.

Através desta obra, Tchernichéwski apresentou, sob a forma literária, as ideias socialistas formuladas anteriormente nos seus trabalhos teóricos. Para muitas gerações de leitores, a novela tornou-se um manual de vida, pois os problemas abordados inquietavam os espíritos progressistas da Rússia: que fazer para emancipar o país da tirania czarista e da servidão da gleba.

Com ardor indómito, o autor denuncia a geração "velha" com toda a sua estupidez, pusilanimidade e avidez insaciável de dinheiro, opondo-lhe a "gente nova", os democratas descendentes das camadas médias. A figura mais notória é o revolucionário Rakhmétov. Pela primeira vez, na personagem de Rakhmétov, surgiu na literatura russa a imagem dum revolucionário, teórico e prático, disposto a todos os sacrifícios na luta pela causa do povo. Tchernichéwski mostrou que a verdadeira felicidade dum indivíduo é a combinação dos interesses pessoais e sociais.

Para o autor, o ideal é a sociedade futura, isto é, a sociedade socialista. O autor interpõe no entrecho as suas conversas com o leitor e intervém como um dos protagonistas, polemizando frequentemente com um "leitor perspicaz", figura simbólica que anuncia concepções tão habituais aos liberais e reaccionários daqueles tempos. Este método permitiu a Tchernichéwski ridicularizar, desde posições satíricas, os "araras" liberais.

Logo a seguir à publicação em *Contemporâneo*, a novela foi proibida pela censura e nunca mais publicada até 1905. Por isso, os números da revista

com o texto de *Que Fazer?* passavam de mão em mão, de geração em geração.

Cinco meses depois de concluída a novela *Que Fazer?* da pena de Tchernichéwski saiu uma outra, *Alferiev. Das Memórias sobre a Gente Nova.* Ao mesmo tempo fazia traduções, por exemplo *A História do Século XIX* por Gervinus, dois tomos da *História da Inglaterra* por Macaulay, dois tomos da *História Universal* por Schlosser, a escreveu 29 contos, uma novela autobiográfica, vários artigos, *Esboços dos Princípios de Economia Política* (por Mill) e muitas outras obras e traduções. Além disso, teve de escrever numerosos depoimentos, declarações e cartas relacionados com a acusação. Esta fecundidade maravilhosa atesta uma vez mais a fidelidade de Tchernichéwski à causa da luta e o seu desejo veemente de, mesmo nas masmorras da fortaleza de Pedro e Paulo, permanecer no meio dos acontecimentos.

A 19 de Maio de 1864, na praça Mítnaia em Petersburgo Tchernichéwski foi submetido a um acto público de morte civil. Este rito medieval teve como objectivo desonrar Tchernichéwski em público. Ajoelharam-no e partiram uma espada sobre a sua cabeça. Apesar do sítio estar cercado por tropas de gendarmeria, a juventude saudou clamorosamente o "criminoso de Estado" e lançou ramos de flores no cadafalso.

No dia seguinte, à noite, Tchernichéwski, acompanhado por duas partrulhas, foi deportado para a Sibéria. A sua saúde sucumbiu à longa e dura viagem e, por exigência dos médicos, foi transladado para o lazareto da aldeia de Kadaia.

Ali encontrou Mikháilov, amigo de adolescência e companheiro de luta pela felicidade do povo. Os trabalhos de forçados e o duro clima minaram a saúde de Mikháilov: estava gravemente doente. Meio ano depois, quando Tchernichéwski, já reconvalescido, visitou o poeta antes de seguir o seu trajecto para as minas, poucos meses de vida restavam ao seu amigo.

Tchernichéwski fixou residência nas minas de Kadaia numa casa vetusta. No total, permaneceu na Sibéria vinte anos, dos quais sete anos nos trabalhos forçados nas minas de Nértchinsk. Impôs-se-lhe a vigilância mais severa e secreta e foram tomadas todas as medidas para prevenir a fuga ou recuperação de Tchernichéwski.

Em 1868, as autoridades de Petersburgo advertiram os carcereiros das minas de Nértchinsk de que a amnistia não se alargava a Tchernichéwski. Ainda pior, depois dos sete anos de trabalhos forçados, o governo czarista cometeu um novo crime em relação a ele: mandou o preso para a forte de Viluisk por mais doze anos. Começaram os anos de sofrimentos morais e físicos ainda maiores. Que vontade e espírito inabalável havia de se ter para sair vitorioso naquele confronto desigual. Os revolucionários da Rússia tentaram várias vezes arrancar Tchernichéwski da prisão czarista, mas não resultou.

Com grande coragem e firmeza, Tchernichéwski enfrentou as dificuldades da pena que lhe fora imputada e a incomunicabilidade insuportável na cela húmida e escura de cidadela de Viluisk. Sob a vigilância de cossacos e gendarmes, Tcherni-

chéwski passou uns doze anos. As condições de vida eram sumamente duras: incomunicável, separado da actividade, diríamos, sepultado vivo, aguentou com dignidade aqueles anos difíceis.

Apesar de proibidas todas as obras de Tchernichéwiski e de não ser mencionado na imprensa oficial, prosseguiu na sua actividade literária e científica. Regozijava-se com qualquer encomenda de livros; escrevia com fecundidade sobre diferentes ramos de ciência. As suas cartas enviadas aos familiares da Sibéria tinham a forma de estudos teóricos sobre filosofia, história, ciências naturais e economia política. Ressoava nelas, apesar da censura e da separação da vida real, a sua vasta erudição, o seu patético de revolucionário e a força da convicção.

A obra mais relevante que escrevera no desterro siberiano foi a novela *Prólogo*. A trama refere-se ao ano 1857, período em que se preparava a reforma agrária. O autor apresenta nela diferentes camadas de S. Petersburgo e a aguda luta ideológica dos democratas revolucionários contra os senhores feudais e liberais, propagando a ideia da insurreição armada.

Em Janeiro de 1871, aproveitando uma oportunidade, Tchernichéwski envia o manuscrito do *Prólogo* à sua mulher, assim como *A História duma Moça*, os três primeiros capítulos do conto *Um Descendente de Barbarossa*, as peças *Drama sem Desfecho* e *O Marido Magnânimo*. Excepto a primeira parte do *Prólogo*, publicada em Londres (1877), todas as demias obras foram publicadas após a morte do autor.

Em Agosto de 1883, Tchernichéwski, foi deslocado para Irkutsk, onde soube que podia fixar residênsia na cidade de Astracã. Depois das peripécias da viagem, que durou mais de dois meses, Nikolai Gavrílovich chegou a 22 de Outubro à sua cidade natal, Sarátov. Alí foi-lhe autorizada uma entrevista com os seus familiares. Para evitar inquietações e manifestações de solidariedade, Tchernichéwski foi hospedado em casa do coronel da gendarmeria da cidade. Encontrou-se com Olga Sokrátovna, tendo combinado que no dia seguinte ela se deslocaria à cidade de Astracã. No dia 27, Tchernichéwski também chegou à cidade referida. De S. Petersburgo chegaram os filhos que o pai deixara em tenra idade: Alexandre já tinha 29 anos de idade e Mikhaíl, 25.

Depois de mudar o desterro na Sibéria para Astracã, Tchernichéwski propôs-se organizar uma revista e reunir os melhores espíritos literários em torno dela. Queria escrever novos romances e novelas, uma história universal e uma enciclopédia dos conhecimentos humanos, porém, o regime de vigilância policial inviabilizou a realização destes planos. Em 1888, Tchernichéwski publicou o artigo *A Origem da Teoria de Luta Beneficiente pela Vida* no qual criticou violentamente a famosa teoria do padre inglês Malthus que, para justificar o regime burguês, explicou a penúria e os sofrimentos dos trabalhadores como consequências da "reprodução irreflectida das classes pobres".

Para fazer lembrar as grandes personalidades dos anos 60 às gerações novas, Tchernichéwski

esreveu uma série de memórias sobre Nekrássov e Dobroliúbov e preparou um tratatado intitulado *Materiais para a Biografia de Dobroliúbov*. Esta compilação valiosa veio à luz só depois da morte do autor (1890).

As investigações de Tchernichéwski tinham orientação análoga às de Marx e Englels. Mas as condições económicas e políticas da Rússia semi-feudal eram muito diferentes das condições de vida nos países da Europa Ocidental avançados. O proletariado estava apenas em processo de formação, ao mesmo tempo que a luta revolucionária das massas camponesas não ia além de motins espontâneos e separados.

No entanto, apesar da imaturidade das relações sociais, económicas e políticas no país, Tchernichéwski aproximou-se do materialismo dialéctico e contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento do pensamento social.

Tchernichéwski adoptou uma atitude crítica em relação ao capitalismo e era adepto do comunismo. Abordou o regime burguês desde as posições das massas trabalhadoras que o capitalismo levava à ruína. É de notar que a Tchernichéwski cabe a antevisão genial de que o advento do socialismo é lógico e inelutável em virtude do próprio carácter da produção social. Escreveu a este propósito: "...com a mudança da carácter dos processos de produção tem de se transformar também o carácter do trabalho e por isso não há nenhum motivo para se preocupar com as vicissitudes do trabalho: a inevitabilidade do seu melhoramento reside na própria evolução dos processos de produção"[3].

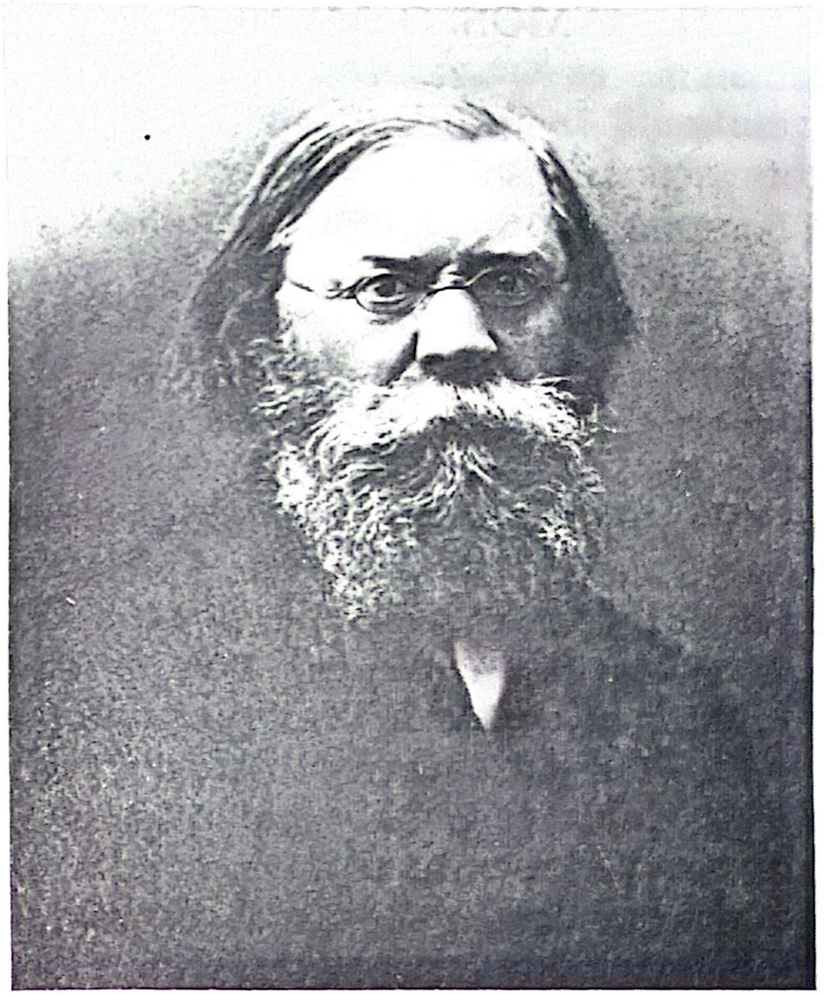
Tchernichéwski afirmava que o povo humilde devia dominar a vida histórica, porque era o único que beneficiava e necessitava do novo regime, o socialista. Mas, dado o atraso das relações sociais e económicas da Rússia dos anos 60, Tchernichéwski não podia compreender que só o desenvolvimento do capitalismo e do proletariado criaria condições e uma força social favoráveis à transição para o socialismo. Era portanto um socialista utópico e, naturalmente, idealizava a comunidade camponesa patriarcal, considerando-a como uma via para o socialismo.

Apesar de Tchernichéwski e os democratas revolucionários dirigidos por ele, ideólogos do campesinato revolucionário, serem socialistas utopistas, aproximaram-se mais das posições do socialismo científico que todos os demais pensadores da época pré-marxista. Opuseram-se corajosamente à autocracia czarista e lutaram com abnegação pela emancipação do povo. As concepções democráticas e revolucionárias de Tchernichéwski assentavam na sua filosofia materialista, resultado da luta contra a reacção e os liberais. V. I. Lénine sublinhou que "Tchernichéwski era o único escritor russo, verdadeiramente grande, que desde os anos 50 até 1888 conseguiu permanecer consequentemente nas posições do materialismo filosófico e deixar de lado o absurdo miserável dos neokantianos, positivistas, partidários de Mach e outros embusteiros"[4].

Deportado em Astracã por cinco anos, Tchernichéwski trabalhou fecunda e intensamente nos últimos anos da sua vida. Em virtude das

intercessões permanentes dos famíliares e amigos, foi autorizado a mudar-se para a sua cidade natal, Sarátov, onde faleceu quatro meses depois. No dia 17 de Outubro de 1889, parou o coração deste lutador valente. O funeral de Nikolai Gavrílovitch transformou-se numa manifestação multitudinária. Foram envidados numerosos telegramas e mensagens de condolências. O departamento da polícia emitiu ordens para que as autoridades locais proibissem o ofício de defuntos e prendessem os incitadores. O cadáver foi enterrado sob a vigilância especial da polícia. Uma multidão silenciosa acompanhava este acto. Foi proibido mencionar o nome "perigoso" de Tchernishéwski até a revolução de 1905–1907.

Nikolai Gavrílovich Tchernichéwski estava profundamente convicto da justeza da causa à qual consagrou toda a sua vida.



Piotr Lavrov
1823 - 1900

CONTESTEMOS O MUNDO VELHO

Aos 26 anos era coronel e professor de Academia de Artilharia de Perersburgo. Matemático brilhante que podia contar com uma carreira vertiginosa tanto no campo científico como militar. Revolucionário profissional. Um dos teóricos da tendência "propagandística" nos anos 60 do século passado. Além disso, emigrado político, poeta, membro da I Internacional e amigo íntimo de K. Marx e F. Engels.

É difícil acreditar que todos estes factos se refiram à biografia de um só indivíduo, Piotr Lávrovitch Lavrov. O revolucionário destacado, que influiu na vida de várias gerações de lutadores pela emancipanção do povo, pertencia àqueles que constituem o orgulho da Rússia Soviética.

Não havia presságios que indicassem a vida tão impetuosa e difícil daquele homem. Nasceu em 1823, na família de grandes agrários. Os pais foram bastante eruditos e próximos do pensar liberal. Aos cinco anos, Piotr já lia com soltura tanto textos russos como franceses. Tendo catorze anos, completou os seus conhecimentos

linguísticos com o alemão e inglês. Mostrou capacidades inusitadas para as matemáticas; gostava imenso de história e literatura; frequentemente recitava de cor fragmentos de Schiller, Voltaire, Hugo e outros autores predilectos.

Em 1837, Lavrov foi mandado estudar na escola de Artilharia de Mikhaíl. E assim passaram longos dias e meses de estudo sujeitos a um horário estabelecido. O rapaz não se mostrava contente com os conhecimentos proporcionados nas aulas. Por sua própria iniciativa organizou um círculo de autodidáctica cujos participantes devoravam todos os livros expostos à poeira nas prateleiras. O próprio Lavrov leu as obras de Saint-Simon, Proudhon e Charles Fourier que inquietaram o espírito do adolescente e o fizeram reflectir sobre a realidade.

Matriculado em 1842, Lavrov ocupou o cargo de professor de matemática no mesmo colégio. Uns anos depois, por recomendação do académico Ostrográdski, passou para as funções de professor de matemática na Academia de Artilharia de Petersburgo. Em 1849, recebeu o título de coronel.

No entanto, nem o resplendor do uniforme bordado a ouro, nem a sua promoção quase vertiginosa puderam eclipsar os sofrimentos do povo russo e o despotismo czarista. No clima de fermentação política característico da Rússia nos finais dos anos 50 e inícios dos 60, Lavrov evolui do liberalismo para as posições da democracia revolucionária. Isto foi também o resultado da

evolução das concepções do jovem cientista e do clamor da consciência, pois, nas condições de arbitrariedade e embrutecimento das massas camponesas, cada cidadão honesto russo tinha uma só alternativa: ou servir os opressores ou tomar o partido dos que lutavam contra a pilhagem.

Ao fazer a última opção, Lavrov tentou o campo da literatura. As tentativas de compreender a realidade desembocaram em artigos filosóficos aprovados por N. G. Tchernichéwski nas páginas da revista *Contemporâneo*. Para ampliar os seus conhecimentos, Lavrov recorreu tanto às ciências naturais como à história da ciência em geral, o que o levou a estudar mais detalhadamente a história, a sociologia, a antropologia e a filosofia. A partir de 1852, começou a publicar artigos sobre arte militar e ciências naturais; em 1856, enviou cinco poemas a A. I. Herzen para serem publicados em Londres. Entretanto escreveu a sua primeira obra publicística *Cartas ao Editor*, na qual expôs opiniões sobre o presente e futuro da Rússia. No artigo *Pouco a Pouco* (1862), criticou as esperanças da transformação progressiva do regime social da Rússia mediante reformas. Em 1860, veio à luz o seu livro *Esboços de Questões de Filosofia Prática. Personalidade.*

Em Maio de 1861, o governo czarista tentou suprimir a autonomia das universidades, limitar o acesso aos descendentes das classes pobres e introduzir um regime policial nos estabelecimentos de ensino superior. Isto provocou

uma revolta nos centros universitários: nas universidades de Petersburgo, Moscovo e Kazan foram suspensas as aulas. Na de Petersburgo até se registaram choques violentos entre os estudantes e a polícia, em consequência dos quais 300 alunos foram presos e lançados na fortaleza de Pedro e Paulo. Lavrov interveio num comício de estudantes e assinou um protesto contra a introdução dos estatutos reaccionários da vida universitária.

Em 1862, aderiu à associação revolucionária secreta "Terra e Liberdade". Simultaneamente, redigia o *Dicionário Enciclopédico dos Cientistas e Literatos Russos*, aproveitando o seu posto de redactor-chefe para divulgar e propagar ideias progressistas e conhecimentos no campo das ciências naturais. Este *Dicionário Enciclopédico* pronunciou-se bruscamente contra a religião como produto da ignorância e de ilusões. Portanto, era de esperar que esta edição provocasse a indignação das forças obscurantistas e fosse proibida em 1863. O mesmo destino compartilhou o *Noticiário do Estrangeiro* editado por Lavrov de 1864 a 1866. Em Março de 1865, avançou a proposta para o Fundo Literário sobre uma assistência material em favor de N. G. Tchernichéwski e intercedeu junto do governo sobre a revisão do caso judicial. No mesmo ano organizou a "Associação de Trabalho das Mulheres" (um caso sem precedentes na história da Rússia), participou, contribuindo com dinheiro, no "Comité de Alfabetismo" e na "Sociedade de

Livros para o Povo". A actividade política de Lavrov, as suas relações com Tchernichéwski e as intervenções públicas em defesa dos estudantes revolucionários criaram-lhe logo a reputação de professor dissidente. Naturalmente, a polícia pôs os olhos nele: as suas conferências públicas foram proibidas e, ainda por cima, em 1861, opôs-se resolutamente à promoção de Lavrov para catedrático de filosofia na Universidade de Petersburgo.

Após o atentado frustrado de Karakózov contra o czar (1866) o país assistiu uma vaga de buscas, rusgas e prisões em massa: procuravam-se revolucionários terroristas. A casa do "professor dissidente" não escapou às atenções da polícia. Durante o processo-crime, Lavrov não ocultou as suas simpatias por Tchernichéwski e foi, por conseguinte, acusado de "ser simpatizante de pessoas conhecidas por tendências criminosas em relação ao governo". A sentença foi mais lacónica que a acusação – 9 meses de prisão.

Solto da prisão, Lavrov foi deportado para a província do Vólogda. Nesse período escreveu *As Cartas Históricas* que foram o prólogo da sua persistente influência entre os espíritos revolucionários enquanto ideólogo do populismo. Este livro fundamentou teórica e moralmente o papel da intelectualidade na luta pela emancipação do povo. *As Cartas Históricas* apareceram exactamente no momento em que a intelectualidade se encontrava na encruzilhada, na hesitação. Lavrov, que via na intelectualidade o pregoeiro do progresso social, chamou-a a pagar

a sua dívida ao povo. Esta obra inaugurou o período de "peregrinações junto do povo".

Lavrov preconizava que a juventude devia estar junto do povo a fim de trabalhar e ilustrá-lo, porque este povo não era mais que uma massa invencível, mas incapaz de compreender a sua própria força. Daí ser necessário que esta massa compreendesse a força que possuía. E para o efeito era indispensável que a intelectualidade assumisse o papel de aliar as forças espontâneas do povo às ideias revolucionárias.

Condenado à deportação, Lavrov chega à conclusão de que a sua actividade não escaparia ao governo e, aproveitando o passaporte falso de um tal doutor Weimer, desloca-se para Paris (1870). Logo após esta fuga miraculosa, a sua mãe seguiu-o, pois não queria abandonar o seu filho mais amado, e acompanhou-o até os últimos dias de vida.

Em Paris Lavrov entrou em contacto com círculos científicos. Foi eleito membro da Sociedade de Antropologia. Ao mesmo tempo, Lavrov estabeleceu relações com os socialistas franceses e em Outono de 1870, por recomendação de Louis Varlin, foi eleito membro da secção parisiense da Internacional. Aliás, nos dias da Comuna de Paris (1871), Lavrov viu-se no epicentro dos acontecimentos.

Nos fins de Março, conseguiu enviar para Bruxelas dois relatórios sobre os acontecimentos de Paris, que foram publicados no jornal *A Internacional*. Nesses artigos transparecia nitidamente a atitude de Lavrov face ao movimento

revolucionário da classe operária e à Comuna de Paris, constatando que a revolução na França, cujo ponto culminante foi a proclamação da Comuna, era radicalmente diferente das outras revoluções. A sua particularidade principal consistia no facto de a classe operária ter tomado posse do poder. Lavrov declarou o seu apoio sem reserva à república do proletariado.

Por encargo da Comuna de Paris, Lavrov visitou a Bélgica onde apresentou ao Conselho Federal Belga da Internacional o seu relatório sobre a situação em Paris e exortou este organismo à solidariedade com a Comuna. Em seguida, por encargo dos communards, deslocou-se, em Maio de 1871, a Londres para se encontrar com os dirigentes do Conselho Geral da Internacional dirigido por K. Marx. Para Marx, Lavrov foi uma das poucas pessoas que lhe podiam fornecer dados fidedignos sobre os acontecimentos de Paris. O emissário contou-lhe até pormenores dos quais Marx não estava a par.

Nos fins de Julho de 1871, Lavrov regressou a Paris. Tinha-se passado mais de um mês depois da queda da última barricada da Comuna. Os seus melhores filhos foram mortos ou emigraram para o estrangeiro. A 9 de Agosto, Engels escreveu a Lavrov, informando-o de que o número dos seus amigos parisienses, que apareceram em Londres e com alguns dos quais ele almoçou ainda em Julho em casa de Marx, estava a aumentar: "Chegaram aqui novas pessoas acerca das quais Williams, possivelmente, o informou e entre as quais estão Vaillant, Theisz. Longuet". Na mesma carta Engels

dizia: "Nós, aqui, precisamos dos textos originais dos processos judiciais de Versailles para as nossas investigações históricas..."[1]. Com o mesmo propósito, Engels necessitava da planta de Paris e pediu a Lavrov que averiguasse o endereço dum editor de mapas.

Lavrov voltou a encontrar-se com K. Marx três anos depois, quando toda a redacção da revista revolucionária *Avante!*, da qual fazia parte, se mudou para Londres.

Lavrov enviou a Marx o terceiro número da revista. Na sua carta a Lavrov datada de 11 de Fevereiro de 1875, Marx agradeceu a oferta e acentuou o seu interesse pela rubrica "Que se passa na pátria?", informando-o ao mesmo tempo da remessa da segunda edição alemã de *O Capital*. Marx concluiu a carta dizendo o seguinte: "A minha saúde melhorou sensivelmente depois da estada em Karlsbad, no entanto, ainda me vejo obrigado a limitar consideravelmente o meu dia de trabalho e, além disso, ao regressar a Londres, constipei-me, o que me aborrece bastante. Vou aparecer pelos seus lados, quando o tempo melhorar. Sinceramente, Karl Marx"[2].

No período de 1875 a Maio de 1877, Marx e Lavrov viram-se com bastante frequência, conversando sobre diferentes questões sociais e de ciências naturais. Lavrov forneceu a Marx dados de interesse sobre a Rússia. Por sua vez, este ajudou o emigrado russo a estabelecer e ampliar relações clandestinas com revolucionários russos.

A morte de Karl Marx abalou Lavrov. Na biblioteca de K. Marx havia bastantes edições

russas sobre o país. Após a sua morte, Engels pôs-as à disposição de Lavrov. "Você, como reconhecido representante da emigração revolucionária russa e amigo do finado, escreveu-lhe F. Engels, tem seguramente o direito prioritário a esta colecção de livros, reunida graças à boa vontade dos seus e dos nossos amigos na Rússia, para que esta constitua o núcleo da futura biblioteca da emigração revolucionária russa"[3]. Engels manteve relações de amizade com Lavrov até os últimos dias de vida.

Os contactos com K. Marx e F. Engels e o conhecimento das suas obras foram uma escola por excelência para P. L. Lavrov. Cimentou-se a sua fé na necessidade e possibilidade duma revolução na Rússia. Contudo, não pôde ligar as suas esperanças à classe operária do seu próprio país. A experiência da Comuna de Paris acabou com as suas vacilações entre o liberalismo e o democratismo, que lhe eram características nos anos 60, e reforçou os seus sentimentos internacionalistas. O mérito de P. L. Lavrov na história revolucionária da Rússia foi propagar a experiência da Comuna e educar no seu espírito a nova geração russa.

No período de 1873 a 1876, Lavrov foi redactor da revista e do jornal *Avante!* (ora editados em Zurique ora em Londres) que passaram a ser o porta-voz tanto do movimento operário e socialista russo como internacional. A revista teve uma ampla divulgação e a sua influência não se limitava aos círculos clandestinos. Lavrov foi o seu redactor-chefe e o orientador ideológico.

Nos finais da década de 70, o populismo

esgotou-se. Os populistas tendiam progressivamente para o terror político. Por conseguinte, a influência de Lavrov na Rússia estava em declínio. Surgiram divergências no seio da redacção da revista. Em 1877, Lavrov mudou-se de Londres para Paris, onde organizou (1878) um círculo revolucionário russo-polaco, estabeleceu contactos com a clandestinidade socialista de Varsóvia e as organizações russas "Repartição Negra", e "Vontade do Povo" e assumiu a representação desta última no estrangeiro. Cumpriu com zelo esta função, consciencializando a importância da missão. Conseguiu mesmo ganhar a opinião pública europeia em favor dos populistas.

Promoveu reuniões de fracções diversas da emigração revolucionária russa para discutir questões teóricas do socialismo e acções práticas dos socialistas russos na pátria, organizou a "Biblioteca social revolucionária russa" de cariz populista e a Cruz Vermelha no estrangeiro da "Vontade do Povo", foi redactor (juntamente com L. A. Tikhomírov) da *Gazeta da "Vontade do Povo"* (1883–1886), participou na criação da "Biblioteca Socialista" do Fundo literário socialista em Zurique e do "Grupo dos Populistas Velhos".

Lavrov não conseguiu compreender o significado histórico do marxismo e o papel do proletariado na revolucão iminente. Mas até à sua morte, Lavrov, que assistiu a todas as fases do movimento de libertação da segunda metade do século XIX, foi um revolucionário e socialista dedicado que permaneceu nas ilusões

populistas. Em 1898, celebrou-se em Paris o seu 75° aniversário. Saudaram-no, falaram sobre os seus méritos no movimento revolucionário russo e internacional.

Piotr Lávrovitch Lavrov morreu a 6 de Fevereiro de 1900. Toda a diáspora russa em Paris assistiu ao funeral do homem cuja inteligência poderosa e coração imáculo lhes serviram durante um quartel de século de apoio firme e esperança. Intervindo naquela cerimónia em nome dos socialistas franceses, Paul Lafargue destacou que os camaradas da Rússia tinham todo o direito de se sentirem orgulhosos de Piotr Lavrov.

O nome de Lavrov está inscrito para sempre na história do pensamento social russo e do movimento revolucionário democrático russo. Piotr Lávrovitch Lavrov, destacado revolucionário, cientista, pedagogo, pensador e poeta, ocupa um lugar honorário entre os revolucionários de espírito inquebrantável que exortaram a construir um novo mundo.

Nikolai Mikhailóvski
1842-1904

BATAM NAS CABEÇAS DE AVE RAPINANTE!

O Império Russo... Uma águia bicéfala era o símbolo do poder e da força da dinastia czarista. Parecia pairar à grande altura sobre todo o Império, projectando a sua sombra sinistra, procurando com vista penetrante a sedição e os dissidentes... Era um símbolo de firmeza do regime existente. Era um símbolo de estabilidade da autocracia czarista.

"A águia heráldica russa tem duas cabeças e dois bicos terríveis: um, dinástico-policial e outro, burguês. ...Batam, pois, em ambas as cabeças desta ave de rapina!". Eis o que escreveu N. K. Mikhailóvski no século passado, exortando a juventude à luta contra a tirania czarista.

Nikolai Konstantínovitch Mikhaĭlóvski nasceu em 15 de Novembro de 1842, em Metchovsk, província de Kaluga, numa família de fidalgos pobres. A mãe morreu muito cedo, e o filho nem conservou a memória dela. O pai era um pegueno funcionário público. As suas reminiscências sobre a época de Nicolau I impressionaram profundamente o menino. A realidade do regime de servidão proporcionou um terreno psicológico para

o estado de espírito caracterizado mais tarde por Mikhailóvski como "o estado de espírito dum fidalgo arrependido".

O pai morreu quando Mikhailóvski frequentava a 4 classe do colégio. Os familiares que viviam em Petersburgo encarregaram-se da educação do menino. Todavia não se importavam com os seus deveres de tutores, pois o capital resultante da venda dos imóveis era mais que modesto.

Os tutores colocaram o menino no Instituto de Engenheiros de Minas, cujo curso preparatório equivalia ao programa dum colégio. Aquele estabelecimento tinha regime interno e, por muito que as autoridades zelassem pela "boa" educação dos alunos, protegendo-os das ideias dissidentes que se estendiam a muitas camadas da sociedade russa, não resultava. Mesmo através dos muros do Instituto infiltravam-se revistas e edições das tendências em oposição ao governo. Ali Mikhailóvski leu a revista *Contemporâneo* na qual colaboravam os ídolos de todos os estudantes: Tchernichéwski, Dobroliúbov e poeta Nekrássov.

Em 1861, tiveram lugar revoltas na Universidade de Petersburgo em consequência das quais muitos estudantes foram presos e as aulas suspensas. Esses acontecimentos ressoaram noutros centros de ensino. No Instituto de Minas verificaram-se também choques entre os estudantes e as autoridades. Mikhailóvski participou directamente nas acções e, além disso, foi um dos incitadores da revolta dos alunos. Como forma de repúdio, faltou às aulas, contestou os exames e declarou a sua renúncia ao título de oficial do

exército. Por isso, em 1863, foi expulso do Instituto de Minas. Depois disso tirou um curso propedêutico para a faculdade jurídica da Universidade de Petersburgo, mas falhou e afundou-se no trabalho literário.

Mikhailóvski entrou na actividade política quando o governo, depois de se recuperar do choque provocado pela situação revolucionária de 1859–1861, tomou o caminho da reacção descarada, alvejando em primeiro lugar as forças progressistas. Os círculos e as organizações revolucionários foram derrotados e presos os seus participantes e dirigentes. Foi também interdita a actividade dos melhores órgãos de imprensa. Nesta vaga reaccionária nada pressagiava um novo ascenso do movimento social. Todavia, nos fins da década de 60, apareceram os primeiros indícios do despertar das forças progressistas. O ressurgimento do movimento estudantil, a reanimação da imprensa livre e o aparecimento de novas figuras no pensamento social foram os primeiros germes do novo movimento revolucionário. Mikhailóvski tornou-se um dos espíritos desse fenómeno político. O seu primeiro artigo crítico foi publicado em 1860 na revista *Rassvet* (Alvorada).

No entanto, as concepções sociais de Mikhailóvski puseram-se em relevo nos seus artigos e notas publicísticos que apareceram no jornal *Verbo Contemporâneo* e nos semanários *Rússia* e *Âncora*, no período de 1863 a 1864. Disse-se ser seguidor de Tchernichéwski e procurou mesmo materializar as indicações de Tchernichéwski dadas na sua novela *Que Fazer*?, no sentido de organizar

artéis cooperativizados. Em 1864, Mikhailóvski recebeu uma pequena herança e gastou-a toda, comprando uma oficina de encadernação, que se viu em ruína dentro de pouco tempo, como muitas outras empresas desse tipo.

No período em que se forjavam as concepções de Mikhailóvski, Tchernichéwski já estava preso, mas as suas obras não puderam deixar de influir no espírito dum revolucionário da nova geração. Em toda a sua actividade literária, Mikhailóvski venerou a memória do grande novelista russo, defendendo-o dos ataques por parte dos críticos e obscurantistas. Nos meados dos anos 60, Mikhailóvski estabeleceu contactos com círculos e organizações revolucionários.

Naquele período, colaborou em várias revistas e, em 1868, o poeta Nekrássov propôs-lhe a colaboração na revista *Notas da Pátria*.

Nos anos 70 e início dos 80, o papel das *Notas da Pátria* na evolução do pensamento social russo era comparável ao da *Contemporâneo* na época de Nekrássov e Tchernichéwski. Um ponto de ligação viva entre estas duas edições foi o poeta Nekrássov que soube reunir em seu torno um grupo de escritores e jornalistas progressistas.

A revista atraiu leitores tanto pelas obras literárias de alta classe que publicava como pelo seu espírito democrático e os ideais avançados de época. E no centro estava a luta contra os remanescentes da servidão da gleba e tudo aquilo que impedia o desenvolvimento democrático do país.

Segundo o opinião unânime dos colaboradores da revista *Notas da Pátria*, a imprensa progressista

devia servir, acima de tudo, um só objectivo – a educação política do povo e a implantação dos ideais cívicos. O programa da imprensa democrática proclamado na revista era despertar o repúdio nas camadas avançadas da sociedade russa e, por intermédio delas, desacreditar sistemática e implacavelmente aos olhos dos leitores todo o sistema da autocracia czarista.

No seu artigo *Os Dramas Quotidianos e Artísticos* publicado nas *Notas da Pátria* (1879) Mikhailóvski chamou a atenção para esta função da literatura em geral e da imprensa publicística em particular. O autor observou com justeza que à primeira vista era realmente difícil compreender as contradições da realidade russa.

Nas *Notas da Pátria* agruparam-se e forjaram-se os espíritos novos da tendência progressista. Os excelentes e analíticos artigos de Mikhailóvski fizeram dele, na primeira metade dos anos 70, uma figura destacada e notável entre a intelectualidade progressista e radical. Por sua vez, identificou-se tanto com o clima e o espírito das *Notas da Pátria* que, após a morte de Nekrássov, se pôs de facto à frente da revista, sendo um dos membros mais activos e enérgicos do corpo editorial.

Com o tempo, a popularidade de Mikhailóvski já era tão grande entre a juventude que se considerava de facto um "ídolo" da geração nova. "O grande mérito histórico de Mikhailóvski, escreveu V. I. Lénine, perante o movimento democrático burguês em favor da emancipação da Rússia consistia em se comiserar com a situação do campesinato oprimido, lutar com energia contra

todas as manifestações da servidão da gleba, defender na imprensa legal e aberta, mesmo sob a forma de insinuações, a compaixão e o respeito pelos "elementos clandestinos", entre os quais estavam os democratas mais consequentes e resolutos, originários das camadas médias, e em ajudá-los directamente"[1].

É de notar que o publicista assinava artigos que abordavam os mais diversos temas. Não era raro, portanto, encontrar na mesma edição um artigo profundamente sociológico, uma resenha literária e uma nota publicística com a assinatura geralmente conhecida de N. Mikhailóvski.

Mikhailóvski expôs as suas conclusões e concepções em numerosos ensaios e artigos publicísticos entre os quais podemos citar *Que É o Progresso?, O Método Análogo na Ciência Natural, A Teoria de Darwin e a Ciência Social, A Filosofia da História de Louis Blanc, O Idealismo, a Idolatria e o Realismo, A Luta pela Individualidade, A Liberdade e os Seus Defensores, Os Heróis e a Multidão* e outros.

Ao mesmo tempo, Mikhailóvski sustentou a clandestinidade revolucionária. Pouco a pouco, ia-se ampliando a sua cooperação com a organização "Vontade do Povo". Enfim, tornou-se um dos redactores da *Folha*, publicada por esta organização. Os artigos de Mikhailóvski estigmatizavam a tirania das classes governantes. Estes artigos assinados com pseudónimo "Grognar" (Rabugento) e escritos com primor estilístico, suscitavam o interesse da juventude democrática. Em casa de Mikhailóvski reunia-se

o corpo editorial. Ele fornecia diversos documentos que desmascaravam o política do czarismo. O Comité Executivo pedia frequentemente conselhos a Mikhailóvski, quando se tratava das questões estratégicas e tácticas mais importantes.

Por altura de 1882, puseram-se em evidência divergências entre os populistas e Mikhailóvski. Estes pronunciaram-se contra a luta política, considerando-a inútil e mesmo benéfica para as classes possuidoras, ao passo que Mikhailóvski se mostrava inflexível nesta questão.

As Cartas Políticas dum Socialista, que apareceram a seguir ao congresso em Vorónej e Lípetsk da organização "Vontade do Povo" mostraram compreensão profunda das tarefas de luta política por Mikhailóvski, que não consistiam em actos terroristas contra o czar e os seus cortesãos, mas na destruição da autocracia czarista em geral.

O governo czarista viu em Mikhailóvski um inimigo perigoso e intransigente. Suspeitou, e com certas bases, de que mantinha relações estreitas com revolucionários e estava informado duma tipografia clandestina. No entanto, Mikhailóvski era bastante prudente. Por muito que os agentes da polícia se esforçassem por conseguir provas de peso da sua actividade revolucionária, não resultou. Mikhailóvski foi apenas condenado à deportação administrativa, inicialmente para a província de Nóvgorod e mais tarde para a cidade de Víborg. Ali, o exilado escreveu *As Cartas dum Estranho* de carácter publicístico e soube que o governo proibira as *Notas da Pátria.*

Em 1885, foi autorizado a regressar à capital, onde se incorporou energicamente na vida política.

Depois da segunda deportação, Mikhailóvski começou a colaborar na revista *Boletim do Norte.* A sua actividade na revista era bastante diversificada. No âmbito da sua competência estavam artigos críticos e a bibliografia. Além disso, no período desde Novembro de 1855 até Março de 1888, escreveu notas literárias mensais na secção *O Diário do Leitor*, nas quais fazia eco dos acontecimentos sociais e literários actuais. Todavia, surgiram divergências entre Mikhailóvski e a proprietária do *Boletim do Norte*, Sra. Ievréinova, com respeito à orientação da revista, o que levou ao rompimento entre eles. Mikhailóvski deixou de colaborar no *Boletim do Norte.*

Além do *Boletim do Norte*, Mikhailóvski colaborou na *Gazeta Russa* e no *Pensamento Russo*, mas não foi por muito tempo e, enfim, não conseguiu primor e categoria comparáveis aos das *Notas de Pátria.* Em 1892, passou a trabalhar em *A Riqueza Russa* e dirigiu esta revista desde 1894 até à morte.

A revista *A Riqueza Russa* existiu durante mais de quarenta anos e reflectiu todo o caminho complexo e contraditório do pensamento social russo nos finais do século XIX e inícios do XX.

Desde o início de 1894, a revista *A Riqueza Russa* começou a publicar os primeiros artigos polémicos de Mikhailóvski, que apontavam contra o marxismo. O autor declarava a sua fidelidade ao pensamento democrático e revolucionário e argumentava o seu ataque contra os marxistas

porque eles desrespeitavam a sucessão de ideias e se recusavam à herança do passado.

V. I. Lénine replicou que os publicistas de *A Riqueza Russa* atribuíam aos marxistas intenção absurda de não terem em contra todo o conjunto de relações sociais e interacções, quando, na realidade, os marxistas "foram os primeiros, entre os socialistas, a pôr a questão da necessidade de analisar não só o aspecto económico, mas todos os lados da vida social..."[2].

Mikhailóvski conservou esta atitude crítica em relação ao marxismo até os últimos dias de vida. As suas origens residem, antes de mais, nas concepções filosóficas idealistas do literato. "No campo da filosofia, observou V. I. Lénine, Mikhailóvski deu *um passo atrás* em relação a Tchernichéwski, o espírito mais eminente do socialismo utópico na Rússia. Tchernichéwski foi um materialista que até os últimos dias (isto é, até os anos 80 do século XIX) ridicularizou as pequenas concessões em favor do idealismo e do misticismo que todos os "positivistas" em voga (kantianos, partidários de Mach e outros) estavam prestes a fazer. Neste aspecto, Mikhailóvski seguiu aqueles positivistas"[3].

Um dos importantes postulados teóricos de Mikhailóvski foi a sua ideia acerca do progresso, exposta no artigo *Que É o Progresso?* (1869). O autor concluiu que o progresso não era mais que a aproximação gradual dos elementos indivisíveis da tangência, quer dizer, da divisão mais completa e multiface do trabalho entre os organismos competentes, da divisão, maximamente reduzida, do trabalho entre as pessoas. Desta definição um

pouco confusa deduzia-se a teoria de desenvolvimento multiforme e harmonioso da personalidade concebida como elemento "indivisível". Segundo Mikhailóvski, tal desenvolvimento era incompatível com a divisão do trabalho sob o regime feudal e capitalista, já que a evolução da personalidade naquele contexto era monstruosa e uniforme. Para Mikhailóvski, a personalidade era a principal força motriz do progresso. Depreendia-se a necessidade de elevar as massas a um nível compatível com uma personalidade altamente consciente e desenvolvida.

Apesar do carácter historicamente limitado e incoerente desta teoria, as suas conclusões projectadas para o campo social iam muito longe. Incitava à luta contra o despotismo czarista, a desigualdade social flagrante, por um novo regime social assente no trabalho em artéis e associações que criariam condições propícias para o desenvolvimento multiface da personalidade. Não obstante estas concepções conterem certas ilusões utópicas, entusiasmaram na altura todos os combatentes pelo progresso social. A teoria do progresso apresentada por Mikhailóvski pecou por interpretações subjectivistas dos fenómenos sociais. No seu entender o curso objectivo da história contrariava no essencial os ideais democráticos. Dado que o homem representa a força mais activa que realiza as leis da história, Mikhailóvski supunha que o postulado "as leis da história são inelutáveis" não era mais que uma fantasmagoria e que a personalidade era capaz de se opor a estas leis, e, ainda mais, transformá-las e dar-lhes um

novo conteúdo. Em conformidade com o seu método subjectivo de pensamento, Mikhailóvski atribuiu aos materialistas uma concepção fatalista sobre o desenvolvimento universal e afirmou que a *prima causa* do progresso histórico era a personalidade, uma ideia moral.

Como resultado, Mikhailóvski chegou à teoria "dos heróis e da multidão", que constituiu um dos seus erros fundamentais. Ainda antes, teve uma atitude céptica em relação a uma revolta popular, que se viu consideravelmente reforçada após a derrota do movimento revolucionário dos anos 60.

No contexto da teoria "dos heróis e da multidão", a personalidade apresentava-se como força criadora da história, relegando para segundo plano o papel das massas populares. Para dizer a verdade, ao colocar no primeiro plano a figura dum "herói", Mikhailóvski não se esqueceu do povo: julgava que o papel prioritário dum "herói" era lutar pela sua felicidade. O povo, segundo ele, era uma massa escura, oprimida e passiva, e para que os ideólogos reaccionários não aproveitassem este facto no seu interesse, era necessário indicar-lhe um caminho certo. Daí que o dever da intelectualidade fosse esclarecer e explicar aos camponeses o que lhes era útil e o que lhes era pernicioso.

As concepções de Mikhailóvski alimentaram teoricamente o populismo, que fez a sua aparição no cenário político nos fins da década de 70 e inícios de 80.

O que aproximava Mikhailóvski dos populistas

era a sua atitude negativa face ao desenvolvimento capitalista da Rússia.

Mikhailóvski julgava que o ascenso do capitalismo na Rússia era inevitável, mas, ao colocar-se com certo atraso nessa órbita, a Rússia poderia aproveitar a experiência da civilização europeia e optar por um caminho mais humanista, embora mais difícil, que consistia em fomentar as relações de trabalho e propriedade que tradicionalmente assumiram no país a forma de posse comunitária. Portanto, o progresso não representava uma evolução fatal e unilinear. A Rússia com toda a sua originalidale teria uma outra possibilidade: evitando a fase da sociedade e do regime burgueses, passar directamente a um regime melhor e superior, o socialismo.

A partir daí torna-se evidente a fobia de Mikhailóvski em relação ao desenvolvimento capitalista da Rússia que os marxistas postulavam. A sua opinião a este propósito era que, dado o estado embrional do capitalismo russo, seria possível influir positivamente na vida e opção económicas do país. Tal abordagem só reafirmava a atitude idealista e subjectiva que o autor adoptara nesta questão.

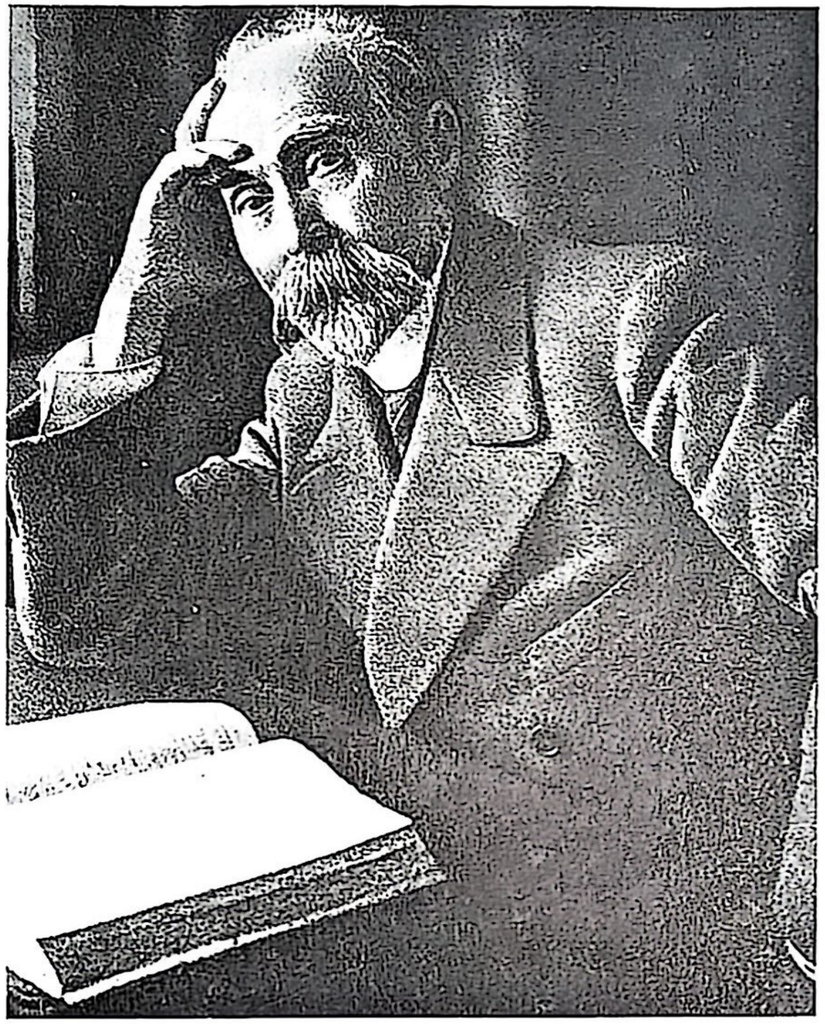
Ao mesmo tempo que os populistas discutiam a possibilidade de desenvolvimento capitalista na Rússia, os marxistas afirmavam que a nação já estava nessa órbita. Isto exigiu um combate teórico no sentido de provar a inconsistência das concepções populistas e, em particular, de um dos seus líderes espirituais, Mikhailóvski. Esta missão coube a V. I. Lénine.

Ele expôs a sua crítica na famosa obra *Quem São os Amigos do Povo e como Lutam contra os Social-Democratas*? (1894). Baseando-se em *O Capital*, V. I. Lénine pôs a descoberto os erros de Mikhailóvski e de outros "amigos do povo". Polemizando com Mikhailóvski, V. I. Lénine mostrou que o marxismo tem significado histórico e universal tanto no campo do conhecimento como na transformação revolucionária do mundo.

Esta polémica, que durou mais de dez anos, permitiu que V. I. Lénine desse uma apreciação objectiva e científica das concepções de Mikhailóvski e do seu lugar na história da luta de libertação. Ao criticar os seus ensaios idealistas, a sua renúncia às tradições do populismo revolucionário e os apelos de cariz liberal à juventude, V. I. Lénine destacou a contribuição que Mikhailóvski dera para o movimento revolucionário. Apreciou igualmente as obras estilisticamente elegantes e cheias de humor de Mikhailóvski, o seu saber ligar temas actuais aos ideais progressistas, a sua crítica corajosa das ignomínias da realidade e a sua constante disposição de defender as camadas desfavorecidas. Os seus trabalhos literários exortaram os intelectuais russos a servirem os interesses do povo, despertaram a responsabilidade pessoal pelo destino da nação, defenderam as tradições democráticas e apontaram contra a reacção.

"Prestamos homenagem a Mikhailóvski pela sua luta sincera contra a servidão da gleba, a "burocracia" (salvo a imprecisão do termo), etc., pelo seu respeito quanto à clandestinidade e pelo apoio que lhe prestara, escreveu V. I. Lénine, mas nunca pelas suas concepções democráticas burguesas, pela sua tendência para o liberalismo e pelo grupo dos social-cadetes que se inspiraram em *A Riqueza Russa* que ele fundara"[4].

Nikolai Konstantínovitch Mikhailóvski morreu de súbito dum ataque cardíaco no dia 28 de Janeiro de 1904. O seu funeral foi uma imponente manifestação em que participaram cerca de 5000 pessoas, rendendo o seu respeito ao defensor do povo oprimido.



Gheorgui Plekhánov
1856 - 1918

NÃO TEMOS OUTRA SAÍDA

Antes que G. V. Plekhánov declarasse com todo o direito no congresso constituinte da II Internacional em Paris: "O movimento revolucionário na Rússia só pode triunfar como movimento revolucionário dos operários. Não temos nem pode haver outra saída", a Rússia percorreu um longo e penoso trajecto de procura duma teoria revolucionária capaz de lhe trazer a emancipação da autocracia czarista e da exploração.

Os canhonaços na Praça do Senado, em Dezembro de 1825, anunciaram o início deste caminho. A sua continuação foram as tentativas infelizes de incitar insurreições camponesas, os atentados audaciosos contra a vida do czar e de dignitários do regime e os sonhos utópicos do socialismo "comunitário". Porém, nem os revolucionários da nobreza nem os populistas puderam emancipar o país. Contudo, os seus sacrifícios não foram vãos.

A nova geração de revolucionários começou a compreender que o futuro da Rússia era o movimento revolucionário da classe operária

armado com a teoria mais avançada, o marxismo.

Gueórgui Valentínovitch Plekhánov era um dos destacados representantes desta nova tendência.

G. V. Plekhánov nasceu em 29 de Dezembro de 1856 na aldeia Gudálovka, no distrito Lípetsk (província de Tambov), numa famílma de fidalgos pobres. O pai, Valentim Petróvitch, era um homem duro que tratava despoticamente tanto os camponeses da gleba que lhe pertenciam como os seus próprios filhos. Levava a vida dum grande agrário tipicamente russo que desprezava valores e interesses espirituais e por isso não podia influir no densenvolvimento intelectual e moral do seu filho. O contrário dele era a mãe, Maria Fiódorovna Bielínskaia, mulher com qualidades humanas incomparáveis que exerceu muita influência sobre o filho. Apesar do génio áspero e bravio do esposo, Maria Fiódorovna tinha a coragem de intervir em defesa dos camponeses na presença do filho.

Os anos de infância de G. V. Plekhánov passaram-se na aldeia Gudálovka, onde recebeu a instrução compatível com as tradições duma escola rural. Plekhánov aprendeu cedo a ler e a sua mãe tomou conta da instrução primária do filho. Depois, mandaram-no seguir os cursos de um colégio militar em Vorónej.

Em 1873, G. V. Plekhánov insrcreveu-se no Colégio de Artilharia de Petersburgo. O regime interno de aquartelamento do colégio não correspondia às exigências espirituais do aluno e, no ano seguinte, passou para o Instituto de Minas. Todavia, a vida preparou-lhe uma carreira

diferente, a de revolucionário. No Instituto, Plekhánov entrou em contacto com estudantes revolucionários e ficou entusiasmado com a nova causa, à qual dedicou toda a sua vida, a emancipação do povo.

As autoridades do Instituto desfizeram-se rapidamente dum estudante dissidente. Apesar do bom aproveitamento que o aluno mostrou, excluíram-no, em 1876, por motivo contrário.

Em Dezembro de 1876, a organização de tendência populista "Terra e Liberdade", em que militou também Plekhánov, decidiu efectuar uma manifestação política em Petersburgo. No dia 6 de Dezembro, de manhã, na praça da catedral de Kazan começaram a concentrar-se grupos de operários e estudantes revolucionários. Formou-se uma multidão, o que alertou imediatamente a polícia que pediu reforços. O jovem Plekhánov subiu ao pedestal da colunata do templo para intervir perante a concentração em defesa daqueles que eram perseguidos pelo czar por se pronunciarem em favor da emancipação das massas operárias. "Reunimo-nos aqui, disse Plekhánov, para "declarar perante todo o Petersburgo e toda a Rússia a nossa solidariedade sem reserva com estes homens. A sua bandeira é a nossa bandeira. E nela está inscrito: a terra e a liberdade ao camponês e ao trabalhador. Eis tudo! Vivam a terra e a liberdade!". Naquele momento, um operário jovem que estava a seu lado ergueu uma bandeira vermelha e as vozes multitudinárias sincronizaram-se num só grito: "Vivam a terra e a liberdade! Viva a revolução social!"

Trinta e uma pessoas foram presas por participar naquela manifestação. Plekhánov conseguiu escapar. De acordo com a decisão da organização "Terra e Liberdade", desapareceu da pátria.

Em 1877, regressou clandestinamente à Rússia e, sob pseudónomo, fixou residência em Sarátov. Ali organizou um círculo de populistas e desenvolveu propaganda revolucionária junto dos operários da cidade. A polícia secreta descobriu o apartamento secreto de Gueórgui Valentínovitch e prendeu-o em seguida. No entanto, conseguiu provar que não tinha nada em comum com os revolucionários, a rusga em sua casa também não deu argumentos de peso para a acusação. Foi solto e decidiu regressar a Petersburgo.

Entre os populistas, Plekhánov era um dos destacados oradores. Nos finais de 1877, fez uma alocução brilhante no funeral do poeta Nekrássov, que as autoridades procuravam apresentar, mesmo naquela hora fúnebre, como um seguro servidor. Logo a seguir àquele discurso, dois guardas tentaram prender Plekhánov, mas este conseguiu desaparecer no meio da multidão.

No Verão de 1878, como muitos outros populistas, "foi ao povo". Deslocou-se às terras do Don, onde os cossacos se tinham erguido contra o poder dos *zemstvos* (órgãos da autogestão nas quais dominavam grandes proprietários da terra). Ali estabeleceu contactos com um grupo de cossacos jovens que programaram uma insurreição. Plekhánov compreendia que aquela acção poderia contar com êxito só em caso da adesão de todos os cossacos. Em nome da "Terra e Liberdade"

escreveu uma proclamação dirigida às diásporas cossacas no Don, nos Urales, no Kuban e em Tersk e foi a Petersburgo para a imprimir. Mas, quando chegou ali, soube do fracasso da organização "Terra e Liberdade" e da prisão de muitos dos seus dirigentes. Aliás, em 1879 os populistas dividiram-se em duas organizações: "Repartição Negra" e "Liberdade do Povo".

Os militantes da primeira organização dirigida por Plekhánov, P. Axelrod, V. Zassúlitch e outros defendiam a ideia da repartição das terras entre os camponeses pobres, punham esperanças na revolução camponesa e condenavam o terror individual, ao mesmo tempo que os populistas, representados por A. Jeliábov, S. Peróvskaia, V. Fígner, N. Morózov e os seus partidários davam ênfase à luta terrorista, considerando-a o único meio susceptível de despertar as massas para acções revolucionárias.

Desde 1879 que a polícia procurava Plekhánov, prometendo uma retribuição considerável a quem indicasse o seu paradeiro. Em face desta situação, teve de mudar de passaporte mais ou menos de três em três meses e, enfim, exilar-se no estrangeiro.

O exílio durou 37 anos: na Suíça, na França, na Itália. Estabeleceu contactos com líderes do movimento social-democrata da Europa Ocidental – V. Liebknecht, K. Kautsky, J. Guesde, estudou minuciosamente a literatura revolucionária e procurou novos caminhos de luta. Expatriado, Plekhánov, devorou com interesse as obras dos fundadores do marxismo e ponderou a experiência de luta revolucionária da classe operária e dos

partidos social-democratas da Europa Ocidental.

O estudo da literatura marxista permitiu-lhe fazer apreciações acertadas da essência do movimento populista e da sua ideologia, assim como desvendar o mito populista da "originalidade russa". Aliás, foi um dos primeiros a compreender que o capitalismo se desenvolvia inelutavelmente no país e que o proletariado russo fazia o seu aparecimento no cenário da luta de classes nacional. Daí concluiu que o populismo passara a ser uma ideologia antiquada que já não reflectia as transformações económicas e políticas que se operavam na Rússia.

No Ocidente, o marxismo triunfava: sob a sua bandeira formavam-se novos partidos das massas proletárias, tornava-se uma força política invencível. O mérito de Plekhánov foi semear o marxismo no terreno favorável russo e propagar, durante vinte anos, as ideias do socialismo científico.

Não se pode descartar o facto de que as concepções marxistas de Plekhánov se iam forjando sob a influência dos democratas revolucionários russos representados por Bielínski e Tchernichéwski. O estudo das obras dos pensadores revolucionários russos facilitou a compreensão da teoria marxista, ao passo que o conhecimento profundo das obras de K. Marx e F. Engels esculpiu as suas concepções marxistas. Portanto, nos inícios da década de 80, tendo-se armado com a teoria marxista e a experiência do movimento operário europeu, Plekhánov abandonou progressivamente as ideias populistas.

Em 1883, juntamente com P. Axelrod, V. Zassúlitch, V. Ignátov e L. Deutch, Plekhánov fundou, em Genebra, o primeiro grupo dos social-democratas russos, "Emancipação do Trabalho", cujo objectivo era a propaganda do socialismo científico na Rússia e a preparação para a constituição dum partido social-democrata operário russo.

O grupo "Emancipação do Trabalho" impôs-se uma tarefa bastante concreta, formulada do melhor modo pelo próprio Plekhánov: a divulgação das ideias do comunismo científico mediante a tradução para russo das melhores obras de K. Marx e F. Engels.

Cumprindo esta missão, foram em breve traduzidas e editadas obras de K. Marx e F. Engels, como *Manifesto do Partido Comunista, O Desenvolvimento do Socialismo da Utopia para a Ciência, O Trabalho Assalariado e o Capital, A Miséria da Filosofia* e, mais tarde, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte, Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã* e outras.

Além disso, os membros do grupo "Emancipação do Trabalho" escreveram os seus próprios tratados que popularizavam o marxismo e abordavam as relações sociais na Rússia à luz do marxismo. Isto foi necessário dado que no movimento revolucionário russo ainda existiam remanescentes da teoria populista. Naquele mosáico histórico, Plekhánov foi o primeiro a demonstrar que o socialismo científico era o único caminho revolucionário adequado à Rússia. F. Engels, com quem Plekhánov manteve relações de

amizade, apreciou sobremaneira a sua actividade e a dos seus companheiros.

V. I. Lénine sublinhou mais tarde que o grupo "Emancipação do Trabalho" lançara os fundamentos teóricos da social-democracia russa e dera o primeiro passo de encontro com o movimento operário.

Tanto a tirania czarista como o populismo impediam a divulgação do marxismo na Rússia.

A luta enérgica contra os antigos partidários iniciou a brilhante carreira publicística e científica de Plekhánov. Neste período que durou até ao ano de 1903 ele escreveu uma série de notáveis obras sobre as questões fundamentais do marxismo.

O trabalho de Plekhánov *O Socialismo e a Luta Política* (1883) atestou a rotura definitiva do autor com o populismo. Como epígrafe para a brochura *O Socialismo e a Luta Política* tomou o postulado marxista que preconizava que qualquer luta de classes era uma luta política. No início da obra, o autor observou que desde o momento em que o movimento revolucionário russo se pusera definitivamente na órbita da luta aberta contra o absolutismo, a questão das tarefas políticas dos socialistas era a questão mais palpitante e fulcral.

Analisando a inconsistência do populismo, Plekhánov constatou que o programa daquele movimento se baseava nos chamados "ideais" e exigências da população camponesa, mas os populistas apelavam principalmente para as camadas industriais e urabanas por serem sensíveis à propaganda revolucionária. A actividade

revolucionária prática dos partidários da "Vontade do Povo", sublinhou Plekhánov, devia ao menos estar sincronizada com a revolução teórica na mentalidade dos socialistas.

Depois de expor as ideias fundamentais do socialismo científico e analisar as suas vantagens evidentes em relação ao populismo e anarquismo, tendências bastante divulgadas na Rússia daquela época, Plekhánov concluiu que a tarefa actual dos revolucionários russos tinha dois aspectos: primeiro, a luta pela liberdade política e, segundo, a preparação do proletariado para o desempenho do seu futuro papel independente e dirigente.

Na sua obra *As Nossas Divergências* (1885) Plekhánov apresentou uma análise ainda mais circunstanciada da inconsistência do populismo e da necessidade objectiva de propagar o socialismo científico na Rússia.

Partindo do facto da entrada da Rússia na fase de desenvolvimento capitalista, Plekhánov exortou os revolucionários das mais diversas tendências a renunciarem às tentativas de reanimar as teorias revolucionárias dos bons tempos e a reconhecerem que a revolução russa se incorporaria no socialismo mundial. O autor preconizou com justeza que a revolução comunista da classe operária não podia nascer do socialismo camponês e pequeno-burguês e que, pelo seu próprio carácter, a comunidade rural não cederia lugar às formas comunistas de vida, mas sim unicamente às burguesas. Por isso, era incapaz de enveredar a Rússia pelo caminho comunista. Só a classe operária, cuja emancipação era realizável através dos seus próprios esforços

conscientes, podia assumir a iniciativa do movimento comunista.

O livro de Plekhánov *As Nossas Divergências* suscitou o interesse de F. Engels que, ao tomar conhecimento do seu conteúdo, escreveu a V. I. Zassúlitch: "Sinto-me orgulhoso de que entre a juventude russa exista um partido que tenha adoptado, sinceramente e sem reserva, as grandes teorias económicas e históricas de Marx e se haja afastado das tradições anarquistas com cariz eslavófilo dos seus precursores. O próprio Marx, se a sua vida se prolongasse um pouco mais, se sentiria também orgulhoso disso. É um progresso que terá enorme importância para o desenvolvimento do movimento revolucionário na Rússia"[1].

A obra de Plekhánov *Sobre a Questão do Desenvolvimento da Concepção Monística da História*, que continha uma crítica argumentada à ideologia populista a partir de posições filosóficas, desempenhou um importante papel na propaganda do marxismo. Este livro foi legalmente publicado na Rússia (1895) em função do título rebuscado e dado de propósito para confundir os censores. O plano resultou e, quando se deu conta do erro, já toda a tiragem fora esgotada. Mais tarde, o próprio Plekhánov confessou que, na verdade, o tratado deveria intitular-se *Em Defesa da Concepção Materialista da História* ou *Em Defesa do Marxismo* ou algo parecido. Este livro foi realmente uma obra clássica do marxismo que testemunhou o grande génio teórico e literário do autor. Foi um livro de mesa para uma geração inteira de marxistas russos.

Contudo, a importância das primeiras obras

marxistas de Plekhánov não se esgota com a crítica do populismo. Nelas, os partidários da luta revolucionária encontraram um programa concreto da actividade dos marxistas russos. Definindo as suas tarefas principais, Plekhánov acentuou o imperativo de criar um partido da classe operária. Estava profundamente convencido de que sem uma organização combativa, armada com a doutrina marxista e capaz de dirigir e nortear a luta revolucionária das massas, assim como de as arrastar para o assalto contra o mundo velho, seria inconcebível o desenrolar do movimento proletário na Rússia.

Paralelamente com a sua actividade teórica e literária, desde os finais da década de 80 Plekhánov começou a participar activamente no movimento operário internacional. Aprofundavam-se os seus contactos com dirigentes dos partidos social-democratas em diferentes países. As obras brilhantes de Plekhánov, os seus discursos e intervenções polidos nos congressos internacionais dos socialistas criaram-lhe a reputação dum destacado teórico marxista, dum dirigente reconhecido do movimento social-democrata, dum lutador intransigente contra as as deturpações oportunistas do marxismo.

Em Julho de 1889, em Paris, celebrou-se o primeiro congresso da II Internacional. Entre os seus delegados estavam A. Bebel, W. Liebknecht, P. Lafargue, Eleonora Marx-Eveling; os socialistas russos estavam representados por Plekhánov e P. Axelrod. Encerrados os trabalhos do congresso, Plekhánov deslocou-se a Londres com

o único objectivo de se encontrar com F. Engels. Nas suas memórias, Plekhánov escreveu que tivera um enorme prazer em discutir com Engels, durante uma semana inteira, diversos temas teóricos e práticos. Aquele contacto deu início a uma correspondência frequente entre eles.

Pouco a pouco, a enérgica actividade científica, publicística e de organização desenrolada por Plekhánov e o seu grupo trazia resultados. Na Rússia, começaram a surgir, um após outro, grupos social-democratas. Os revolucionários deportados dos grandes centros urbanos pelo governo czarista criaram estes círculos nos lugares onde residiam.

Os líderes do grupo "Emancipação do Trabalho" formularam uma tarefa para toda a intelectualidade: ajudar os operários a compreenderem a sua missão histórica e a organizarem-se num partido político independente mediante a unificação dos numerosos círculos socialistas. Plekhánov via nisso o único meio de solucionar todas as contradições económicas e políticas da Rússia daquela época.

Ao mesmo tempo, certos postulados da organização "Emancipação do Trabalho" eram erróneos. Entre eles pode-se referir o carácter abstracto da questão agrária e a omissão do problema das forças motrizes da revolução. Plekhánov subestimou em certa medida o espírito revolucionário do campesinato, ao mesmo tempo que exaltou o papel da burguesia na luta contra o czarismo. Apesar disso, as primeiras sementes do marxismo, lançadas por Plekhánov e o seu grupo

no terreno fecundo da fermentação revolucionária russa, deram uma rica reprodução.

Naquela época, tornou-se bastante actual o problema dos aliados do proletariado na revolução, ao qual V. I. Lénine deu uma solução verdadeiramente científica. A Rússia viveu naquela altura o processo de fusão do movimento operário e do marxismo. Criavam-se premissas para a constituição dum partido revolucionário. O protótipo deste partido foi a "União de Luta pela Emancipação de Classe Operária" fundada em Petersburgo por V. I. Lénine.

Reagindo à influência crescente do anarquismo sobre o movimento revolucionário nalguns países da Europa Ocidental, Plekhánov escreveu (1894) a brochura *O Anarquismo e o Socialismo*, editada em línguas alemã e francesa.

A crítica da teoria populista dos heróis e da multidão, exposta no tratado *Sobre a Questão do Papel do Indivíduo na História*, foi uma contribuição apreciável de Plekhánov para a doutrina marxista. A teoria referida era perniciosa porque ignorava o papel das massas populares, reduzindo a história exclusivamente à actividade de personalidades fulgurantes, e levava, enfim, à negação da luta política das massas. Tal abordagem preconizada pelos populistas e projectada na actividade prática, prejudicava bastante o movimento revolucionário russo, então em fase de gestação.

Ao analisar as conclusões teóricas do marxismo à luz da prática do movimento revolucionário, Plekhánov provou que a teoria dos heróis e da

multidão se baseava na interpretação anticientífica e idealista do desenvolvimento social. "Quem destruiu a Bastilha? Quem combateu nas barricadas em Julho de 1830 e em Fevereiro de 1848? Que armas destronaram o absolutismo em Berlim? Quem derrubou Metternich em Viena? Povo, povo e uma vez mais povo, isto é, a classe trabalhadora pobre, isto é, principalmente operários. Portanto, não há sofismas que possam apagar da História o facto de o papel decisivo na luta dos países da Europa Ocidental pela sua emancipação política competir ao *povo e exclusivamente ao povo*". Depreende-se que Plekhánov não associava a vitória inevitável do comunismo à actividade dos heróis, mas à luta abnegada da classe mais revolucionária que a história conheceu, a classe operária.

Ao mesmo tempo, Plekhánov determinou cientificamente o papel das personalidades eminentes e demonstrou que a força duma personalidade realmente grande consistia na compreensão, por ela, das leis do processo histórico e nas acções consonantes com estas leis.

São efectivamente grandes os méritos de Plekhánov perante o movimento revolucionário na sua luta contra o oportunismo e o revisionismo.

Nos anos 90, sob o pretexto da actualização do marxismo, Bernstein e algumas outras figuras da social-democracia renunciaram de facto ao materialismo dialéctico. O bernsteinianismo teve uma ampla divulgação na Europa Ocidental e em parte na Rússia, passando a constituir um perigo real para o movimento operário internacional.

A revisão aberta e descarada das concepções marxistas não encontrou uma oposição devida no seio do movimento social-democrata europeu. Mesmo as forças de esquerda que condenaram o revisionismo não souberam dar um combate adequado aos revisionistas, sobretudo no domínio da filosofia. Naquele período Plekhánov foi, talvez, a única figura na social-democracia mundial que defendeu as concepções marxistas. Apreciando os méritos de Plekhánov naquela época, V. I. Lénine escreveu: "...Plekhánov foi o único marxista dentro da social-democracia internacional que criticou, do ponto de vista do materialismo dialéctico consequente, aquelas incríveis banalidades acumuladas pelos revisionistas"[2].

Em 1898, Plekhánov publicou o artigo *Bernstein e o Materialismo,* seguido de uma série de outros ensaios polémicos, nomeadamente *Por que Devemos Agradecer-lhe? Conrad Schmidt Versus Karl Marx e Friedrich Engels, Materialismo ou Kantianismo* e outros.

A tendência revisionista adquiriu naquele período uma amplitude mundial. Na Rússia, os "economistas" e os "marxistas legais" representavam a ala oportunista da II Internacional. E foi contra eles que Plekhánov apontara a sua aguda arma de crítica marxista. Qualificou os escritos dos "economistas" como alheios ao marxismo e tendo como objectivo impedir a criação dum partido político da classe operária e minorar o papel da consciência socialista no movimento operário. No seu artigo *O Sr. Struve como Crítico da Teoria Marxista sobre o Desenvolvimento Social*

definiu acertadamente as obras literárias dos "marxistas legais" como paródia burguesa do marxismo. Os "economistas" e os "marxistas legais", destacou Plekhánov, eram os seguidores de Bernstein e os propagandistas das suas ideias oportunistas e revisionistas na Rússia.

As obras de Plekhánov, profundas quanto ao conteúdo, mas simples e acessíveis quanto à forma, desmascaravam os revisionistas e defendiam a unidade e integridade das concepções marxistas. Sem dúvida, estes trabalhos constituíram uma valiosa contribuição para o marxismo e não perderam o seu significado mesmo nos nossos dias.

Muitos postulados de Plekhánov mantêm-se, hoje, tão actuais como se fossem apontados precisamente contra as teorias contemporâneas do "socialismo democrático", do "capitalismo do povo" e outras. Também não perdeu o seu significado a sua crítica à essência do kantianismo. Nos seus estudos filosóficos, Plekhánov pôs a nu a essência do dualismo e agnosticismo kantiano e explicou porque é que o kantianismo se converteu em filosofia do revisionismo. "O kantianismo, escreveu ele a este propósito, não é uma filosofia que sirva para a luta e para homens de acção. É uma filosofia conveniente para homens vacilantes; é uma filosofia de compromisso".

Apesar de se impor questões relativas ao desenvolvimento do movimento operário internacional, Plekhánov manteve sempre contactos com a pátria, que se viram particularmente reforçados quando no país se desenrolara a luta, dirigida por V.I. Lénine pela

criação dum partido revolucionário de novo tipo.

O primeiro encontro entre G.V. Plekhánov e V.I. Lénine teve lugar na Primavera de 1895, na Suíça onde este último chegou com o intuito de estabelecer contactos com o grupo "Emancipação do Trabalho" e tratar problemas relacionados com a edição dum jornal operário. V.I. Lénine produziu uma impressão indelével sobre os membros do grupo.

O encontro com V.I. Lénine iniciou uma nova etapa na actividade do grupo "Emancipação do Trabalho": estreitaram-se as suas relações com o movimento social-democrata na Rússia, e, principalmente, com a "União de Luta pela Emancipação da Classe Operária" em Petersburgo. Assim que regressou da primeira deportação (1900), V.I. Lénine deslocou-se outra vez à Suíça para tratar com G.V. Plekhánov e outros dirigentes da "Emancipação do Trabalho" a edição conjunta do jornal *Iskra* (Faísca).

Mas naquele período, entre Lénine e Plekhánov já se divisavam divergências em torno da táctica de luta revolucionária, da atitude para com Struve, ideólogo da burguesia liberal, e da composição da redacção. Enfim, algumas divergências foram eliminadas.

Graças à actividade enérgica de V.I. Lénine verificou-se, no princípio do século XX, a unificação dos círculos e comités sociais democratas num partido. Isto exigiu a elaboração dum projecto de programa e dos estatutos do partido. Plekhánov foi encarregado de preparar o projecto do programa e V.I. Lénine, a parte agrária e os estatutos. Foi aí

que se manifestaram discrepâncias sérias entre os dois marxistas destacados daquela época. V. I. Lénine criticou severamente certos postulados de Plekhánov no projecto do programa, onde faltavam a caracterização do capitalismo russo e a mensão da ditadura do proletariado, ao mesmo tempo que Plekhánov não concordava com a ideia de nacionalização da terra. Por altura da convocação do II congresso do partido, os membros da redacção do *Iskra* chegaram a um entendimento, sobre a base marxista, em torno dessas questões.

Em consequência do enorme trabalho teórico e de organização do *Iskra*, celebrou-se em 1903 o II Congresso do POSDR que constituiu de facto o partido, mas ao mesmo tempo deu início à divisão do partido nas alas bolchevique e menchevique. O próprio Plekhánov fez o discurso de inauguração. Constatou com orgulho que o partido social-democrata se transformara, no sentido teórico e prático, no partido mais forte entre todos os partidos revolucionários e em oposição que existiam na Rússia.

Dois meses depois do congresso, em função das suas concepções erróneas, Plekhánov deslizou definitivamente para o oportunismo, preconizando a ideia de coexistência com os oportunistas que ainda há pouco tempo condenara.

Desde 1903, os mencheviques com G. V. Plekhánov à frente passaram a constituir a variante russa do oportunismo internacional. As acções políticas de Plekhánov, nos 15 anos que se seguiram, caracterizaram-se pelo abandono dos

princípios fundamentais do marxismo. Esta posição política de Plekhánov foi, antes de mais, o resultado da sua incompreensão do carácter da nova época enquanto época do imperialismo e das revoluções proletárias, da incompreensão da importância da aliança operário-camponesa e do papel dirigente do proletariado tanto na revolução democrático-burguesa como na socialista. Também constam neste aspecto a sua separação de muitos anos do movimento operário russo vivo e as suas ligações com os líderes da direita na II Internacional.

Nos anos da primeira revolução russa (1905–1907), Plekhánov adoptou a política dos mencheviques nas questões tácticas. Segundo ele, dado o carácter burguês dessa revolução, a burguesia seria, única e exclusivamente, a força motora e dirigente. Postulou que a classe operária não deveria avançar a palavra de ordem da insurreição armada nem tentar instaurar a ditadura democrática e revolucionária do proletariado e do campesinato, pois tais acções poderiam provocar o afastamento da burguesia e prejudicar a revolução. Por conseguinte, a missão da classe operária reduzia-se a ajudar a burguesia liberal na conquista do poder.

Tudo isto confirma uma vez mais que Plekhánov não conseguiu penetrar nas particularidades da situação histórica do país e ignorou o facto de a primeira revolução russa se ter operado no período em que a burguesia já não podia pôr-se à frente da revolução por ser uma classe reaccionária. Plekhánov tomou uma atitude

negativa em relação à hegemonia do proletariado na revolução burguesa, porque não acreditava que a classe operária russa era suficientemente forte e capaz de dirigir a revolução e arrastar as massas camponesas para ela.

Após a revolução de 1905, Plekhánov definiu-se com uma posição acertada e, juntamente com V. I. Lénine e os bolcheviques, defendeu a necessidade da separação definitiva dos elementos fraccionários. Ergueu-se contra a revisão do marxismo feita por Mach. Neste aspecto, a sua obra *O Materialismo Militante* deu uma contribuição considerável para a crítica dessa tendência filosófica reaccionária.

Mas Plekhánov não conseguiu definir-se correctamente nos anos da Primeira Guerra Mundial. Por não compreender o carácter imperialista da guerra por parte de Rússia e dos seus aliados e por considerá-la erradamente defensiva e, portanto, justa, defendeu a táctica de defesa da pátria, isto é, da Rússia czarista. Uma apreciação inadequada do carácter da guerra implicou um outro erro – ter identificado os interesses da classe governante com os nacionais, julgando que os interesses da nação exigiam o apoio à política criminosa do governo. Plekhánov não estava com os bolcheviques, quando estes arrastaram o povo para a luta contra o regime caduco dos capitalistas e grandes agrários. Após a revolução de Fevereiro de 1917 regressou à pátria. Não pôde apreciar correctamente a nova situação que se produzira na época das relevantes transformações revolucionárias e pronunciou-se

contra a política dos bolcheviques de transformação da revolução democrática e burguesa em socialista. Invocando argumentos velhos sobre o atraso económico e cultural da Rússia, não acreditou na possibilidade da construção do socialismo no país.

Adoptou uma atitude de desconfiança e incompreensão face à Grande Revolução Socialista de Outubro, perseverando nas suas afirmações sobre a imaturidade económica de Rússia para uma revolução socialista e repetindo os dogmas dos oportunistas da II Internacional, segundo os quais o proletariado só podia tomar posse do poder depois de constituir a maioria da população. Aliás, nem no ano de 1917, Plekhánov ascendeu à compreensão de que a Rússia era o primeiro país a abrir o caminho para o socialismo, ao qual ele dedicou os melhores anos da sua vida.

Nos seus artigos e notas publicados no jornal *Iedinstvo* (Unidade), redigido por ele, tentou provar a imaturidade da Rússia para transformações socialistas. Todavia, quando os colabaradores do jornal e militantes do grupo *Iedinstvo* começaram a prognosticar a queda iminente do poder dos Sovietes, Plekhánov, advertiu-os de que os bolcheviques haviam tomado o poder por longo tempo e, talvez, para sempre.

No Inverno de 1917 e 1918, Plekhánov caiu doente e foi hospitalizado. Depois, foi para o sanatório "Pitkeiarvi", na Finlândia, onde faleceu a 30 de Maio de 1918.

Os seus restos foram transportados para Petrogrado e, de acordo com o testamento,

sepultados no cemitério Vólkov ao lado da campa de V. G. Bielínski. Logo a seguir à sua morte, por iniciativa de V. I. Lénine, o novo Estado soviético realizou uma série de medidas com o fim de homenagear e eternizar a memória do grande filho da nação russa. Mais tarde, ergueu-se-lhe um monumento na praça do Instituto Tecnológico, em Leninegrado.

Gueórgui Valentínovitch Plekhánov foi uma figura brilhante e ricamente dotada, um homem de vasta cultura, um insigne cientista e teórico e o primeiro marxista da Rússia. Por todas estas qualidades compete-lhe, com todo o direito, um lugar destacado entre outras grandes personalidades do movimento socialista russo e internacional.

NOTAS

Não posso viver em tranquilidade

1. K. Marx e F. Engels. *Obras*, ed. em russo, t. 27, p. 372.
2. V. I. Lénine. *Obras Completas*, 5ª edição em russo, Moscovo, t. 26, p. 48.
3. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 3, p. 4.
4. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 16, p. 240.
5. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 32, p. 549.

Um encontro que durou quarenta anos

1. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 2, p. 12.
2. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 1, p. 456.
3. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 2, p. 9.
4. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 20, p. 359.
5. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 22, p. 523.
6. Ibidem, p. 385.

Nenhum compromisso!

1. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 14, p. 215.
2. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 23, p. 365.

"O inimigo dos nossos inimigos"

1. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 16, p. 378.
2. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 23, p. 653.
3. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 30, p. 349.

É no que se deve sonhar!

1. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 6, p. 171.
2. Cartas de A. Bebel não publicadas. Em revista *História Nova e Mais Nova*, edição em russo, 1960, N 3, p. 138.
3. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 23, p. 367.
4. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 23, p. 364.

O futuro pertence-nos

1. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 19, p. 196.
2. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 4, p. 455.
3. Ibidem.
4. Ibidem, p. 456.
5. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 18, pp. 498–499.
6. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 1, p. 527.
7. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 20, p. 270.
8. Ibidem. p. 18.
9. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 23, p. 46.

Nas barricadas da Comuna de Paris

1. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 22, p. 294.
2. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 17, pp. 321–322.
3. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 13, p. 76.
4. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 17, p. 332.
5. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 22, p. 198.
6. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 20, p. 222.
7. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 22, p. 197.

O axioma da filosofia social

1. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 1, p. 528.
2. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 20, p. 271.
3. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 2, p. 584.
4. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 4, p. 456.
5. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 23, p. 46.
6. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 18, p. 298.

O prazer de lutar e de viver

1. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 10, p. 25.
2. Ibidem, p. 28.
3. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 9, p. 157.

Uma justiça injusta

1. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 18, p. 215.
2. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 16, pp. 24–25.
3. Ibidem, p. 26.

4. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 24, p. 131.
5. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 16, p. 29.
6. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 27, pp. 48–49.
7. Ibidem, pp. 279–280.
8. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 28, pp. 471–472.
9. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 21, p. 337.
10. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 4, p. 268.

Um espírito inquieto...

1. M. A. Bakúnine. *Obras e Cartas*, edição em russo, Moscovo, 1934, t. 1, p. 171.
2. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 33, p. 104.
3. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 18, pp. 45–46.
4. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 21, p. 386.
5. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 33, p. 60.

À espera duma revolução iminente

1. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 20, p. 175.
2. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 5, p. 29.
3. N. G. Tchernichéwski. *Obras*, edição em russo, 1949, t. 9, p. 222.
4. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 18, p. 384.

Contestemos o mundo velho

1. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 33, p. 231.
2. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 34, p. 99.
3. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 36, p. 83.

Batam nas cabeças da ave rapinante!

1. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 24, pp. 333–334.
2. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 1, p. 161.
3. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 24, p. 335.
4. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 24, pp. 336–337.

Não temos outra saída

1. K. Marx, F. Engels. *Obras*, t. 36, p. 260.
2. V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 17, p. 20.

17,00

ÍNDICE

À laia de introdução 5
Não posso viver em tranquilidade 11
Um encontro que durou quarenta anos 32
Nenhum compromisso! 51
"O inimigo dos nossos inimigos" 71
É no que se deve sonhar! 86
O sino que pressagia uma nova era 107
O testamento 131
De acordo com as leis da liberdade e da justiça 145
Despertam-se os espíritos 158
O futuro pertence-nos 179
Nas barricadas da Comuna de Paris 199
O axioma da filosofia social 223
O prazer de lutar e de viver 244
Uma justiça injusta 264
Um espírito inquieto 281
À espera duma revolução iminente 299
Contestemos o mundo velho 316
Batam nas cabeças de ave rapinante! 328
Não temos outra saída 343
Notas 365

Há uns vinte anos, dois jovens – Dmítri Valovoi e Guenrieta Lapchiná – ao passearem no Jardim de Alexandre, do Kremlin de Moscovo, ficaram interessados nos nomes gravados na pedra de um obelisco. Não foi nada fácil encontrar informação completa sobre cada pessoa ali referida. Assim, as pesquisas minuciosas converteram-se num trabalho científico profundo, que culminou com a publicação dum livro editado, em 1980, em língua russa e, mais tarde, em inglês.

Dmítri Valovoi é doutor em Economia e publicista, colaborador do jornal *Pravda*.

Guenrieta Lapchiná é economista.